

Editorial

*Com esta edição, a Revista **Universidade e Sociedade** alcança o nº 40, alimentada pelos mesmos propósitos que levaram à sua criação, nos inícios da década de 1990. Desde então, não perdeu de vista a sua função primordial de veículo de expressão das idéias e reflexões dos docentes do ensino superior brasileiro, na sua militância política e sindical cotidiana.*

Este número se abre, como é de tradição da nossa Revista, com um bloco temático, que esta vez enfatiza a questão geral da “Reorganização da Classe Trabalhadora”, face ao impacto global das derrotas sofridas pelos trabalhadores com o fortalecimento do capitalismo, em especial após a derrocada do bloco soviético. De maneira relativamente livre, os oito articulistas do bloco temático da Revista alertam para os desafios colocados pela ofensiva ideológica do capitalismo mundial, discutem questões teóricas de fundo e desenvolvem reflexões assentadas sobre temas que remetem ao percurso histórico da classe trabalhadora, segundo as mais diversas vertentes sociais e políticas.

*Também integra este número uma entrevista realizada com o bloco dirigente do Sindicato, que se convencionou denominar “*triumvirato*”, isto é, o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro do ANDES-SN. Trata-se mais de um “*bate-papo*” do que de uma entrevista formal, em que se focaliza a questão da filiação do nosso Sindicato à CONLUTAS, motivada pela insatisfação do movimento docente frente aos recuos políticos da CUT.*

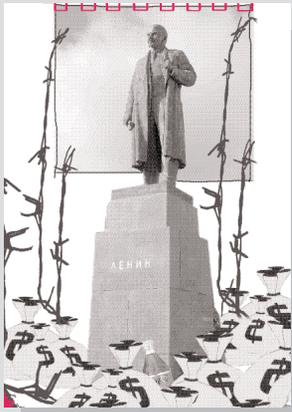
*Na seqüência, o bloco “*Debates Contemporâneos*” apresenta artigos que discutem assuntos tão diversos quanto problemas da tecnociência financeirizada, a perspectiva ontológico-social de Marx, como condição para o entendimento do capitalismo, e as conseqüências da Revolução Mexicana, face à queda de vários estados oligárquicos da América Latina.*

Fechando esta edição, trazemos uma homenagem à militância, especialmente no campo das idéias, de Eric Hobsbawm e um conto de Miriam Alves para o deleite de nossos leitores.

*Por fim, com esta publicação, expressa-se novamente o desejo de todos de que **Universidade e Sociedade** prossiga na sua caminhada de veículo de difusão de idéias e reflexões da categoria docente nacional, no afã de reforçar a natureza representativa de nossa entidade, cada vez mais competente, autônoma, transparente e socialmente responsável, o ANDES-SN.*

Os Editores

Sumário



- 3 EDITORIAL**
- REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**
- 9 A Formação da Subjetividade Histórica da Classe Trabalhadora**
Rodrigo Dantas
- 29 A mercadoria força de trabalho como parte fundante da reprodução do capital**
Daniel Rodrigues
- 41 O sistema penal como formador e regulador do mercado de trabalho**
Isabella Jinkings
- 57 As transformações na indústria automobilística brasileira: modelo produtivo e ação sindical (II)**
Lafaiete Santos Neves
- 67 Tempos e espaços do trabalho: vozes de operários (as) da indústria têxtil**
Maria Helena Santana Cruz
- 85 O rural brasileiro em debate: o velho, o novo e o insólito...**
Flávio Sacco dos Anjos
- 97 Nova globalização polarizada e Europa financeira**
Luciano Vasapollo
- 109 O que aconteceu com nossas democracias?**
Atilio A. Boron
- 122 ENTREVISTA: a fala do sindicato**
- DEBATES CONTEMPORÂNEOS**
- 139 A tecnociência financeirizada: dilemas e riscos da nanotecnologia**
Paulo Roberto Martins e Ruy Braga
- 149 A importância da perspectiva ontológico-social de Marx n' O Capital para o entendimento do capitalismo na atualidade**
Josiane Soares Santos e Lúcia Aranha
- 161 Francisco Villa: Bandido ou Herói?**
Waldir José Rampinelli
- MEMÓRIA MILITANTE**
- 168 Eric Hobsbawm: militante histórico**
Ruy Belém de Araújo
- CONTO**
- 172 Piano ao modo de Adelina**
Miriam Coutinho de Faria Alves





A Formação da Subjetividade Histórica da Classe Trabalhadora

Rodrigo Dantas

Doutor em filosofia pela UFRJ e professor de filosofia na UnB. Membro do GT de Política e Formação Sindical do ANDES-SN

O primeiro século de história das revoluções protagonizadas pela classe trabalhadora na sociedade capitalista – o século mais revolucionário da história – terminou com o triunfo da contra-revolução e a restauração capitalista, na URSS e em praticamente todos os países que protagonizaram revoluções sociais derrotadas no século XX.

Em meio à profunda desarticulação que costuma suceder as derrotas históricas da classe trabalhadora, os ideólogos da burguesia se lançaram à ofensiva, com o argumento de que o “capitalismo havia demonstrado sua superioridade histórica”. Chegaram a decretar “o fim das classes e da luta de classes”, o “fim da era das revoluções sociais” e, conseqüentemente, “o fim da história”. A derrota da experiência soviética – decisiva na história da luta de classes, no século XX, e determinada pela impossibilidade objetiva de construir o socialismo em um só país após o desfecho da onda revolucionária de 1917-23 – foi utilizada como demonstração de que o socialismo estaria fora dos horizontes históricos e das possibilidades ontológicas da “natureza humana”; logo, o

capitalismo teria, de ser considerado a última e a mais desenvolvida de todas as formas de organização da produção e da reprodução social – mesmo que para isso tivéssemos de desprezar todas as evidências que apontam claramente para o agravamento de sua crise, em meio ao processo de destruição das bases naturais da vida e à ativação cada vez mais clara das contradições, antagonismos e limites estruturais absolutos do sistema do capital.

Essa ofensiva ideológica, sob o impacto das derrotas históricas sofridas pelos trabalhadores, não afetou apenas o conjunto da classe trabalhadora e o difícil processo de formação de sua consciência de classe; afetou também grande parte das organizações de esquerda, suas direções, seus quadros, sua militância e a própria intelectualidade organicamente comprometida com o projeto socialista. Muitos foram os que simplesmente abandonaram a militância. Muitos foram os que passaram a dedicar-se à revisão sistemática de suas antigas convicções e compromissos históricos, assumindo, como premissa de suas elaborações, a tese de que o capitalismo seria historica-





Reorganização da classe trabalhadora

mente invencível. Muitos dos que abandonaram o projeto socialista passaram a defender a democracia burguesa e suas instituições como valores universais, quando não se tornaram abertamente reacionários. Durante esse período, antigos ideólogos marxistas produziram toda uma profusão de teses para assimilar as razões históricas da derrota do socialismo, começando a defender idéias como a “do fim da centralidade do trabalho” e da emergência da “sociedade pós-moderna”, ou “pós-industrial”, decretando solenemente que a classe trabalhadora já não teria mais condições, nem objetivas nem subjetivas, para assumir o papel histórico que lhe tinha sido atribuído pelo marxismo e pelo projeto socialista.

Com os ataques sistemáticos que se abriram contra o marxismo e o projeto socialista, os conceitos mais elementares do liberalismo e da democracia burguesa começaram a penetrar, cada vez mais profundamente, nas direções e organizações da classe trabalhadora, afetando gravemente sua autonomia e sua independência de classe. A consciência de classe das massas foi se diluindo ao longo desse processo, em meio a uma profunda crise de direção. Os partidos da social-democracia converteram-se em massa ao social-liberalismo, enquanto os partidos comunistas stalinistas, ligados à URSS, reviram todas as suas posições para tornarem-se defensores da democracia burguesa. Os partidos ou organizações nascidos das lutas da classe trabalhadora que permaneceram fiéis a suas posições históricas (incluindo aí os anarquistas e a maioria dos partidos trotskistas) foram relegados a um isolamento ainda maior, assumiram posições cada vez mais sectárias e passaram por graves crises e cisões. A própria idéia de partido entrou em crise, assim como as demais formas organizativas da classe trabalhadora. Por toda parte se disseminava a descon-

fiança em relação à eficácia das lutas sociais e do processo político. A primeira longa onda da revolução social havia sido encerrada.

Como sempre ocorre sob o peso desagregador das derrotas históricas, o difícil processo de formação da subjetividade histórica da classe trabalhadora entrou em crise: as massas perderam a confiança em suas próprias forças, sua atividade histórica se debilitou, sua capacidade de intervenção concreta na luta de classes se esvaziou, sua consciência de classe se diluiu e se tornou mais vulnerável à influência das concepções ideológicas dominantes. Em meio ao refluxo das lutas, à dispersão, à confusão e ao desânimo, que abalaram toda a militância, e à profunda crise de direção que costuma se abrir nesses períodos, o conjunto das organizações, direções, instrumentos e referências práticas, políticas e teóricas que a classe trabalhadora construiu em escala mundial, ao longo de todo um período histórico, se desarticulou inteiramente, abrindo espaço para a ofensiva global do capital e a conseqüente reestruturação global de sua ordem de dominação.

Em momentos de crise, em que o velho ainda não terminou de morrer e o novo ainda não acabou de nascer, abre-se sempre toda uma acirrada disputa teórica e política em torno da elaboração necessária de um balanço histórico e de uma análise global das novas condições que passam a se colocar para a reorganização da classe trabalhadora e a retomada de sua in-

tervenção concreta na luta de classes. No período histórico que se abriu desde 1989-91, a elaboração desse balanço é crucial para o processo de reorganização que se acha em curso: a derrota do projeto histórico de construção de uma sociedade socialista, no século XX, e as conseqüências da restauração capitalista e do fim da primeira onda de revoluções na sociedade capitalista exi-

Antigos ideólogos marxistas produziram toda uma profusão de teses para assimilar as razões históricas da derrota do socialismo, começando a defender idéias como a “do fim da centralidade do trabalho” e da emergência da “sociedade pós-moderna”, ou “pós-industrial”, decretando solenemente que a classe trabalhadora já não teria mais condições, nem objetivas nem subjetivas, para assumir o papel histórico que lhe tinha sido atribuído pelo marxismo e pelo projeto socialista.



gem de nós que coloquemos sob perspectiva a própria história da luta de classes, a fim de definir claramente a natureza do período que se abre e dos desafios estratégicos que ele coloca ao processo de reorganização da classe trabalhadora.

Derrotas históricas da classe trabalhadora na luta de classes encerram, nas mais diversas circunstâncias, períodos mais ou menos longos de avanços e vitórias da classe trabalhadora. Elas podem representar o fechamento de uma época revolucionária, encerrando um ciclo histórico de longa duração na luta de classes e abrindo um período de reorganização da classe trabalhadora, como no caso do período presente da história mundial. Este iniciou-se com a derrocada da URSS e das sociedades pós-capitalistas, pondo fim ao século mais revolucionário da história, inaugurado pelo triunfo da Revolução Russa, em 1917, e pela primeira onda revolucionária, que varreu a Europa até 1923. De modo mais restrito, elas podem expressar o fechamento de uma etapa da história da luta de classes, em meio a uma longa época revolucionária, como ocorreu no caso das derrotas das ondas revolucionárias de 1917-1923, 1930-1936, 1943-1948 e 1968-1979, na Europa.

Mas, derrotas históricas não ocorrem apenas com o fechamento de crises revolucionárias, ou de processos revolucionários que são derrotados por dentro, sem poder desenvolver-se até suas últimas conseqüências, abrindo caminho para a contra-revolução e terminando por levar, até mesmo, ao imenso retrocesso da restauração capitalista, como ocorreu nos países pós-capitalistas, na última década do século passado. Elas também podem ocorrer em etapas não propriamente revolucionárias da história da luta de classes, geralmente caracterizadas por um longo período de crescimento, constante e cumulativo, das organizações da classe trabalhadora, pela hegemonia da consciência reformista nas massas, e

em suas direções, e por processos históricos que, sobretudo quando ocorrem em meio a períodos de crescimento econômico mais ou menos prolongados ou após derrotas históricas da classe trabalhadora, costumam levar à integração subordinada, e potencialmente corruptora, das organizações da classe trabalhadora à ordem do capital. Na medida em que os limites da democracia burguesa e de suas instituições se tornam os limites da luta dos trabalhadores, a disputa pelo poder se coloca nos marcos do processo eleitoral, permitindo que a lógica da ocupação progressiva de espaços institucionais de poder se apodere, paulatinamente, das organizações sociais e políticas da classe trabalhadora. A história demonstra fartamente que situações desse tipo costumam resultar na adoção de políticas de colaboração de classes, no triunfo das mais diversas formas de oportunismo e transformismo em alianças com setores burgueses, e na utilização da estratégia da frente popular – historicamente derrotada em todas as suas experiências no século XX, levando inevitavelmente à progressiva diluição da consciência de classe e da própria independência das organizações da classe da classe trabalhadora. Ao longo de processos desse tipo, a necessária confiança da classe trabalhadora em suas direções e

Na medida em que os limites da democracia burguesa e de suas instituições se tornam os limites da luta dos trabalhadores, a disputa pelo poder se coloca nos marcos do processo eleitoral, permitindo que a lógica da ocupação progressiva de espaços institucionais de poder se apodere, paulatinamente, das organizações sociais e políticas da classe trabalhadora.

organizações tende a ser profundamente abalada: tornando-se cética e, até mesmo, indiferente ao processo político, sua capacidade de luta é afetada, de forma acentuada, por um período mais ou menos longo, impondo, assim, imensas dificuldades ao processo de reorganização.

Entretanto, a maioria das derrotas históricas da classe trabalhadora ocorreu com o fechamento de crises revolucionárias pelo triunfo da contra-revolução e o estabelecimento de regimes ditatoriais – processo que, dependendo da iniciativa e da capacidade de luta das classes subalternas, pode levar à eclosão de guerras civis e, em todo



Reorganização da classe trabalhadora

caso, à repressão sistemática contra as organizações dos trabalhadores, suas direções, seus quadros e militantes. Nesses casos, derrotas históricas podem ocorrer sempre que, em meio a escalada da crise revolucionária, as direções e organizações da classe trabalhadora se dividem e parte delas (geralmente seus setores hegemônicos, com razoável grau de inserção subordinada no regime e, portanto, com interesses a defender) hesita em levar a escalada do processo revolucionário a suas últimas conseqüências, recua e acaba utilizando seu imenso peso no movimento de massas para fechar a crise e buscar alguma espécie de solução de compromisso com as classes dominantes, abrindo assim espaço para a posterior estabilização do regime. Nesses casos, recorrentes sob diversas formas e circunstâncias, as conseqüências históricas das derrotas sofridas costumam encerrar toda uma etapa revolucionária e são, geralmente, profundas e de longo alcance.

Há ainda casos em que derrotas históricas da classe trabalhadora acontecem antes que se tenha aberto o que, propriamente, poderia ser designado como uma crise revolucionária. Pode ocorrer, por exemplo, que, em meio a uma crise social e política que poderia abrir uma situação revolucionária, o equilíbrio de forças na luta de classes acabe por impedir tanto a solução revolucionária quanto o triunfo da contra-revolução – casos em que se abre espaço para as mais diversas espécies de soluções bonapartistas, sejam elas mais ou menos regressivas. Ou, mesmo, que uma situação pré-revolucionária venha a ser fechada, ainda em seu início, por alguma espécie de acordo entre as classes dominantes e as direções (ou o setor hegemônico das direções) das classes subalternas, visando (como nas lutas de frente única contra regimes ditatoriais) à democratização progressiva do regime, ou senão, quando a crise se abre em regime democrático, a alguma espécie de compromisso que permita o restabelecimento da ordem dominante, seja pela realização de eleições ou pela celebração de alguma espécie de compromisso entre as classes em luta, o que, muitas vezes, é capaz de fechar apenas momentaneamente

uma situação pré-revolucionária, que pode, a qualquer momento, voltar a se abrir, caso as condições se tornem favoráveis para isso.

Sob o impacto das derrotas que determinam o fechamento de etapas revolucionárias – ou mesmo de uma longa época revolucionária, como foi o período entre 1917 e 1989-91 –, é justificável que a classe trabalhadora perca, por um intervalo de tempo mais ou menos longo, a necessária confiança em suas próprias forças, tornando-se mais cautelosa em suas ações e favorecendo a abertura de um período em que as condições históricas propiciam a hegemonia de estratégias reformistas, como ocorre hoje no Brasil e na maior parte do mundo. O medo – compreensível, sobretudo depois das ondas repressivas que costumam suceder as derrotas históricas da classe trabalhadora – é, e será sempre, o mais poderoso amortecedor na história da luta de classes.

Com a desarticulação da capacidade de luta e resistência da classe trabalhadora, abre-se espaço para que a estabilização da ordem seja, geralmente, sucedida por toda uma ofensiva das classes dominantes pela reestruturação mais ou menos profunda de sua ordem de dominação, abrindo assim uma etapa, mais ou menos longa, de refluxo das lutas e da própria atividade histórica das classes subalternas, como vem ocorrendo nas últimas décadas, marcadas pela abertura de uma ofensiva global do capital, pela supressão sistemática de todas as barreiras e limites à sua reprodução ampliada. Em períodos desse tipo, a hegemonia de direções e organizações reformistas, no seio da classe trabalhadora, não chega a ser ameaçada pelos setores revolucionários do movimento, que, nestes casos, até que venha a se abrir um novo ascenso histórico das lutas, tendem a permanecer minoritários e sem qualquer influência de massa sobre as classes subalternas.

Todavia, conforme já foi dito, a recorrência de etapas não propriamente revolucionárias, na história da luta de classes, não é determinada apenas pelo fechamento de crises ou de situações revolucionárias ou pré-revolucionárias, ou mesmo de processos revolucionários. Etapas não revolucionárias podem também ser determinadas por



períodos de crescimento econômico prolongado, em que o sistema do capital tem maior facilidade para deslocar suas próprias contradições, antagonismos e limites estruturais, mediante sua auto-expansão – o que lhe permite fazer maiores ou menores concessões à classe trabalhadora, a depender, evidentemente, do nível de pressão que ela for capaz de exercer na luta de classes. Lênin (1979) e Trotsky (1979), em suas considerações sobre as condições históricas de uma situação revolucionária, já haviam assinalado que a classe trabalhadora jamais se dispõe à revolução enquanto ela tiver perspectivas claras de resolver seus problemas sem qualquer ruptura com a ordem vigente. A burguesia também não ignora essa lei elementar da história da luta de classes – e, não é por outra razão, que, sob a pressão da luta de classes, ela aprendeu, desde cedo, a fazer as concessões que fossem necessárias para evitar a abertura de crises revolucionárias.

Na medida em que as condições necessárias para a eclosão de crises e o desenvolvimento de processos revolucionários não estão sempre disponíveis, as etapas não revolucionárias ocupam a maior parte do tempo na história da luta de classes. Afinal, abstraída uma série de outras condições necessárias, a luta de classes só vem a assumir a via revolucionária em situações em que, diante de uma grave crise social, acaba por se revelar impossível arrancar da burguesia e de seu Estado as concessões que esses sempre se dispõem a fazer quando se sentem intensamente pressionados pela intervenção decidida dos trabalhadores na luta de classes – e quando podem fazê-las, evidentemente. Inicialmente, toda luta social tende a se organizar em torno de reivindicações concretas e parciais, que podem ser, ou não, atendidas de forma satisfatória, e que podem, ou não, entrar em conflito com os próprios pressupostos da ordem vigente; em todo caso, o que sempre se busca na luta, de saída, são reformas e concessões que, a princípio, se imagi-

Inicialmente, toda luta social tende a se organizar em torno de reivindicações concretas e parciais, que podem ser, ou não, atendidas de forma satisfatória, e que podem, ou não, entrar em conflito com os próprios pressupostos da ordem vigente

na poderem ser obtidas nos marcos da ordem vigente. As massas não se movem inicialmente para lutar pelo poder político, pela implementação do socialismo ou por qualquer outro propósito ideologicamente definido; concretamente, é apenas a partir da luta unificada em torno de uma plataforma comum e de todo um conjunto de reformas capaz de sintetizar as reivindicações mais sentidas pela população que as massas começam a se mover. A via revolucionária e a luta consciente pelo poder podem se abrir, ou não, apenas quando as massas, exasperadas, perdem completamente as esperanças de poder resolver seus problemas por meio de reformas arrancadas à burguesia e ao seu Estado. Isso não

nos permite, em hipótese alguma, afirmar que a classe trabalhadora seja ontologicamente reformista, como sugere o conformismo de muitas teses impressionistas que, depois das derrotas históricas que encerraram o século XX, se apressam em reunir argumentos para decretar o fim da era das revoluções. Se a classe trabalhadora fosse, de fato, ontologicamente reformista, seria impossível explicar como ela teria sido capaz de fazer do século passado o mais

revolucionário da história. Que ela seja, de início e na maior parte do tempo, reformista quer dizer apenas que a classe trabalhadora, para atingir seus objetivos concretos, tende a buscar primeiro a via das reformas; se esta via se fecha, se as perspectivas de conquistas da classe trabalhadora, nos marcos da ordem vigente, se retraem, a própria história demonstra que a possibilidade de que se abra uma situação revolucionária é sempre concreta e iminente, ainda que essas condições, embora necessárias, não sejam suficientes, nem para que a via revolucionária se abra de fato, e muito menos ainda, para que o processo revolucionário possa ser levado a suas últimas consequências.

Há, portanto, uma dialética entre reforma e revolução, que poderia ser expressa da seguinte



Reorganização da classe trabalhadora

forma: revoluções só chegam a se tornar possíveis quando a via para as reformas sociais e democráticas foi bloqueada; e reformas só se tornam possíveis quando a ameaça iminente da revolução exige que a burguesia faça concessões. Sem revoluções – ou sem a possível e iminente eclosão de crises revolucionárias – não há reformas; sem que a luta pelas reformas se coloque em movimento, não há possibilidade de que se abra a via revolucionária. A rigor, o século XX só pôde ser o século das reformas sociais porque, antes de tudo, foi o século mais revolucionário da história.

As direções costumam valer-se de seu peso no movimento como moeda de troca para negociar sua integração subordinada ao Estado. Trata-se, então, de conter a revolução social nos marcos da revolução política e a revolução política nos marcos da revolução burguesa, em alianças com setores supostamente mais democráticos e progressistas da burguesia.

A luta pelas reformas e por reivindicações democráticas – que exige sempre a formação de uma frente única entre as mais diversas organizações da classe trabalhadora, malgrado suas diferenças políticas, ideológicas, táticas e estratégicas – pode levar a revoluções políticas, ou até mesmo a revoluções sociais, sempre que o regime, sob intensa pressão de luta de classes, não logre fazer, por quaisquer razões, as concessões que se fazem necessárias. Revoluções políticas não retiram a burguesia do poder, mas podem obrigá-la a compartilhá-lo com organizações da classe trabalhadora, até mesmo, a concessões antes inimagináveis às classes subalternas. Revoluções políticas podem se ver obrigadas a democratizar o regime e, sob pressão da luta de classes, podem até avançar em reformas sociais e, assim, esvaziar o ímpeto revolucionário das classes subalternas, logrando uma momentânea estabilização da ordem, ainda que em condições mais favoráveis para as classes subalternas em relação ao período anterior. Mas todos esses avanços, caso ocorram, podem mostrar-se insuficientes para realizar as transformações reivindicadas pelas massas em movimento, principalmente se a atuação independente das direções da classe trabalhadora intervir conscientemente na linha do progressivo aprofundamento do processo revolucionário.

Revoluções políticas, como a história demonstra, podem abrir o caminho para revoluções sociais. Nestes momentos de crise revolucionária, a disjuntiva entre reforma e revolução se torna clara: sob intensas pressões das classes dominantes, as direções e organizações da classe trabalhadora podem se dividir, colocando em risco o desenvolvimento progressivo do processo revolucionário e, muitas vezes, favorecendo o triunfo da contra-revolução. Nas revoluções do século XX, esse fenômeno se repetiu: direções e organizações reformistas da classe trabalhadora, presumindo que as condições

objetivas e subjetivas não permitiriam que uma revolução social pudesse chegar a bom termo e que poderiam, até mesmo, levar a um retrocesso brutal, tendem a adotar uma linha política de acomodação ao regime e de defesa da democracia burguesa e de suas instituições. Utilizam para tanto a pressão das massas na busca de acordos com as classes dominantes, num curso de ação que, não raras vezes, leva à integração de seus dirigentes e organizações ao governo burguês. Em situações desse tipo, as direções costumam valer-se de seu peso no movimento como moeda de troca para negociar sua integração subordinada ao Estado. Trata-se, então, de conter a revolução social nos marcos da revolução política e a revolução política nos marcos da revolução burguesa, em alianças com setores supostamente mais democráticos e progressistas da burguesia. A racionalização dessa linha política, ao longo do século XX, muitas vezes, apresentou como argumento o que se convencionou designar como a concepção etapista da revolução, comum tanto às formações da social-democracia como às organizações stalinistas: em meio à transição das formações sociais pré-capitalistas para a sociedade burguesa, formou-se, nestes setores, a convicção de que a revolução burguesa deveria preceder; necessariamente, à revolução socialista, que só po-



deria vir a se desenvolver uma vez consumada a transição para a sociedade capitalista e para a democracia burguesa.

Nos momentos das crises revolucionárias, as direções e organizações revolucionárias do movimento de massas vivem a sua maior prova histórica: a passagem da revolução política à revolução social – ou mesmo da revolução burguesa à revolução socialista – depende, então, abstraída toda uma série de outras condições, da atuação conseqüente de sua direção revolucionária e de sua capacidade de conquistar a hegemonia e a direção do movimento de massas para a linha política do aprofundamento da revolução política, em direção à tomada do poder pelos trabalhadores e à revolução social. A frente única, formada por setores reformistas e setores revolucionários, eventualmente podendo incluir setores burgueses e pequeno-burgueses, que se revelou necessária, nestes casos, para organizar a luta pelas reformas, tende, assim, a se desfazer com o aprofundamento da crise e do processo revolucionário. Ao fim e ao cabo, a formação da unidade das classes subalternas, sob as intensas pressões das classes dominantes, acaba por tornar-se impossível em função da incompatibilidade política entre as estratégias reformista e revolucionária, muitas vezes, levando à derrota da classe trabalhadora e ao triunfo da contra-revolução.

O período histórico, que se abriu para nós em 1989-91, marca, ao mesmo tempo, o fim do que foi a primeira longa onda de revoluções sociais na sociedade capitalista e o começo de um período – que pode ser mais ou menos longo – de reorganização da classe trabalhadora. Mas o primeiro século das revoluções sociais protagonizadas pela classe trabalhadora – em que revoluções políticas e sociais aconteceram na imensa maioria dos países – certamente não será o último século a ser marcado por vagas de revoluções sociais. Afinal, o conjunto de contradições e antagonismos estruturais, que caracterizam o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista e criaram as condições para os processos revolucionários que eclodiram ao longo do século XX, não desapareceu; muito pelo contrário, num qua-

dro em que a ativação das contradições e limites estruturais absolutos do sistema do capital se aprofunda e a reprodução ampliada do capital tende a assumir uma dinâmica cada vez mais auto-destrutiva, não é difícil prever que viveremos mais um século marcado por revoluções, sociais e políticas, protagonizadas pelo proletariado e pelo conjunto das classes subalternas.

Mas o esgotamento progressivo da capacidade histórica de permanência de um determinado modo de produção e o processo histórico de transição para um novo modo de produção é, necessariamente, lento e repleto de avanços e recuos. Se a transição, das formações sociais pré-capitalistas ao modo de produção capitalista, em todo o mundo durou séculos, não poderíamos esperar que a transição do capitalismo ao socialismo pudesse ser realizada logo no primeiro século da era das revoluções sociais, sobretudo se levamos em consideração as imensas dificuldades envolvidas nesta transição. De fato, está em jogo, pela primeira vez, a superação histórica da sociedade de classes e o desafio da apropriação, consciente, dos processos produtivos e reprodutivos da vida genérica da espécie humana pelos produtores, livremente associados. Tampouco podemos desconsiderar que a transição das formações sociais pré-capitalistas para o modo de produção capitalista ainda estava em curso no século XX. Marx (1979) já havia assinalado que um modo de produção determinado jamais poderia ser superado historicamente enquanto ainda não houver desenvolvido todas suas forças e capacidades produtivas. Neste sentido, se o capitalismo pôde de fato triunfar sobre a revolução social no século XX, isso ocorreu porque as condições objetivas e subjetivas para a necessária mundialização da revolução social ainda não estavam, e nem poderiam estar, historicamente maduras numa época em que o processo de expansão das forças produtivas, de elevação dos padrões de produção e consumo e de mundialização do sistema do capital, ainda estava em marcha. Sob todas essas condições favoráveis, e ainda em meio a sua longa ascendência histórica, o sistema do capital pôde gozar, ao longo do século XX, de uma ampla



Reorganização da classe trabalhadora

margem de manobra para poder deslocar continuamente seus próprios limites e contradições, o que é sempre decisivo para a contenção de processos revolucionários.

As revoluções sociais não puderam, então, se mundializar e nem, tampouco, puderam ocorrer nos países de maior desenvolvimento das forças produtivas, a imensa maioria delas tendo lugar em países periféricos, que ainda não haviam completado a transição histórica de formações sociais pré-capitalistas para o modo de produção capitalista. Terminaram por ser bloqueadas e inteiramente deformadas em seu desenvolvimento histórico, na medida em que estiveram, desde o início, pressionadas por condições e limites objetivamente determinados pelos constrangimentos estruturais, provocados pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nestes países. Sob condições tão desfavoráveis, as revoluções sociais que conseguiram abrir caminho para a conquista do poder do Estado e para a expropriação da burguesia, em um número significativo de países, não puderam se desenvolver livremente na direção da construção de uma sociedade socialista. Desde o início, todos os processos revolucionários foram constrangidos, no curso de seu desenvolvimento, pela necessidade de centralizar, no Estado, a reorganização dos processos produtivos e reprodutivos e da defesa militar frente ao imperialismo e à contra-revolução, de reestruturar as forças produtivas inteiramente devastadas pelos conflitos e guerras, que precederam a vitória da revolução, e imprimir um ritmo bastante acelerado a seu necessário desenvolvimento, num quadro em que a revolução social ficara confinada a países mais ou menos periféricos do sistema mundial. Sob essas condições, a extração de mais-valia, politicamente motivada a partir da ação do Estado e

sob controle da burocracia, tornou-se condição para o necessário desenvolvimento das forças produtivas, o que descartou, desde o início, a possibilidade de que viesse a se desenvolver, como direção do processo revolucionário, a necessária dissolução do Estado, mediante a socialização autogestionária dos processos produtivos e reprodutivos pelos produtores livremente associados. O poder da burocracia se sobrepôs, então, à sociedade e ao próprio processo revolucionário, exigindo que as energias desencadeadas pela revolução fossem contidas e reprimidas e abortando o necessário processo de formação do poder popular. O triunfo da contra-revolução, tomando a forma da afirmação totalitária do Estado e da burocracia estatal sobre a sociedade e sobre todas as energias populares e revolucionárias, se deu, nas sociedades pós-capitalistas, por dentro do próprio processo revolucionário.

Nesse quadro, as dificuldades inerentes aos processos revolucionários vividos por essas sociedades não abriram as melhores perspectivas para a revolução social, nos demais países; pelo contrário, acabaram servindo para dividir as opiniões em torno do significado que assumiam os processos revolucionários nas sociedades que expropriaram a burguesia. Ao longo deste processo, é bastante notório o papel contra-revolucionário desempenhado pela burocracia soviética e pelos PCs a ela alinhados, pelo menos desde o fim da 2ª Guerra Mundial. No pós-guerra houve o chamamento para o desarmamento da resistência civil (liderada pelos comunistas) que havia derrotado as tropas nazi-fascistas, em vários países europeus, bem como à participação nas eleições gerais e no esforço comum de reconstrução destes países, num momento em que as condições para a via revolucionária estavam colocadas; isto foi determinante

O poder da burocracia se sobrepôs, então, à sociedade e ao próprio processo revolucionário, exigindo que as energias desencadeadas pela revolução fossem contidas e reprimidas e abortando o necessário processo de formação do poder popular.

O triunfo da contra-revolução, tomando a forma da afirmação totalitária do Estado e da burocracia estatal sobre a sociedade e sobre todas as energias populares e revolucionárias, se deu, nas sociedades pós-capitalistas, por dentro do próprio processo revolucionário.



para o encerramento da onda revolucionária de 1943-48, na Europa. Em épocas mais recentes, vale lembrar a atuação do PC francês no maio de 68, decisiva para a derrota dos trabalhadores, e todas as mais diversas formas de capitulação, que decorreram do obscuro acordo de coexistência e de partilha do mundo entre EUA e URSS, ao longo da chamada Guerra Fria. A verdade é que a burocracia soviética exerceu um papel contra-revolucionário, que se revelou, ao fim e ao cabo, decisivo para o triunfo da contra-revolução e para a própria derrocada do sistema soviético, que se consuma, no momento da restauração capitalista, com a apropriação privada, pelos próprios membros da burocracia, das principais empresas e recursos naturais e estratégicos da URSS.

A derrota da primeira onda histórica da revolução social representou, também, a derrota das burocracias, que nasceram do engessamento dos processos revolucionários e acabaram se tornando um dos mais formidáveis obstáculos à revolução social, no século XX. Mas, a derrota histórica das burocracias não pode ser compreendida – ao contrário do que supõe o senso comum, ideologicamente influenciado pelo pensamento burguês – como a derrota da revolução: se a derrota da revolução já havia sido historicamente determinada pelo triunfo da burocracia, a derrota da burocracia só pode ser compreendida como a derrota do que acabou por se revelar, na segunda metade do século XX, como uma das condições determinantes para o bloqueio da própria revolução social.

No século mais revolucionário da história, em que as condições subjetivas para a eclosão de revoluções sociais se fizeram presentes em dezenas de países, as condições objetivas para seu desenvolvimento histórico ainda não haviam ama-

O sistema, inerentemente auto-expansivo, do capital começa a ter de confrontar-se com os limites físicos da natureza, como limites históricos para a continuidade indefinida de seu processo de reprodução ampliada. Inaugura-se, assim, uma nova época histórica, em que o desenvolvimento unilateral das forças produtivas sob a lógica do capital passa a assumir uma configuração eminentemente excludente e auto-destrutiva, determinando um quadro em que já não há, e já não poderá mais haver, lugar para todos, na ordem essencialmente antagonica, desigual e excludente do capital.

durecido, em meio ao processo de transição das formações sociais pré-capitalistas para a sociedade burguesa e ao processo histórico de mundialização progressiva do sistema do capital.

Em meio ao processo de reorganização da classe trabalhadora, depois da derrota histórica da primeira longa onda de revoluções sociais, há algumas questões estratégicas que precisam ser colocadas e desenvolvidas para que se possa apreender mais claramente a natureza da época histórica que se abriu desde 1989-91.

A essa altura já não é mais possível ignorar o que Mészáros (2002) definiu como a ativação das contradições e dos limites históricos e estruturais do processo de reprodução ampliada do capital: depois da longa ascendência histórica do sistema do capital, em que ele exerceu um papel revolucionário no processo de superação das formações sociais pré-capitalistas, de desenvolvi-

mento das forças produtivas e de formação das condições para o intercâmbio universal das capacidades produtivas da humanidade, os efeitos cumulativos da dinâmica predatória, insustentável e incontrolável de seu desenvolvimento determinam, daqui por diante, o curso de uma crise ecológica e social, cujo aprofundamento coloca em risco as próprias bases naturais da produção e da reprodução social da vida.

No século XXI, chegamos a uma época do desenvolvimento histórico do sistema do capital em que, independentemente das condições de seu desenvolvimento antagonico, desigual e combinado, os próprios limites físicos absolutos do planeta impedem que as condições do “capitalismo avançado”, seus padrões de produção, consumo e acumulação, e as promessas sempre renovadas do “desenvolvimento” e da “moderni-



Reorganização da classe trabalhadora

zação”, possam ser universalizadas, mediante uma expansão indefinida do processo de reprodução, sempre ampliada, do capital. O sistema, inerentemente auto-expansivo, do capital começa a ter de confrontar-se com os limites físicos da natureza, como limites históricos para a continuidade indefinida de seu processo de reprodução ampliada. Inaugura-se, assim, uma nova época histórica, em que o desenvolvimento unilateral das forças produtivas sob a lógica do capital passa a assumir uma configuração eminentemente excludente e auto-destrutiva, determinando um quadro em que já não há, e já não poderá mais haver, lugar para todos, na ordem essencialmente antagônica, desigual e excludente do capital. Se, durante séculos, o sistema auto-expansivo do capital foi capaz de subordinar, progressivamente, todas as atividades produtivas e reprodutivas da humanidade aos imperativos de sua reprodução ampliada e de desenvolver, incessantemente, as forças produtivas do trabalho humano, na nova época histórica que se abre, se tornará cada vez mais claro que a ativação de suas próprias contradições e limites estruturais absolutos coloca, no epicentro da história, como questão de sobrevivência para a maioria da humanidade, o desafio da socialização e do controle consciente, auto-gestionário e radicalmente democrático da totalidade histórica da produção e da reprodução social.

Se não é possível prever os impactos do processo auto-destrutivo em curso e nem, tampouco, avaliar a capacidade do sistema auto-expansivo do capital para regular, de forma sustentável, os processos produtivos e reprodutivos e sobreviver a uma crise global determinada pelo seu próprio desenvolvimento histórico, não é difícil antecipar que a crise ecológica deve impor limites cada vez mais severos à reprodução ampliada do capital, estreitando ainda mais sua capacidade de seguir deslocando continuamente seus antagonismos, limites e contradições estruturais, num quadro em que o peso da crise será inevitavelmente lançado nas costas das maiorias vulneráveis da população mundial.

Mas, a crise estrutural do sistema do capital

não afeta apenas o intercâmbio metabólico da humanidade com a natureza: ela se torna excepcionalmente regressiva também para a classe trabalhadora. A rigor, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto – consequência inevitável e potencialmente emancipatória do desenvolvimento das forças produtivas – não poderá jamais efetivar suas imensas potencialidades positivas nos parâmetros estruturais do sistema do capital. Se o desenvolvimento das forças produtivas leva à diminuição constante do tempo de trabalho socialmente necessário, criando assim as condições objetivas para a emancipação progressiva do gênero humano, sob as premissas, cada vez mais irracionais, da valorização do capital, a substituição do trabalho humano pelas máquinas apenas dissemina, por toda parte, o desemprego estrutural de massas e a precarização das condições de vida e de trabalho da maioria da população mundial, produzindo uma crescente superpopulação relativa que, para todos efeitos, passa a existir como um imenso reservatório de mão de obra disponível para o processo de valorização do capital.

Estamos, aqui, diante de uma brutal contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção inerentes ao sistema do capital, contradição que apenas se aprofunda à medida que o processo de valorização do capital se fundamenta na extração de mais-valia – e por isso exige, e continuará a exigir, o emprego maciço de força de trabalho. Não sendo capaz, por sua própria natureza, de levar às últimas consequências a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o sistema do capital torna-se, assim, um obstáculo intransponível ao desenvolvimento das forças produtivas e ao próprio processo de automação do trabalho, na mesma medida em que busca ampliar a extração de mais-valia pela transferência da produção para países com oferta abundante de mão-de-obra barata, forçando a queda dos preços das mercadorias e a imposição conseqüente da redução dos custos da força de trabalho, em todo o mundo. Neste processo, os ganhos da elevação da produtividade do trabalho são quase inteiramente absorvidos pelo capital, num quadro em



que o desenvolvimento das forças produtivas apenas favorece as condições para a super-acumulação de capital, às custas da intensificação da exploração do trabalho e da exclusão social, econômica e cultural de contingentes cada vez maiores da população mundial.

Em meio aos impactos, inevitavelmente restritivos e destrutivos, da crise ecológica global, a história da luta de classes toma, assim, a forma de um conflito entre um imenso excedente de capitais historicamente acumulados – que já não pode ser investido na produção e busca incessantemente, novas formas destrutivas e fictícias de valorização – e uma oferta, cada vez mais excedente, de força de trabalho, em relação às necessidades de valorização do capital. O resultado imediato é uma alteração objetiva na correlação de forças da luta de classes, acentuada pela contradição estrutural entre a progressiva mundialização dos processos produtivos e da dinâmica de acumulação capitalista e a atuação, ainda nacionalizada, das organizações sociais e políticas da classe trabalhadora. Na mesma direção, a mundialização, cada vez mais efetiva, do capital e dos processos de produção e circulação de mercadorias e o enorme poder concentrado pelas corporações transnacionais, que controlam o mercado mundial, limita, cada vez mais, o poder de que ainda dispõem os Estados nacionais, criando as condições para a completa subordinação do poder político ao poder econômico do capital globalizado e impondo, assim, ainda mais obstáculos para qualquer controle sustentável dos processos produtivos que tenha de se confrontar com as premissas estruturais do processo de reprodução ampliada do capital.

Esse conjunto, dialeticamente articulado, de processos e tendências históricas desequilibrou inteiramente a correlação de forças na luta de

classes, num quadro em que o imenso poder da indústria cultural e dos aparelhos ideológicos do Estado e do capital, sobre as formas da consciência socialmente determinada, atua de forma dissolvente sobre a subjetividade, potencialmente antagônica, da classe trabalhadora, já por si só desestruturada pela imensa crise que se seguiu às derrotas sofridas pelos trabalhadores nas últimas décadas do século XX. A conjunção destes processos criou condições, objetivas e subjetivas, que prepararam o terreno para a ofensiva global do capital e colocaram na defensiva a classe trabalhadora e suas organizações, abrindo espaço para toda uma reestruturação da ordem de dominação global do capital, que busca agora suprimir todos os limites e barreiras à sua reprodução ampliada, ativando, assim, de forma cada vez mais clara, o espectro da insustentabilidade e da incontornabilidade totais.

Nesse quadro, a longa ascensão histórica do sistema do capital – materializada em sua capacidade de deslocar continuamente seus próprios limites, antagonismos e contradições estruturais, de sobreviver a suas crises periódicas e às intensas pressões da luta de classes, incorporando continuamente novos territórios, populações, mercados e fontes de matéria-prima e de força de trabalho barata e abundante e subordinando, progressivamente, todas as atividades produtivas e reprodutivas ao processo de sua reprodução ampliada, no quadro de um desenvolvimento contínuo das forças produtivas e de um consumo sempre ampliado – terá, doravante, de se confrontar com seus limites absolutos e com as condições estruturais para seu declínio inevitável. Abre-se, assim, uma época em que o imperativo do controle social consciente da totalidade histórica da produção e da reprodução social da vida, e de seu intercâmbio metabólico com a natureza, entra necessariamente em

Abre-se, assim, uma época em que o imperativo do controle social consciente da totalidade histórica da produção e da reprodução social da vida, e de seu intercâmbio metabólico com a natureza, entra necessariamente em contradição, cada vez mais aberta, com as premissas estruturais do próprio sistema do capital, colocando em risco, pela primeira vez na história, a própria sobrevivência da humanidade.



Reorganização da classe trabalhadora

contradição, cada vez mais aberta, com as premissas estruturais do próprio sistema do capital, colocando em risco, pela primeira vez na história, a própria sobrevivência da humanidade.

Diante desse quadro regressivo, que marca o início do fim da longa ascendência histórica do sistema do capital, uma série articulada de questões centralmente estratégicas se nos impõem:

1) O sistema do capital poderá auto-regular-se, na velocidade e na intensidade necessárias, para sobreviver à crise ecológica por ele mesmo determinada, indo contra as suas determinações mais elementares e contornando todos os imensos obstáculos que a sua própria lógica lhe impõe, quando se trata de impor controles sobre a sua própria reprodução ampliada? Mais do que isso, ele poderá confrontar, com sucesso, não só a crise ecológica, mas também a profunda crise social determinada pelo aprofundamento de suas próprias contradições e antagonismos estruturais?

Não parece provável que isso possa ocorrer – e mesmo que venha a ocorrer, não é difícil imaginar as imensas dificuldades, que serão colocadas para a sobrevivência da ordem do capital, num quadro como esse, que apenas começa a se abrir na primeira década do século XXI. Mas, há ainda outra questão, intimamente articulada à primeira: diante da desaceleração histórica de sua expansão, dos obstáculos colocados pelos limites físicos da natureza, do agravamento de suas explosivas contradições e antagonismos estruturais e dos elevados custos (que se tornarão cada vez mais proibitivos) da crise ecológica, teria o sistema do capital margem de manobra para fazer as necessárias concessões, que certamente lhe serão exigidas sob as intensas pressões da luta de classes?

Por todas as considerações já feitas até aqui, tampouco parece provável que isso venha a ocorrer – e mesmo que o sistema do capital possa vir a sobreviver a uma segunda onda da revolução social no século XXI, as condições para essa sobrevivência seriam certamente bem mais precárias do que já o foram no século XX.

2) Mesmo diante de todas as dificuldades colocadas por esse quadro e da magnitude da ação política necessária para reverter o processo auto-

destrutivo em curso, nada nos permitiria supor que o capitalismo possa vir a morrer de morte natural – ou mesmo que seu esgotamento e sua superação possam ser considerados como tendências históricas objetivas e inexoráveis. Esta forma de considerar a situação despreza o fator subjetivo, ignorando o papel central que assume a intervenção das classes na história. Se um modo de produção jamais pode ser superado, antes de ter desenvolvido plenamente suas forças e capacidades produtivas e de ter de defrontar-se com a ativação de suas próprias contradições e limites estruturais absolutos, na mesma medida podemos afirmar, mais uma vez com Marx, que um modo de produção jamais poderá ser historicamente superado, sem que antes se desenvolva em seu interior a complexa constelação das condições objetivas e subjetivas necessárias para a emergência de uma nova forma da sociabilidade. A complexa transição de um modo de produção a outro não se dá ape-

Vivemos uma situação em que a crise do sistema do capital e sua necessária superação exigem, pela primeira vez na história, a construção de uma forma de sociabilidade que seja capaz de colocar sob controle consciente as imensas forças produtivas desenvolvidas pelo trabalho social. Se as condições objetivas para isso apenas tendem a amadurecer na época histórica que se abre, marcada pela crise estrutural do sistema do capital, é impossível ignorar que, na etapa histórica em que nos achamos, as condições subjetivas (o sujeito social) para essa necessária transição ainda estão ausentes.

nas em função das determinações negativas da crise estrutural do modo de produção vigente; ela depende, essencialmente, da história da luta de classes e da eficácia da intervenção das classes em presença no terreno da luta.

É evidente a diferença essencial de nosso tempo em relação aos tempos de Marx e Engels,



e de todas as sociedades que, à sua época, tiveram de enfrentar as condições estruturais de seu próprio colapso. Em sua longa duração, a crise estrutural do sistema do capital envolve todo o planeta e a totalidade histórica da produção e da reprodução social da vida, num quadro em que a magnitude das forças produtivas-destrutivas historicamente desenvolvidas coloca em risco, em última análise, a própria sobrevivência da humanidade. Ademais, a esta altura já não estamos diante de uma transição histórica que possa ser marcada pela afirmação progressiva de uma nova classe dominante; pelo contrário, vivemos uma situação em que a crise do sistema do capital e sua necessária superação exigem, pela primeira vez na história, a construção de uma forma de sociabilidade que seja capaz de colocar sob controle consciente as imensas forças produtivas desenvolvidas pelo trabalho social. Se as condições objetivas para isso apenas tendem a amadurecer na época histórica que se abre, marcada pela crise estrutural do sistema do capital, é impossível ignorar que, na etapa histórica em que nos achamos, as condições subjetivas (o sujeito social) para essa necessária transição ainda estão ausentes.

Nesse quadro, a questão das condições objetivas e subjetivas necessárias à formação da subjetividade histórica da classe trabalhadora assume papel central. Numa época em que o controle consciente da totalidade histórica da produção e da reprodução social tende a se tornar, cada vez mais claramente, uma questão de sobrevivência para a espécie, o desafio da reorganização histórica da classe trabalhadora torna-se decisivo, já que o proletariado, por sua posição antagônica em relação ao capital, é a única classe com potencial de constituir-se como força social ativa capaz de contrapor-se de à ordem do capital. Diante do poder social da “subjetividade única e global do capital” e da marcha, cada vez mais acelerada, que assume a sua própria crise estrutural, não há outra fonte concreta de poder social capaz de desafiar o processo auto-destrutivo, em curso, e todo o complexo de suas poderosas estruturas produtivas e reprodutivas, senão a necessária formação da classe trabalhadora como sujeito histórico

capaz de construir progressivamente as bases para a viabilização de uma alternativa societária qualitativamente diversa daquela que começa a agonizar, sob o peso da crise estrutural do sistema do capital.

Nas últimas décadas surgiram diversas teses que sustentam, pelas mais diversas razões, que a classe trabalhadora não teria potencialidade para constituir-se como sujeito histórico capaz de levar a cabo uma revolução social em escala mundial, donde se poderia concluir que o capitalismo teria sobrevivido ao século mais revolucionário da história, não propriamente por suas qualidades intrínsecas, mas porque os poderosos obstáculos colocados à formação da subjetividade histórica das classes subalternas e ao desenvolvimento da revolução social impediriam que a aposta estratégica no socialismo viesse a ser bem sucedida. Poderíamos concordar, em algum grau, com o que se elabora nestas teses, caso elas se limitassem a articular uma compreensão das razões pelas quais a revolução social não pôde triunfar no século XX, mas não podemos concordar com a condenação definitiva que elas pretendem decretar sobre as próprias possibilidades históricas da revolução social. Estas teses costumam assumir como premissa o fato de que a revolução social não teria passado pela prova da história. Mas, seria possível pressupor que o fim da primeira onda de revoluções sociais é suficiente para invocar, como prova da história, o fato de que a revolução seria, definitivamente, uma aposta perdida?

Essa questão é crucial para o processo de reorganização, na medida em que as diversas formas assumidas pela consciência reformista no processo de reorganização tomam, como premissa de suas posições políticas, a tese de que os caminhos da revolução social estariam definitivamente bloqueados; logo, nada mais restaria senão postular que “um outro mundo é possível”, dentro dos limites da ordem do capital, o que, à primeira vista, pode até mesmo aparecer como a hipótese mais plausível, sob o impacto das derrotas históricas das últimas décadas do século XX. A rigor, as diversas formas da consciência



Reorganização da classe trabalhadora

reformista terminam assumindo, sob variadas formulações, a tese da suposta insuperabilidade histórica da ordem do capital, apostando assim, tacitamente, na capacidade de o sistema do capital continuar a deslocar, indefinidamente, as suas próprias contradições, antagonismos e limites estruturais e, conseqüentemente, apostando, também, na possibilidade de arrancar concessões e reformas democráticas e sociais nos marcos da ordem do capital. Mas, haveria espaço para que o capitalismo viesse a assumir uma dinâmica progressiva, num século em que as condições históricas do processo de reprodução ampliada do capital tornam-se, cada vez mais, restritivas e destrutivas? Mais do que isso: haveria espaço para conquistar reformas, sem que a presença concreta do espectro da revolução social ameace a ordem do capital?

Não estamos diante de uma questão qualquer: na medida em que essa avaliação política confere sustentação – hoje como sempre – às posições reformistas, sua hegemonia, na fase atual do processo de reorganização, leva a grande maioria das direções e organizações da classe trabalhadora a adotarem estratégias que apostam na “democratização da democracia” e no papel regulador do Estado para assegurar a distribuição mais equitativa da riqueza socialmente produzida, a universalização dos direitos sociais e da cidadania e a promoção do desenvolvimento sustentável, dentro dos marcos da ordem do capital. Estratégias como esta, que rejeitam os métodos da luta de classes e não apontam, evidentemente, para a necessária superação da ordem do capital, acabam se tornando importantes para injetar legitimidade à ordem do capital, no início de uma época em que ela tende a assumir feições essencialmente regressivas. Por isso, elas tendem a se aproximar das estratégias reformistas que a própria burguesia começa a ensaiar para poder enfrentar as dimensões, potencialmente catastrófi-

Se, no século XX, as condições objetivas para o desenvolvimento da revolução social não estavam presentes, no início do século XXI, quando as condições objetivas tendem a tornar-se mais favoráveis, são as condições subjetivas para o desenvolvimento independente da consciência de classe dos trabalhadores que, até aqui, parecem se ausentar.

cas, de sua crise estrutural, o que, ao fim e ao cabo, apenas reforça a hegemonia da consciência reformista sobre o conjunto da sociedade, criando imensas dificuldades para o necessário desenvolvimento independente da consciência de classe dos trabalhadores e de suas direções e organizações. Tanto o governo Lula, e outros que lhe são assemelhados em sua composição de classe, como as organizações não-governamentais e parte das outras organizações, no papel histórico desempenhado quando integram o conselho do Fórum Social Mundial, são exemplos vivos dessa aproximação, em

curso, entre o reformismo de setores da burguesia e de grande parte das organizações da classe trabalhadora. Se, de fato, é correto supor que as estratégias reformistas terão imensas dificuldades para atingir os resultados a que se propõem, em meio aos poderosos limites e constrangimentos da crise estrutural do sistema, poderíamos assumir, como hipótese, que haveria, a médio e longo prazo, uma tendência ao esgotamento progressivo da hegemonia reformista sobre o conjunto da classe trabalhadora?

Avancemos, então, uma tese que, a rigor, só poderá ser confirmada ou rejeitada pela prova da história. O desencontro histórico entre as condições objetivas e subjetivas parece aqui se inverter: se, no século XX, as condições objetivas para o desenvolvimento da revolução social não estavam presentes, no início do século XXI, quando as condições objetivas tendem a tornar-se mais favoráveis, são as condições subjetivas para o desenvolvimento independente da consciência de classe dos trabalhadores que, até aqui, parecem se ausentar.

Para apreender, em suas linhas gerais, o conjunto de condições, obstáculos e desafios que se colocam no processo de reorganização da classe trabalhadora, é preciso considerar toda uma série de contradições estruturais e seus desdobramen-



tos, que se constituíram historicamente no processo pelo qual a divisão social hierárquica do trabalho, no sistema do capital, definiu, a seu modo, as formas e condições de existência e organização da classe trabalhadora:

a) antes de tudo, temos a contradição geral entre a subjetividade, única e global, do capital e as formas estratificadas, desiguais e fragmentadas, da composição e organização da classe trabalhadora, definidas pela divisão social hierárquica do trabalho, na ordem do capital. Essa contradição determinante se desdobra em toda uma série de contradições determinadas que representam, em seu conjunto articulado, os principais obstáculos que vêm impedindo que a classe trabalhadora desenvolva, de forma independente, a sua própria atividade histórica como classe, potencialmente, antagônica ao capital e à sua ordem societária. De um ponto de vista objetivo, a superação dos obstáculos colocados por essa contradição ao processo de formação da subjetividade histórica da classe trabalhadora exige, necessariamente, o desenvolvimento de organizações que possam abranger em seu interior o conjunto dos mais diversos segmentos de que se compõe, hoje, a classe trabalhadora.

b) essa contradição se materializa nas desigualdades, cada vez maiores, entre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, que determinaram, desde o início, uma composição crescentemente complexa, heterogênea e desigual dos diversos setores que integram o conjunto da classe trabalhadora. A desigualdade das condições objetivas e subjetivas de vida, no seio da classe trabalhadora, coloca, assim, o difícil problema da constituição da sua solidariedade e da sua unidade, como classe social capaz de desenvolver sua própria atividade histórica independente. Neste quadro, o crescimento do exército industrial de reserva e da super-população relativa, e o conseqüente adensamento dos movimentos migratórios, tende a impor novas configurações à classe trabalhadora, acentuando ainda mais as crescentes desigualdades em seu interior. Os segmentos da classe trabalhadora que operam a produção detêm os saberes necessários para

isso e dispõem, portanto, das condições materiais para se apropriarem dos processos produtivos, mas são, igualmente, os mesmos segmentos da classe que usufruem, em larga medida, das condições do consumo ampliado, não se achando, evidentemente, nas mesmas condições objetivas de existência dos segmentos majoritários da classe trabalhadora. Aqueles que teriam, portanto, condições objetivas para se confrontar com o sistema do capital e colocar, na ordem do dia, o desafio da apropriação consciente dos processos produtivos pela classe trabalhadora, são os mesmos que, de imediato, não possuiriam razões objetivas para assumir o protagonismo histórico na luta de classes; já aqueles que teriam, nas próprias condições materiais de sua existência, os mais poderosos motivos para desafiar a ordem do capital, não possuem as condições objetivas e subjetivas para isto.

c) essa contradição se materializa, ainda, em meio à divisão internacional do trabalho, sob o sistema do capital e as leis do desenvolvimento desigual e combinado, na oposição entre a territorialidade do espaço, global, de atuação histórica do capital e a territorialidade, restrita, da intervenção dos trabalhadores na história da luta de classes, ainda confinada aos espaços e limites do Estado nacional. Esta contradição exerceu, e continua ainda a exercer, um papel decisivo na história da luta de classes e na sustentação da ordem do capital: ela se materializa concretamente na forma da contradição, historicamente construída, entre os interesses dos trabalhadores dos países de “capitalismo avançado” (subordinados a seus Estados imperialistas e aos interesses de suas burguesias e de suas grandes corporações) e os interesses dos trabalhadores de países ditos “periféricos”; tal aparente conflito de interesses foi responsável, no século XX, pela destruição das bases, materiais e objetivas, da necessária solidariedade internacional entre a classe trabalhadora mundial. A divisão social hierárquica do trabalho, materializada na vigência da taxa diferencial de exploração e em seus efeitos sobre a própria composição da classe trabalhadora mundial, se revela aqui, mais uma vez, como um



Reorganização da classe trabalhadora

poderoso obstáculo para a unidade da própria classe trabalhadora. Na mesma medida, ela coloca na ordem do dia o desafio da mundialização das lutas, das plataformas e das próprias organizações da classe trabalhadora, como condição necessária para que se possa vir a reconstruir as bases para a atividade histórica independente da classe trabalhadora em escala mundial.

d) como materialização da mesma contradição essencial, temos, ainda, a contradição entre a condição, objetivamente antagônica, da classe trabalhadora em relação ao capital, sua subjetividade, apenas potencialmente antagônica, e os poderosíssimos meios pelos quais a formação de sua consciência vem sendo cotidianamente dominada pelo modo como a ordem do capital tem conseguido educar a classe trabalhadora e suas direções, dentro das práticas, relações e estruturas produtivas e reprodutivas da sociedade burguesa. Em outras palavras, estamos, aqui, diante do problema colocado pela contradição entre a condição, objetivamente antagônica, do trabalho em relação ao capital e a recorrente diluição da consciência dessa condição, nas formas mais débeis assumidas pela consciência de classe, sob as intensas pressões e influências da ordem social vigente e do impacto que a atividade histórica das classes dominantes exerce sobre as classes subalternas. Em sua existência objetiva na sociedade capitalista, a classe trabalhadora existe, de início, como mercadoria-força-de-trabalho, que deve alienar suas próprias capacidades produtivas ao capital, como condição necessária para a reprodução de sua existência. Submetida à divisão social hierárquica do trabalho, imposta pelo sistema do capital, ela é obrigada, para sobreviver, a reproduzir as condições históricas de sua existência reificada, permanecendo numa relação de subordinação, mais ou menos passiva, ao capital, que lança mão de todos os meios para que a consciência socialmen-

te determinada do conjunto da classe trabalhadora permaneça subsumida pelas condições práticas e materiais de sua própria existência na sociedade de classes. Nestas condições, sua consciência de classe não é capaz de superar, de início e na maior parte das vezes, o que Gramsci pensou como seu momento “econômico-corporativo”, em que sua atividade histórica tende a se limitar, no interior dos parâmetros não questionados da ordem do capital e de sua divisão social hierárquica do trabalho, a negociar melhores condições para a alienação de sua força de trabalho, ou; em outras palavras, melhores condições para sua inserção subordinada à ordem do capital. Educada pelo capital, a classe trabalhadora tende a conceber a sua ordem social como o li-

Sob o regime de uma consciência de classe ainda determinada pelos limites de sua dimensão econômico-corporativa, a classe trabalhadora não se torna capaz de desenvolver e difundir uma compreensão de mundo, organicamente elaborada de seu próprio ponto de vista, e, por isso, não é capaz de colocar em questão a estrutura capitalista de produção e reprodução social.

mite, definitivo e insuperável, de sua própria existência, sobretudo se lhe é concedido o direito a usufruir os frutos do desenvolvimento capitalista, na forma do consumo sempre ampliado. O que Gramsci chamou de consciência econômico-corporativa, a princípio hegemônica na classe trabalhadora, é, antes de tudo, um reflexo direto das poderosas pressões e influências que cada um dos indivíduos que a compõem recebe, diariamente, no processo de formação de sua consciência e de sua visão de mundo. Sob o fluxo cotidiano das práticas e relações sociais e materiais dominantes, e de uma incessante circulação

de idéias que elaboram, na forma de idéias, o conjunto dessas práticas e relações, tomadas como o único horizonte de toda sociabilidade possível, a formação da consciência e os complexos processos de socialização e subjetivação dos indivíduos, como sujeitos sociais, tendem a ser colonizados, desde o início, por representações que elaboram ideologicamente as condições de sua adaptação subordinada a uma ordem que, a princípio, tende a ser percebida e assimilada, por eles, como natural. Sob o regime de uma consciência



de classe ainda determinada pelos limites de sua dimensão econômico-corporativa, a classe trabalhadora não se torna capaz de desenvolver e difundir uma compreensão de mundo, organicamente elaborada de seu próprio ponto de vista, e, por isso, não é capaz de colocar em questão a estrutura capitalista de produção e reprodução social. Isto resulta em sua incapacidade de colocar para si a tarefa, histórica, de construir as bases necessárias para uma ordem societária em que a socialização da riqueza, socialmente produzida, e o controle, autogestionário, dos processos produtivos e reprodutivos pelos produtores, livremente associados, possam colocar as imensas forças e capacidades produtivas da humanidade a seu próprio serviço. Na medida, mesma, em que a consciência de sua relação antagônica com o capital desenvolve-se estritamente dentro dos limites do próprio sistema do capital, ela tende, assim, a materializar-se como consciência democrática e reformista, que termina por reproduzir e legitimar, inconscientemente, as próprias condições materiais objetivas de sua existência histórica, subordinada como classe.

e) a contradição dentro de uma classe, cuja composição fragmentada é determinada pela divisão social hierárquica do trabalho no sistema do capital, se reflete na existência de formas de organização, igualmente fragmentadas, e a necessidade concreta de unificar a classe em sua atividade histórica, construir sua subjetividade própria, suas organizações e suas lutas, no curso de um processo que lhe permita desenvolver, organicamente, sua própria compreensão de mundo, sua própria cultura, seu próprio projeto de sociedade. Esta contradição se materializa no modo como as organizações sociais, sindicais e políticas da classe trabalhadora tenderam historicamente a ser incorporadas e absorvidas, de forma subordinada, dos mais diversos modos, pela ordem social em que estão inse-

ridas. Este processo exige que se coloque em questão as formas organizativas que a classe trabalhadora assume na formação de sua subjetividade histórica, a fim de verificar as condições sob as quais essas formas tendem, ou não, e em que medida, a afirmarem sua autonomia ou a serem absorvidas pela ordem social, de que nascem e em que estão, desde o início, inseridas de forma subordinada. A questão aqui só poderá ser colocada em suas formas mais gerais.

Os sindicatos, como forma econômico-corporativa de organização dos trabalhadores, nos limites da divisão social hierárquica do trabalho, existem, a princípio, como representação dos trabalhadores perante o capital e o Estado para negociar as condições de venda da força de trabalho como mercadoria. Pelas condições objetivas de sua existência, que pressupõem as próprias estruturas produtiva e reprodutiva da sociedade do capital, os sindicatos dificilmente avançam, em sua atividade histórica, na direção da formação progressiva da consciência ético-política da classe trabalhadora e de sua subjetividade histórica independente.

produção das condições de estabilização da ordem e sua propensão ao reconhecimento e à defesa da ordem social em que estão inseridos, especialmente evidente nos momentos mais agudos das crises revolucionárias do século XX, decorre, essencialmente, das próprias condições objetivas de sua existência, que, na prática, coincidem com as próprias condições objetivas de existência da classe trabalhadora no sistema do capital.

Já, os movimentos de questão única, surgidos de lutas específicas, possuem, por sua própria natureza, um imenso potencial de adaptação subor-

Pelas condições objetivas de sua existência, que pressupõem as próprias estruturas produtiva e reprodutiva da sociedade do capital, os sindicatos dificilmente avançam, em sua atividade histórica, na direção da formação progressiva da consciência ético-política da classe trabalhadora e de sua subjetividade histórica independente.



Reorganização da classe trabalhadora

dinada ao sistema do capital; porque se movem, a princípio, em torno de interesses específicos de segmentos determinados da classe trabalhadora, eles não são capazes de envolver a classe, como classe. Ademais, na medida em que pressupõem que suas reivindicações possam ser atendidas dentro dos marcos da ordem vigente, se o movimento chega a ser bem sucedido, sendo suas reivindicações, em alguma medida, reconhecidas e atendidas pelo Estado há a tendência para a seguinte condição: o movimento, ou perde sua razão de ser e se dissolve, ou se funde, em alguma medida, com a própria estrutura do Estado, assumindo, mais recentemente, a forma de ONGs que, com verbas do Estado e assento em órgãos do Estado, passam a substituí-lo em suas funções ou a colaborar com ele, no atendimento das próprias reivindicações que determinam sua razão de existir. No caso de suas reivindicações não serem, e não poderem ser, atendidas – seja porque as condições históricas na luta de classes não são favoráveis para isso, seja porque suas demandas não são integráveis no sistema –, o movimento corre sempre o risco de desintegrar-se, ou mesmo, de perder sua capacidade de mobilização, caso não consiga se articular com o conjunto das organizações da classe trabalhadora, em torno de lutas e plataformas comuns.

Em relação aos partidos políticos, embora eles possam tornar-se, em condições favoráveis para isso, a direção e a expressão política de um amplo de movimento de massas, a situação não é muito diferente, sobretudo em etapas de refluxo do movimento de massas. Com a exceção dos partidos revolucionários, efetivamente conseqüentes com a sua condição de partidos revolucionários, partidos políticos existem estritamente em função da luta pelo poder político do Estado e pela ocupação pro-

gressiva dos espaços institucionais de poder, na sociedade e no Estado do capital; isto significa freqüentemente que as condições, objetivas e subjetivas, colocadas na luta pelo poder, podem facilmente sobre-determinar as condições de existência e a atuação dos partidos da classe trabalhadora, levando, assim, a que pautem a sua atividade histórica pela lógica, potencialmente corruptora, da ocupação progressiva dos espaços institucionais de poder. Os efeitos daninhos dessa lógica, em etapas de refluxo da luta de massas, são conhecidos e o exemplo concreto do PT demonstra claramente como isso é possível.

Somos, aqui, levados a admitir que as condições estruturais de existência das formas mais tradicionais de organização da classe trabalhadora permitiram, até agora, que se tenha tornado um fenômeno recorrente, na história da luta de classes, o processo de separação e autonomização das direções em relação à própria classe, o que sempre abriu espaço para a formação de castas burocráticas e para que se desenvolva toda uma assimetria entre a classe e suas representações, organizações e direções. Como manifestação da mesma contradição, as formas, em geral burocráticas, hierárquicas, autoritárias e fragmentadas, vigentes nas organizações mais tradicionais da classe, condicionadas por sua subordinação alienada à ordem do capital, entram, freqüentemente, em contradição com a necessidade ético-política de se construir, no seio das organizações dos trabalhadores, as bases da verdadeira democracia socialista; esta é essencialmente horizontal, auto-gestionária, anti-hierárquica, anti-burocrática, livre de práticas “hegemonistas” e de disputas intestinas e fratricidas, livre de qualquer laço de dependência ou de subordinação material ao capital e a seu Estado e da lógica, potencialmente corruptora, da

As condições, objetivas e subjetivas, colocadas na luta pelo poder, podem facilmente sobre-determinar as condições de existência e a atuação dos partidos da classe trabalhadora, levando, assim, a que pautem a sua atividade histórica pela lógica, potencialmente corruptora, da ocupação progressiva dos espaços institucionais de poder. Os efeitos daninhos dessa lógica, em etapas de refluxo da luta de massas, são conhecidos e o exemplo concreto do PT demonstra claramente como isso é possível.





ocupação progressiva de espaços institucionais de poder na sociedade e no Estado do capital, capaz de respeitar as posições divergentes e as minorias que se constituem em seu interior, sem jamais perder sua disciplina interna e sua capacidade de intervenção unificada.

Sem que esses obstáculos sejam considerados e enfrentados conscientemente, não será possível confrontar, de forma conseqüente, o difícil problema da formação da subjetividade da classe trabalhadora. Mas, o fim da primeira época histórica das revoluções sociais não representa, ainda, a derrota do projeto socialista e da possibilidade histórica de que a transição a um estágio superior da história humana possa vir a se afirmar, progressivamente, como solução para a crise do sistema do capital. Encerrada a primeira época revolucionária na história da sociedade capitalista, a era das revoluções e o processo de constituição da consciência de classe e da própria subjetividade histórica dos trabalhadores ainda não passou por sua prova histórica decisiva. Sob a

Mas, o fim da primeira época histórica das revoluções sociais não representa, ainda, a derrota do projeto socialista e da possibilidade histórica de que a transição a um estágio superior da história humana possa vir a se afirmar, progressivamente, como solução para a crise do sistema do capital.

marcha cada vez mais acelerada da crise estrutural do sistema do capital, a viabilidade histórica da necessária aposta estratégica no projeto socialista depende de sua capacidade de colocar, no horizonte histórico da humanidade, o desafio da apropriação consciente das condições de sua produção e reprodução social, como uma questão em que se coloca em jogo, antes de tudo, a própria sobrevivência do conjunto da humanidade.

REFERÊNCIAS

- LENIN. *A Falência da Segunda Internacional*. São Paulo: Ed. Kairós, 1979.
- MARX, Karl. *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política*, p. 130. In: *Os Pensadores*. Volume Marx. São Paulo: Editora Abril, 1979.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- TROTSKY, Leon. *Que é uma situação revolucionária?* Escritos. Tomo II. Vol. 2, p 510. Bogotá: Ed. Pluma, 1979. 







A mercadoria força de trabalho como parte fundante da reprodução do capital

Daniel Rodrigues

Professor da Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

O presente artigo objetiva entender a ‘novedosa’ formação da força de trabalho enquanto expressão última do fetiche da mercadoria especial. Na luta da classe trabalhadora deve-se buscar a compreensão de sua formação e de sua situação no processo de trabalho. É uma necessidade dos movimentos em luta entender os ‘novos ares’ de liberdade, autonomia, criatividade sob o modelo das competências, como elemento estratégico na dominação da classe trabalhadora e reprodução do capitalismo. Para tal, buscamos no materialismo dialético um caminho, desde a separação do conceito de trabalho e de força de trabalho, passando pela caracterização da força de trabalho enquanto mercadoria e, em decorrência, as características do fetiche desta mercadoria especial, apontando a expressão atual do modelo das competências como o patamar mais desenvolvido do mesmo. Para nós, entender a força de trabalho fetichizada significa contribuir para o rompimento com a realidade atual, por meio da construção estratégica de uma sociedade não mercantilizada, ou seja, que não mer-

cantilize a força de trabalho, apontando para construção de uma sociedade que rompa com o capitalismo.

Força de trabalho e trabalho

A força de trabalho¹ é uma categoria das mais relevantes, dentre as desenvolvidas por Marx. Em suas primeiras elaborações sobre o tema, força de trabalho era tratada simplesmente como trabalho, por muitos autores relevantes, como Adam Smith, Ricardo e o próprio Marx. Era, então, entendida como se o trabalhador vendesse o próprio trabalho. Marx inicia seus escritos com essa formulação, ainda que com as características críticas de sua obra. Em verdade, o desenvolvimento dessa categoria por Marx culminou com a compreensão de que a mercadoria vendida pelo trabalhador não era o próprio processo de trabalho, mas o seu potencial propiciador da realização do trabalho vivo. A venda da capacidade de trabalho ou da força de trabalho só pode ser vista na perspectiva da mediação da sobrevivência do trabalhador, no caso, nas relações mercantis existentes. A questão que propomos desenvolver, ou





Reorganização da classe trabalhadora

seja, pensar a força de trabalho enquanto mercadoria e suas conseqüências, visa alimentar o entendimento das competências como uma caracterização histórica da força de trabalho capitalista, fortemente fetichizada. A força de trabalho consiste na capacidade humana coisificada, em mercadoria propriamente dita, no capitalismo. Esse seu caráter é reforçado pela lógica dominante e contraditado na luta dos trabalhadores.

A primeira diferenciação a ser feita é entre a força de trabalho e o trabalho. Enquanto o trabalho é visto como o exercício produtivo socialmente definido e necessário, com objetivo e processo voltados para a sobrevivência dos seres humanos, a força de trabalho consiste na capacidade historicamente construída pelos seres humanos a fim de intervir no processo produtivo, ou seja, de realizar o trabalho. Em especial, no modo capitalista, o homem

[...] não vende seu trabalho (que teria primeiro de efetuar), porém coloca à disposição do capitalista, em troca de uma determinada remuneração, sua força de trabalho, seja por certo tempo (no trabalho por tempo), ou para efetuar uma tarefa determinada (trabalho por peça): aluga ou vende sua força de trabalho (ENGELS, s/d, p.56).

A força de trabalho apresenta-se enquanto mercadoria quando o seu proprietário a leva ao mercado para a sua realização. Os autores clássicos [citar alguns em pé de página ou no corpo do texto] discutiram sobre a transformação e ruptura do modelo feudal de produção para o modelo burguês e as suas conseqüências no processo produtivo para as classes sociais e o trabalho. Descreveram o início da classe trabalhadora assalariada, a perda da posse de seus próprios meios de produção, meios estes que serviam para a sua sobrevivência. Assim descreve Marx esse processo:

“Para atingir esse objetivo, para extirpar a

A questão que propomos desenvolver, ou seja, pensar a força de trabalho enquanto mercadoria e suas conseqüências, visa alimentar o entendimento das competências como uma caracterização histórica da força de trabalho capitalista, fortemente fetichizada.

preguiça, a licenciosidade e as divagações românticas de liberdade, para reduzir a taxa arrecadada em benefício dos pobres, para incentivar o espírito industrial e para reduzir o preço do trabalho nas manufaturas, propõe esse fiel paladino do capital o meio eficaz, a saber, encarcerar os trabalhadores que dependam da beneficência pública, em uma palavra os pobres, num ‘asilo ideal de trabalho’. Será mister transformar esse asilo em casa de terror’, nesse asilo ideal de trabalho, haverá a obrigação de trabalhar ‘14 horas por dia, incluindo-se o tempo adequado para as refeições, de modo que restarão 12 horas inteiras de trabalho” (MARX, 1989, p. 314).

Sob ferro e fogo,² portanto de forma trágica, vai aparecer a nova classe trabalhadora, sob a dependência de salário, em uma sociedade em que os produtos, cada vez mais, se incorporam à forte lógica da produção mercantil. Com isso, os produtos que outrora o próprio trabalhador produzia para seu consumo são disponíveis somente enquanto mercadorias. O trabalhador vai ter que “ir às compras”³, ter salário para poder sobreviver conjuntamente com sua prole, que é parte incorporada da reprodução de sua força de trabalho futura.

Para ter salário, o trabalhador vai dispor da sua própria capacidade de trabalho. Mas, a venda da força de trabalho, vista em si, não diferencia essencialmente essa época do passado. A diferença fundamental em comparação a épocas passadas são as relações hegemônicas pelo capital: de um lado, os compradores (os capitalistas), e, de outro lado, os vendedores (os trabalhadores enquanto sujeitos), nas condições estabelecidas para o exercício dessa relação, em princípio, realizada por livre contrato entre as partes. Contudo, é sabido que os trabalhadores estão submetidos ao controle por parte dos compradores, proprietários dos meios de produção, através de uma série de gradações e posições intermediadoras



entre as classes sociais, que reforçam ou demonstram a polarização fundamental. Neste momento histórico ganha relevância a força de trabalho. Com isso, inicia-se um processo de perda da possibilidade do trabalhador sobreviver enquanto produtor isolado, por não mais possuir meios para tal. A sua sobrevivência depende da venda da própria força de trabalho e, disso, decorre a perda do controle sobre a própria existência. Os modos de sobreviver vão se limitando dentro dessas relações, regidas, cada vez mais, pelo mercado. Essa é a forma específica burguesa. Assim, a noção atual de competências ressalta o seu vigor, imbricada nos fundamentos capitalistas. Sua forma ilusionista refere-se a uma independência para além do contrato firmado, numa liberdade como se o trabalhador não necessitasse vender sua força de trabalho, como se a propriedade dos meios de produção fluísse livremente para todos. Para nós, é a condição social escondida que deve ser tratada como fundamento das forças de trabalho: as relações sociais de produção. Portanto, a formação da força de trabalho, através do modelo das competências, também está adstringida e revigorada pelas relações atuais, além de servir como alimento especial de sua reprodução.

Força de trabalho enquanto mercadoria especial

A composição da força de trabalho não pode ser considerada como um dado biológico, apesar deste ser imprescindível: “Mas essa força de trabalho encontra-se indissolúvelmente ligada a sua pessoa, da qual é inseparável” (ENGELS, s/d, p.56). É um elemento construído através da história, das necessidades produtivas que a própria humanidade desenvolveu. Para clarificar essa base, que é a própria existência humana, buscamos debater essa questão com Moura (2004).

O autor citado difere de Marx,

critica a necessidade de se constituir a categoria “força de trabalho” e, como conseqüência, defende a obsolescência da sua definição enquanto mercadoria. Moura aponta que o domínio da categoria ‘força de trabalho’ depende da existência e da reprodução do trabalhador. Para o autor, essa forma de mercadoria, serviu para Marx realizar a crítica à alienação vivida através das relações produtivas, mas, que a sua definição, enquanto mercadoria, não teria sido aprofundada por Marx no mesmo nível em que discutiu a mercadoria propriamente dita. A construção da categoria força de trabalho, para Moura, é uma cessaão teórica, conforme podemos observar:

“Ao colocar à venda sua força de trabalho, o trabalhador está lançando ao mercado, valha a redundância, uma mercadoria tão especial, que só uma enorme condescendência permitiria considerá-la, *tout court*, mercadoria” (MOURA, 2004, p.263).

Moura vê a necessidade de desvelar a alienação existente nas relações capitalistas de produção, mas não no intuito de reforçá-la enquanto um parâmetro econômico, ou, mais precisamente, enquanto uma mercadoria, pois, segundo o autor, a mesma está submetida a outros fundamentos não-econômicos, e a entrada no mercado, por si só, não lhe garantiria o *status* de mercadoria, mesmo que adjetivada como especial.

Para Moura,

“Todavia, a crítica da economia política deve avançar inclusive sobre esse ponto, denunciando a pseudo-mercadoria força de trabalho, mostrando que não há regulação automática, ‘econômica’, um valor em torno ao qual deva girar a remuneração do trabalhador, cuja fixação é política e depende de um conjunto complexo de circunstâncias, a qual não é alheia à intervenção do Estado” (MOURA, 2004, p.280).

No entanto, Moura não leva em conta que a característica de

Inicia-se um processo de perda da possibilidade do trabalhador sobreviver enquanto produtor isolado, por não mais possuir meios para tal. A sua sobrevivência depende da venda da própria força de trabalho e, disso, decorre a perda do controle sobre a própria existência.



Reorganização da classe trabalhadora

uma mercadoria não é a sua natureza enquanto produto (meio ou fim), e sim, a entrada no mercado. Mesmo elaborando que, em certas situações as mercadorias estão no mercado com preço, mas não têm valor, por não terem trabalho humano associado, entendemos que a formação do ser humano também constitui, na lógica capitalista, uma cisão entre o trabalhador e sua força de trabalho. Esta, fruto de trabalho humano, transformada em mercadoria, com as qualidades necessárias para tal, pois é possuidora de valor de uso e de troca. A parte construída do trabalhador, a sua potência de trabalho, lhe possibilita no processo histórico, tornar-se assalariado, transformando, não mais seu próprio corpo e mente em mercadoria, como o escravo, ou num processo de dominação, enquanto servo ligado ao senhor feudal, mas sim, sua força de trabalho. Ao mesmo tempo em que o escravo é a própria mercadoria, o interesse fundamental do senhor de escravo não era propriamente essa mercadoria, mas o que ela poderia produzir. A forma ‘força de trabalho’ existe, entretanto, é pouco desenvolvida na escravidão. Só no capitalismo essa separação ganha vultuosidade prática e correspondência teórica. Em “Trabalho Assalariado e Capital”, Marx expõe:

“A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho

livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria. O servo não vende senão uma parte de sua força de trabalho. Não é ele que recebe salário do proprietário da terra; antes, é o proprietário da terra que dele recebe tributo” (MARX, s/d, p.63 - grifos do autor).

O que vemos, portanto, como afirma Marx, é um ‘novo tipo de escravidão’. Diferente, sim, pois é contratual, livre, a ‘disponibilidade’ do trabalhador é condição sem a qual não existiria a possibilidade de compra e venda da sua força de trabalho.

A atualidade da mercadoria se expressa em sua compra e venda, na relação entre os assalariados e os capitalistas. O meio pelo qual se concretiza essa ligação invisível entre as partes é um contrato, em tese, entre livres. O trabalhador dispõe de uma característica ímpar e a coloca à venda: a potência laboral. Diferentemente de outras formas de organizar a produção, no capitalismo, o trabalhador não vende o seu ser, nem a totalidade de seu tempo, apenas disponibiliza sua força de trabalho para construir um valor extra no processo produtivo: a mais-valia. Essa separação do trabalhador da sua força de trabalho apresenta a formação requerida no modelo das competências; aparentemente vai além do limite imposto enquanto mercadoria, isto é, ‘requer o seu ser’. É a contradição entre o próprio trabalhador e a força de trabalho, no mundo sob o domínio das

formas capitalistas de organização. Na verdade, o trabalhador, quando vai ao mercado, não vende a si mesmo, mas, contraditoriamente, não pode vender sua força de trabalho se não dispuser de si mesmo, embora isso seja escondido na relação assalariada. O que vemos, portanto, como afirma Marx, é um ‘novo tipo de escravidão’. Diferente, sim, pois é contratual, livre, a ‘disponibilidade’ do trabalhador é condição sem a qual não existiria a possibilidade de compra e venda da sua força de trabalho. Essa mudança se dá no processo

histórico, em que as próprias relações sociais apontam um desenvolvimento teórico sobre a força de trabalho⁴.

Além desse debate, ressaltamos em Moura (2004) duas contribuições muito interessantes. A primeira delas é a constatação de que nem tudo está no universo do capital; existem situações, mesmo na atualidade, em que estão preservadas formas pré-capitalistas, ou mesmo, extracapitalistas no reino das relações sociais. A segunda trata da idéia da inseparabilidade da força de trabalho do próprio trabalhador. No nosso en-



tendimento, o movimento do capital é exatamente este: transformar as relações sociais pré-capitalistas em relações capitalistas, subsumir a força de trabalho, em seus vários aspectos, às necessidades do capital⁵.

Dentro deste marco histórico atual, quando está inserido na relação produtiva, o ser humano é considerado, pelo capital, como comprador ou vendedor, portando o trabalhador é a mercadoria fundamental para a reprodução do próprio capital, ou seja, sua força do trabalho. No ‘mundo das mercadorias’ o ser humano é aproximado, cada vez mais, por sua capacidade laboral, na sua feição material, num produto a ser feito, moldado, exposto, comprado e vendido, sob as mais diversas formas, exuberantes ou sórdidas, mas como força de trabalho, como mercadoria especial. Neste sentido, esse procedimento depende da reprodução física e espiritual do ser humano, incluindo até elementos extracapitalistas, mas de forma alguma se sobrepõe a essa necessidade cíclica reprodutiva do capital, pelo contrário, está subsumida ao capital, as relações extracapitalistas são enfraquecidas a cada dia, vão perdendo sua relevância prática e teórica.

A competência apresenta-se como um rosto humano para o trabalhador, uma nova feição que enfrenta os grilhões da forma taylorista, opressiva e embrutecida - agora com a liberdade de criar, de ser, reencontrando-se com a sua humanidade. É por isso que reafirmamos a importância de entendermos a natureza da formação para a força de trabalho, para a mercadoria, em que os aspectos humanos se fundem e se confundem com os aspectos requeridos para sua capacidade de trabalho, para a efetivação do trabalho, nas circunstâncias atuais. Veremos que, além das novas práticas ‘competentes’, existe um obscurecimento do real que está em jogo: a mercadoria, força de trabalho.

De um lado, cabe lembrar que, como toda mercadoria, a força de trabalho tem, como uma de suas características básicas servir às necessidades humanas. Ela sempre será necessária para a realização do consumo produtivo, a partir das relações sociais vigentes. Por outro, por ser uma

mercadoria, obedece às regras do mercado, às determinações do valor. A força de trabalho deve ser ‘comprável e vendável’, mensurável. Portanto, além de estar no instituto jurídico-legal, estabelecido no mercado, no assalariamento propriamente dito, o trabalhador tem de se submeter à ‘nova’ ordem, a fim de sobreviver física e espiritualmente.

Como já vimos, esse processo histórico está eivado de violência, fundamentalmente, pela perda de autonomia na produção (pela perda dos meios de tal produção) e pela perda da autodeterminação, em sua sobrevivência. Enfim, podemos dizer, pela perda da autonomia para seu próprio desenvolvimento. Contraditoriamente, essa violência pode ser explicada pela ‘liberdade’ necessária, dada ao trabalhador nesse modo de produção. A suposta liberdade conferida ao trabalhador caminha em dois sentidos. Ele está livre da terra, ou melhor, das relações feudais que o prendiam a uma dada gleba, submetido a um senhor nos diversos momentos de sua vida, quer no trabalho na terra, no pagamento de impostos, quer em períodos de pugna. Com a derrocada do feudalismo, o trabalhador pode ir e vir, um direito tipicamente de interesse burguês. Esta liberdade está acompanhada da impossibilidade de sobreviver na terra, pois, com o advento do capitalismo, os trabalhadores dela são expulsos. Este processo, violentíssimo, de expulsão dos trabalhadores de suas terras, ou das glebas que ocupavam e de onde tiravam a sua subsistência, caracteriza o outro sentido de liberdade, ou seja, os trabalhadores ficam livres dos meios de produção que propiciavam sua sobrevivência.

Essa liberdade é sistêmica, construída em continuidade ao processo de reprodução das relações burguesas. Isto é, estamos diante da liberdade burguesa e de seus fundamentos. Não é mais a liberdade do senhor feudal, da Santa Inquisição da Igreja Católica, mas da burguesia que, construindo sua hegemonia, esconde seu significado de opressão para a maioria da população, não burguesa, em todos os lugares. Esta situação consolida-se numa relação como se fora neutra, mas, no entanto, reproduz, fundamental-



Reorganização da classe trabalhadora

mente, toda a miséria, de um lado, e a riqueza, de outro, um pressupondo a existência de outro. Para o trabalhador, não resta outra alternativa, aquele “cujo único recurso é a venda de sua força de trabalho não pode abandonar toda a classe dos compradores, isto é, a classe capitalista, sem renunciar à vida” (MARX, s/d, p.64 - grifo do autor). Hoje está obscurecida a origem e o desenvolvimento do significado da liberdade do trabalhador nas relações capitalistas. Qual a liberdade que é oferecida para os trabalhadores no modelo vigente? De não serem explorados? De terem os destinos da produção – do que é produzido e reproduzido pelos trabalhadores – em benefício de toda a coletividade? Qual a liberdade tão elogiada no modelo de competências, senão estar limitada pelo próprio modo de produção capitalista?

Qual a liberdade que é oferecida para os trabalhadores no modelo vigente? De não serem explorados? De terem os destinos da produção – do que é produzido e reproduzido pelos trabalhadores – em benefício de toda a coletividade? Qual a liberdade tão elogiada no modelo de competências, senão estar limitada pelo próprio modo de produção capitalista?

Fetichismo da mercadoria força de trabalho

Enfrentamos esta questão com a finalidade de, reafirmando o caráter de mercadoria da força de trabalho, apontar elementos da caracterização do modelo das competências, delineando-o como uma expressão atual e maior do fetiche associado a tal ‘mercadoria’.

No caso, o fetiche⁶ é uma expressão a ser tratada de forma geral, antes de aprofundar a questão relativa à força de trabalho. No tema em tela, o fetichismo da mercadoria tem como base a necessidade de mediação do mercado para se efetivar o processo de reprodução da sociedade capitalista, ou seja, a mediação pelas próprias mercadorias. Para Rubin,

“A interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorre exclusivamente através das coisas, através dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado” (RUBIN, 1980, p.22).

A base material coisifica e, com isso, obscu-

rece as relações sociais, como se a determinação e a própria relação fossem dadas pelas coisas. Os problemas a respeito do trabalho são tratados somente enquanto, das ‘forças produtivas’, ou seja, como um problema técnico. Mais do que considerar apenas a limitação dessa mediação, é necessário ter em mente que ela formata o processo relacional, coisificando-o. O fetiche expressa a fragmentação deste fato, substituindo a totalidade. É evidente que por ser compreendido em sua forma esquisita, ou parcial, não deixa de ser real, ou melhor, compõe a totalidade. Nas observações de Fine, “Marx (...), apressa-se a assinalar que essa aparência das relações entre mercadorias, como uma relação entre coisas, não é

falsa. Ela existe; mas oculta a relação entre os produtores” (FINE, 2001, p.150).

Nesta linha, a coisificação não só é uma resultante das relações, mas, também, é um condicionante que compõe o processo de reprodução da sociedade. Diante desse movimento de mercantilização das relações humanas, existe a necessidade de que as relações mercantilizadas funcionem, ou, aparentemente, se apresentem como se fossem a própria realidade completa. Segundo Rubin,

“Não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas” (RUBIN, 1980, p.24-25).

Decorre daí o alto grau de mistério desenvolvido nessa relação enfeitada. Esse elemento é importante, mas o fetiche não é somente um problema subjetivado, ou seja, não é só um problema da consciência da sua existência. Ele tem



uma base objetiva, material. A consciência da existência não modifica o fato. Ela serve, simplesmente, para a compreensão do mesmo e possibilita uma potencial intervenção, mas, de forma alguma, o fetiche pode ser entendido apenas como resultante ou reflexo da consciência, como se o problema estivesse colocado a partir dessa esfera. Mais do que isso, o fetiche está colocado na mercadoria como expressão da relação dialética da base material com os sujeitos que interagem entre si, mediados pelas suas mercadorias. Não pode ser encarado como um problema de comportamento, ocasionado por uma falsa consciência dos fatos. É da própria natureza das relações capitalistas.

“A materialização das relações de produção não surge de ‘hábitos’, mas da estrutura interna da economia mercantil. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social” (RUBIN, 1980, p.73).

O mistério desse processo, o porquê da coisificação, está posto nas próprias relações humanas. Por não serem visíveis, expressam-se, no modo capitalista, por meio das mercadorias, no mercadejamento, na ação referida, de forma fetichizada, como ação do mercado. Há uma substituição, aparente, das relações entre os seres humanos, não só mediadas pelas coisas, mas transfiguradas por estas, que difere dos outros modos de produção anteriores. A propósito, ressalta Rubin:

“Mas [...] o fato é que na sociedade feudal as relações de produção entre as pessoas são estabelecidas com base na distribuição das coisas entre elas e pelas coisas, mas não através das coisas” (RUBIN, 1980, p.43 - grifos do autor).

Ao tratarmos da mercadoria força de trabalho, complexifica-se a questão, pois, trata-se de um processo que ocorre *através* da mercadoria, em que o sujeito trabalhador é confundido com a sua própria capacidade de trabalho, pelo motivo óbvio do pressupos-

to, absoluto, da vida humana para a possibilidade de desenvolver a especificidade do trabalho. No entanto, a vida do ser humano é um condicionante, do ponto de vista genérico, absoluto, que, por ora, serve somente como um patamar para discutirmos as implicações sócio-históricas.

Uma das caracterizações fundamentais do fetiche sobre a mercadoria força de trabalho é imputar para essa mercadoria um caráter a-histórico, como se fosse algo intrínseco ao ser humano, independente da época ou local em que se encontre, situação que não precisa ser trabalhada, constituída. A capacidade de trabalho também é tratada como um problema individual. A força de trabalho depende da capacidade individual, visão, esta, que desconsidera a história e seu contexto social. O fetiche expressa esse processo de naturalização a-histórica da constituição da força de trabalho, objetiva retirar a compreensão de que a força de trabalho é fruto de uma construção histórica, e a coloca como a potencialidade humana a ser desenvolvida em si, como uma qualidade inerente ao ser humano, e, mais forte, a um ser humano totalmente individualizado, como se fosse possível a existência da individualidade fora de uma determinação social.

Marx não nega esse patamar da vida humana, a relevância da individualidade, como expressão do ser genérico. No entanto, Marx, ao mesmo tempo de referenciar-se nos clássicos, vai refutá-los, no que tange à a-historicidade do fenômeno da individualidade. Aponta a individualidade, a criatividade, a possibilidade de mudança no sujeito, como nas teses sobre Feuerbach, quando pergunta ‘quem modifica o educador?’ Ou seja, apresenta a ação subjetiva necessária que ocorre, obviamente, em cada indivíduo, sem deixar de perceber a questão central: as relações sociais produtivas, desenvolvidas historicamente. A constituição da capacidade de trabalho enquanto mer-

Uma das caracterizações fundamentais do fetiche sobre a mercadoria força de trabalho é imputar para essa mercadoria um caráter a-histórico, como se fosse algo intrínseco ao ser humano, independente da época ou local em que se encontre, situação que não precisa ser trabalhada, constituída. A capacidade de trabalho também é tratada como um problema individual.



Reorganização da classe trabalhadora

cadoria surge como uma novidade, juntamente com a efetivação do modelo capitalista de produção. O capital em seu processo originário caracterizava-se pelo seu ímpeto revolucionário, com o processo de sua hegemonização na sociedade, advém sua característica conservadora e reacionária. Com isso, legitima as teorias de naturalização das relações sociais, trazendo como consequência a lógica da força de trabalho como algo inerente ao ser humano e, com base no desenvolvimento pessoal, na vontade, na disposição de aprender – as competências, por exemplo. Todo esse movimento aparenta a formação da força de trabalho como se fosse o desenvolver de um ‘dom natural’ ou talento, ligado à pessoa, à capacidade individual, ao ser competente, como se não fora limitada histórica e socialmente pela lógica dominante do capital, ou seja, não é entendido como um produto histórico.

Esse processo do desenvolvimento e hegemonização do capital aponta elementos para entendermos como é perdido o caráter social da força de trabalho e coisificado o sujeito trabalhador. Nas mercadorias são escondidas as relações sociais, ou seja, aquilo que deveria ser visto como relação social é transformada em coisa, e o que são relações materiais, em humanas. Esse movimento contraditório também aparece, de maneira *sui generis*, na mercadoria especial. Evidente que, de modo especial, pois o proprietário confunde-se com a propriedade, como já dissemos anteriormente, ou seja, no capital, é específica a ação do fetichismo. No caso, a forma assalariada da força de trabalho não é inerente à sociedade, como também não é inerente ao trabalhador.

Além de tirar o ser humano da história, de suas relações, reduz a força de trabalho, a mercadoria especial, a um só aspecto, a saber: é tratada só enquanto valor de uso. Como consequência, apresenta-se somente como produto da utilidade. Constrói, portanto, seu produto, também como uma utilidade, fruto do trabalho concreto, omitindo o trabalho abstrato, histórico, nas relações de troca da humanidade, enubliando, assim, as relações sociais.

O trabalho é visto somente sob o ângulo de

uma ação produtiva em si e de seus agentes, as forças produtivas em ação. Ele não é percebido como uma relação social, uma relação social que tem, em uma ponta, o assalariado com a necessária mercantilização da força do trabalho, com as contradições inerentes a esse processo de organização do trabalho, e, no outro pólo, seus produtores, os capitalistas.

Um dos principais elementos que se oculta na composição da força de trabalho não é a sua qualidade concreta, mas a expressão quantitativa para sua formação, ou seja, o tempo gasto, nesta sua formação, para construir uma determinada capacidade de trabalho, que se apresenta enquanto mercadoria. Não é o valor de uso, colado com o trabalho em cada mercadoria, e, sim, o seu valor de troca que esconde o trabalho não-pago, a extração da mais-valia. Em decorrência, olvidase que a força de trabalho, além de desenvolver um valor de uso, existe para produzir valor, valor de troca. Neste sentido, existe uma dupla omissão, tanto em relação à natureza da força de trabalho, quanto à complexidade existente em sua atividade fundamental, na categoria ‘trabalho’.

Para fecharmos esta reflexão, faz-se necessário retomar a assertiva básica de Marx, que aponta o fetiche como fruto das relações mercantilizadas, coisificando os sujeitos, como se essas relações fossem oriundas da própria mercadoria. Para o autor,

“A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, **apresentando-as** como características materiais e **propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho**; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais existente, à margem deles, entre produtos do seu próprio trabalho”. (MARX, 1989, p.81 - grifos nossos).

Destacamos a citação acima por entender a especificidade em relação à mercadoria especial. Das relações de assalariamento, apresentam-se propriedades sociais, como características fixadas ao produto do trabalho, no caso, ao próprio trabalhador, em sua parte específica enquanto força



de trabalho. Como já abordamos, é calcada na potência de trabalho enquanto uma propriedade social inerente à força de trabalho. O trabalhador é forjado historicamente, dentro do desenvolvimento das forças produtivas em movimento contraditório das relações sociais. Ou seja, a força de trabalho é fruto do trabalho humano ou, mais precisamente, do trabalho dentro de determinadas relações sociais. O fetiche apresenta-a como inerente à mercadoria, é a própria força de trabalho naturalizada. Busca-se, assim, somente aprimorar a força de trabalho em si, como se fora possível des-historicizá-la, coisificando-a, pois retira-se a historicidade e coloca-se propriedades na força de trabalho, como se fossem naturais. A coisificação é tomar a força de trabalho e suas propriedades sociais como propriedades inerentes ao trabalhador, ou a própria capacidade individual a ser desenvolvida. Com isso, nega-se o papel da luta entre as classes assalariadas e capitalistas, enquanto elemento de destruição da formação da força de trabalho. Desenvolve-se, assim, o fetiche da mercadoria força de trabalho, expresso dentro dessas condições, de forma mais desenvolvida, como no modelo das competências.

Concluindo sobre o fetiche das competências

É a reprodução continuada do trabalho assalariado que possibilita o desenvolvimento do capital e a força de trabalho só sobrevive dentro dessas relações. “O capital pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é condição do outro; eles se criam mutuamente” (MARX, s/d, v.1, p.71). A definição de força de trabalho não pode ser vista isoladamente das relações capitalistas determinadas.

Marx, para dirimir as dúvidas, esclarece: “Ao patrão parece comprar o trabalho, e por dinheiro vendem-lhe. Mas isto é só aparência [...] a força de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais nem menos” (MARX: s/d, v.1, p.62). Como to-

da mercadoria, a força de trabalho também tem um custo para ser produzida. “Ora, qual é o custo de produção da própria força de trabalho? É o custo necessário para conservar o operário como tal e para formar um operário” (MARX: s/d, v.1, p.67-68). É a constituição da força de trabalho, enquanto mercadoria especial. Essa mercadoria tem uma diferença estupenda em relação às outras mercadorias: ela não é só composta por valor de uso e de troca, mas é uma mercadoria que possibilita a criação de valor de uso e de troca, produzindo outras mercadorias. É importante, quando falarmos do modelo de competências, apontarmos que o mesmo é a base de formação da força de trabalho na atualidade. A capacidade de trabalho, além de possuir as qualidades de uma mercadoria, com seu valor de uso e de troca, a proporciona a criação de outras mercadorias, com esses mesmos valores, além de produzir um novo valor. Ela conserva, transfere e acrescenta valor, construindo um novo produto. Conforme ressalta Marx,

“A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor (MARX, 1989, p.234)”.

Este é o objetivo fundamental da força de trabalho no capitalismo: a produção de mais-valia. Para tal, a força de trabalho deve ser construída como chave no processo de reprodução das próprias relações dominantes, entranhadas de contradições. A força de trabalho, para efetivar a extração da mais-valia, está delimitada no processo de submissão, um controle e submissão ao capital. Assim, a força de trabalho se encontra cada vez mais dentro da lógica do capital, principalmente como trabalho produtivo. Mesmo o trabalho improdutivo segue a mesma lógica, uma vez que está a

Eis o fetiche da mercadoria força de trabalho, expresso na atualidade: o modelo de formação da força de trabalho por competências. Este processo sistêmico de obscurecimento dessa realidade, dificulta ver a potência de trabalho coisificada.



Reorganização da classe trabalhadora

serviço do capital produtivo. As mudanças existentes no trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas, estão mais radicalizadas na direção da dominação do capital sobre o trabalho. Esta conclusão é fundamental para entendermos as competências dentro desse regramento histórico.

Eis o fetiche da mercadoria força de trabalho, expresso na atualidade: o modelo de formação da força de trabalho por competências. Este processo sistêmico de obscurecimento dessa realidade, dificulta ver a potência de trabalho coisificada. Está é uma mercadoria especial, por ser oriunda e ligada intrinsecamente a um ser vivo, que é o próprio ser humano, criador da própria força de trabalho. Marx aponta que, sendo a mesma um produto de trabalho, é vista, em sua aparência, como se as suas propriedades sociais fossem inerentes a ela mesma, e não resultante de uma necessidade histórica do processo produtivo.

A exploração, o trabalho não-pago, em suas vertentes, da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, dos mecanismos utilizados, como o aumento da jornada de trabalho ou o aumento da intensidade do trabalho, é, atualmente, uma realidade encoberta pelo fetiche das competências. Uma competência pretensamente natural e individualizada. Por isso, compreendemos que o modelo das competências não pode ser analisado fora do entendimento da composição da força de trabalho, enquanto uma mercadoria. Ela representa a radicalidade capitalista neoliberal, colocando para os trabalhadores a necessidade de defendê-la, em nome do fetiche da liberdade, da autonomia, da criatividade, todas essas subsumidas ao capital. O modelo das competências está incluso nas políticas organizativas das classes hegemônicas para a manutenção das relações capitalistas. Este modelo é um instrumento fundamental do capitalismo hodierno, em que as classes dominantes, ajudadas por setores claudicantes das classes médias, bem como de trabalhadores rendidos ao ‘capital humanizado’, o ditam. Neste embate, muitas organizações da classe trabalhadora desenvolvem uma postura ambígua na luta contra a mercantilização da capacidade de trabalho, ao querer disputar o próprio processo

de fetichização existente. O desafio está em desenvolver nas lutas dos trabalhadores a partir da denúncia desse fetiche, através da construção de estratégias que colaborem para a destruição do modelo mercantil da capacidade de trabalho, de competências, parte da própria luta contra o capitalismo, para a construção de uma nova sociedade.

NOTAS

¹ Apesar de ser a força de trabalho uma categoria consolidada, Marx também utiliza outros dois sinônimos para a mesma: a capacidade e a potência de trabalho.

² No item “Legislação sanguinária contra os expropriados, a partir do século XV. Leis para rebaixar salários”, Marx vai descrever a violência para constituir a classe trabalhadora livre na Inglaterra: “Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis” (MARX, 1984, p. 851). Thomas Morus destaca que esses seres erradios eram compelidos a roubarem, ou serem mendigos e cita “72000 foram enforcados como ladrões grandes e pequenos no reinado de Henrique VIII, prática usual até o início do século XIX (MORUS apud MARX, 1984, p. 853). São inúmeros exemplos da crueldade que formou a classe trabalhadora inglesa. Ver THOMPSON (1987) e ENGELS (1986).

³ Enguita descreve a transformação dos africanos subsarianos em assalariados no processo de colonização da África, como na América. Num processo contínuo de crescimento do capital, “A primeira coisa que fizeram os ocupantes foi agravar os nativos com impostos em dinheiro, forçando-os a assalariar-se para consegui-lo. [...] Os que não podiam pagar eram submetidos a trabalhos forçados, e a coleta fiscal era com frequência uma ocasião para que maltratassem os homens, violassem suas mulheres e filhas e lhes tirassem qualquer coisa que lhes apetessem” (ISAACMAN, 1976:88 apud ENGUITA, 1989, p.77-78).

⁴ A analogia é fazer referência a Aristóteles, que não percebeu o trabalho escravo como uma categoria relevante, assim também a força de trabalho não foi vista, a não ser no desenvolvimento da teoria crítica da Economia Política, já em pleno desenvolvimento do capitalismo.

⁵ Em outro estudo desenvolvemos a categoria trabalho improdutivo na medida em que o trabalhador improdutivo sob a lógica do capital, não produz mais-valia, e está cada vez mais adentrando na lógica produtiva, ou seja,

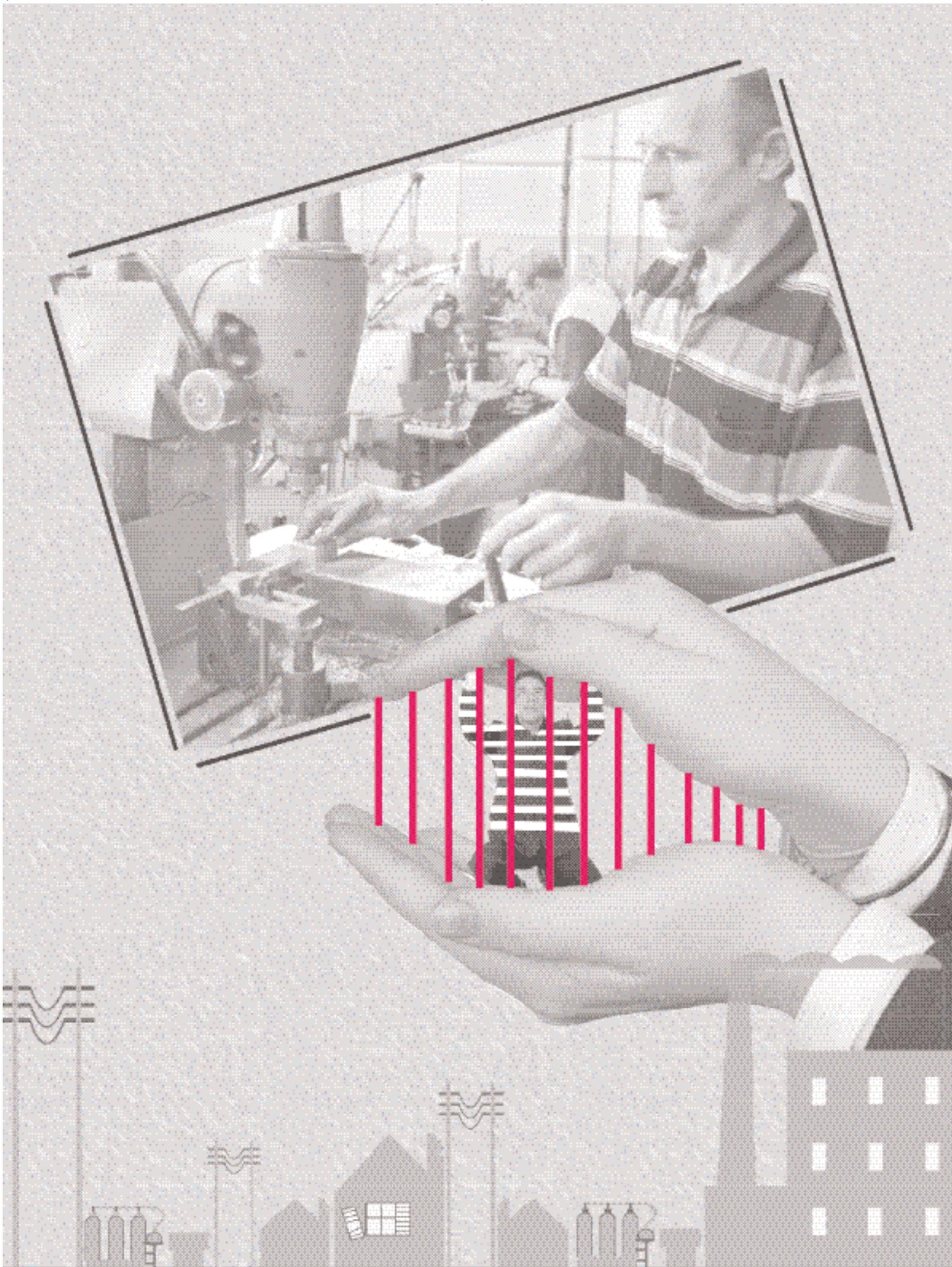


coloca-se à serviço do processo produtivo (RODRIGUES, 2007). Um exemplo a ser aprofundado é a do trabalho do funcionalismo público, que não produz mais-valia, mas que está cada vez mais adequado a lógica produtivista.

⁶ São vários autores como VÁZQUES (1986), NETTO (1981), RUBIN (1980), entre outros, que afirmaram a diferença e a superação da idéia de alienação no desenvolvimento do pensamento marxiano, demonstrando que Marx, na sua maturidade, vai desenvolver seu pensamento, antes com a influência idealista hegeliana, dando formas concretas, históricas ao processo de alienação, que não abordaremos neste trabalho. Interessa-nos a forma real e atual das relações sociais capitalista, no caso, o fetiche. “O fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas” (NETTO, 1981, p.75).

REFERÊNCIAS

- ENGELS, F. *Introdução: Trabalho assalariado e capital de Marx*. Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.
- _____. *A História da Classe Operária na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1986.
- ENGUITA, M. *A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FINE, B. *Concorrência* In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MARX, K. *Salário preço e lucro*. In: MARX K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.
- _____. *Trabalho Assalariado e Capital*. In: MARX K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. v.1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1.v.1 II. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
- _____. *Idem*. Livro 1. v. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MOURA, M. *Os Mercadores, o Templo e a Filosofia*. Coleção Filosofia, 181. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- NETTO, J.P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: LECH, 1981.
- RODRIGUES, Daniel. *O Fetiche das Competências. Um estudo crítico dos princípios da formação da força de trabalho na atualidade*. São Carlos, 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- RUBIN, I.R. *A teoria marxista do valor*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- THOMPSON E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I, II e III. São Paulo: Editora Paz e terra, 1987.
- VÁSQUEZ, A.S. *Filosofia da praxis*. 4 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990. 





O sistema penal como formador e regulador do mercado de trabalho

Isabella Jinkings

Doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp.

*A jurisdição criminal do Estado burguês
é o terror de classe organizado.*

Eugeny Pachukanis¹

Introdução

Este texto é o resultado de um esforço teórico que buscou entender as relações entre os mecanismos do mercado de trabalho e do sistema penal, desde a sua formação e as suas origens, com a emergência do capitalismo. Atualmente este tema torna-se fundamental, devido ao crescimento desproporcional da massa populacional carcerária, em praticamente todo o mundo, e às tentativas de explicação deste fenômeno, que já se transforma em uma característica básica da sociedade contemporânea. Portanto, os objetivos deste artigo são desvendar as conexões que existem entre as prisões e o mercado de trabalho, a partir de uma perspectiva histórica, e expor as mudanças que o papel do sistema penal sofre na sociedade capitalista contemporânea.

Um breve histórico do sistema penal

O surgimento do sistema penal, como é conhecido hoje, com base na pena de reclusão, remonta ao século XVIII, mas foi generalizado definitivamente no século XIX. Foram Georg Rusche e Otto Kirchheimer (2004) os primeiros a

tentar relacionar as formas de punição adotadas em determinada sociedade, com os respectivos sistemas de produção dominantes. Estes dois estudiosos da Escola de Frankfurt escreveram a obra clássica “Punição e Estrutura Social”, publicada pela primeira vez em 1939, na qual se perguntam por que determinados métodos de punição são adotados, ou recusados, em certos contextos. Os autores comprovam que “todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção.” (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004, p.20). Assim, eles demonstram que, no feudalismo, com o baixo desenvolvimento produtivo, as punições corporais faziam o papel de dissuadir novos atos criminosos, sem afetar o sistema econômico vigente, com a destruição dos corpos; contudo, com a emergência do sistema fabril e a conseqüente valorização do corpo humano como instrumento fundamental à produção, surge uma nova forma de punição, ideal para este sistema, que não só preserva o corpo, mas o educa à submissão pelo trabalho.

Foi no fim do século XVI que os métodos de punição começaram a mudar e, antes disso, o





Reorganização da classe trabalhadora

crescimento demográfico já havia declinado. Michel Foucault (2002) adverte que essa nova estratégia é formulada com base na teoria do contrato: o direito de punir desloca-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Qualquer crime é praticado contra toda a sociedade. Então, se o criminoso rompeu o pacto, é inimigo de toda a sociedade. Obviamente, essa é a forma mais fácil de legitimar a coerção legal perante as classes despossuídas. Por outro lado, Pachukanis (1989, p. 134) irá desmistificar a teoria do contrato e da igualdade formal: “A pessoa do proletário é ‘igual em princípio’ à pessoa do capitalista; isto se exprime no ‘livre’ contrato de trabalho. Mas esta mesma ‘liberdade materializada’ resulta, para o proletário, na possibilidade de morrer tranquilamente de fome”.

Desse modo, com o objetivo de controlar a força de trabalho, ainda no século XVI, passou-se a distinguir entre a mendicância dos incapacitados para o trabalho e a dos ociosos, que tinham capacidade física para o trabalho. A força de trabalho que o Estado podia controlar eram os mendigos, prostitutas, órfãos, viúvas e loucos. Assim, coagir os ociosos a realizar obras públicas com salários baixíssimos tinha como objetivo obrigá-los a aceitar salários menos baixos na iniciativa privada. Não obstante, foi a deterioração das condições de vida, que aumentou o número de mendigos nas cidades, que determinou o estabelecimento de leis para pobres. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004).

Marx lembra que foi a partir do fim do século XV e durante o século XVI que toda a Europa presenciou uma legislação draconiana contra a vagabundagem: “os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se

Em 1572, com a *poor law* da rainha Elisabeth, os mendigos saudáveis reincidentes receberiam a forca como pena. Por outro lado, havia a destinação de um imposto à manutenção dos pobres incapacitados e o oferecimento de trabalho aos ociosos tornou-se obrigatório. É nesse sentido que Melossi (2006) enfatizará que a formação do proletariado só foi possível devido às grandes expulsões das terras que ocorreram na Inglaterra dos séculos XV e XVI e da internação de grandes contingentes destes camponeses expropriados nas casas de correção.

transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta.” (MARX, 1996, p. 851). E ele exemplifica com o caso inglês, no qual, em 1530, implantou-se uma legislação que previa o encarceramento de “vagabundos” saudáveis para o trabalho, com punições corporais, como o açoite na prisão, sendo que, em caso de reincidência, metade de sua orelha seria cortada. Em 1547, uma nova lei determina a escravidão temporária por dois anos, em benefício do denunciante. E, em 1572, com a *poor law* da rainha Elisabeth, os mendigos saudáveis reincidentes receberiam a forca como pena. Por outro lado, havia a destinação de um imposto à manutenção dos pobres incapacitados e o oferecimento de trabalho aos ociosos tornou-se obrigatório. É nesse sentido que Melossi (2006) enfatizará que a formação do proletariado só foi possível devido às grandes expulsões das terras que ocorreram na Inglaterra dos séculos XV e XVI e da internação de grandes contingentes destes camponeses expropriados nas casas de correção.

A primeira instituição de correção para pobres foi *Bridewell*, inaugurada em Londres, no ano de 1555. Contudo, foi na Holanda que se atingiu o ápice desse sistema, em 1596, com as *Rasphuis*, que tinham este nome porque a atividade principal dos internos era a raspagem do Pau-Brasil e sua venda para a fabricação de tinta. A casa de correção de Amsterdã foi considerada um exemplo de bom funcionamento em toda a Europa. Obviamente era a busca por uma instituição lucrativa que fazia da casa de correção holandesa um paradigma para os outros países. Além disso, o capital precisava transformar o exprodutor agrícola em operário e a criação das casas de trabalho respondeu a estas necessidades.



O “público-alvo” das casas de correção eram mendigos aptos ao trabalho, ladrões, prostitutas e desempregados. Na França, a primeira experiência foi com o *Hôpital General*, fundado em Paris, em 1656. Todas essas experiências tinham um foco em comum: inculcar a disciplina fabril em segmentos da população avessos ao trabalho. Ao mesmo tempo, a possibilidade de lucrar com uma força de trabalho barata era um fator decisivo na expansão deste tipo de instituição, elas viabilizavam uma produção a custos baixos. Desse modo, o trabalhador era obrigado a aceitar qualquer trabalho, já que o trabalho forçado nas casas de correção, sob as mais duras condições disciplinares, tinha como objetivo justamente quebrar a resistência da força de trabalho e fazê-la aceitar uma situação que permitisse a maior extração de mais-valia possível (MELOSSI; PAVARINI, 2006).

Já em fins do século XVI, portanto, a escassez de força de trabalho fez com que os proprietários obrigassem o Estado a tomar medidas ainda mais drásticas em relação à pobreza, já que no contexto os capitalistas seriam obrigados a pagar maiores salários e prover melhores condições de trabalho. Conseqüentemente, o Estado começou a intervir, tabelando os salários, para conter a alta salarial, e praticando uma forte política de incentivos à indústria: implantava monopólios, concedia prêmios, assegurava os preços de tarifas e restringia as guildas, organizações de artesãos e pequenos negociantes (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004).

O “Estatuto dos trabalhadores”, da Inglaterra de 1349, pode ser considerado a “herança” trabalhista do período do qual falamos. Ele estabelecia que fosse considerado crime a organização de trabalhadores e implantava um teto salarial, ao qual os trabalhadores eram obrigados a se sujeitar, sob pena de coação física (MARX, 1996). Neste período, a política salarial era guiada pelo princípio de que a população deveria permanecer pobre e ser forçada a trabalhar para enriquecer o país. Introduziram-se leis específicas para controlar o cotidiano dos trabalhadores e, como se disse, não havia liberdade de associação. Além dis-

so, o trabalho infantil era estimulado de todas as formas. Foi somente no início do século XIX que as leis que regulavam os salários e que proibiam a organização dos trabalhadores foram abolidas.

Já em meados do século XVII, a população caiu drasticamente devido à Guerra dos Trinta Anos. Assim, somente a partir da metade do século XVII, a população volta a crescer lentamente e o abrandamento da legislação sobre os pobres, em fins do século XVII, expressa essa mudança de contexto econômico.

Até o século XVIII, portanto, a pena de detenção temporária praticada nas prisões não era considerada uma forma de punição. A detenção na prisão ocorria somente com o objetivo de reter o réu antes do julgamento ou pessoas que não podiam pagar fiança. Desse modo, a casa de correção, com o trabalho forçado, pode ser considerada a primeira forma de prisão, já que era dessa maneira que ocorria a punição à população ociosa. A reforma do direito penal teve seu grande momento na segunda metade do século XVIII e encontrou terreno fértil para seu discurso humanitário devido à necessidade econômica da época. As casas de correção já se encontravam em franca decadência. Se esta instituição surgiu em um período no qual a força de trabalho era escassa, a situação mudou e chegou-se a produzir um excedente de trabalhadores. Desde o início do século XVIII, os camponeses passaram a migrar para as cidades, devido ao cercamento das terras comunais, sendo que o ápice do êxodo rural foi no início do século XIX. Simultaneamente, com a Revolução Industrial, as máquinas a vapor começaram a ser introduzidas na indústria têxtil, o que causaria um efeito catastrófico e um forte aumento do desemprego industrial (MELOSSI; PAVARINI, 2006).

Contudo, devido ao forte crescimento no número de pobres e à idéia generalizada de que o Estado deve prestar assistência a eles, de alguma forma, os custos públicos começaram a subir rapidamente (na Inglaterra, foram de 1,5 milhões de libras em 1775, para oito milhões em 1817). A solução encontrada, e incorporada à nova *poor law*, de 1834, foi abolir a assistência aos aptos ao



Reorganização da classe trabalhadora

trabalho e interná-los em casas de trabalho, de forma que as condições de vida na instituição fossem piores que a situação do trabalhador mais inferior da escala social. Este direcionamento guiou a administração carcerária até os dias de hoje.

Concomitante à decadência da casa de correção, a punição pelo cárcere torna-se preponderante. Na Inglaterra, por exemplo, a pena por encarceramento cresceu de 13.413, em 1806-12, para 58.389, em 1827-33. (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 146). O crescente número de condenações aumentou a população carcerária, de forma que muitas prisões ficaram superpovoadas. As prisões desse período funcionavam como empresas privadas para os carcereiros e policiais que nelas trabalhavam. Como os governos reduziram o total da verba destinada ao sistema penitenciário, somente os presos que podiam pagar aos funcionários, tinham acesso a produtos que, mesmo caros, eram de baixa qualidade. Os detentos que não tinham condições financeiras para arcar com os pagamentos aos carcereiros e policiais, ficavam à sua própria sorte.

Em uma conjuntura de altos índices de desemprego e criminalidade, o trabalho carcerário não poderia mais ser trabalho produtivo, assim competindo com a força de trabalho livre. Desse modo, os presos eram deixados no ócio, devido à incapacidade da obtenção de lucro com o seu trabalho. Contudo, surge o trabalho, somente como forma de punição, que foi introduzido primeiro nas prisões inglesas e depois de forma generalizada. Era um trabalho que marcasse os detentos pelo medo e pelo terror, um tipo de trabalho que exigia grande esforço físico, mas era simples, de forma que qualquer detento pudesse desenvolvê-lo. Apesar de protestos humanitários, este sistema não constrangia legisladores e juízes. O fato de que as condições carcerárias fossem tão rigorosas tinha como ob-

jetivo coibir o comportamento criminoso entre as massas depauperadas. E, afinal, são estes efeitos intimidatórios que as classes possuidoras pretendem manter no sistema carcerário. Sobre o trabalho carcerário, Michel Foucault (2003, p. 133) diz que seu objetivo “não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador”.

Nos EUA, no final do século XVIII, foram fundadas prisões que se tornariam, rapidamente, modelos a serem seguidos. A prisão de confinamento solitário, gerida pelos *quakers*, tinha como base o isolamento celular, com o trabalho so-

litário na cela, e a religião para buscar a transformação do detento em trabalhador honesto. Já que, nele, os internos não tinham contato entre si, este sistema diminuiu sobremaneira os custos com vigilância, mas, por outro lado, não permitia a organização de trabalho coletivo entre os detentos. No isolamento total, a idéia é de que o trabalho não precisa ser produtivo, mas um instrumento para educar e transformar os detentos em pessoas submissas à disciplina do trabalho, qualquer que seja ela, numa fábrica ou numa penitenciária. Neste tipo de cárcere se fabricam sapatos e enrolam-se charutos. Este sistema se mostra como modelo das relações sociais bur-

guesas: o isolamento do detento explicita o desejo burguês do operário não organizado, a disciplina e a falta de concorrência oferecem ao empresário uma situação ideal de disponibilidade de força de trabalho, a educação do internado está voltada à sua sujeição à autoridade e à dependência em relação ao proprietário. (MELOSSI; PAVARINI, 2006)

Então, desenvolveu-se um outro sistema nos EUA. Surge a prisão de *Auburn*, que conjuga o trabalho coletivo, mas silencioso, durante o dia e

A solução encontrada, e incorporada à nova *poor law*, de 1834, foi abolir a assistência aos aptos ao trabalho e interná-los em casas de trabalho, de forma que as condições de vida na instituição fossem piores que a situação do trabalhador mais inferior da escala social. Este direcionamento guiou a administração carcerária até os dias de hoje.





isolamento noturno. Com este novo modelo, a prisão se torna uma máquina de moldar espíritos e de gerar lucros. Este sistema subordina mais diretamente o detento à lógica de trabalho industrial, com maquinaria e a disciplina da fábrica e escapa dos objetivos pedagógicos da prisão para tornar-se uma forma de exploração produtiva do trabalho carcerário. Um diretor de uma penitenciária deste sistema, ao falar sobre suas atividades, tem objetivos muito claros (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 254):

Não creio na ‘santidade’ adquirida de quem deixa o cárcere e não penso que os conselhos do capelão ou as meditações religiosas do detento possam, por si sós, ‘criar’ um bom cristão! Ao contrário, na minha modesta opinião, um bom punhado de criminosos poderá converter-se em ‘bons operários’, na medida em que, no cárcere, eles aprenderam uma profissão útil e adquiriram o hábito de um trabalho subordinado, constante e disciplinado. Esta é a única reforma que pretendo realizar aqui dentro e que, acredito, é a única que a sociedade pode igualmente esperar.

Os dois modelos carcerários predominantes na sociedade norte-americana, apesar de diferentes, têm em comum o fato de que buscam destruir os laços entre os internos, através do isolamento total ou do trabalho silencioso diurno. Ou seja, destroem as relações paralelas entre eles para privilegiar as relações verticais, entre superior/inferior, gestor/detento, entre os “diferentes”, afinal. É assim que Melossi e Pavarini (2006, p. 198) afirma que:

a história do cárcere americano, nas suas origens, é (também) a história dos modelos de emprego da população internada (advertindo-se que o termo ‘modelo de emprego’ não deve ser associado apenas à dimensão exclusivamente econômica, porque encerra igualmente o

sentido de ‘modelo de educação a um tipo particular de trabalho subordinado’).

Desse modo, apesar de os partidários do sistema do confinamento solitário serem numerosos, o sistema de *Auburn* se generalizou devido às possibilidades de ganhos financeiros. Diversas prisões que adotaram o trabalho coletivo silencioso, eram antes deficitárias e passaram a registrar lucros: *Auburn* saiu de um resultado de 25 dólares, em 1830, para 1.800, em 1831; *Wethersfield* teve 1.000 dólares de lucro, em 1828, e quase 8.000, em 1831; Baltimore teve 11.500 dólares de lucro, em 1828, e quase 20.000, em 1829. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p.184)

Contudo, este projeto fracassou com o fortalecimento das organizações de trabalhadores e com as dificuldades de industrializar totalmente o cárcere.

A partir da segunda metade do século XIX, e especificamente no último quarto deste século, a Europa teve um período de prosperidade que vai durar até 1914. Houve uma elevação de salários e a emigração começou a diminuir. Além disso, a criminalidade também apresentou queda acentuada neste período. Na Inglaterra, no período de 1876-80, foram, em média condenadas 200 pessoas a cada 100.000 habitantes, número que decresceu continuamente até

chegar a 150 condenações, por 100.000 habitantes, em 1910-14. Na Alemanha, em 1882-84, o número de condenações por 100.000 habitantes foi de 241; já, em 1910-13, este número caiu para 173. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 194)

Numa conjuntura em que a expansão da produção industrial favorecia uma grande absorção da força de trabalho, o encarceramento tornou-se uma opção irracional. É nesse momento que os reformadores passaram a acreditar que o combate à criminalidade deveria ser feito com políticas sociais. Além disso, o crime passou a ser visto, por muitos estudiosos, como um fenômeno so-

Numa conjuntura em que a expansão da produção industrial favorecia uma grande absorção da força de trabalho, o encarceramento tornou-se uma opção irracional. É nesse momento que os reformadores passaram a acreditar que o combate à criminalidade deveria ser feito com políticas sociais.





Reorganização da classe trabalhadora

cial e, nesta perspectiva, somente criminosos violentos deveriam ser encarcerados. Os delinquentes que não necessitassem de supervisão direta deveriam ser alvo de penas alternativas, como a liberdade vigiada ou as fianças.

A nova escola reformista pretendia manter, tanto quanto possível, criminosos não-violentos fora das grades e, além disso, buscava melhorar as condições sociais das camadas mais pobres. A influência desta escola pode ser avaliada pela queda dos índices de encarceramento. A população carcerária na Inglaterra, que era de 33 mil detentos, em 1880, despenca para 14 mil, em 1931. Na França, em 1884, havia aproximadamente 40 mil detentos, número que cai para cerca de 19 mil, em 1932. Com a melhoria generalizada das condições de vida da força de trabalho livre, as condições carcerárias também melhoram: na Inglaterra, o índice de mortes caiu de 1,08%, em 1877, para 0,56%, em 1898, e a taxa de suicídio, que era de 1,76%, em 1877, diminui para 0,70%, em 1896. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, pp. 202-205)

Após refletir sobre a história do sistema penal, Rusche e Kirchheimer concluem que a correlação entre criminalidade e o contexto socioeconômico é determinante. Logo, eles renunciam à crença de que penas mais duras resolvem o problema do crime. Buscando comprovar a sua idéia, eles confrontam dados de quatro países (Inglaterra, França, Alemanha e Itália) em relação à criminalidade e à rigidez do sistema penal e finalizam afirmando que o sistema penal não causa impacto nas taxas de criminalidade. Portanto, para os autores (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 282).

A futilidade da punição severa e o tratamento cruel podem ser testados mais de mil vezes, mas enquanto a sociedade não estiver apta a resolver seus problemas sociais, a repressão, o caminho aparentemente mais fácil, será sempre bem aceita. Ela possibilita a ilusão de segurança encobrendo os sintomas da doença social com um sistema legal e julgamentos de valor moral. Há um paradoxo no fato de que o progresso do conhecimento humano tornou o problema do

tratamento penal mais compreensível e mais perto de uma solução, enquanto a questão de uma revisão fundamental na política penal parece estar hoje mais longe do que nunca, por causa de sua dependência funcional a uma dada ordem social.

Com outra perspectiva, Michel Foucault (2002) irá lembrar que há mais de um século se anuncia o fracasso da prisão como instituição de reeducação: os dados demonstram os altos índices de reincidência. Ora, se é assim, como a prisão não foi extinta? A resposta está no fato de que a *prisão funciona*. A prisão, ao “fracassar” na redução da criminalidade, não fracassa realmente. Ela tem êxito em separar a ilegalidade, em produzir a figura do delinquente. Alguém que teria tendência à ilegalidade por natureza. Para Foucault, o principal objetivo da prisão é fabricar e controlar a delinquência; é no cárcere que se produz a população criminosa, na impossibilidade de cumprir uma função que seria de reeducação e reinserção dos condenados. Nesse sentido, os delinquentes serão úteis como elementos infiltrados da polícia ou movimentando a economia ilegal. Por outro lado, a delinquência faz com que o proletariado se distancie de uma camada mais precarizada da sociedade. Assim, o proletariado passa a ver a plebe não proletária como marginal, perigosa, imoral. A burguesia, portanto, impõe ao proletariado categorias morais, supostamente universais, que irão fazer com que haja uma barreira entre o proletariado e a plebe não proletarizada, “perigosa”.

Massimo Pavarini, afirma que o objetivo do cárcere é – mais do que produzir a “delinquência” como pensa Foucault – a transformação do criminoso em proletário. Assim, o cárcere, em si, pode ser considerado uma máquina capaz de produzir e transformar homens: “o criminoso violento, agitado, impulsivo (sujeito real) em detido (sujeito ideal), em sujeito disciplinado, em sujeito mecânico. (...) Em outras palavras, (...) a produção de proletários a partir de presos forçados a aprender a disciplina da fábrica.” (MELLOSSI; PAVARINI, 2006, p. 211). É assim que a relação entre mercado de trabalho e cárcere se



concretiza através de uma dupla função: quando, no mercado livre, a oferta de trabalho excede a demanda, aumentando o desemprego, a situação no cárcere se agrava e retorna-se a uma situação de “destruição” da força de trabalho; por outro lado, quando ocorre uma diminuição da oferta de força de trabalho e os níveis salariais se elevam, as condições do cárcere não só melhoram, como se passa a usar força de trabalho carcerária para fins produtivos. Desse modo, ocorre uma prática penitenciária que oscila entre “instâncias negativas” (o cárcere destrutivo, com objetivos terroristas) e “instâncias positivas” (o cárcere “produtivo”, com fins educativos), de acordo com a conjuntura do sistema produtivo.

Alessandro Baratta (2002), ao falar sobre o papel do cárcere, afirma que este é o momento culminante da criminalização, inútil na reeducação do condenado, e que só produz degradação e estigmatização. Nesse sentido, não há como defender o papel ressocializante do cárcere. A prisão é somente um instrumento de todo o aparato jurídico que,

de um lado, garante privilégios das classes superiores com a proteção de seus interesses e imunização de seus comportamentos lesivos, ligados à acumulação capitalista; de outro, promove a criminalização das classes inferiores, selecionando comportamentos próprios desses segmentos sociais em tipos penais. O processo de criminalização, condicionado pela posição de classe do autor e influenciado pela situação deste no mercado de trabalho (desocupação, subocupação) e por defeitos de socialização (família, escola), concentraria as chances de criminalização no subproletariado e nos marginalizados sociais, em geral. Desse modo, o processo de criminalização cumpriria função de conservação e de reprodução social (...). O cárcere, finalmente, nascido da necessidade de disciplina da força de trabalho para consumo da fábrica, seria o momento culminante de processos de marginalização, discriminação e estigmatização. (SANTOS, 2002, p. 15)

Deste modo, para Baratta (2002), as campanhas por “lei e ordem”, que só beneficiam as camadas mais favorecidas da sociedade, dividem a classe operária, na miragem de uma falsa solidariedade social contra um “inimigo comum”: a criminalidade e a delinquência.

Portanto, o nexo histórico entre cárcere e fábrica ilustra como o primeiro foi fundamental na “domesticação”, como proletários, de uma massa de camponeses indóceis, recém expulsos dos campos. Nesse sentido, o cárcere produziu um setor de marginalizados, úteis em situações de superexploração de força de trabalho carcerária. Ao mesmo tempo, o cárcere deixa de ser local de trabalho principalmente porque em uma conjuntura de desemprego, os trabalhadores não querem ainda mais essa competição.

Dario Melossi diz: “parece-me que há uma exata correspondência do ponto de vista do proletariado entre a luta pelo direito de que todos tenham trabalho e a luta contra o trabalho carcerário.” (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 98). E Massimo Pavarini, mais adiante, toma emprestado de J. R. Commons trecho da declaração que resultou da conferência operária de Utica, ocorrida em 1834: “Os operários são obrigados a pagar a manutenção dos detidos não só através dos impostos, como também através dos produtos fabricados nas prisões que são vendidos a um preço de 40% a 60% inferior aos mesmos produtos fabricados pelo trabalho livre.” (Commons et al., apud MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 203).

Recentemente, por outro lado, com a formação de uma grande massa de pessoas excluídas, a função educativa do cárcere estará talvez definitivamente superada. Não há mais necessidade de o homem transformar e produzir. Bastará limitar essas massas a guetos controlados policialmente para discipliná-las. Assim, a crescente substituição, a partir de meados da década de 1970, de políticas de controle como a liberdade vigiada, a liberdade condicional e o regime semi-aberto, por um regime de encarceramento se explica pelo fim do mito do “pleno emprego” keynesiano, pelo conseqüente crescimento do subemprego e do desemprego causados pela “racionalização” dos



Reorganização da classe trabalhadora

meios de produção, pela elevação dos índices de produtividade das empresas, com o uso de menos força de trabalho, e pela conseqüente geração de uma massa marginalizada que necessita ser “controlada”. Tal regime de controle baseado no encarceramento se materializa no crescimento contínuo, desde a metade da década de 1970 até os dias de hoje, da população encarcerada no mundo e, especialmente, nos EUA. Como ocorre a relação entre o cárcere e o mercado de trabalho, atualmente, quando as taxas de desemprego nos EUA, por exemplo, têm sido as menores por muito anos, é o que se pretende desvendar no próximo item.

Criminalização da miséria: um desenho preliminar do contexto atual

Em estudo pioneiro, Loïc Wacquant (2001b) analisa a estrutura repressora do Estado, dirigida prioritariamente às comunidades consideradas mais “propensas” ao crime, ou seja, as populações que têm uma inserção precarizada no mercado de trabalho e se encontram fora, da cada vez mais reduzida, rede de proteção estatal. Com o olhar voltado para esses segmentos sociais precarizados, o autor mostra como a rede de seguridade social montada no período do pós-Segunda Guerra, durante a vigência do Estado fordista-keynesiano, dá lugar, não só ao fortalecimento do aparelho prisional estatal, mas também ao que ele chama de *social panoptismo*, que é a forte vigilância sobre as eufemisticamente denominadas “populações sensíveis”. Com efeito, é justamente buscando reprimir a gigantesca massa de miseráveis criada pela reestruturação contemporânea do capital, que o Estado fortalece ainda mais seu aparelho de coerção, com o objetivo final de manutenção da ordem social. Este é o quadro no qual se constitui a relação entre aparelho coercitivo estatal e pobreza, sob a vigência do neoliberalismo.

Como suporte político do no-

vo modo de reprodução capitalista, chamado de “acumulação flexível” (HARVEY, 1993), cuja base material é a transformação no mundo do trabalho, o Estado neoliberal propicia condições para a concentração e expansão do capital privado. A produção flexível pressupõe um Estado fraco socialmente, que não imponha amarras econômicas às grandes corporações transnacionais e aos capitais especulativos, mas que esteja apto a reprimir a população mantida em condições de vida miseráveis. É desta maneira que o capitalismo atual conjuga medidas de desregulamentação da vida social a uma política de ataque aos direitos democráticos, criminalizando cada vez mais a pobreza.

Nesse sentido, Alessandro De Giorgi (2006) procura dar sua contribuição original a este processo, distingue entre o período fordista e o pós-fordista², e tenta verificar como, por meio da orientação metodológica da chamada “economia política da pena”³, pode-se compreender o último período, a partir de 1970, denominado por ele de pós-fordista. O autor confirma que são pobres, desempregados, mendigos e migrantes, as novas classes perigosas que devem ser individualizadas e separadas da força de trabalho. Portanto, o objetivo do sistema de controle atualmente é “neutralizar a ‘periculosidade’ das classes perigosas através de técnicas de prevenção do risco, que se articulam, principalmente sob as formas de vigilância, segregação urbana e contenção carcerária.” (GIORGI, 2006, p. 28).

No caso brasileiro, a violência e a insegurança criminal agravam-se pela própria intervenção das forças policiais. Wacquant (2001 a) exemplifica, com um dado estarrecedor: em 1992, a polícia de São Paulo matou 1.470 civis, enquanto que a de Nova York e a de Los Angeles, mataram respectivamente 24 e 25. É significativo que os 1.470 civis mortos pela polícia representem 25% das vítimas de morte violenta daquele ano, ou

A produção flexível pressupõe um Estado fraco socialmente, que não imponha amarras econômicas às grandes corporações transnacionais e aos capitais especulativos, mas que esteja apto a reprimir a população mantida em condições de vida miseráveis.





Reorganização da classe trabalhadora

seja, um quarto dos homicídios foi cometido pelas forças da “ordem”. Segundo dados da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, o número de mortos pelas polícias civil e militar caiu para 825, em 2002, um número, contudo, ainda altíssimo.

Os resultados de pesquisa da Unesco divulgada recentemente são coerentes com essa realidade: em uma lista de 57 países, o Brasil é citado como ocupando o segundo lugar em mortes por armas de fogo, com um índice de quase 22 mortes por armas de fogo por 100 mil habitantes. O primeiro lugar foi da Venezuela, com 34 por 100 mil. Países como Rússia, China, Colômbia e África do Sul não entraram no ranking, nem nações que estão em guerra. O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, acredita que os altos índices brasileiros estão ligados à facilidade de acesso a armas de fogo (jornal Folha de São Paulo – FSP, 06/06/2005, caderno Cotidiano).

Os índices de violência no Brasil apresentam-se cada vez mais altos. Segundo recente publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005), o comportamento nacional da taxa de homicídios, por 100 mil habitantes, entre 1980 e 2003, passou de 11,4 para 29,1 homicídios. Contudo, há importantes variações de gênero e entre faixa etária. Os homicídios foram a primeira causa de morte, em 2003, para homens entre 15 e 39 anos e a terceira, para homens de qualquer idade. No Brasil, enquanto as taxas de homicídio femininas são de 4,4, para os homens a mesma taxa é de 54,6. Além disso, também há uma forte distinção entre raças nas vítimas de homicídio. Para a região metropolitana de São Paulo, por exemplo, enquanto os negros têm uma taxa de 70, o mesmo índice para os brancos é de 43.

Por outro lado, o crescimento da população carcerária brasileira também é enorme. Em junho de 2004 havia 331 mil prisioneiros no país, impli-

O ranking mundial de mais de 200 países para as taxas de detentos, por 100 mil habitantes, coloca os EUA em primeiro lugar, com mais de 700 e a Rússia em segundo, com 532. Já o Brasil está no 63º lugar. Contudo, em números absolutos, o Brasil é o quarto do mundo, com quase 331 mil detentos, atrás somente dos EUA com mais de dois milhões, da China com 1,5 milhão e da Rússia com 763 mil.

cando uma taxa de 183 por 100 mil habitantes, dos quais somente 3% eram mulheres e menos de 1% eram estrangeiros. Eles estavam alocados em 868 instituições, entre cadeias, penitenciárias ou hospitais, que tinham capacidade para 181 mil, ou seja, a taxa de ocupação era de 183%. As taxas anuais desta população cresceram continuamente: de 81 detentos, por 100 mil habitantes, em 1993, para 92, em 1995, 102, em 1997, 133, em 2001, 138, em 2002, e, finalmente, alcançando 183 detentos por 100 mil habitantes em 2004 (dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais, da Universidade de Londres)⁴.

O ranking mundial de mais de 200 países para as taxas de detentos, por 100 mil habitantes, coloca os EUA em primeiro lugar, com mais de 700 e a Rússia em segundo, com 532. Já o Brasil está no 63º lugar. Contudo, em números absolutos, o Brasil é o quarto do mundo, com quase 331 mil detentos, atrás somente dos EUA com mais de dois milhões, da China com 1,5 milhão e da Rússia com 763 mil (idem a nota anterior).

Os EUA, portanto, são o país que mais encarcera no mundo. Contudo, diferentemente do caso brasileiro, seus índices de homicídio caíram continuamente entre 1980 e 2002. Passaram de 10 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 para 5,5, em 2002. Lá, como no Brasil, tais índices trazem as marcas das desigualdades sociais e de diferenças de gênero, faixa etária e raça/cor. São os homens negros entre 14 e 24 anos que apresentam os maiores índices, situando-se tanto como vítimas, quanto como criminosos. Em 2002, eles eram cerca de 25% dos criminosos em homicídios e 15% das vítimas, enquanto representavam 1% da população. Os homens brancos da mesma idade eram 19% dos criminosos e 10% das vítimas, enquanto sua participação na população era de 6% (dados do Federal Bureau of Investigation





Reorganização da classe trabalhadora

– FBI, EUA). As taxas de crime violento, que também incluem estupro e assalto, além dos homicídios, também caíram significativamente entre 1980 e 2003: de 50 vítimas por mil habitantes, caíram para 22 (dados do Bureau of Justice, EUA).

Apesar da queda da criminalidade, os gastos do governo dos EUA com segurança cresceram 466% entre 1982 e 2001. As esferas federal, estadual, os condados e os municípios juntos gastaram 36 bilhões de dólares, em 1982, e 167 bilhões, em 2001. Destes, em 2001, US\$ 72 bilhões iam para a polícia, US\$37 bi para a justiça e US\$ 57 bi para o sistema penitenciário, sendo que o orçamento deste último cresceu mais de 500% no período. É notável saber que, a partir de 1985, os créditos para as penitenciárias superaram o principal programa de ajuda social, voltado para famílias com crianças dependentes e, também, os valores do programa de ajuda alimentar das famílias pobres. A título de ilustração, se houvesse uma companhia que agregasse todas as penitenciárias do país, ela seria a terceira maior empregadora, atrás somente da *General Motors* e do *Wal-Mart*, compreendendo 600 mil trabalhadores, em 1993. (WACQUANT, 2001a)

Em seu artigo “Washington, capitale-caricature de l’Etat pénal américain”, Wacquant (2001b) revela, de forma muito concreta, como os investimentos estatais estão mudando de área, por meio da comparação dos números relativos a uma universidade pública e a uma prisão, ambas localizadas no distrito de Columbia, nos EUA. O número de estudantes na Universidade de Columbia diminuiu em mais de três vezes entre 1980 e 1997, enquanto o de detentos subiu mais de quatro vezes. Além disso, a quantidade de guardas nas prisões aumentou mais de oito vezes, e o total de professores (ensino primário, secundário e superior) e empregados em serviços sociais caiu em 46%!

O crescimento do orçamento do sistema correcional é coerente com o abissal crescimento da população carcerária nos EUA. Ela cresceu de 1,3 milhões de indivíduos, em 1992, com uma taxa de 505 detentos por 100 mil habitantes, para mais de 2 milhões em 2003, alcançando uma taxa

recorde de 714. Destes detentos, cerca de 8% eram mulheres e quase 7% estrangeiros, que estavam distribuídos em mais de cinco mil instituições federais, estaduais e locais, com capacidade para 1,9 milhões de detentos. A taxa de ocupação destes locais era de 108% (dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais, da Universidade de Londres)⁵.

Mas quem são esses presos? A resposta traz novamente as marcas das assimetrias e hierarquizações entre classes sociais, homens e mulheres, brancos e negros. Nos EUA, os presos são também predominantemente negros e jovens. Mais de um terço dos negros entre 18 e 29 anos está detido, esperando para ser julgado, em liberdade condicional (*parole*) ou em liberdade assistida (*probation*) (WACQUANT, 2001a). Segundo estudo do Sentencing Project (2004), em 2001 a taxa média de detentos por 100 mil habitantes era de 685, sendo que entre os homens brancos ela ficava em 366, atingindo 2.209 entre os homens negros. Ou seja, os negros são seis vezes mais encarcerados que os brancos, diferença que chega a 29 vezes no distrito de Columbia.

Essa “preferência” racial pode assumir formas trágicas. Em estudo sobre o acesso ao voto nos EUA, o Sentencing Project e a Human Rights Watch (1998) demonstraram que muitos estados nos Estados Unidos têm leis que impedem o acesso ao voto às pessoas sob algum tipo de custódia penal. Em 46 estados, de um total de 50, detentos não têm acesso ao voto. Em 29 deles, pessoas em liberdade assistida também são impedidas de votar e, em 32, quem está em liberdade condicional igualmente não pode votar. Estas legislações estaduais restritivas ao voto chegam à aberração de, em 15 estados nos EUA, ex-criminosos (*felons*) não poderem votar nunca mais, mesmo tendo terminado seu período de dívida com a Justiça. Devido às segregações raciais que se revelam na população carcerária, o estudo conclui que cerca de 13% do total de homens negros estão impedidos de votar (contra uma taxa de 2% para o total da população dos EUA). Eles representam um terço do total das pessoas excluídas do direito de voto e eram quase um mi-



lhão e meio, para um total de 4,6 milhões de homens negros que votou em 1996. As diferenças nas legislações estaduais resultam em distintas situações nas várias regiões dos EUA: no Alabama e na Flórida, por exemplo, 31% dos homens negros estão permanentemente sem direito a voto, enquanto em Nova York o índice é de 6%.

Além disso, o alto valor dos custos do encarceramento (22 mil dólares/ano por preso) tem justificado a introdução em massa do trabalho simplificado e rotineiro nas prisões, a cobrança por determinados serviços (uso do telefone e refeições pagas, por exemplo) e a privatização das prisões. Esta última técnica é adotada desde 1983 e englobava cerca de 7% da população carcerária em números de 1998. (WACQUANT, 2001a).

A principal tese de Wacquant (2001a) em seu livro “As prisões da miséria” é a emergência de um Estado penal, concomitante ao desmonte das políticas sociais do Welfare State. O autor sustenta sua tese ao refletir sobre a adoção, praticamente universal, dos princípios de “tolerância zero”, criados pelos EUA para intensificar seus mecanismos de repressão à população marginalizada. Wacquant revela que a adoção desses princípios cresce independentemente dos índices de criminalidade e que, de fato, não repercute diretamente neles.

Foi a teoria da “vidraça quebrada”, de autoria de James Q. Wilson e George Kelling, segundo a qual é combatendo os pequenos distúrbios que se atacam os crimes de maior porte, que serviu de base (e de alibi) para a reorganização da polícia novaiorquina promovida por William Bratton, em 1994. A reestruturação começou com um forte incremento em efetivos e equipamentos, maior responsabilização das ações operacionais aos comissários de bairro (que passaram a deter mais autonomia nos processos decisórios) e a adoção de um sistema informatizado de estatísticas que representava visualmente as ocorrências criminais num mapa da cidade, com o objetivo primordial de controlar melhor os resultados de cada bairro (e responsabilizar pessoalmente os responsáveis pelo não alcance das metas impostas). Entre 1994 e 1999, os recursos para a

polícia aumentaram 40%, atingindo 2,6 bilhões de dólares e contando com um acervo de 12 mil policiais e 46 mil empregados. Em termos comparativos, a verba da polícia de Nova York é quatro vezes maior que a dos hospitais públicos, enquanto a totalidade dos serviços sociais conta com somente 13.400 funcionários. (WACQUANT, 2001a)

Outro ponto de vista sobre a reorganização da polícia novaiorquina é oferecido por Luiz Eduardo Soares (SOARES, 2002), cujo artigo começa com uma série de questões fundamentais:

uma vez que Nova York combina controle da criminalidade com vários episódios de violência policial, deveríamos concluir que é necessário recorrer à brutalidade da polícia para reduzir a criminalidade? Ou, pelo menos, deveríamos tolerar a brutalidade policial em benefício dos resultados? É possível compatibilizar respeito aos direitos humanos com eficiência policial? A linha adotada em Nova York desde 1994 (...) admite o convívio incômodo com a violência da polícia? (p. 227)

Apesar do tom elogioso com que se refere, em diversas passagens do texto, à expressiva redução da criminalidade em Nova York, Soares não perde de vista o que seria, segundo ele, um “efeito colateral” desse sistema: “o privilégio unilateral conferido à eficiência no combate ao crime produziu um resíduo, um efeito perverso que os mais pobres sentem na pele com especial cruzeza” (SOARES, 2002, p. 236).

Não parecem somente um “efeito colateral” e um “resíduo”, os chocantes acontecimentos de 1998 e 1999 praticados pela polícia de Nova York, que seria treinada para “agir sempre com cortesia, profissionalismo e respeito” (SOARES, 2002, p. 235). No primeiro caso, ocorrido em 1998, Abner Louima, um imigrante do Haiti, foi vítima de tortura sexual por policiais, dentro de um posto policial de Manhattan. No segundo evento, de janeiro de 1999, Amadou Diallo foi executado com 41 tiros, no Bronx, por policiais da unidade de crime de rua. Amadou era um imigrante africano que estava desarmado, sozinho,



Reorganização da classe trabalhadora

na portaria do prédio onde morava. Obviamente outros incidentes de menor porte ocorrem com muita frequência: as queixas feitas ao órgão competente aumentaram em 60%, entre 1992 e 1994, e mais da metade foram feitas por negros, quando estes são somente 20% da população de Nova York. Pesquisa publicada no *New York Times*, em 1999 demonstrou que 72% dos negros consideram a polícia uma força hostil, contra 33% dos brancos. (WACQUANT, 2001a.)

Contudo, a significativa redução nas taxas de criminalidade fazem de Nova York um sucesso internacional. Seus princípios têm servido de inspiração e modelo para os governos de diversas cidades e países, em momentos distintos: Itália, México, Buenos Aires, Frankfurt, França, Escócia, Brasília, Cape Town, Nova Zelândia. (ibid.)

No Brasil, recentemente observou-se uma explosão de violência na cidade de São Paulo. Os moradores da cidade presenciaram, por alguns dias, uma situação de quase guerra civil entre as forças policiais e um grupo criminoso chamado Primeiro Comando da Capital – PCC. O PCC surgiu há treze anos, em 1993, em uma penitenciária cujo diretor era famoso por ser “linha-dura” com os detentos. Era José Ismael Pedrosa, o diretor do Carandiru à época do massacre. Um dos fundadores diz, ironicamente, que o PCC foi cria-

do por oito detentos e por Pedrosa. Seu lema é “Paz, Justiça e Liberdade” e o grupo organiza os presídios que controla: não há mais estupros, que são punidos com a morte do estuprador, e nenhum detento pode matar outro, o que costumava ser muito comum, sem antes justificar suas razões aos líderes do PCC do presídio onde está. Atualmente, tem como sua atividade principal, a distribuição de drogas no Estado de São Paulo⁶.

O PCC ficou conhecido do público ao organizar uma rebelião simultânea, no ano de 2001, em 19 cidades do estado de São Paulo, que en-

volveu 29 penitenciárias, 30 mil detentos e 10 mil familiares, estes como reféns. Foi uma exibição de força, possível, exclusivamente, pela disseminação do uso de telefones celulares nas prisões e pela estruturação de centrais telefônicas fora dos presídios⁷. Após a mega-rebelião de 2001, o governo do estado de São Paulo acreditava haver controlado as atividades do PCC, por meio de um amplo e sofisticado sistema de escutas telefônicas. Contudo, o sistema foi incapaz de prevenir os ataques do grupo ocorridos entre 12 e 15 de maio de 2006, quando 31 policiais foram mortos. Nos jornais do dia 15 de maio, as manchetes estampavam os feitos dos “bandidos”: “74 mortes, 150 ataques, 80 prisões rebeladas”⁸. A maior cidade do Brasil pa-

rou: recordes de trânsito, no meio do dia, as pessoas voltando do trabalho, apavoradas, para suas casas. Às oito da noite não havia ninguém nas ruas, era um toque de recolher informal, que todos seguiam.

A partir do dia 14 do mesmo mês, enquanto os ataques do PCC começavam a rarear, as forças policiais iniciaram um revide à altura: foram 110 mortos, segundo balanço da própria Secretaria de Segurança Pública. Todavia, os dados do Ministério Público, órgão fiscalizador destas ações policiais, mostram que foram 126 pessoas mortas, sendo que 94% dos casos foram atingidos por tiros em áreas letais (cabeça e peito), um forte in-

dício de que houve execuções sumárias. Além disso, houve muitas mortes por arma de fogo “inexplicadas”. De acordo com levantamento feito pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP, entre 12 e 20 de maio, ocorreram 492 mortes em todo o Estado, com uma média de quatro disparos cada uma. O bairro da capital que mais teve ocorrências foi Capão Redondo, com treze mortes no período, bairro este localizado na periferia e tradicionalmente atingido pela pobreza e pela violência. Ao contrário do que afirma o discurso oficial, nem todos os

O PCC surgiu há treze anos, em 1993, em uma penitenciária cujo diretor era famoso por ser “linha-dura” com os detentos. Era José Ismael Pedrosa, o diretor do Carandiru à época do massacre. Um dos fundadores diz, ironicamente, que o PCC foi criado por oito detentos e por Pedrosa. Seu lema é “Paz, Justiça e Liberdade”.



mortos são bandidos do PCC. Os casos de trabalhadores pobres assassinados são diversos: desde vigias até entregadores de pizza (ver jornais dos dias citados e posteriores). As suspeitas recaem sobre grupos de extermínio formados por policiais.

O que aconteceu em São Paulo é a materialização de uma política de controle social por intermédio de uma polícia que têm como foco principal a repressão direta à população pobre: ou através do encarceramento ou, o que é pior, do extermínio físico direto. É como disse um *rapper* da periferia de São Paulo: “morador da periferia que não é bandido é quem mais perde nessa briga. E agora que a polícia quer se vingar, vai ser pior. Se não pegam os mandantes, outros, bandidos ou suspeitos, pagam o pato. E nós somos sempre suspeitos”¹⁰.

É exatamente ao analisar a criminalização da miséria no capitalismo contemporâneo, que Wacquant assinala que, à ideologia econômica e social fundamentada no individualismo e na mercantilização, corresponde um novo senso comum que glorifica a intervenção penal do Estado. Ele lembra que a “inflação carcerária” atingiu também diversos países europeus: entre 1985 e 1995, a Inglaterra viu seu índice de encarceramento crescer de 90 para 101 prisioneiros, por 100 mil habitantes; em Portugal, esses índices subiram de 93 para 125; na Espanha, de 57 para 102; na Holanda de 34 para 65; e, na França, de 76 para 95 (Wacquant, 2001a, p. 103). Somente três países europeus apresentaram “deflação” na população carcerária: Áustria, Alemanha e Finlândia (ibid, p. 149). Portanto, o fenômeno está praticamente generalizado entre os países capitalistas mais industrializados.

Ao analisar este contexto, Alessandro De Giorgi (2006) lembra que hoje em dia pode-se falar de um “segundo grande internamento”. Por um lado, um internamento urbano na forma do gueto e, por outro, de um internamento penal, na

forma do cárcere. Além disso, também deve-se lembrar das formas de contenção da migração. A grande diferença entre o internamento atual e o anterior é a ausência atualmente, do objetivo disciplinar, que se tornou a simples contenção de uma população excedente. Assim, se, anteriormente, o sistema penal tinha o papel de transformar pobres em criminosos, criminosos em detentos e detentos em operários, hoje tudo mudou. Como Giorgi adverte, atualmente, o sistema penal tem como “objetivo (...) reproduzir um proletariado que considere o salário como justa retribuição do próprio trabalho e a pena como justa medida dos seus próprios crimes.” (2006, p. 47)

Nesse sentido, podem-se relacionar as baixas taxas de desemprego norte-americanas, nas décadas de 1980 e 1990, com o crescimento desproporcional do encarceramento. O baixo índice de desemprego teria sido resultado não somente das políticas de flexibilização, mas do encarceramento e óbvio ocultamento dos detentos nas taxas de desemprego. A taxa de desemprego dos EUA seria, pelo menos, dois pontos percentuais mais alta se incluísse a população carcerária. Conseqüentemente, no caso dos negros, sobretudo, a taxa de desemprego oficial estaria sendo subestimada em um terço. Assim, nos EUA, “a gestão do desemprego e da precariedade social parece ter passado, em suma, do universo das políticas sociais para o da política criminal.” (GIORGI, 2006, p. 53). Além disso, é interessante lembrar que o contingente de trabalhadores empregados na indústria da segurança também é um número bastante considerável.

Completando, o autor, que denomina o regime penal adotado atualmente como “regime do governo do excesso”, diz que este seria a convergência das estratégias de controle dessa nova força de trabalho. Ele lembra que no pós 2º Guerra, nos EUA, seguiu-se uma tendência de diminuição da população carcerária que, da metade dos

É exatamente ao analisar a criminalização da miséria no capitalismo contemporâneo, que Wacquant assinala que, à ideologia econômica e social fundamentada no individualismo e na mercantilização, corresponde um novo senso comum que glorifica a intervenção penal do Estado.



Reorganização da classe trabalhadora

anos 1970 em diante, se inverteu. A população carcerária cresceu: de 400 mil presos, em 1975; para 750 mil, em 1985; alcançando mais de dois milhões de indivíduos, em 2003, como já foi apontado. Se forem incluídas outras formas de controle, como probation, parole ou medidas alternativas, a população sob controle penal nos EUA chega, facilmente, a cinco milhões de pessoas. Por outro lado, a criminalidade manteve-se estável até meados de 1990, quando passou a diminuir significativamente. Uma característica digna de nota, é que cerca de metade da população carcerária dos EUA é acusada de crimes não-violentos.

Assim sendo, Giorgi (2006) pergunta se os centros de detenção para imigrantes não seriam o novo modelo de detenção, já que têm como objetivo principal, justamente, conter uma população excedente. É nestes centros que se retêm os imigrantes, sem oferecer as mínimas garantias jurídicas às quais qualquer detento tem acesso; é neles que prescinde da consumação de delitos para reter alguém, e são os que não apresentam qualquer objetivo reeducacional. O único objetivo destes centros de detenção é a retenção de uma categoria de pessoas consideradas “de risco”. Portanto, há um encarceramento preventivo, devido à dificuldade de distinguir o criminoso, desviante e trabalhador da economia ilegal, do trabalhador precário, informal e irregular.

Considerações finais

Concluindo, posso afirmar que a crescente penalização da miséria revela-se como nova expressão da dominação de classe no mundo social contemporâneo, no qual as tendências destrutivas do capitalismo aparecem em toda a sua concretude. O tratamento dispensado às camadas mais precarizadas da sociedade pelo Estado capitalista, sob a vigência do neoliberalismo, leva a uma expansão sem precedentes do seu aparelho coercitivo, visando a manter a ordem social e garantir o domínio de classe. O que mudou desde Marx e Engels? As estratégias de manutenção dessa ordem, não a sua lógica.

Neste sentido, pode-se dizer que o Estado

neoliberal, já que inserido na lógica capitalista, tem como objetivo o controle sobre a massa desprovida dos meios de produção, inserindo-a docilmente no processo de acumulação, como força de trabalho ou, simplesmente, mantendo-a submissa às forças da ordem. De fato, a grande singularidade contemporânea reside na expansão sem precedentes do aparato coercitivo estatal, resultado evidente da crescente deterioração das condições de vida e trabalho de um cada vez mais amplo contingente populacional.

É assim que se percebe que o crime mostra-se, cada vez mais, como elemento fundamental da lógica de reprodução do capital, já que justifica e legitima, perante a sociedade, as políticas adotadas de manutenção e expansão de um, já gigantesco, aparato repressivo estatal que está com seus olhos vigilantes voltados não somente para os criminosos violentos, mas para uma população da qual se diz “propensa ao crime”. Não coincidentemente é essa população que, atualmente, encontra-se preponderantemente fora do mercado de trabalho formal e do aparato das políticas sociais do Estado.

Portanto, é na busca da compreensão das relações mantidas entre uma enorme população excluída da esfera dos direitos trabalhistas, convivendo cotidianamente com a miséria e a pobreza, e uma, cada vez mais, significativa população de detentos, que tenta sobreviver à truculência estatal, que se evidencia, de modo inequívoco, a falácia retórica da prisão como instituição ressocializante.

NOTAS

¹PACHUKANIS, 1989, p. 151.

²Aqui o autor usa “pós-fordismo” para descrever as transformações nas esferas do trabalho e da produção ocorridas, principalmente, na década de 1990. Primeiro com o esgotamento do modelo industrial fordista, quando a grande fábrica tende a desaparecer e rompe-se o círculo virtuoso que ligava o salário do operário ao consumo de massa. E, adicionalmente, com a revisão das políticas keynesianas. Ou seja, a diminuição dos gastos públicos e da intervenção pública na economia.

³Orientação de diversos estudiosos da área de sistema



penal que se inaugura com o clássico “Punição e Estrutura Social”, em 1939, de Rusche e Kirchheimer, e tem como uma de suas principais obras “Cárcere e Fábrica” de Dario Melossi e Massimo Pavarini publicado em 1977. Estes estudiosos pretendiam fazer uma leitura marxista da história da pena, conjugando economia e controle social e relacionando os sistemas de punição com a estrutura socioeconômica de cada dada sociedade.

⁴Em: <http://www.prisonstudies.org/> consultado em maio de 2005.

⁵Em: <http://www.prisonstudies.org/> consultado em maio de 2005.

⁶Caros amigos edição extra PCC, ano X, nº 28, maio de 2006 e Caros amigos, ano X, nº 111, junho de 2006.

⁷Caros amigos edição extra PCC, ano X, nº 28, maio de 2006, p. 11.

⁸FSP, 15/06/2006, cad. Cotidiano.

⁹FSP, 14/06/2006, Cotidiano.

¹⁰Revista Carta Capital, ano XII, nº 394, 24 de maio de 2006, p. 14.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIORGI, Alessandro De. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Revan, 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edi-

ções Loyola, 1993.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Radar Social 2005*. Brasília: IPEA, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

PACHUKANIS, Eugeny Bronislanovich. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Revan, 2004.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Prefácio: anatomia de uma criminologia crítica*. In: BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan; 2002.

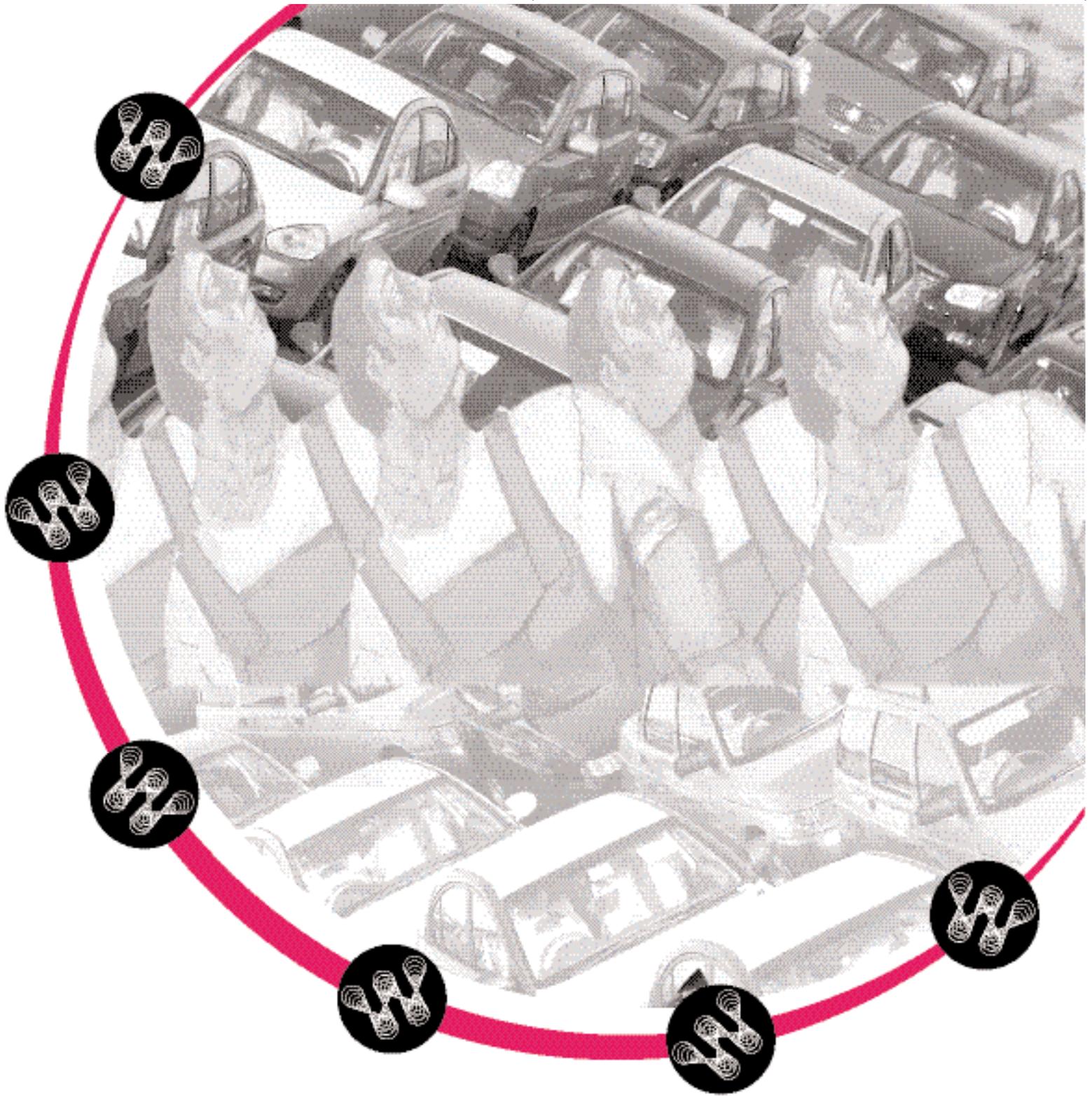
SENTENCING PROJECT. *State Rates of Incarceration by Race*. 2004. Em: <http://www.sentencingproject.org/> consultado em mai. 2005.

SENTENCING PROJECT; HUMAN RIGHTS WATCH. *Losing the vote: The Impact of Felony Disfranchisement Laws in the United States*. 1998. Em: <http://www.hrw.org/> consultado em abr. 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. *O enigma de Nova York*. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). *Insegurança Pública*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

WACQUANT, Loïc. *Washington, capitale-caricature de l'Etat pénal américain*. Agone. Philosophie, littérature, critique 36, Winter 2001b. **US**



As transformações na indústria automobilística brasileira: modelo produtivo e ação sindical (II)

Lafaiete Santos Neves

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR,
professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE-Centro Universitário.

Esta publicação da parte II, que dá continuidade ao artigo publicado em edição anterior da revista Universidade e Sociedade, a de nº 36, de fevereiro de 2005, apresenta as seções 6 e 7, contendo o perfil dos trabalhadores metalúrgicos da Indústria Automobilística da Região Metropolitana de Curitiba, a ação sindical do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, da Oposição Metalúrgica e conclui com considerações sobre as características das relações empresa – sindicato – trabalhadores.

6. O perfil do trabalhador metalúrgico da indústria automotiva da região metropolitana de Curitiba.

A pesquisa sobre o perfil do trabalhador metalúrgico da indústria automotiva, da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), demonstra uma significativa diferenciação do perfil do trabalhador metalúrgico da indústria automobilística em relação àquele do ABC paulista. A diferença se estabelece pela origem. No ABC, o trabalhador é mais rural, com mudança recente para o urbano, já na RMC, é mais urbano; o nível de escolaridade, na RMC, é mais elevado e a faixa etária corresponde a uma idade média menor; o nível e o tempo de sindicalização, no ABC paulista, são mais elevados, assim como é mais elevada a participação nas atividades sindicais; a organização por local de trabalho, no ABC paulista, é mais elevada; o piso salarial e o salário médio são mais elevados, no ABC paulista; e a jornada de trabalho semanal é menor, no ABC paulista.

Os quadros a seguir foram produzidos a partir de pesquisa direta realizada com os trabalha-

dores das montadoras, com a colaboração do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana e das Comissões de Fábricas da Renault, Volks - Audi e Volvo (CARLEIAL et al., 2002a), e tentam caracterizar a situação dos empregados destas empresas, com ênfase em seu envolvimento sindical.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos 79 questionários entre as empresas da região, sendo os trabalhadores do chão de fábrica, de diferentes unidades, entre elas, estamparia, montagem e pintura.

Tabela 3

DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR EMPRESA		
Empresa	Respondentes	Participação Relativa (%)
Volvo	14	18
Renault	39	49
Volks-Audi	26	33
Total	79	100

Fonte: Pesquisa de Campo - Unitrabalho/UFPR

A tabela 4 registra a predominância de homens (90%), frente a apenas (10%) de mulheres na amostra.

Reorganização da classe trabalhadora

Tabela 4

DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO		
Sexo	Respondentes	Participação Relativa (%)
Masculino	71	90
Feminino	81	10

Fonte: Pesquisa de Campo - Unitrabalho/UFPR

Outro dado relevante é a presença marcante de jovens trabalhadores nas montadoras, conforme a tabela 5, sendo que 43% estão na faixa etária entre 21 e 25 anos e 77% entre 21 e 30 anos. É uma realidade totalmente diferente das antigas plantas da indústria automobilísticas, como as do ABC paulista, onde os trabalhadores, na sua maioria, pertenciam a uma faixa etária superior, com grande presença de trabalhadores de origem rural, sendo os de origem urbana, com tradição sindical e experiência, formadores de outros jovens operários. Nas plantas automotivas da RMC, predominam os jovens operários de origem urbana, com seu primeiro emprego na indústria automobilística, sem cultura operária e tradição sindical.

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS RESPONDENTES		
Idade	Número	Participação Relativa (%)
Menos de 21 anos	4	5
21 a 25 anos	34	43
26 a 30 anos	27	34
31 a 35 anos	8	10
36 ou mais	4	5
N.R.	2	3

Fonte: Pesquisa de Campo - Unitrabalho/UFPR

Tabela 5

A tabela 6 mostra que 81% desses trabalhadores são do Paraná, sendo 39% de Curitiba e a maioria tem origem na Região Metropolitana de Curitiba.

ORIGEM REGIONAL DOS RESPONDENTES		
Local de Nascimento	Número	Participação Relativa (%)
Curitiba/PR	31	39
Outros Municípios do Pr	33	42
Santa Catarina	6	8
Rio Grande do Sul	3	4
São Paulo	4	5
Outros Estados	2	2

FONTE: Pesquisa de campo Unitrabalho/UFPR

Tabela 6

A tabela 7 explicita que 81% deles não trabalharam em outra montadora e apenas 17% haviam trabalhado anteriormente. Isto evidencia que a maioria absoluta, por ser jovem com primeiro emprego na indústria, não tem tradição no ramo metalúrgico.

EXPERIÊNCIA ANTERIOR DOS RESPONDENTES		
Você já trabalhou em outra montadora?	Número	Participação Relativa (%)
Não	64	81
Sim	13	17
N.R.	2	2

Fonte: Pesquisa de campo Unitrabalho/UFPR

Tabela 7

A tabela 8 revela um excelente nível de escolaridade em relação aos trabalhadores das antigas plantas fordistas do ABC paulista, que não exigiam nem a escolaridade média para trabalhar no chão de fábrica. Na RMC, 4% dos trabalhadores do chão de fábrica possuem nível superior completo; 19% estão cursando o nível superior; 57% têm o nível médio ou técnico completo, todos têm o nível fundamental completo, inclusive, há trabalhador cursando pós-graduação *lato sensu*.

ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES		
Escolaridade	Número	Partic. Relat. (%)
Ensino fundamental incompleto	-	-
Ensino fundamental completo	05	6
Ensino médio incompleto	09	12
Ensino médio/En. técnico completos	45	57
Cursando ensino superior	15	19
Ensino superior completo	03	4
Pós-graduação incompleta	01	1
Pós-graduação completa	01	1
Total	79	100

Fonte: Pesquisa de campo Unitrabalho/UFPR

Tabela 8

As tabelas 9 a 12 trazem dados muito relevantes para se verificar o envolvimento dos trabalhadores das montadoras da RMC com as lutas da categoria e a participação sindical. Os números de questionários respondidos, nesse caso, variam, de 63 a 142, conforme a pergunta formulada.

INDICADOR DE SINDICALIZAÇÃO		
Você é Sindicalizado?	Número	Part. Relativa (%)
Não	12	15
Sim	63	80
N.R.	4	5

Fonte: Pesquisa de campo - Unitrabalho/UFPR

Tabela 9

TEMPO DE SINDICALIZAÇÃO		
Há quanto tempo é sindicalizado?	Número	Participação Relativa (%)
1 a 2 anos	30	48
2 a 4 anos	22	35
4 anos ou mais	9	14
N.R.	2	3

Fonte: Pesquisa de campo - Unitrabalho/UFPR

Tabela 10

PARTICIPAÇÃO SINDICAL		
Você participa das atividades do Sindicato?	Número	Part. Relativa (%)
Não	18	27
Sim	47	73

Fonte: Pesquisa de campo - Unitrabalho/UFPR

Tabela 11

NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL		
Quais?	Número	Part. Relativa (%)
Reuniões	13	16
Lazer	26	21
Assembléia na porta da fábrica	59	47
Assembléia no sindicato	23	19

Fonte: Pesquisa de campo - Unitrabalho/UFPR

Tabela 12

É bem representativa a taxa de sindicalização dos metalúrgicos das montadoras, atingindo 80% dos respondentes, parcela expressiva para o conjunto da categoria. Nota-se que é uma sindicalização recente, tendo 48%, entre 1 e 2 anos de sindicalização, e 35%, entre 2 e 4 anos de sindicalização.

Outro dado importante é o nível de participação nas atividades sindicais, sendo que 47% afirmaram delas participar, em assembleias realizadas nas portas das fábricas, e um número menor, 13%, participa de reuniões no sindicato. Este dado revela uma baixa participação nas reuniões convocadas pelo sindicato; por outro lado, a resposta é relevante quando o sindicato vai até a porta das fábricas, principalmente na época das negociações coletivas. Isto demonstra que o sindicato não está conseguindo envolver os trabalhadores das montadoras nas atividades promovidas na sua sede, o que pode ser explicado pela falta de promoção de atividades de formação sindical, em particular nas suas sedes. Nelas não se verifica a prática do Sindicato dos Metalúrgicos

do ABC paulista (SMABC), de formação permanente de quadros para capacitar os trabalhadores nas negociações coletivas e na compreensão das transformações que ocorrem na indústria automobilística.

A existência da comissão de fábrica é recente e foi uma conquista, no caso da Volkswagen-Audi, dos trabalhadores das outras plantas nacionais e internacionais que pressionaram a empresa para que fosse implantada, por ser a única planta que não a havia criado.

Os trabalhadores das novas plantas automotivas da RMC não participam da direção sindical. Este é um fato que gera críticas destes trabalhadores, que passam a exigir sua participação na direção do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, já que representam uma categoria de um setor de ponta da economia.

A tabela 13, referente ao padrão salarial nas montadoras, no ano de 2002, revela que os salários são baixos para o nível de escolaridade e qualificação exigidas. A maioria dos respondentes (119), que é uma amostragem significativa do conjunto dos trabalhadores, ganha entre R\$ 454,00 a R\$ 1.057,00 (83%) e apenas 10% ganham entre R\$ 1.058,00 e R\$ 1.510,00.

DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS RESPONDENTES QUE TRABALHAM NA ÁREA AUTOMOTIVA		
Faixa Salarial	Número	Part. Relativa (%)
Até R\$ 302,00	-	-
De R\$ 303,00 a R\$ 453,00	07	5%
De 454,00 a R\$ 755,00	80	56%
De R\$ 756,00 a R\$ 1.057,00	39	27%
De R\$ 1.058,00 a R\$ 1.510,00	15	10%
De R\$ 1.511,00 a R\$ 2.265,00	01	1%
De R\$ 2.266,00 a R\$ 3.020,00	-	-
De R\$ acima de R\$ 3.021,00	-	-
Não- resposta	02	1%
Total	144	100,0

Fonte: Pesquisa de campo - SENAI/UFPR

Tabela 13

São dados reveladores da pouca força do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba que se refletem no baixo poder de negociação, se comparados aos de São Bernardo do Campo, onde a remuneração média da categoria na Volkswagen/Anchieta na mesma época foi de R\$ 1.400,00 e, na Audi-Volks, fica em R\$ 811,51,



Reorganização da classe trabalhadora

com o salário fixo do trabalhador operacional correspondendo a 92% da remuneração total, sendo que a remuneração variável, na média, fica em torno de 8% (DIEESE, 2002).

Há que se destacar que as montadoras da RMC, como é o caso da Volks-Audi, pagam salários diferenciados aos seus trabalhadores com a mesma função e qualificação, nas diversas plantas, em decorrência das suas estratégias de lucratividade (BOYER e FREYSSNET, 2000). Os salários nas montadoras são definidos em acordo coletivo por planta, firmado entre o sindicato e a empresa, e têm vigência de dois anos.

Para entender essa disparidade de remuneração salarial dos trabalhadores das diversas plantas, é fundamental entender a história e a trajetória das organizações sindicais.

7. A organização sindical dos metalúrgicos da região metropolitana de Curitiba

Não existe nenhuma produção acadêmica ou registros sistematizados que possam servir de base para a reconstituição da história do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMGC).

O Sindicato produziu um vídeo e um site na Internet, que apenas dão uma breve síntese da sua organização e lutas. A única produção que analisa um momento, muito breve, da história deste sindicato foi publicada pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná (NEVES, CARVALHO e OLIVEIRA FILHA, 1982). É um texto que analisa a greve dos metalúrgicos de Curitiba, em 1979, ano em que eclodiram muitas greves em todo o País, tendo por referência o novo sindicalismo dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Em Curitiba, existia, nesta época, a Pastoral Operária (PO), ligada à Igreja Católica, que atuava na organização dos trabalhadores da construção civil e dos metalúrgicos. A Pastoral Operária tinha uma significativa inserção nas indústrias metalúrgicas e teve um

papel determinante na organização dessa greve. Entre as lideranças da PO, encontravam-se ex-seminaristas que passaram a morar na periferia de Curitiba e a trabalhar nas indústrias metalúrgicas para organizar a Oposição Metalúrgica, visando a disputar as eleições sindicais da categoria, por entenderem que o Sindicato dos Metalúrgicos era dirigido por forças conservadoras que, há muito tempo, estavam distantes do chão de fábrica e com uma prática típica do sindicalismo burocrático (RODRIGUES, L.M., 1999).

A PO passou a atuar intensamente nas fábricas, mobilizando os trabalhadores para a campanha salarial, cuja data base era em 1º dezembro de 1979. Era fundamental para o êxito da campanha salarial e o fortalecimento da Oposição Sindical Metalúrgica que os trabalhadores participassem das assembleias do Sindicato, em setembro do mesmo ano, para preparar a pauta salarial da categoria.

Para organizar a campanha salarial, a PO realizou um encontro em Curitiba, trazendo sindicalistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para relatarem suas experiências de organização de campanha salarial. Deste encontro, foi formada uma Comissão para organizar toda a campanha salarial. A Comissão preparou boletins, formativos e informativos, para a mobilização da categoria. Os boletins explicavam o que era a campanha salarial e buscavam sugere-

tões para a elaboração da pauta. Para atingir os trabalhadores no chão de fábrica, a PO organizou núcleos por fábrica/ bairro que culminavam com reuniões amplas para discutir as propostas e os rumos da campanha salarial. Com essa forma de organização, a PO conseguiu mobilizar os trabalhadores para as assembleias do sindicato dos metalúrgicos. Em setembro de 1979, a assembleia reuniu 2.500 metalúrgicos, número muito superior ao da assembleia do ano anterior, que havia reunido somente 350 metalúrgicos. Nesta

A Pastoral Operária tinha uma significativa inserção nas indústrias metalúrgicas e teve um papel determinante na organização dessa greve. Entre as lideranças da PO, encontravam-se ex-seminaristas que passaram a morar na periferia de Curitiba e a trabalhar nas indústrias metalúrgicas.





assembléia, aprovaram-se quase todas as proposta deste grupo. Começaram as negociações e seguiram-se sucessivas assembléias, sendo, nesse processo, a posição da PO a de trabalhar em conjunto com a diretoria do sindicato.

A partir de certo momento, a PO, ao perceber que a diretoria do sindicato não assumia uma postura combativa nas negociações com os patrões e estava defendendo a posição de um acordo que não atendia aos interesses da categoria, passou a organizar a oposição sindical metalúrgica.

Com o fracasso das negociações, os trabalhadores decidiram ir para a greve em dezembro de 1979, tendo a diretoria do sindicato se colocado contra a greve. A greve foi vitoriosa, com a Justiça do Trabalho julgando o dissídio coletivo e determinando um reajuste de 70% para os trabalhadores que ganhassem até 3 salários mínimos, 65% ente 3 e 5 salários mínimos, 63% entre 5 a 10 salários mínimos e 58% para os salários acima de 10 salários mínimos. O piso salarial foi elevado de Cr\$ 3.000,00 para Cr\$ 4.200,00, além de haver outras conquistas, como a estabilidade para gestantes, estabilidade para os empregados com mais de 10 anos de empresa, mesmo que fossem optantes do Fundo de Garantia (NEVES, CARVALHO e OLIVEIRA FILHA, 1982, p. 21/22). Na noite do dia 14 de novembro de 1979, mais de 5 mil trabalhadores metalúrgicos se reuniram em assembléia, na praça do Atlético, e deliberaram pelo fim da greve, considerando-a uma grande vitória econômica e organizativa.

Mesmo sendo uma greve considerada legal, os patrões não respeitaram as decisões da Justiça do Trabalho. E o pior aconteceu. As fábricas começaram a repressão quinze dias após a greve, demitindo 50 operários. Muitas empresas não pagaram os dias parados e atrasaram o pagamento do 13.º salário. Os trabalhadores reagiram às ameaças e fizeram uma ampla denúncia à Delegacia Regional do Trabalho. Mesmo assim, no início de 1980, continuaram as demissões, princi-

Mesmo sendo uma greve considerada legal, os patrões não respeitaram as decisões da Justiça do Trabalho. E o pior aconteceu. As fábricas começaram a repressão quinze dias após a greve, demitindo 50 operários.

palmente das lideranças sindicais ligadas à PO.

O Boletim editado pela PO, “ZÉ BIGORNA”, continuou sendo editado mensalmente e passou a organizar a categoria para as eleições do sindicato dos metalúrgicos, em novembro de 1980. A chapa foi formada com as lideranças da greve e elas sofreram muita pressão das empresas para abandonarem a chapa. Os membros da chapa levaram a denúncia ao sin-

dicato, que nada fez para impedir as pressões. Os membros da PO acreditavam na convivência do sindicato dos metalúrgicos com os patrões para impedir que as eleições de 1980 fossem ganhas pela oposição. Houve demissão de metalúrgico, em cinco empresas diferentes, sucessivamente. A chapa de Oposição teve que impetrar mandado de segurança para poder ser registrada. A chapa da situação fez uma campanha de ameaças, divulgando que se a oposição ganhasse as eleições acabaria o assistencialismo no sindicato.

O resultado das eleições foi favorável à situação, mas a oposição conseguiu 43% dos votos, quase a metade do total dos votos (entrevista com Hélio Luiz Seidel, da Oposição Metalúrgica). A Oposição fez denúncia de fraude nas eleições, a partir de um abaixo-assinado com declaração de voto. Para a Oposição, a vitória da situação significou a manutenção da velha estrutura sindical atrelada aos patrões e ao Estado. Mais uma onda de demissões ocorreu nas fábricas, logo após as eleições, atingindo os membros da chapa da Oposição Sindical. Com essa repressão patronal, a Oposição Sindical se desmantelou, não conseguindo montar uma chapa para as eleições de 1982 (NEVES, CARVALHO e OLIVEIRA FILHA, 1982, p.30).

Porém, a Oposição Metalúrgica conseguiu se reorganizar, construiu um projeto e um jornal, “Luta Metalúrgica”, e disputou as eleições de 1986, obtendo 25% dos votos. Em 1987, participou novamente das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, com o apoio da CUT-PR, e obteve





Reorganização da classe trabalhadora

45% dos votos. Entretanto, em 1992, lançou chapinha e obteve 25% dos votos.

A Oposição Sindical Metalúrgica vinha se fortalecendo juntos aos trabalhadores metalúrgicos pela sua prática combativa e de enfrentamento em relação ao sindicato e aos patrões. A direção do Sindicato, a partir de 1987, ao perceber o crescimento da oposição e seu desgaste junto às bases, buscou uma assessoria sindical especializada do Grupo OBORÉ, que assessorava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e passou a ter um perfil mais de sindicalismo de resultados, assumindo as greves da categoria, em algumas fábricas, e buscando a negociação junto às empresas.

As greves de 1989 resultaram, novamente, numa onda de demissões nas fábricas e isto se refletiu na direção do Sindicato dos Metalúrgicos, que passou por uma crise. Surge uma nova liderança, em 1989, com Sérgio Butka, oriundo de uma empresa metalúrgica média, que já estava na direção do sindicato, desde o início dos anos 80. Ele se elege presidente e permanece no cargo até hoje. É um dos dirigentes sindicais mais antigos no Paraná, com mais de duas décadas na direção do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (GAZETA DO POVO, 13/04/03, p.6).

Como os dirigentes sindicais do ABC paulista, Sergio Butka passou a militar na política partidária. Filiou-se ao PT, passando para o PSDB, partido pelo qual se elegeu vereador em São José dos Pinhais (SJP), em 2000, estando hoje filiado ao PPS. Disputou a última eleição para deputado federal em 2002, pelo PPS, mas não conseguiu se eleger.

A Oposição Sindical Metalúrgica deixou de disputar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1992, data que marcou seu desaparecimento. E a CUT-PR não conseguiu dar continuidade à organização dos Metalúrgicos da RMC. Com o surgimento da Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana, filiou-se a esta central sindical, no início dos anos 90,

permanecendo lá filiado até hoje.

Mesmo tendo-se ainda essa história por analisar de modo mais completo, seus fragmentos ajudam a entender a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e sua concepção sindical.

Porém, ainda que se admita sua trajetória conservadora, em termos de prática e concepção sindical, temos que entender que a conjuntura política, econômica e social do país e do Paraná mudaram. Mudou o perfil da classe trabalhadora da RMC, com a vinda das multinacionais do setor automotivo, e isto tem levado o sindicato a ter que assumir uma outra prática sindical, buscando estar mais atento às demandas da categoria, especialmente dos trabalhadores das montadoras que, pelo seu perfil e nível de informação, passam a ser mais exigentes, obrigando o sindicato a ir para as portas das montadoras, mobilizar, fazer greve e exigir melhores negociações para a categoria. Hoje, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba tem que acompanhar as negociações coletivas das demais montadoras no País e participar em campanhas salariais conjuntas, como fez em 2002, junto com a CUT Nacional e a Força Sindical.

São os trabalhadores do setor automotivo da RM de Curitiba que passam, nessa conjuntura, a ter influência no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, exigindo, inclusive, a sua presença na direção deste sindicato, por não mais aceitarem ser a categoria mais importante dos metalúrgicos e ficarem sem expressão política na direção da entidade.

São fatos novos, que em muito ajudarão a entender, daqui para frente, os rumos deste sindicato, que deixará de ser majoritariamente representado, na sua direção, por trabalhadores de pequenas e médias empresas metalúrgicas e passará a ter a representação dos trabalhadores das grandes montadoras de Curitiba e Região Metropolitana. Este sindicato, pa-

Os trabalhadores das montadoras, pelo seu perfil e nível de informação, passaram a ser mais exigentes, obrigando o sindicato a ir para as portas das montadoras, mobilizar, fazer greve e exigir melhores negociações para a categoria.



ra estar sintonizado com a nova realidade e não frustrar as expectativas dos trabalhadores das montadoras, terá de necessariamente se organizar, montando uma estrutura de formação sindical, negociação coletiva, para dar conta dos grandes embates que já estão ocorrendo no pólo automotivo da RMC.

Considerações finais

O presente estudo mostrou que os metalúrgicos das montadoras da RMC são majoritariamente jovens, com 71%, na faixa de 21 a 30 anos, com pouca tradição operária, pois a maioria veio do próprio estado do Paraná (81%). A participação sindical é mais expressiva quando o sindicato se desloca para as portas das fábricas, decrescendo acentuadamente quando as reuniões são no sindicato. É notável que na planta de SBC, o salário médio em 2002, foi de R\$ 1.400,00 e, na de SJP, de R\$ 811,00 (DIEESE, 2002). Nas empresas do condomínio industrial, o salário médio na mesma época foi de R\$ 450,00, o que favorece à relação salarial das montadoras (CARLEIAL et al., 2002a).

Comparando-se a vigência do modelo de produção fordista, desde início do século XX até a década de 1960, constata-se a rapidez das mudanças, nas plantas automotivas, dos produtos, dos mercados e das relações de trabalho e salário, impostos pelo modelo de produção flexível, em pouco mais de duas décadas.

Outro fator relevante, além da evolução tecnológica e inovação das empresas, é o processo de centralização do capital, por meio de fusões e incorporações de empresas multinacionais automotivas. O Brasil é um país onde esta indústria tem demonstrado um forte dinamismo de investimentos, com fusões realizadas nos países de origem destas empresas. É o caso da Renault-Nissan, Daimler-Chrysler, Volkswagen-Audi e Peugeot-Citröen. O processo de fusões e aquisições continua avançando, estando prevista, até o ano de 2010, a redução das atuais 16 montadoras para apenas oito empresas, segundo estudo da Consultoria Booz Allen Hamilton. Esta redução é um processo inevitável para obter ganho em escala e reduzir a capacidade ociosa das em-

presas automobilísticas (FOLHA DE S. PAULO, 27/8/02, p.b4).

As empresas têm aumentado a capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que a demanda tem sofrido quedas periódicas. A situação só não foi mais grave no Brasil, na época (2002), devido ao aumento do dólar, que favoreceu às exportações.

O que também revela o setor automotivo é que suas constantes inovações são decorrentes da concorrência, que é muito acentuada neste setor da atividade econômica. Por isso, as empresas são obrigadas a inovar rapidamente os seus modelos produtivos. A Volkswagen mundial, nesta luta pela concorrência e lucratividade, adota o modelo Sloniano (BOYER e FREYSSINET, 2000), que tem, como características de lucratividade, o volume, a diversidade e o preço. É uma das empresas do setor que mais inova em produtos, sempre com novos lançamentos em suas várias plantas mundiais e disputando os mercados domésticos e internacionais. O caso mais recente no Brasil é o projeto Fox para o mercado interno (planta SJP) e o Tupy para o mercado externo (planta SBC). A planta de SJP tem a sua maior produção voltada para o mercado externo (EUA, México e Canadá), com os produtos: Golf e Audi A3.

O êxito do modelo Sloniano da Volkswagen está na economia de escala, nas diferenciações de modelos numa mesma plataforma produtiva, com requisitos de qualidade e preço; o êxito se sustenta em duas situações: 1) mercado em crescimento, onde a economia de escala se dá em função da plataforma produtiva para atender ao mercado doméstico e/ou, externo; e 2) com salários indexados à competitividade na exportação e nos acordos com os sindicatos. O trabalho é polivalente; há redução de jornada com redução de salário.

A relação empresa/sindicatos é definida por acordo coletivo, que garante lucros aos acionistas e elevados salários para os funcionários. Contudo, os elevados salários ocorrem nas economias desenvolvidas e não nas periféricas, onde reina a desigualdade salarial, até entre as plantas de um mesmo grupo, nas diferentes regiões onde estão instaladas. Inclusive, no último acordo coletivo da Volkswagen em SBC, em 2003, houve a redu-



Reorganização da classe trabalhadora

ção do piso salarial, para os novos funcionários contratados, diminuindo-o de R\$ 1.400,00 para R\$ 750,00, a partir de 2006, quando termina a estabilidade no emprego acordada no acordo coletivo de 2002, que evitou a demissão de 3.500 funcionários, com a produção de um novo produto – o Polo.

Os trabalhadores, mesmo com o nível de organização que têm em SBC, interferem muito pouco no nível de inovação tecnológica, que tem causado muito desemprego e pressionado os salários para baixo. Dentro da estratégia de lucratividade dos produtos da Volkswagen, a empresa utiliza muito bem a concorrência entre as plantas mundiais para a produção de um novo veículo, ganhando a planta que oferece o menor custo de produção. Por essa razão, ocorre o rebaixamento das conquistas históricas dos trabalhadores da Volkswagen, como o piso salarial, redução de jornada com redução de salário (semana Volkswagen de 35 horas de trabalho), ganho de produtividade não incorporado ao salário – Participação nos Lucros (PLR) –, disparidade salarial entre as plantas, que é usada como poder de pressão nas negociações coletivas. Com isto, pode-se entender por que o Fox é produzido em duas plantas, em um mesmo país.

No final da década de 1990, a política de guerra fiscal favoreceu às montadoras e não a seus trabalhadores, pois o custo de produção é menor, porém os ganhos de produtividade não são repassados proporcionalmente aos salários. São plantas novas dentro do modelo de produção flexível, no caso da planta de SJP, voltada para o mercado externo. Esta é uma planta no modelo de condomínio industrial, onde são utilizadas empresas fornecedoras de sistemas ou módulos, em formato de firma-rede, com controle das montadoras que têm o poder de auditar custos e salários dessas empresas (CARLEIAL et al., 2002a).

Como o capital gera as suas próprias contra-

No final da década de 1990, a política de guerra fiscal favoreceu às montadoras e não a seus trabalhadores, pois o custo de produção é menor, porém os ganhos de produtividade não são repassados proporcionalmente aos salários. São plantas novas dentro do modelo de produção flexível, no caso da planta de SJP, voltada para o mercado externo.

dições, a presença da indústria automobilística na RMC, assim como outrora ocorreu em SBC, está mudando o perfil do trabalhador e pressionando as montadoras e o sindicato por mudanças. Nos últimos três anos, tem ocorrido uma série de movimentos grevistas nas montadoras da RMC. Isto obriga o sindicato a deixar de ser burocrático e ir para as portas de fábrica para mobilizar a categoria.

Há uma pressão dos jovens operários das montadoras para que o sindicato mude a sua prática política; estes voltaram a exigir representação na direção do sindicato, por não conceberem que os trabalhadores de um setor de ponta da economia estejam fora

desta direção. Vale notar que, desde 1992, não existe disputa para a direção do SMGC. A disputa anterior deu-se quando a Oposição Sindical Metalúrgica, organizada pela Pastoral Operária, ligada à Igreja Católica, após liderar a histórica greve da categoria, em 1979, montou chapas no período de 1980-1992; na seqüência, sendo derrotada, desmobilizou-se. Saliente-se que, após as eleições de 1980, tinha havido uma grande perseguição nas fábricas, com demissões das principais lideranças da chapa, sem qualquer defesa do sindicato, levando ao enfraquecimento da oposição sindical metalúrgica em Curitiba. É que, em 1980, não havia em Curitiba e em sua Região Metropolitana uma classe operária combativa, como a de SBC, que pudesse assumir a direção do sindicato. O perfil operário, que estava representado no Sindicato, era de trabalhador de pequenas e médias empresas metalúrgicas.

A conjuntura mudou, a categoria metalúrgica cresceu em mobilização e expressão política e isso levará à mudança nos rumos do SMGC e da Central a que o sindicato está filiado, a Força Sindical.

REFERÊNCIAS

BOYER, R.; FREYSSENET, R. *Les modèles productifs*.





Paris: La Decouverte (reperes), 2000.

CARDOSO, A. P. dos S. **Emprego e tecnologia na implantação da indústria automobilística no Paraná.** Dieese/CNPQ, 2002.

CARLEIAL, L. MEZA, M. L.; NEVES, L. S. **A gestão da força de trabalho na indústria automotiva:** uma primeira aproximação a partir dos casos da Renault e da Audi-Volks. In: NABUCO, R. M.; NEVES, M. A. e NETO, A. C. M. (Org.). Indústria automotiva a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a. p.173-211. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

CARLEIAL, L.; MEZA, M. L.; NEVES, L. S. **Uma reflexão inicial sobre as possibilidades e limites da ação institucional na preparação da força de trabalho industrial para o setor automotivo no Paraná, Brasil.** In: CONGRESSO NACIONAL DOS SOCIOLOGOS, 9., 2002, Curitiba. Anais. Curitiba, 2002b.

CASTRO, D. **A política de incentivos fiscais no Paraná.** In: _____. Estudos de economia do setor público. São Paulo: FAPESP: FUNDAP, 1999. p.106-128.

DIEESE/PR. **Dados salariais das montadoras da RMC,** 2002.

FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Parte II: **Demanda e oferta de automóveis no Brasil.** Valor Econômico, São Paulo, n.730, 2 de abril de 2003. (1.º Caderno).

FOLHA DE S. PAULO, 17 de julho de 2002.

FOLHA DE S. PAULO, 27 de agosto de 2002. p. b 4.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 13 de abril de 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

MURARA, Carmem. **Montadoras do estado produziram 173% mais.** Folha do Paraná, 12 de abril de 2001. Economia p.1.

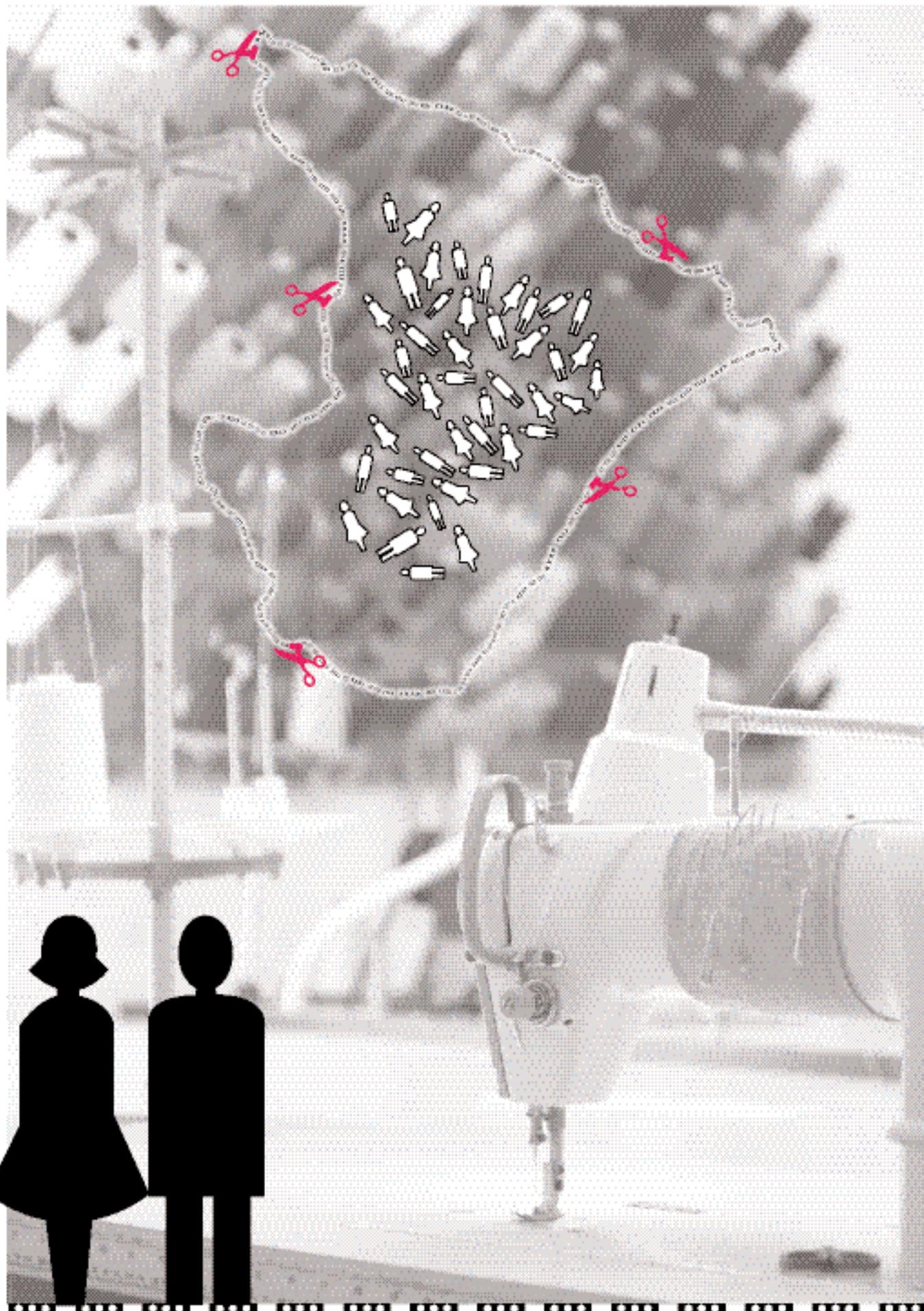
NEVES, Lafaiete Santos. **Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990).** São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) - PUCSP.

NEVES, Lafaiete Santos; CARVALHO, Gilberto; OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Contribuição ao estudo do movimento operário no Paraná.** Greves nas indústrias da construção civil e metalúrgica. Cadernos de Justiça e Paz, Curitiba, v.3, n.4, p.13-36, dez.1982.

RODRIGUES, L. M. **O destino do sindicalismo.** São Paulo: EDUSP, 1999.

WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel. **A máquina que mudou o mundo.** Rio de Janeiro: Campus, 1992. 







Tempos e espaços do trabalho: vozes de operários (as) da indústria têxtil¹

Maria Helena Santana Cruz²

Doutora em Educação pela UFBA, Coordenadora do Mestrado em Educação e do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (Nepimg) da Universidade Federal de Sergipe

Introdução

A reestruturação produtiva, que vem ocorrendo na indústria brasileira como um todo, e no setor têxtil em particular, constitui um processo bastante complexo. Na sua configuração, intervem variáveis de diversas ordens. Ainda que a discussão dessas questões ultrapasse os limites deste artigo, nos parece importante colocar que a adoção e a experimentação de novas tecnologias e de novos métodos de gestão da produção e do trabalho são apenas um dos aspectos, talvez o mais visível ou discutido do processo produção e desenvolvimento, que se constituem, marcados pela globalização, integração regional e reestruturação produtiva.

Este artigo apresenta os principais resultados de uma pesquisa realizada em uma indústria têxtil sergipana, que passava por processos de reestruturação produtiva, entre 2000

e 2002, destacando as características assumidas nesse processo. Também analisa as possibilidades de difusão e os requisitos gerados, em termos de educação/qualificação das trabalhadoras(es), dos quais se pode inferir um conjunto de elementos comuns e divergentes. Adotou-se a abordagem de gênero para visualizar as relações sociais existentes no processo de trabalho, em contextos sociais diferenciados, perceber se as mudanças repercutiram de forma desigual sobre o trabalho, segundo o sexo do trabalhador, e destacar o caráter, muitas vezes contraditório, dos seus posicionamentos e das possíveis variações nas interpretações por eles vivenciados. As contribuições sobre gênero formuladas por Scott são fundamentais para se compreender que “as diferenças percebidas entre os sexos apresentam-se também como uma forma primordial de significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.11).

Adotou-se a abordagem de gênero para visualizar as relações sociais existentes no processo de trabalho, em contextos sociais diferenciados, perceber se as mudanças repercutiram de forma desigual sobre o trabalho, segundo o sexo do trabalhador, e destacar o caráter, muitas vezes contraditório, dos seus posicionamentos e das possíveis variações nas interpretações por eles vivenciados.





Reorganização da classe trabalhadora

Assim, compreendeu-se como as discriminações sexuais e a segregação ocupacional vêm dificultando o progresso das mulheres. O gênero, ao mesmo tempo em que caracteriza as diversas instituições sociais e práticas determinadas, institui maneiras de viver que, através das relações de poder, vão produzir as relações entre os gêneros, estabelecendo para os sujeitos lugares diferenciados na sociedade e, assim, as desigualdades sociais.

Considerou-se que existe uma construção social e histórica produzida sobre as características biológicas³. Portanto, a categoria gênero sinaliza a forma como cada cultura trata as diferenças sociais entre os sexos, configurando imagens e identidades, masculina e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam, em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho (ABRAMO, 1996, p.23). Essas imagens, marcadas por mitos, preconceitos, estereótipos, são um dos elementos que estruturam a divisão sexual e a organização do processo de trabalho.

Nesse sentido, a categoria gênero contribui para entender que essas imagens são construídas socialmente. Entretanto, em geral, o seu entendimento exige que o conceito de patriarcado⁴, uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas, caracterizado pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e filhos, no âmbito familiar, seja considerado como sistema de dominação⁵ masculina. Ademais, as relações patriarcais questionam o campo educacional sobre o processo reprodutivo, sobre o caráter histórico e cultural de construção de identidades diferenciadas, de acordo com o gênero. Necessário se faz promover espaços de discussão com o fito de gerar procedimentos democráticos de formação de vontade que, em última instância, produzam nova racionalidade no mundo colonizado (HABERMAS, 1990).

A concepção de gênero elucida a construção, reprodução das relações entre os sujeitos, a construção da identidade instituída através do gênero, etnia, classe e geração. Esclarece os mecanismos que generalizam e especificam as diferenças e dis-

paridades, nas dimensões temporais e espaciais, a convivência da contradição, cujo ritmo e característica acentuam o nível diferenciado e fragmentado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, os aspectos culturais e históricos que presidem os diferentes arranjos institucionais, as variadas formas de integração ao novo contexto internacional, ao novo “modelo” produtivo e diferentes “trajetórias” de adaptação (HUMPHREY, 1995).

A estrutura reprodutiva, o trabalho, a cultura e as práticas foram considerados elementos formadores do indivíduo, enquanto pertencente a um grupo, no qual cada um se define, e é definido, pelos laços de solidariedade, sem, entretanto, mudar as diferenças individuais. Isso porque os processos de educação/socialização, que os indivíduos vivenciam, são significativos para justificar comportamentos de conformismo nas relações sociais, nas situações de trabalho e a racionalidade organizacional. Então, a análise de gênero traz novas iluminações para a compreensão das discriminações sociais, dos estereótipos construídos, dos processos de educação/socialização e para o conceito de qualificação. Para discutir a educação e seus possíveis reflexos no trabalho de mulheres, necessário se faz descobrir situações de síntese. Impõe-se ampliar o conceito de trabalho e decifrar outros traços sócio-culturais que sustentam o imaginário existente sobre as relações sociais, no esforço de tratar de forma articulada as esferas da produção e da reprodução, para revelar a dialética contida nos vários processos que estruturam as relações sociais e as representações sobre o trabalho e a qualificação.

No momento atual de reestruturação do capital, existem indústrias altamente modernas e outras que vêm convivendo, ao mesmo tempo, com os modelos taylorista/fordista e o de acumulação flexível. O primeiro é responsável pela fragmentação do trabalho em tarefas simples e repetitivas e, o segundo, pela introdução de modernas tecnologias, responsáveis por uma nova organização do trabalho. É nesse setor diversificado da economia, onde se trabalha com novos e antigos modelos produtivos, que as imagens de



gênero são reproduzidas. Entendeu-se que, se uma parte importante das experiências individuais e coletivas se estrutura em torno do lugar do trabalho e que este influi sobre as idéias e a conduta das pessoas, sua análise resulta necessária para se compreender o funcionamento da sociedade capitalista, uma sociedade constituída por homens e mulheres. Procurou-se esclarecer os efeitos diferenciados da reestruturação produtiva sobre homens e mulheres, visando externalizar mecanismos de exclusão e as desigualdades presentes no novo modelo de produção flexível. Isso porque a heterogeneidade constitui a principal característica desse processo de mudança (CRUZ, 1997, p. 34).

Reestruturação produtiva, racionalização na fábrica

No último quarto de século, assiste-se a mudanças nos contextos econômico, político, social e cultural no mundo. Segundo Harvey (1996), a partir da metade da década de 70, estaria ocorrendo um período de transição histórica no capitalismo, passando de uma época onde prevalecia a regulação social fordista/keynesiana, para outra que ele denomina “acumulação flexível”. O primeiro período, que teria se estendido do pós-guerra até início da década de 70, estava baseado na expansão material do capitalismo, organizada a partir de uma estrutura de grandes corporações verticalizadas, que monopolizavam os mercados. Essa expansão se deu, principalmente, através da atividade industrial, cuja característica era a produção em massa, aliada à expansão do consumo e ao crescimento do emprego. Também caracterizou este período o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores e a construção de normas sociais reguladoras das atividades econômicas pelo Estado, por meio de políticas sociais dirigidas a populações excluídas e de baixa renda. Principalmente nos países desenvolvidos, esta forma de regulação social veio a

forjar o que se convencionou chamar de o “Estado do Bem-estar Social”. Outra característica presente neste período se localizaria no âmbito da própria organização do trabalho. Esta se deu, segundo os preceitos do taylorismo, cuja gênese remonta ao início do século XX, com Taylor e a “Administração Científica do Trabalho”.

O trabalho taylorizado foi concebido para ser extremamente dividido, submetido a uma separação estrita entre a fase da concepção – desenvolvida por uma minoria localizada no topo da pirâmide organizacional – e a de execução, realizada pela maioria dos trabalhadores, estes submetidos a intenso controle e supervisão. O trabalho deveria ser executado segundo um padrão único, previamente estabelecido pelo setor de

planejamento e métodos. O desenvolvimento do taylorismo levou à institucionalização e fortalecimento de uma estrutura industrial rigidamente calcada na hierarquia de poder e autoridade dos gerentes e das chefias. A extrema divisão do trabalho e as arbitrariedades sofridas pelos trabalhadores sujeitos a esta forma de organizar o trabalho, por outro lado, contribuíram para a consolidação de uma resistência operária, que acabou incorporando, pelo menos nas economias avançadas, a própria grade ocupacional, grandemente segmentada pelo taylorismo, nas suas lutas e reivindicações, reforçando ainda mais a rigidez estrutural.

O período que se estende da metade da década de 70 até os dias atuais, apresentaria, ainda segundo Harvey (1996), indícios de ruptura em relação à situação anterior. Uma de suas principais características seria a perda da importância relativa do setor secundário da economia (em termos de emprego e na composição da riqueza nacional), em favor do setor terciário, particularmente o segmento financeiro, que apresenta excepcional expansão. No âmbito das corporações, além de uma nova onda de concentração de capital, por meio de fusões e incorpo-

O trabalho taylorizado foi concebido para ser extremamente dividido, submetido a uma separação estrita entre a fase da concepção – desenvolvida por uma minoria localizada no topo da pirâmide organizacional – e a de execução, realizada pela maioria dos trabalhadores, estes submetidos a intenso controle e supervisão.



Reorganização da classe trabalhadora

rações, passa a ter importância a busca da flexibilidade, produtiva e do trabalho. Na esfera da produção, procura-se contornar a rigidez da estrutura industrial, principalmente, por intermédio de um duplo movimento: a expansão geográfica, para zonas onde o controle sobre o trabalho é menos efetivo, e a terceirização de atividades de apoio e de certas etapas da própria atividade produtiva.

Na esfera do trabalho, adotam-se novas práticas organizacionais que, ao mesmo tempo, visam ao aumento da produtividade e procuram desenvolver a cooperação e a lealdade do trabalhador em relação à empresa. Adotam-se novas iniciativas, como a busca de flexibilização dos contratos de trabalho formal (contrato por período determinado, tempo parcial de trabalho etc), dos postos de trabalho (polivalência, multifuncionalidade) e das próprias relações de trabalho, utilizando-se de trabalho informal ou mesmo não remunerado, muitas vezes domiciliar, intermitente e sem proteção legal e incorporando essas modalidades precárias de trabalho na rotina regular das cadeias de produção. O conjunto de todas essas medidas irá repercutir diretamente sobre os sindicatos dos trabalhadores, que vêm seu poder enfraquecido. Ademais, o Estado tem papel importante na construção desse novo cenário, adotando um ideário neoliberal que enfatiza o mercado, a privatização e a desregulamentação de direitos e salvaguardas sociais, adquiridos no período anterior. Foi dentro dessa ótica que se desenvolveu e foi disseminado, internacionalmente, o sistema de “produção enxuta”, também conhecido como “modelo” de especialização flexível. A mundialização da economia teria como tema principal, portanto, a busca de uma maior flexibilidade, considerada uma das características essenciais do capitalismo contemporâneo.

Apesar de, em certos períodos históricos, o capitalismo ter dado a impressão de ter se especializado, como no século XIX, quando se des-

locou em massa para as atividades industriais, tão logo os agentes capitalistas não tenham expectativas de aumentar sua própria liberdade de escolha, o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento, principalmente sob a forma monetária. Portanto, a época de expansão material, suceder-se-iam outras de expansão ou renascimento do capital financeiro. Referindo-se ao processo de modernização, que vem acontecendo na indústria brasileira, nos anos 90, Coriat (1994) apresenta uma visão bastante crítica. Ele afirma que o Ohnismo, considerado como um conjunto de inovações organizacionais, não foi apreendido pela indústria brasileira, havendo, isso sim, uma tentativa de aclimatar localmente algumas de suas técnicas, introduzidas, em geral, de maneira isolada e limitada. Segundo este autor (CORIAT, 1994, p. 12), “os métodos japoneses são utilizados no Brasil como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar nas lógicas fundamentais tayloristas e fordistas, que constituem o fundamento da indústria tradicional”.

As transformações, em curso, instigam o questionamento da permanência das tradições e incertezas com a modernidade, com a multiplicidade e diversidade de experiências sócio-culturais, no trabalho objetivo e subjetivo. A adoção da perspectiva de gênero chama a atenção para as diferentes formas e particularidades que assumem as inovações tecnológicas, no contexto do trabalho industrial. Nessa linha de reflexão, formularam-se algumas questões: como o processo de modernização/inovação tecnológica e organizacional é percebido por gerentes e trabalhadores na indústria têxtil? As inovações introduzidas trazem consigo melhores oportunidades para as operárias, em termos de formação, treinamento, ascensão na hierarquia de postos e melhores salários? Comparativamente ao trabalho masculino, estaria havendo uma tendência à equiparação quanto às funções e remunerações correspondentes, entre homens e mu-

Desenvolveu-se e foi disseminado, internacionalmente, o sistema de “produção enxuta”, também conhecido como “modelo” de especialização flexível. A mundialização da economia teria como tema principal, portanto, a busca de uma maior flexibilidade, considerada uma das características essenciais do capitalismo contemporâneo.



lheres ligados à produção, indicando, desta forma, um movimento em direção à ruptura com os conceitos, socialmente correntes, de divisão sexual do trabalho, estabelecidos através da segregação da mulher no mercado e nos locais de trabalho? Considerando, ainda, que a organização do trabalho industrial em equipes implica maior envolvimento no trabalho, cooperação grupal, de que modo a gerência promove a motivação das operárias para obter maior esforço e dedicação no desempenho de suas tarefas? Como as operárias integram e organizam os papéis na esfera privada, familiar, e na esfera pública, do trabalho industrial?

O estudo pressupõe que o sistema de valores governa as condutas de cada indivíduo em respeito aos demais; os valores contribuem para que as decisões, tomadas em situações de poder, sejam toleráveis, insuportáveis ou que mantenham a passividade ou a resignação, os desejos de mudança ou de utopia. Valores, imagens, representações, sentimentos remetem diretamente ao plano da cultura, ao nível do simbólico, símbolos estes que se transmitem historicamente e que comunicam, desenvolvem e perpetuam o conhecimento e as atitudes sobre homens e mulheres. Nesse sentido, procurou-se construir uma história em que se cruzem as características da integração das mulheres na fábrica, as condições de trabalho, suas transformações e as imagens que sustentam seu trabalho. Subjaz, a essa forma de aproximação ao trabalho da mulher, a idéia de que uma análise de qualquer experiência de trabalho deve incluir o fenômeno das mentalidades, porque, como disse Duby, o imaginário, o sistema de representações, os valores e os sentimentos cumprem um papel, tão importante como o material, no ordenamento das relações sociais (DUBY, 1978, 157-9).

Origem da indústria têxtil no Brasil e em Sergipe

O Brasil, como colônia de Portugal, teve essa condição reforçada pelo pacto colonial, o qual visou amplificar a exploração colonial e garantir a exclusividade do comércio com a metrópole. A colônia brasileira foi alvo de uma severa política

de restrições econômicas por parte da metrópole, dentre as quais se destacou o Alvará de 1785, autorizando fechar as poucas manufaturas existentes, como as de fabricação de tecidos e as de construção naval. As atividades industriais desenvolvidas no Brasil, durante o longo período colonial, contavam com um caráter estritamente acessório e secundário no conjunto da economia (MENDONÇA, 1997, p. 9). Até meados do século XIX, mesmo com o fim do pacto colonial e após a independência política, o ritmo da criação da indústria era bastante lento, resultado de obstáculos relevantes – *a concorrência britânica e o regime escravista* – dificultando a introdução da técnica no desenvolvimento industrial, a ampliação de consumidores ativos, necessários à formação do mercado interno.

O setor têxtil representa, atualmente, um setor de grande relevância para a economia brasileira, com forte impacto social e com um faturamento total equivalente a 4,4 % do PIB (que representa o valor agregado de cada segmento econômico); emprega hoje cerca de 1,9 % da população ativa. Em Sergipe, a fabricação de produtos têxteis, que é um tipo de indústria de transformação, representa 23 (4,3%) do total das 536 unidades industriais (o total refere-se à soma de indústrias extrativas e de transformação). Nas unidades do Estado, a fabricação de produtos têxteis ocupa 3.581 (17,3%) pessoas, do total de 20.710 trabalhadores⁶.

A redução do Brasil à condição de exportador marginal no mercado internacional, a partir do início do século XIX, criou uma concorrência entre os diversos produtores nacionais. Neste período, os produtores sergipanos permaneceram no mercado de forma excludente, porque a economia sergipana estava fortemente ligada à praça de Salvador, na diminuição das exportações sergipanas pela criação de casas comerciais exportadoras da Província, sendo algumas envolvidas com capitais estrangeiros (SUBRINHO, 2001, p. 198-199). Duas principais casas comerciais se destacaram nas duas primeiras décadas do século XX: Cruz, Irmão & Cia e a firma Sabino Ribeiro & Cia, caracterizadas por construírem



Reorganização da classe trabalhadora

fábricas de fiação e tecelagem de algodão. Boa parte das fábricas têxteis em Sergipe, fundadas até 1930, eram vinculadas a essas casas comerciais diversificadas (SUBRINHO, 2001, p.204) exemplo: Sergipe Industrial, a primeira fábrica de fiação e tecelagem de algodão; a fábrica têxtil de Estância; a fábrica “Confiança” de fiação e tecelagem; as duas fábricas têxteis fundadas em Vila Nova (Neópolis) e outra fundada em Propriá. Algumas fábricas fecharam com a vinculação às firmas comerciais.

Após a abolição da escravidão, as fábricas sergipanas conseguiram uma produção têxtil local expressiva para exportação, colocando-se em segundo lugar, em relação às exportações de tecidos de algodão. Entre 1907 e 1920, a indústria têxtil sergipana cresceu a um ritmo muito mais acelerado que a indústria têxtil brasileira, como um todo. Entre 1920 e 1940, a participação do gênero industrial de preparação de fibras, fiação e tecelagem, na produção nacional, foi reduzida, em relação à produção em 1907. Alguns fatores foram responsabilizados pela redução das exportações têxteis em Sergipe, colocando-as abaixo da média nacional: a importação de algodão a partir de 1916, a ausência de uma rede pública de distribuição de energia elétrica, o aumento do grau de mercantilização, decorrente da abolição da escravidão e da introdução do trabalho livre, e o acirramento da concorrência inter-regional, além de outros fatores.

O trabalho industrial feminino

A modernização, iniciada nas últimas décadas do século XIX, afetou as ocupações tradicionais das mulheres, em particular no interior do país, e delineou alguns bolsões de emprego feminino, como o serviço doméstico. As mulheres constituíram um setor importante da força de trabalho de grandes estabelecimentos industriais no Brasil, onde a dimensão cotidiana do trabalho se

articulava ao redor de homens e mulheres. As causas da presença feminina, no início da industrialização brasileira, foram: a passagem da manufatura para a maquinofatura e a nova organização do processo de trabalho. Na verdade, foi um período em que o proletário urbano ainda não estava formado e que havia escassez de mão-de-obra.

À medida em que a indústria se desenvolvia, diminuía a taxa de absorção de mão-de-obra feminina, utilizada como forma de rebaixamento do nível geral dos salários e como exército industrial de reserva⁷, conforme explicações da literatura.

A análise da integração do processo produtivo no trabalho fabril, de que fazia parte a mulher, não pode ser desvinculada do seu papel na família e do processo de trabalho. Para Pena, “a representação da mulher no trabalho segue as mesmas linhas de sua representação na família” (PENA, 1981, p. 29), pois ela vai se inserir no trabalho fabril em funções semelhantes àquelas que a sociedade determinou como naturais para seu sexo. Quando se fala da participação das mulheres na abertura do processo industrial, deve-se ressaltar de onde elas foram recrutadas, em que atividades se estabeleceram, no processo produtivo, e as condições de trabalho a que eram submetidas.

O trabalho fabril, em meados do século XX, representava a oportunidade de emprego para as mulheres dos mais baixos extratos sociais (FONTES, 1998), inclusive crianças, que compuseram a mão-de-obra fabril desse período; era considerada uma mão-de-obra desprotegida e direcionada para as atividades que exigiam menor conhecimento técnico. Por outro lado, aquelas que exigiam uma maior qualificação, foram exercidas pelos imigrantes, principalmente homens. As mulheres exerciam funções que exigiam maior atenção, devido à simplificação do processo de produção, e estavam inseridas, também, em um contexto trabalhista de escravidão. Além de mal remuneradas, elas passaram a ter dupla jornada

Após a abolição da escravidão, as fábricas sergipanas conseguiram uma produção têxtil local expressiva para exportação, colocando-se em segundo lugar, em relação às exportações de tecidos de algodão. Entre 1907 e 1920, a indústria têxtil sergipana cresceu a um ritmo muito mais acelerado que a indústria têxtil brasileira, como um todo.



de trabalho, com a passagem do sistema de dormitório para o de vilas operárias; além de serem exploradas pelo capitalismo, pois eram policiadas pelo patrão, o eram, também, pelo representante da família patriarcal.

Pela racionalização do processo industrial, as mulheres deveriam deixar as fábricas para se dedicarem ao trabalho reprodutivo. A diminuição de sua participação no setor fabril é explicada pela organização nacional do processo de trabalho e pela atuação da classe trabalhadora, demandando a volta das mulheres ao lar. A legislação trabalhista de 1932, que reforçou a família monogâmica, teve papel importante no processo. Em 1940, elas ainda representavam a principal força de trabalho utilizada na indústria domiciliar e, em 1944, o trabalhador masculino já era a mão-de-obra mais atraente para as indústrias. O recuo da mão-de-obra feminina e a predileção pelo trabalhador masculino foram movimentos que tiveram suas raízes em leis jurídicas, estabelecidas consecutivamente. Em 1916, o código civil regulamentou e limitou o acesso das mulheres ao trabalho e à propriedade. Em 1932, foi determinada a igualdade salarial para todos os trabalhadores; já a partir deste ano, notou-se a preferência pelos homens, pois os pagamentos passaram a ser realizados sem distinção de sexo. As normas institucionais em 1934, proibiram, além de diferenças salariais, diferenças de jornada de trabalho e o trabalho insalubre a mulheres e crianças. Em 1940, foi estabelecida a obrigatoriedade de medidas de higiene no local de trabalho e, em 1943, com a CLT, ao tempo em que a legislação protegia o trabalho feminino, impedia que a trabalhadora realizasse atividades incompatíveis com a sua capacidade física.

Ressalte-se que os regulamentos anteriores a 1940 haviam sido implantados depois que a política de atração de imigrantes já tinha cumprido a função de formar o proletariado urbano brasilei-

ro. À medida que estas imigrações eram desencorajadas, as trabalhadoras foram sendo incentivadas a permanecer em casa, a fim de se manterem afastadas do espaço público. Em nome das atividades realizadas no espaço reprodutivo, a legislação regulamentou e restringiu o acesso das mulheres ao espaço público e à propriedade, demonstrando o caráter conservador e patriarcal da legislação. Conforme Lobo (1991, p. 63), “a emergência da problemática das operárias nas práticas e nos discursos sindicais no Brasil data do fim da década de 70”, momento marcado pelos seguintes

Além de mal remuneradas, elas passaram a ter dupla jornada de trabalho, com a passagem do sistema de dormitório para o de vilas operárias; além de serem exploradas pelo capitalismo, pois eram policiadas pelo patrão, o eram, também, pelo representante da família patriarcal.

fatores: mudança na composição da força de trabalho, pois entre 1970 e 1980 a participação das mulheres na força de trabalho industrial foi marcada pelo aumento global e pela inserção das mulheres nos diversos ramos industriais; desenvolvimento de novas práticas nos movimentos operário e sindical no final da década de 70, e pelo surgimento dos movimentos populares de mulheres e de uma corrente feminista⁸.

Observações metodológicas

Dado o caráter exploratório da investigação, o estudo de caso apresentou-se como a técnica mais adequada. O trabalho de campo se circunscreveu a uma das mais antigas fábricas do ramo têxtil sergipano (94 anos desde sua fundação), situada na zona urbana de Aracaju, escolhida pelo volume de seu pessoal, por empregar mulheres em diversas categorias ocupacionais e por introduzir novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho.

Foi utilizada uma metodologia consistente, com base em diversas fontes de observação; a investigação bibliográfica, a investigação documental e a investigação de base empírica, observação na planta e observação participante nos locais de trabalho e em reuniões, de distintos tipos, com os trabalhadores e trabalhadoras; também foram realizadas algumas entrevistas semi-estruturadas, combinado-se, ainda, a análise de dados



Reorganização da classe trabalhadora

quantitativos e qualitativos, estes últimos, por entrevista em profundidade. Em função da estratégia metodológica traçada para o estudo, foi possível estabelecer um contraponto entre a avaliação das mudanças, segundo a ótica das indústrias e aquela dos trabalhadores. Para tanto, conjugou-se a análise de duas fontes de informação complementares: informações colhidas junto a diretores, gerentes e depoimentos de 30 trinta trabalhadoras(es) integrantes de um universo de 304 homens e 145 mulheres, da área administrativa e de produção das empresas, para captar ambos os discursos e visões, que informam a construção de diferenças. Uma das preocupações centrais nas entrevistas com diretores e gerentes foi coletar, sempre que possível, informações de caráter longitudinal, procurando pontuar as etapas no processo de reestruturação e seus efeitos no tempo. A avaliação dos trabalhadores incorporou a dimensão temporal, procurando captar os efeitos das mudanças em seu trabalho atual, comparativamente à situação anterior.

A presença de mulheres em espaços masculinos desafia o senso comum enraizado de que há lugares reservados a homens e mulheres e os faz questionarem-se sobre quais seriam as atividades “apropriadas” a homens e mulheres.

História, modernização tecnológica e organizacional

A Fábrica de Fiação e Tecelagem Confiança é a segunda do setor, fundada em Sergipe, no dia 18 de outubro de 1907, sob o nome de Ribeiro Chaves & Cia. Seu surgimento se deu em um contexto de mentalidade industrial já implantada em Sergipe/Aracaju, a qual se refletiu sobre os empreendimentos realizados posteriormente. Sua existência marcou a efervescência econômica no estado, destacando-se na produção e exportação de produtos, plantação de algodão e geração de empregos, como também pelo papel social efetivado, através de uma política paternalista, que possibilitava a concessão de benefícios sociais como casas, assistência médica, creches e a criação de um time de futebol (Confiança).

Com relação à evolução do processo produtivo, em 1910, a fábrica apresentava 150 teares, em 1913, já estava com 200 e, em 1915, possuía

320. Hoje, possui 350 máquinas e emprega 452 funcionários. Atualmente, as máquinas ainda não foram totalmente substituídas, devido ao alto valor de aquisição. Desde a fundação até os tempos atuais, foram executados projetos de ampliação e modernização por meio de recursos próprios, da Sudene, do BNDES e BN, com a introdução de máquinas modernas, que trabalham juntamente com as antigas. Com a racionalização de parte da produção⁹, a indústria passou a atender a pedidos de novos tipos de tecidos (brim, sarja, popeline e cretones), que saem da tecelagem já classificados pela inspeção, de acordo com critérios de qualidade¹⁰. Hoje, a fábrica é dirigida pela terceira geração de administradores, que tentam mudar a política paternalista que marcou as duas primeiras gerações administrativas.

A introdução de inovações tecnológicas (máquinas novas) no setor operacional mostra-se de uso restrito e está sendo conjugada com o uso de maquinários obsoletos, de componente manual. A associação do homem com o domínio da tecnologia explica a dificuldade do acesso de mulheres à utilização de maquinários novos, isso porque elas tradicionalmente estão associadas com atividades não tecnológicas. A presença de mulheres em espaços masculinos desafia o senso comum enraizado de que há lugares reservados a homens e mulheres e os faz questionarem-se sobre quais seriam as atividades “apropriadas” a homens e mulheres (POSTHUMA, 1996; COCKBURN, 1992). Assim, a reestruturação interna resultou em novos níveis hierárquicos, afetando locais e postos onde as mulheres trabalhavam, as oportunidades na inserção em ocupações, nesses locais de trabalho, em tempo integral.

O perfil dos empregados da indústria

A composição da força fabril e o perfil dos trabalhadores questiona a dinâmica do contexto da indústria quanto às formas de gestão implementadas, tendo em vista ampliar a competitividade no mercado. Tradicionalmente, a presen-



ça feminina tem sido forte no setor industrial têxtil. Na fábrica pesquisada, com relação ao sexo, no universo de 452 trabalhadores, 67,3% são homens e 32,7% são mulheres. A predominância masculina questiona a *tese da feminização* do trabalho no setor têxtil, sugere barreiras de acesso/inserção para as mulheres que as tornam mais vulneráveis ao processo de exclusão.

Por outro lado, com relação à faixa etária de 31 a 35 anos, há 15,2% trabalhadores homens e 23,2% mulheres. Enquanto na faixa etária de 41 anos, considerada um segmento de idade madura, encontra-se um grupo de 25,4% homens e 16,3% de mulheres. Quanto ao estado civil, os dados mostram haver um equilíbrio entre o total de trabalhadores: 222 (49,1%) são solteiros, enquanto 222 (49,1%) são casados. Entre os trabalhadores solteiros, 150 são homens, enquanto 72 são mulheres. A situação de ser casada, com filhos, não parece constituir um elemento inibidor do ingresso da mulher nesse mercado de trabalho. Parece, então, que, no contexto atual, outros requisitos, como a escolaridade e a qualificação sobrepõem a situação de casada. Homens e mulheres têm, em média, de 1 a 3 filhos, sugerindo a necessidade de uma organização de trabalho adaptativa a estas condições. Parece que a operária acompanha o comportamento da trabalhadora da classe média, prolongando-se na condição de solteira sem filhos e destacando-se na de casada com poucos filhos, preocupando-se com o planejamento da natalidade, libertando-se para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Nos setores modernos da indústria, já se sabe que as qualificações adquiridas, via escolarização formal, têm um papel importante no processo de seleção da trabalhadora. A grande maioria dos operários insere-se no nível fundamental de escolaridade, dificultando a adaptação às mudanças e justificando as demissões. A aquisição desses bens, ou do “capital cultural”, significa a acumulação de uma vasta quantidade de destrezas, a serviço de interesses técnicos. A indústria, além de realizar treinamentos, alterou os critérios de seleção, acesso/inserção do pessoal, exigindo mão-de-obra mais qualificada, preocupando-se com a

requalificação dos empregados. O nível fundamental incompleto é predominante na fábrica pesquisada e corresponde a 60,8% entre os trabalhadores, sendo o nível médio o segundo mais expressivo, 15,7%, integrado por 7,3% de homens e 8,4% de mulheres, enquanto, no nível superior incompleto, 1,3% dos trabalhadores são homens e 0,6% são mulheres. Considerando-se o número menor de mulheres na fábrica, pode-se inferir que elas estão em posição mais vantajosa quanto à escolaridade, considerada uma estratégia de inclusão, isto é, mecanismos de contorno de que lançam mão as mulheres, num mundo onde o poder (político, das gerências e direções superiores, ou técnico, dos quadros qualificados) emana de indivíduos do sexo masculino (CASTRO, 1993).

A análise das ocupações dos trabalhadores informa sobre o lugar assumido pelas mulheres na estrutura organizacional da fábrica. Na indústria Ribeiro Chaves, confirma-se a segmentação horizontal (predomínio de mulheres em atividades secundárias, concentração dos empregos femininos em um pequeno número de setores, atividades e profissões (caixa, vendedor e fiandeiro, ajudantes e assistentes administrativos) e a segmentação vertical ou hierárquica (dificuldade de ocupar postos de direção na hierarquia da empresa, ex: gerentes, supervisoras), com pequenas chances de ascender profissionalmente, para assumir maiores responsabilidades e qualificações mais especializadas. As mulheres conseguem atingir a gerência de lojas nas extensões da fábrica (escolhidas por suas habilidades nos serviços de atendimento aos clientes). Os postos de direção, entretanto, são reservadas apenas aos membros do grupo familiar da empresa. Contudo, nas lojas situadas em pontos centrais da cidade, as mulheres ocupam 0,8% dos postos nas gerências, 1,5% são caixas, enquanto um número maior (28,6%) desenvolve atividades como vendedoras, comparativamente a um grupo de 0,4% de homens. Por fim, entre os 10 fiandeiros da fábrica, três (0,6%) são homens enquanto sete (1,5%), são mulheres, que são preferidas para estas ocupações, por apresentarem qualificações tácitas ou sociais, propícias ao emprego como valor de uso,



Reorganização da classe trabalhadora

podendo ser transformadas em valor de troca na comunicação, atendimento ao público externo para ampliar a produtividade.

No chão da fábrica, as mulheres estão alocadas em postos tradicionalmente femininos, submetidas ao controle de chefias masculinas e de metas prescritas, dificultando maior autonomia e criatividade. A esse respeito, Kergoat (1987) alerta sobre o fato de que o trabalho considerado “fácil” e “desqualificado”, em realidade, exige uma energia considerável. A grande maioria dos trabalhadores, 48,2%, que integra o coletivo, tem tempo de serviço compreendido entre 1 a 5 anos, enquanto 23,2% deles, atingiram mais de 10 anos, significando que existe grande parcela de empregados que tentam se adaptar à transição do velho para o novo paradigma. Os trabalhadores(as) residem na periferia da fábrica, embora uma minoria seja proveniente do interior do Estado.

Representações dos trabalhadores (as)

Os dados subjetivos sobre temas considerados relevantes aprofundam informações sobre as variáveis do perfil dos trabalhadores e apresentam dimensões das mudanças nas relações sociais, estabelecidas na fábrica, e ampliação da cidadania dos trabalhadores. Os trabalhadores expressam sentimentos ambíguos, contraditórios, de prazer, realização pessoal e profissional. Para alguns, o ponto negativo do trabalho é só o salário baixo: “Se aumentasse eu ficava satisfeito porque eu gosto de fazer o que faço”. A indústria representa para muitos o primeiro emprego. Ademais, as trajetórias parecem moldadas por relações familiares, reproduzindo-se, entre gerações, os tipos de ocupações e os setores de trabalho.

Os trabalhadores associam a introdução de inovações tecnológicas com novas demandas sobre um perfil profissional dotado de maior escolaridade formal e como fator de eliminação de postos de trabalho;

No tempo da máquina manual, era horrível para produzir, as máquinas modernas evi-

tam os acidentes provocados pela lançadeira (...). e exigem que o trabalhador tenha mais informações, tenha pelo menos o 1º grau e para tirar de letra. Vejo que o trabalhador não mudou muito, acho que essa máquina dispensa o magazineiro. Já quiseram me ensinar, mas a supervisão não dá oportunidades por ser um turno muito corrido, não dá tempo para aprender. O progresso traz demissões, muitos foram demitidos” (Ajudante de tecelão, 51 anos, 4ª série fundamental).

Os trabalhadores expressam sentimentos ambíguos, de fascínio e temor, para com os efeitos da introdução de inovações tecnológicas. As novas estratégias, adotadas no processo de reestruturação industrial, parecem combinar inovações tecnológicas com práticas conservadoras de gestão. Saber lidar com as novas tecnologias con-

fere ao trabalhador *status* e prestígio dentre o coletivo. A divisão social e sexual, nas indicações aos treinamentos, é justificada para que as mulheres priorizem os papéis reprodutivos, a educação dos filhos e a organização da unidade doméstica. Esse fato fortalece sentimentos de incompetência, conformismo, medo de assumir desafios, fortalecendo a segmentação das ocupações, e interfere na construção de seus projetos profissionais e na construção da ci-

dadania plena. Os treinamentos¹¹ passam por uma relação de seleção por apadrinhamento, ou seja, os trabalhadores que detêm cargos de chefia indicam parentes e amigos. No setor administrativo, as mulheres freqüentemente são orientadas para os cursos de comunicação, marketing, vendas etc. Assim, elas são dirigidas para os cursos *de flores, pintura em tecidos* e outros, considerados adequados para uma operária têxtil, no desempenho de tarefas adequadas às “mãos delicadas de uma mulher”.

Essa visão sobre os papéis das mulheres coincide com as explicações de que as desigualdades na qualificação e, em conseqüência, no salário

No chão da fábrica, as mulheres estão alocadas em postos tradicionalmente femininos, submetidas ao controle de chefias masculinas e de metas prescritas, dificultando maior autonomia e criatividade.



têm raízes nas diferenças de entendimento, de habilidades e destrezas, ou na experiência, produto das desigualdades biológicas, apoiadas em um sistema de valores que hierarquiza a força sobre a habilidade. Assim, as tarefas pesadas e insalubres são associadas aos homens e aquelas que exigem cuidado, são associadas às mulheres. A formação dos homens é associada a imagens de masculinidade, ao uso da técnica e da força física, enquanto a formação das mulheres aparece sempre relacionada a imagens de feminilidade.

As diferentes obrigações atribuídas aos homens e mulheres em um lugar, a concepção de que as mulheres são aptas somente para alguns tipos e turnos de trabalho, são práticas estruturadas no ciclo da vida de homens e mulheres, como algo dado ou naturalizado, e não como resultado de construções sociais conforme revelam os exemplos:

No ramo têxtil, só os supervisores, tecelões e contra-mestres participam de treinamentos técnicos. As mulheres (...) nunca são supervisoras, só chegam à categoria de tecelã, contra-mestre e mestre de sessão, e nem expressam a vontade de serem supervisoras. Elas comentam em ser tecelã. (Ajudante de tecelão, 51 anos, 4ª série do ensino fundamental).

“Acho que saí da inspeção de pano porque eu não tinha muito estudo e lá, exige. Eles me colocaram para varrer. Depois, fui para a tecelagem e, agora, estou nas máquinas. Quando fui para a tecelagem, aprendi pela experiência, não fiz nenhum curso (Operadora de máquinas, 39 anos, 2ª série do ensino fundamental, separada, 2 filhas, 21 anos na empresa).

A importância da qualificação/escolaridade formal é destacada na desvantagem das mulheres no trabalho, especialmente no setor operacional, onde, no confronto com os diversos, elas interiorizam os limites do que lhes é permitido no desempenho dos papéis. No setor administrativo, considerado um “gueto feminino”, apenas as mulheres integrantes do grupo familiar ocupam cargos de gerência: “Desde que eu entrei, só passei de auxiliar para secretária. Eu poderia assumir uma gerência de algum setor. O cargo superior

ao meu seria gerência de setor, mas, se eu analisar, eu bato de frente com os gerentes e chefes que são os diretores da empresa. Eu gostaria de assumir um posto mais elevado”. Elas manifestam interesse em ampliar a formação para obter segurança no emprego, ascensão na carreira profissional: “quem não estuda vai para o trabalho doméstico nas casas de família”; “Meu sonho é fazer um curso de computação e terminar o curso pedagógico”, mas, mostram-se frágeis em termos de concretização desses sonhos.

Considera-se que a valorização da qualificação social e das novas competências sociais possibilitam o resgate do sujeito e o fortalecimento da cidadania”(CRUZ, 2000, p. 6). A noção de competência vem ampliar o conceito de qualificação. Ser competente, então, não é só ter capacitação específica, habilidades básicas exigidas para o posto de trabalho, é ter competência comportamental e interpessoal, isto é, acumular diferentes saberes adquiridos na vida cotidiana. Diante da valorização das qualificações *tácitas* ou do acúmulo de diferentes habilidades sociais pelo modelo flexível, tenta-se perceber, através do recorte de gênero, se as tecnologias atingem homens e mulheres de igual forma, no setor industrial. Na indústria, manifesta-se a tendência à naturalização e segmentação das habilidades, de acordo com o sexo do trabalhador. Para os postos *operacionais*, são exigidas habilidades motoras como: agilidade, cuidado, atenção, rapidez, qualidade, disponibilidade de horários. Explicita um operário: “Nos postos operacionais, valorizam-se três coisas: pontualidade, qualidade em detrimento das competências sociais; enquanto nos postos administrativos, especialmente para o atendimento ao público, as mulheres muitas vezes são preferidas por apresentarem outras habilidades sociais: capacidade de comunicação, argumentação e convencimento”. Os aspectos assinalados evidenciam a idéia de que só alguns trabalhos, de acordo com sua natureza, podem ser realizados por mulheres e estão articulados com a fábrica e com as visões sustentadas por empresários e trabalhadores homens, expressos em suas práticas cotidianas, que, como se verá, realimentam a im-



Reorganização da classe trabalhadora

portância do papel doméstico da mulher e da complementaridade do seu trabalho.

Conflitos na relação de trabalho

Os conflitos e relações de poder manifestam-se no cotidiano, entre chefias e subordinados, ocorrendo por diferentes motivos: desigualdade de oportunidade e diferença de gênero, competição, rivalidade, medo de reivindicarem direitos trabalhistas e, conseqüentemente, de exercerem a cidadania. São mais freqüentes nos setores operacionais: “Os homens sempre ficam do lado dos homens. Os homens são contra as mulheres e as mulheres não são solidárias”, elas são culpabilizadas por colocarem-se a favor dos homens. As desigualdade de oportunidades e as diferenças de gênero são explicitadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do “chão da fábrica”, expressando-se, particularmente, na competição por produtividade.

Os trabalhadores temem reivindicar os direitos trabalhistas referentes à licença-saúde; principalmente, as mulheres expressam temor e culpa por utilizarem a licença maternidade¹², conforme o exemplo: “Quando eu engravidei do meu segundo filho, eu me desesperei. Eu pensei que ia ficar sem emprego, por utilizar três vezes a licença maternidade”. A fábrica pode ser pensada como o lugar onde se produz o conflito (entre capital e trabalho), senão também como um âmbito onde pode gerar-se o consenso e alimentar o “sentido comum” em torno dos papéis produtivos femininos e masculinos.

Pensar os processo culturais relacionados com o lugar de homens e mulheres no trabalho, na fábrica, na sociedade, não pode realizar-se de modo estático, senão que deve estender-se como um processo de integração e resistências, em contínua *tensão*, porque os diferentes componentes se vinculam, e confrontam. Dito de outra maneira, devem ser entendidos como um campo de tensão que pode contribuir para a diminuição

dos conflitos e a reformulação das imagens. A forma como as mulheres articulam o projeto familiar explicita o valor por elas atribuído aos papéis exercidos nos espaços público e privado, contribuição econômica do seu trabalho, a utilização de estratégias de ajuda, a ampliação da democratização das relações sociais entre homens e mulheres na família. Os depoimentos são esclarecedores:

Eu ajudo a minha esposa... (...) Repare bem, a minha divisão é a seguinte: pego os meninos no colégio. Não vou lavar casa, varrer casa, lavar prato porque isso quem tem que fazer é ela. Minha esposa trabalha mais em casa costurando.

(Mecânico, 39 anos, 7ª série/ensino fundamental, casado, 2 filhos, 2 anos de serviço).

Pensar os processo culturais relacionados com o lugar de homens e mulheres no trabalho, na fábrica, na sociedade, não pode realizar-se de modo estático, senão que deve estender-se como um processo de integração e resistências, em contínua *tensão*, porque os diferentes componentes se vinculam, e confrontam.

Ao desempenharem dupla jornada de trabalho, as mulheres precisam suprir as necessidades básicas da família e garantir o emprego. Elas interiorizaram a tradicional hierarquia do papel do provedor masculino e, freqüentemente, não se reconhecem no papel de chefe *de família*. Os companheiros, com freqüência, repassam para as filhas as atribuições domésticas, direcionando sua colaboração para o espaço público (fazer compras, levar crianças na escola), reforçando a divisão sexual do trabalho.

Considerações Finais

Este trabalho analisou o impacto do processo de reestruturação produtiva, refletindo práticas empresariais e políticas do Estado, respaldadas nas instituições capitalistas vivenciadas no setor industrial têxtil, marcado por contradições e tensões originadas em diferentes âmbitos. Neste processo, por outro lado, no nível da sociedade em seu conjunto, foi-se construindo a imagem do lugar, como o âmbito privilegiado para a mulher, onde devia cuidar do esposo e dos filhos, e era necessário realizar alguma atividade para ajudar o sustento da família. Porém, nem



todas permaneceram em suas casas e, para muitas mulheres da classe trabalhadora, as alternativas se voltaram para fora deste âmbito privilegiado. Ao compartilhar com os homens os espaços produtivos na fábrica, as mulheres vivenciam experiências singulares, distintas daquelas mulheres que permanecem na esfera privada. A integração das mulheres na fábrica não constituiu apenas um fato que fatalmente aconteceria, mas se realizou em um contexto de aceitação e de acordo com as situações que a experiência colocava, de modo que os problemas que se lhes apresentavam eram resolvidos de imediato. Assim, elas aceitavam a desigualdade na qualificação e no salário, porém, se retiravam da fábrica, e o faziam logo, quando os salários eram rebaixados. Nesta situação, protestavam, sem esperar o apoio dos outros companheiros, mas aceitavam resignadamente a disciplina fabril no cotidiano do trabalho.

Por outro lado, na fábrica, um dos pontos-chaves, que resultava da organização do trabalho e do lugar que ocupam as mulheres dentro dela, é o emprego da categoria “qualificado”, de uma maneira não propriamente técnica, melhor dizendo, as diferentes valorizações das habilidades e destrezas de homens e mulheres se traduziam na introdução de trabalhadores, na estrutura da qualificação e do salário, de acordo com o sexo. Para as mulheres, estavam reservadas as tarefas pouco qualificadas e quase nunca ascendiam a posições de comando nos diferentes departamentos e setores. A explicação para a permanência de quatro mulheres em cargos de direção encontra-se respaldada na relação de parentesco, por serem herdeiras, filhas do diretor anterior.

A tecnologia na indústria, ao se manifestar de maneira desigual, permite a convivência de dois modelos de produção, cria uma classe de trabalho heterogênea, isto é, uma mão-de-obra flexível, qualificada e estável e outra precarizada e instável. Esta dinâmica provocou um expressivo nú-

mero de demissões, consideradas, sob a ótica dos trabalhadores, como o ponto negativo do avanço tecnológico, mesmo reconhecendo alguns pontos positivos como agilidade nos serviços, qualidade total, maior participação entre os trabalhadores e exigência por uma maior escolaridade.

Produzem-se diferentes perfis de trabalhadores: um que opera manualmente, sem acesso ao aparato computacional e outro que opera com base em conhecimentos de informática: para os postos operacionais, habilidades motoras (agilidade, atenção, rapidez, qualidade etc.) e para os postos que trabalham com o público, habilidades sociais (saber atender ao público, saber comuni-

car-se, capacidade de convencimento, bom relacionamento interpessoal etc.). Um *viés cultural* tende a reconhecer, nas mulheres, uma qualificação menor do que aquela que homens podem naturalmente ostentar. A valorização do ideal maternal e da domesticidade, central nas experiências das mulheres, parece chocar-se com expectativas de construção de um projeto de carreira profissional. Pesam, na hora de exercer sua cidadania nos marcos da fábrica, imagens construídas de que os homens são socializados para disputar e ganhar, enquanto as mulheres, que assimilaram sentimentos de conformismo, incapacidade, expressam medo de

Pesam, na hora de exercer sua cidadania nos marcos da fábrica, imagens construídas de que os homens são socializados para disputar e ganhar, enquanto as mulheres, que assimilaram sentimentos de conformismo, incapacidade, expressam medo de assumir desafios.

assumir desafios.

Os recursos humanos passaram a ser alvo de atenção da direção geral da empresa. As novas relações de emprego exprimem a necessidade de uma qualificação centrada na escolaridade formal do trabalhador e na dimensão das relações sociais. Para isso, implementam-se novas políticas para os recursos humanos, valorizando-se a importância do trabalho em equipe, do trabalhador polivalente, multifuncional e daquele que detém conhecimentos específicos e gerais.

Grande parte dos trabalhadores, em especial das trabalhadoras, está submetida a tempos impostos e a tarefas prescritas e rotinizadas, mesmo

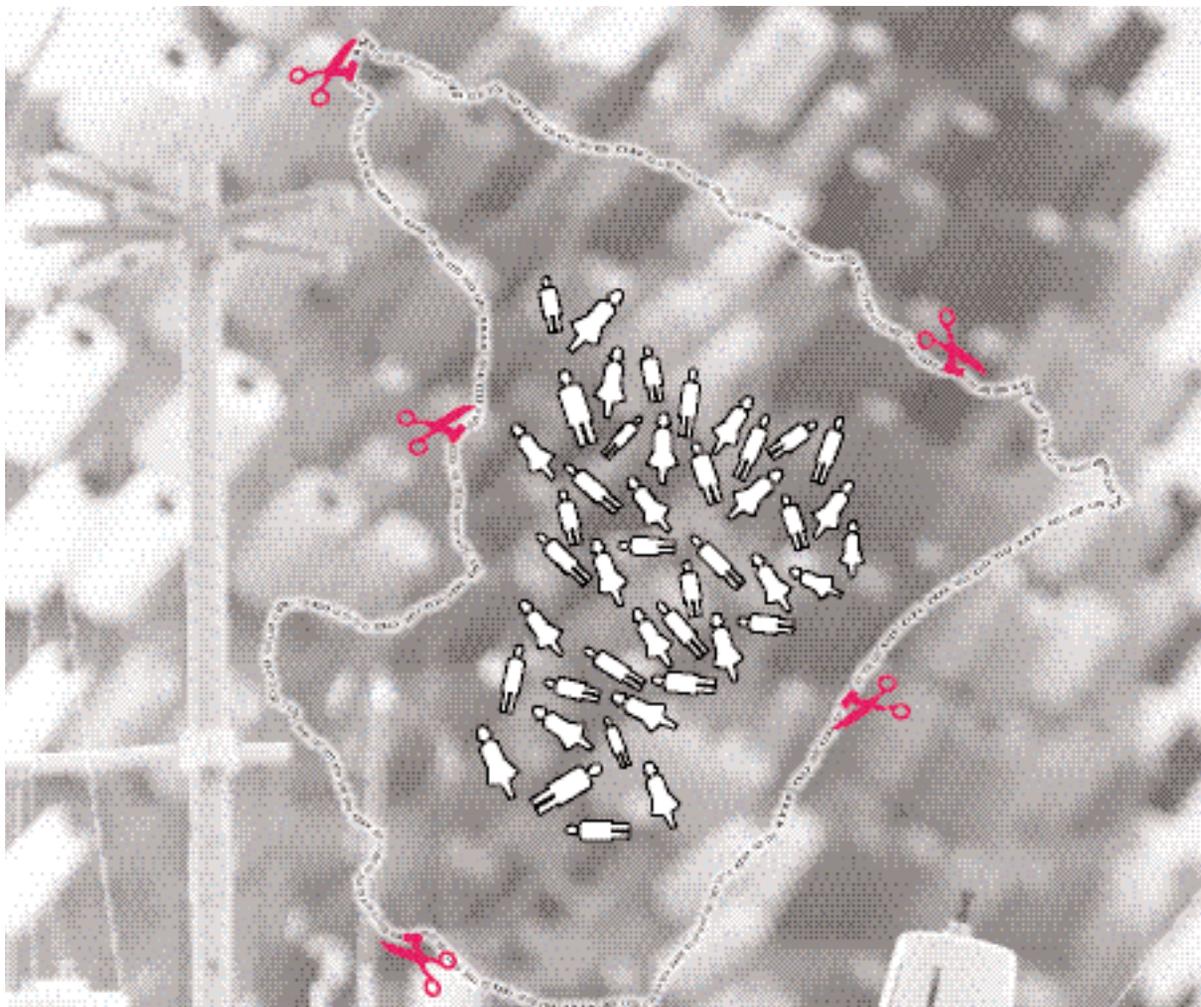


Reorganização da classe trabalhadora

aqueles que trabalham em células de manufatura, que agregaram operações e tarefas às desenvolvidas anteriormente por outros companheiros de trabalho, permitindo substituí-los, quando faltam ou são demitidos. A segmentação hierarquiza e domina as ocupações, demonstrando não haver ruptura com os conceitos de divisão sexual do trabalho. Os homens dominam nas ocupações de contra-mestres, tecelões, operadores de máquina, enquanto as mulheres concentram-se basicamente nas ocupações de fiandeiras, tecelãs, caixas e em ocupações no apoio administrativo. Sem dúvida, há uma resistência de coletivos de trabalho em defesa dos espaços profissionais tradicionalmente masculinos, no setor operacional. Observam-se atitudes defensivas de posições e território, ou “campo” de interesses conflitantes, que expressam o “estereótipo do profissional masculino”.

As experiências dos trabalhadores são moldadas pela estrutura social, ao mesmo tempo em que absorvem e reproduzem as desigualdades de classe/gênero e a “naturalização” das identidades, fragmentadas e em conflito. A educação dos sujeitos mostra-se conectada com a esfera doméstica e passada para o espaço público. As mulheres explicitam que suas famílias colocam restrições em relação ao seu trabalho na produção, forjando estereótipos sobre os distintos papéis de homens e mulheres no sistema econômico.

As distinções pontualizadas na cotidianidade de trabalho produtivo reforçam uma imagem dos lugares e das tarefas que podem e devem ocupar as mulheres na fábrica. Assim, foi construindo-se, gradualmente, um consenso sobre as propriedades, as condutas e os espaços próprios de mulheres. Desse modo, a geração de consenso se mostra atrativa¹³. Os conflitos situacionais pro-



vocados pela prática cotidiana, no espaço produtivo, devem-se à desigualdade de oportunidade, diferenças de gênero, à competição, ao medo de reivindicar direitos trabalhistas, de recusar as determinações impostas no cotidiano do trabalho (trabalhar nas folgas, domingos e feriados). No momento da pesquisa, o relacionamento da indústria com o sindicato dos trabalhadores atravessava uma fase difícil, como consequência do volume de demissões e do processo de concordata na indústria.

Por outra parte, em um processo gradual, porém mais visível desde os anos trinta, essa geração de consenso dá lugar a novas formas de relação entre os trabalhadores e as empresas que implicaram a ativa participação dos trabalhadores na criação de condições de sua integração ao trabalho. A negociação coletiva, que fixa, por outro lado, as qualificações e os correspondentes salários permite institucionalizar, no chão da fábrica, a constituição de um “cidadão industrial”, com direitos e benefícios definidos contratualmente, com uma ativa participação do Estado, que cria formas de proteção e obrigação entre capital e trabalho, onde as mulheres encontram dificuldades para expressar suas demandas e defender seus direitos. Assim, a modernidade e a produtividade, no campo do trabalho, não são resultado apenas da adoção de novas tecnologias ou da formação mais elevada do trabalhador, mas também, e com grau significativo de relevância, resultam de processos de organização das relações de trabalho, das vivências dos empregados.

Devido a uma série de fatores, como os processos de socialização em direção ao conformismo, sofridos pelas mulheres, em diversas etapas de suas vidas, elas não questionam ou rejeitam cotidianamente as “regras do jogo” que fundamentam e canalizam as relações sociais. Elas interiorizam o modelo patriarcal do tradicional papel do provedor masculino e, por isso, expressam dificuldade em se reconhecerem no pa-

Devido a uma série de fatores, como os processos de socialização em direção ao conformismo, sofridos pelas mulheres, em diversas etapas de suas vidas, elas não questionam ou rejeitam cotidianamente as “regras do jogo” que fundamentam e canalizam as relações sociais.

pel de chefia familiar. Ao assumir novos papéis na esfera pública, a mulher não perde seus papéis específicos na esfera privada, que continuam sendo reforçados pela estrutura patriarcal da sociedade, por meio dos diversos mecanismos de controle desses sistemas. Parece, então, que as representações, as normas e os valores, como práticas sociais, organizam-se de forma referenciada e legitimada por elementos constitutivos dominantes da sociedade. Essa influência cultural se alastra pelo espaço de trabalho.

De qualquer forma, os resultados evidenciam os aspectos mais marcantes do processo de reestruturação produtiva, na especificidade do setor estudado.

NOTAS

¹ A pesquisa que deu origem a esta comunicação teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe (FAP/SE) e do MTC/CNPq.

² Doutora em Educação pela UFBA, Coordenadora do Mestrado em Educação e do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG), da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: helenacruz@uol.com.br

³ No entender de Barbieri “(...) a avaliação dos comportamentos sociais ultrapassa as diferenças biológicas” (1992, p. 2). Para Louro “(...) a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o” (1998, p. 25).

⁴ Cf. SAFFIOTI, 1969; LOBO, 1991; CASTELLS, 2000 entre outros.

⁵ Com relação ao Nordeste, os padrões de relações sociais são distintos e bastante demarcados por suas especificidades: pela herança cultural e pelo espaço geográfico e temporal, pela dinâmica das relações sociais contraditórias que estruturam o quadro de sociabilidade e os padrões de comportamento dos diversos atores sociais; por condições de desenvolvimento econômico e o processo de “modernização” conservadora/periférica na América Latina e no Brasil; a herança de um passado de padrões de relacionamentos autoritários, reforçados pelos regimes



Reorganização da classe trabalhadora

militares; o modelo de família brasileira marcado pelo processo de colonização portuguesa, por padrões culturais calcados no modelo cristão, na construção das leis que regem as relações entre os sexos com vínculos de organização patriarcal.

⁶ Dados do IBGE, Pesquisa Industrial, 1999.

⁷ A esse respeito, considera-se que a mulher não abandonou as atividades que contribuem para aumentar o rendimento familiar, mas continuava integrada ao sistema fabril através de mecanismos de *putting out* ou de redes de prestação de reservas (Pena, 1981, p. 129).

⁸ A questão da mulher no sindicalismo surgiu da confrontação entre as novas práticas sindicais e os discursos políticos. Essa confrontação trouxe elementos sobre a democracia na estrutura sindical e sobre as relações entre sindicalismo e feminismo enquanto campo político.

⁹ A matéria-prima, o algodão, responsável pela produção têxtil, é importado da Paraíba, Mato Grosso e de países como Argentina, Paraguai e EUA. Uma parte da produção (20%) fica em Aracaju e o restante, é exportado, principalmente, para São Paulo, Ceará e outros.

¹⁰ A indústria é independente no que diz respeito ao fluxo de produção que vai do beneficiamento, fiação, tecelagem, acabamento (tecidos, tintas, estampados) até a confecção. Atua com vendas de tecidos e na área de confecções, tanto como confeccionista de alguns produtos como fornecendo tecidos para grandes indústrias confeccionistas. O comércio varejista e atacadista é beneficiado com as seis lojas de tecidos no Estado.

¹¹ A indústria, em parceria com outros órgãos, oferece cursos de soldador, mecânica etc. Entretanto, são convênios que cobram dos participantes uma taxa por mês, taxa esta onerosa para os trabalhadores da indústria Ribeiro Chaves, uma vez que os salários são baixos.

¹² Conforme a CLT, as mulheres têm direito à licença-gestante de cento e vinte dias sem prejuízo do emprego e do salário (2002;127). Apesar do direito garantido e do conhecimento por elas desse direito, as mesmas quando estão no período de gravidez, ficam em estado de ansiedade e medo do que possa ocorrer, com relação aos seus empregos.

¹³ Porque alguns estudos históricos sobre a experiência de pessoas demitidas por fatores externos ao trabalho (bairros, comunidades nacionais) enfatizam os aspectos relacionados com a resistência nas fábricas, em suas expressão mais visível.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís W. **Imagens de gênero y políticas de recursos humanos en un contexto de modernización productiva**. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out, 1996, p.1-48.
- BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológico**. Recife: SOS Corpo, 1993.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- CASTRO, Nadya A. **Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho**. In: Estudos Afro-Asiáticos, Salvador. Nº 24, p.23-60. 1993.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Tradução de Emerson S. Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ. 1994.
- COCKBURN, C. **Technology Production and Power**. In: KIRKUP, G.; KELLER, L. S. (org). *Inventing Women*. Oxford. Polity. Press and Open University Press, Inglaterra. 1992.
- CRUZ, M. Helena Santana. **As relações de gênero: a inserção da mão-de-obra feminina em contexto de racionalização do trabalho no setor de serviços em Sergipe**. Aracaju. UFS/CNPq (Relatório mimeo.). 2000.
- _____. **Trabalho, qualificação e relações de gênero**. In: Universidade e Sociedade. São Paulo: ANDES/CUT. Sindicato Nacional de Docentes de Ensino Superior. Ano VII, nº 13, 1997.
- CLT. 29ª ed. Atualizada e Aumentada. Editora Saraiva, 2002.
- DUBY, George. **Historia Social e ideologia de las sociedades**. In: Jaques Lê Goff e Pierre Nora. *Novos Problemas*, Laia, Barcelona:V.I., 1978, p.157-8.
- FONTES, Amando. **Os Corumbas**: romance. 17. ed. Rio de Janeiro; José Olímpio, 1988 172 p.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP.1991
- _____. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP. 1993.
- HABERMAS, Jürgen. **A Nova Intransparência. A crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas**. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. Nº 18. p. 103-114, set. 1987. .
- _____. **O Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1990.





- HARVEY, D. **Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**, São Paulo: Ed. Loyola, 6ª edição. 1996..
- HUMPHREY, John. **Industrial reorganization in developing countries, from models to trajectories**. World Development. v. 23, n.º.1, Great Britain Pergamon, January, 1995.
- KERGOAT, Danièle. **Em Defesa de uma Sociologia das Relações Sociais: da Análise Crítica das Categorias Dominantes à Elaboração de uma nova conceitualização**. In: Andrée KARTCHEVSKY-Bulport et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.79-94. 1987.
- SOUZA LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos-trabalho, dominação e resistência**, São Paulo: Brasiliense/SMC-Secretaria Municipal da Cultura, 1ª edição, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179p.
- MENDONÇA, Sônia. **A Industrialização Brasileira**. Coleção Polêmica. São Paulo: ern, 1997.88p.
- OLIVEIRA, Rosiska D. de. **Elogio da diferença: o feminismo emergente**. São Paulo: Perspectiva. 1991.
- PENA, Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na construção do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227p.
- POSTHUMA, Anne e Lombardi, Maria Rosa. **Gênero e Exclusão Social no Novo Paradigma Produtivo**. Caxambu, (Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT:Trabalho e Sociedade, 22 a 26 de out), p.1-42. 1996.
- PUPPIM, Andréa B. **Mulheres em cargos de comando**. In: BRUSCHINI, Cristina e Bila SORJ: (Orgs). **Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil**. São Paulo; Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, p.13-35. 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes. 1969.
- SEGNINI, R. P. **Mulher em Tempo Novo: Mudanças Tecnológicas nas Relações de Trabalho**. UEC. (Tese de Livre Docência em Economia Política da Educação, apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. 1995).
- SOUZA-LOBO, Elizabeth **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Brasiliense e SMC/PMSP. 1991.
- SCOTT, Joan. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre V. 16.Nº2, julho/dezembro. 1995.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **A indústria têxtil em Sergipe: Gênese, crescimento e limites de uma indústria periférica**. In: SILVA, Nilton Pedro; HANSEN, Dean Lee (orgs.). **Economia Regional e Outros Ensaios**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001. **US**







O rural brasileiro em debate: o velho, o novo e o insólito

Flávio Sacco dos Anjos* e Nádia Velleda Caldas**

* Doutor em Sociologia na UFPel

** Socióloga na UFPel

Não é preciso muito esforço para dizer que, sobre o rural brasileiro, há muito de novo e de velho a ser contado. O velho identifica-se essencialmente com a herança histórica correspondente a uma estrutura agrária em que o latifúndio absenteísta reina, ainda incólume, sobre amplos territórios. Parcela importante desse setor acha-se fortemente integrada aos mercados nacionais e estrangeiros, consolidando as bases políticas e materiais de uma agricultura patronal que responde, segundo algumas fontes (INCRA SADE, 2006), por 61,0% do valor bruto da agropecuária nacional. Mas o fato a ser destacado é que, na atual conjuntura, aproximadamente 75,0% do crédito agrícola são destinados a esta forma social de produção que representa apenas 11,4% do total de estabelecimentos, concentrando nada menos que 67,9% da área agrícola total, em nosso país.

No extremo oposto, a agricultura de base familiar, representando 85,2% do total de estabelecimentos e 30,5% da área disponível, abocanha pouco mais de 20% do crédito agrícola e responde por 37,9% do valor da produção agropecuária nacional. Esses números exprimem as amplas desigualdades sociais e econômicas com que nos acostumamos a conviver, ao longo dos tempos.

Diferentemente da experiência recente de países, hoje considerados desenvolvidos (Japão, Coreia do Sul, Taiwan etc.), e que, há não muitas décadas, realizaram a reforma agrária no bojo de profundas transformações, nosso país optou pela via que mais interessava ao concerto de forças políticas protagonizado pelos setores mais reacionários, implantando uma modernização conservadora e sobretudo dolorosa, como reiterou Graziano da Silva (1981), em seu clássico livro.

Conservadora, porque simplesmente se ateu ao objetivo de introduzir inovações tecnológicas no campo (máquinas, sementes melhoradas, agrotóxicos etc.) mediante a poderosa ferramenta do crédito subsidiado fomentado pelo Estado autoritário; dolorosa, porque foi responsável por remeter às cidades, entre os anos sessenta e noventa, um contingente estimado em quase 40 milhões de almas, sem perspectivas de emprego e vida digna, bem como por frustrar nossas expectativas no afã de construir um país mais justo e equilibrado. Não menos doloroso é o impacto que esse padrão de agricultura produziu com a contaminação de cursos d'água, com a degradação dos solos, com os milhares de casos de intoxicação por agrotóxicos e com a crescente depen-





Reorganização da classe trabalhadora

dência dos agricultores em relação às grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Nos anos 1960, as tais “reformas de base” (agrária, urbana, bancária, etc.) não aconteceram, assim como a proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, alardeado na era da Nova República (1985-1989), que literalmente esfumou-se num mar de armadilhas montadas pelas mesmas forças conservadoras responsáveis pela não implementação do Estatuto da Terra e pelo golpe que levou os militares ao poder em 1984. A principal política social clamada pelas massas desfavorecidas do campo não aconteceu, se bem que não se tratava, como alguns imaginam, de uma questão estritamente social, posto que se inseria no campo das reformas reivindicadas por um capitalismo incipiente que não pode prescindir da distribuição de renda e dos meios de produção para sustentação do próprio regime econômico a que corresponde.

É fruto desse estado de coisas e de uma experiência histórica marcada pelos equívocos e omissões do Estado, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estruturado hoje em todo o território nacional. Os últimos vinte anos estiveram marcados por uma sucessão de conflitos no campo e por alguns avanços, no plano político, que repercutiram no sentido de ampliar a base social do movimento por conta do crescimento no número de assentamentos e de famílias rurais beneficiadas. Mas essas mudanças não foram suficientes para reverter um quadro no qual ressurgem velhas e novas amarras por conta das restrições orçamentárias que impedem a liberação de recursos na hora certa, não apenas para financiar as desapropriações, mas fundamentalmente para apoiar a instalação das famílias, a compra de equipamentos e insumos, as condições de acesso e infraestrutura, bem como para apoiar os agricultores na comercialização dos seus produtos. Aqui a chamada “bancada ruralista”, um bloco supra-partidário de corte conservador, assumiu o bastão do

A chamada “bancada ruralista”, um bloco supra-partidário de corte conservador, assumiu o bastão do reacionarismo, em torno do qual, novos obstáculos são colocados diante do esforço de empreender as mudanças necessárias para mitigar o quadro de desigualdades sociais no campo.

reacionarismo, em torno do qual, novos obstáculos são colocados diante do esforço de empreender as mudanças necessárias para mitigar o quadro de desigualdades sociais no campo.

No âmbito do *novo* a que estes tempos anunciam, podemos mencionar a renovada capacidade de luta dos pobres do campo, cujo poder de mobilização integra-os aos movimentos urbanos de distintas orientações, bem como, inclusive, com organizações internacionais com as quais passam a atuar em tempos de globalização, como se deu por meio da articulação em torno da Via Campesina. Esses grupos ganham o espaço midiático, nas manifestações desencadeadas em vários pontos do planeta (Seattle, Doha, etc.), por ocasião das sucessivas rodadas da Organização Mundial do Comércio. Não é por acaso que protestam veementemente contra os impactos de um processo de globalização que acarreta a ruína de agricultores familiares, particularmente nos países do III Mundo, em face do protecionismo praticado pelos Estados Unidos e países da União Européia, com base na política ampla de subsídios aos produtos agrícolas.

Em que reside o *insólito* destacado no epígrafe deste artigo, na alusão que fazemos ao estado de arte das políticas públicas do Brasil contemporâneo? A resposta a esta questão está, no nosso entendimento, nas recentes políticas levadas a cabo pelo Estado brasileiro dentro do que vem sendo chamado de “reforma agrária via mercado” materializada em programas como o Cédula da Terra e Banco da Terra, que, como afirmamos em outra oportunidade (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004), instituem uma nova forma de acesso à terra, não mais baseada na desapropriação de propriedades improdutivas, mas na instituição da compra direta de terra entre proprietários e famílias (com pouca ou nenhuma terra), cabendo ao Estado o compromisso de aportar recursos financeiros para essa transação.

Essa fórmula mágica apoiada por recursos do Banco Mundial, alardeada, aos quattros ventos,



como uma nova reforma agrária, encerra, em si mesma, o mais alto grau de insolitez. No país acostumado às denúncias de trabalho escravo, dos incontáveis casos de grilagem de terras e do peso do patrimonialismo a reger as relações humanas, o Estado responde com um instrumento que fortalece a mercantilização da vida rural, aprofundando o fosso que separa a legião de miseráveis das estruturas de ascensão social.

Transcorridos apenas alguns anos desde sua implantação (1998), o Banco da Terra é visto como um dos responsáveis pelo espetacular crescimento no preço do solo agrícola. O mais surpreendente é que este incremento não se deve ao cenário otimista de nossa agricultura, antes pelo contrário... A bem da verdade, nos últimos anos, vemos declinar os preços internacionais das *commodities* agrícolas (soja, milho, trigo), bem como os fortes impactos de crises mundiais (vacas loucas, dióximas, frangos belgas, gripe aviária), cujos impactos convergem nessa mesma direção.

O Banco da Terra não pode ser isoladamente imputado como responsável pela recente valorização da terra, mas certamente ajuda a compreender esse quadro paradoxal em face de sua dinâmica fortemente especulativa. No reduzido inventário de mudanças político-institucionais, não pode passar despercebida a aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, como resultado das pressões exercidas pelos movimentos sociais no sentido de favorecer o acesso a fontes públicas de financiamento, aos que dele sempre estiveram alijados. Nos dez anos de existência, o PRONAF contribuiu para a democratização no acesso ao crédito de custeio e investimento. Não menos importantes são os recursos destinados a financiar a comercialização agropecuária e o papel assumido pelas “compras da agricultura familiar” realizadas pelo governo brasileiro, na aquisição de produtos posteriormente destinados ao público-alvo do FOME ZERO.

Mas apesar desses avanços, o PRONAF permanece ancorado numa concepção fortemente produtivista, na qual a maior parte dos recursos é fundamentalmente destinada para os setores mais integrados aos mercados, particularmente aos grandes complexos agroindustriais (suínos, aves, leite etc.), induzindo os produtores à especialização e à forte dependência de algumas poucas fontes de ingresso econômico.

Outros aspectos fundamentalmente importantes, como a questão da segurança alimentar da própria exploração familiar e a preservação dos recursos produtivos e da biodiversidade, não recebem a mesma relevância por não serem ungi-dos pelo lógica do mercado. Não se trata aqui de mera peça de retórica. Muitos dos bancos que adminis-tram os recursos do PRONAF condicionam a liberação dos recursos à compra e consumo de adubos e agrotóxicos. Não é por outra razão que produtores agroecológicos permanecem literalmente *no limbo*, no acesso a esses recursos, em face de sua lógica de produção valer-se justamente do uso de insumos produzidos no próprio estabelecimento ou resultarem de processos biológicos, no controle de insetos e enfermida-des das plantas e animais.

Este pequeno resgate das políticas públicas relativas ao rural brasileiro não ficaria completo sem uma breve referência à questão da previdência social. Transcorridos quase vinte anos da promulgação da constituição brasileira, as opiniões de analistas políticos e cientistas sociais se dividem quanto aos avanços e retrocessos que a nova carta magna foi capaz de engendrar na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais. Há, entretanto, um amplo consenso quando a discussão recai sobre o tema da previdência social rural. O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das leis 8.212 e 8.213 que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou

No país acostumado às denúncias de trabalho escravo, dos incontáveis casos de grilagem de terras e do peso do patrimonialismo a reger as relações humanas, o Estado responde com um instrumento que fortalece a mercantilização da vida rural.



Reorganização da classe trabalhadora

em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão-de-obra permanente ou eventual.

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu, ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis. Como é sabido, as aludidas leis estabelecem a idade mínima de 55 e 60 anos, respectivamente¹, para mulheres e homens rurais perceberem o benefício de aposentadoria, independente do tempo de contribuição ao regime previdenciário. Não é por acaso que a economia de pequenas localidades, e a dinâmica das atividades comerciais. Dependem, consideravelmente, do cronograma de pagamento de benefícios desta que vem sendo considerada como a mais portentosa política de redistribuição de renda da história republicana deste país. No último caso, as estatísticas recentes demonstram que há uma proporção enorme de pequenos municípios brasileiros onde o montante dos recursos previdenciários, em que pese à elevada proporção correspondente aos benefícios rurais, supera, inclusive, a dimensão das transferências do Fundo de Participação dos Municípios, uma das principais fontes orçamentárias da municipalidade nacional.²

O elemento novo que aportam alguns destes estudos e que suscita um interessante debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que, num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura - e isso foi particularmente decisivo nos anos oitenta e noventa, com o fim do crédito rural subsidiado, a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e o escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional - os chamados recursos previdenciários estariam assumindo o papel de uma espécie de 'seguro-agrícola' ante a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É esta a conclusão formulada em estudos como Delgado e

Cardoso Jr (1999 e 2001). Concretamente, indicam que os benefícios previdenciários estariam indiretamente financiando as atividades produtivas, em lugar de servirem, como dever-se-ia esperar, de instrumento de viabilização da sobrevivência dos indivíduos e de seus familiares.

Novos e velhos atores sociais no campo brasileiro...

O final da década de 1990 é marcado por mudanças demográficas muito interessantes, do ponto de vista da realidade latino-americana e brasileira, sendo algumas delas particularmente importantes sob a perspectiva do mundo rural. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o processo generalizado de envelhecimento da população em consequência do duplo impacto provocado pela queda de fecundidade feminina e pelo aumento da esperança de vida das pessoas. O fato novo, e que tem despertado a preocupação de cientistas sociais, é que esse processo³ tem sido mais intenso nos espaços rurais do que propriamente nas cidades. Isso decorre do fato de que o êxodo rural é cada vez mais seletivo, remetendo para a periferia das cidades a população jovem que parte em busca de oportunidades, bem como da frenética luta por acessar os chamados "elevadores de ascensão social" que, invariavelmente, estão a milhas do campo, como é o caso das escolas mais qualificadas e dos centros de capacitação profissional.

Duas grandes inquietações resultam desse quadro. A primeira delas é que tudo indica que a renovação da força de trabalho urbana está sendo feita às custas do esvaziamento das camadas mais expressivas da população ativa rural. A segunda prende-se ao fato de que novas nuvens negras ameaçam a preservação de um estilo de vida e de importantes saberes por conta dessa incapacidade que temos em reter as gerações mais jovens no âmbito rural. Ou seja, além das conhecidas dificuldades de quem vive refém dos caprichos da natureza e do humor dos mercados, a permanência da população rural pode estar ameaçada em face da própria dificuldade de os agricultores de encontrar sucessores para a própria atividade. É o que mostram estudos como os de Mello et al (2003) e Costa (2006).



Mas o meio rural também vem sendo alvo de outra forma de *erosão* demográfica, que até então só se tinha referência no plano de países desenvolvidos, particularmente no caso europeu. Falamos da tendência à masculinização da população residente no campo e nos pequenos municípios de nosso país. Esse quadro foi constatado nos estados do Sul do Brasil (SACCO DOS ANJOS, 2005) e resulta do fato de que em algumas regiões, pela natureza das atividades agropecuárias, o êxodo rural tem sido agora cada vez mais seletivo no sentido de remeter às cidades uma mão-de-obra predominantemente feminina. Mulheres que buscam os empregos domésticos, simultaneamente ou não, ao objetivo por encontrar uma oportunidade para frequentar uma escola ou curso preparatório para aprender algum ofício.

Tão ou mais grave que o envelhecimento, a masculinização confere novos graus de turbidez às expectativas de reverter um quadro francamente desfavorável em muitos rincões olvidados da geografia nacional. De modo ainda fragmentado, esse traço da nova paisagem não tem sido incorporado à agenda política de organizações civis que insistem em pensar o meio rural do ponto de vista estrito das demandas da atividade agrícola. Muitas lideranças e organizações falam arduamente em desenvolvimento *rural* quando na verdade estão pensando em desenvolvimento *agrícola*. Parece óbvio, mas não o é. Ambas as noções podem, levar, inclusive, a resultados opostos.

Quando falamos em rural nos estamos referindo ao desenvolvimento das condições de vida, trabalho e preservação da cultura das pessoas que vivem em espaços de baixa densidade demográfica, sejam elas agricultores ou não. Para o desenvolvimento agrícola, a equação clássica é aumentar a produtividade e a produção de cultivos e criações, o que muitas das vezes pode resultar em prejuízo para as pessoas do campo, quando esse processo acarreta desemprego, degradação dos recursos naturais, declínio dos preços e, conse-

qüentemente, queda das rendas em face do aumento na oferta de produtos agropecuários. Pode-se fazer desenvolvimento agrícola com pouca gente, de preferência, com menos gente possível para que os lucros⁴ sejam os mais altos possíveis, seguindo a racionalidade capitalista. Mas não se pode fazer desenvolvimento rural sem gente e quando a ele nos referimos, é disso que estamos falando.

Seguramente, para os interesses do grande capital e para saciar os desejos dos amantes do agrogócio exportador, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural representam a mesma coisa. Pouco importa melhorar as condições de vida das pessoas que vivem no campo porque o que interessa é garantir o acesso ao crédito agrícola subsidiado, a exportações desoneradas e a todo um conjunto de facilidades que nosso Estado soavelmente distribui porque deles necessita para honrar os compromissos assumidos com organismos multilaterais e instituições financeiras internacionais, mormente o Fundo Monetário Internacional.

Outro processo que vem alterando consideravelmente a imagem que se tem acerca do campo brasileiro é o que chamamos de desagrarização. De modo muito simples, podemos descrevê-lo como sendo o processo no qual a agricultura perde protagonismo em sua capacidade de ocupar a população rural. Essa afirmação tem a ver diretamente com a discussão levada a efeito nos parágrafos precedentes. A modernização segue seu curso, restringindo cada vez mais o número de pessoas ocupadas. Estudos recentes (BALSADI, 2005) dão conta de que, apenas no período compreendido entre 1999 a 2003, foram destruídos 963 mil empregos no setor agropecuário, dado que expressa a dimensão das transformações que atravessam o campo brasileiro, nesse começo de milênio, no que afeta à ocupação da população rural.

Seguramente é esta uma das formas através da qual é possível entender o crescimento do que poder-se-ia genericamente chamar de “novos

Muitas lideranças e organizações falam arduamente em desenvolvimento *rural* quando na verdade estão pensando em desenvolvimento *agrícola*. Parece óbvio, mas não o é. Ambas as noções podem, levar, inclusive, a resultados opostos.



Reorganização da classe trabalhadora

atores sociais”, no campo brasileiro. Este entendimento compõe parte das conclusões apontadas pelo Projeto Rurbano, cujas pesquisas trazem à tona a existência de novas dinâmicas que atravessam, desde o final dos anos 1980, os espaços rurais e as regiões não-metropolitanas de nosso território. Entre outros aspectos, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não-agrícolas, não só para a permanência da população no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1997; CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização de amplos setores da agricultura familiar. O que estes dados aludem têm a ver com o fato de que cresce o entendimento de que, cada vez mais, são atividades desvinculadas da agricultura que estão retendo a população no campo. Outro dado que estas pesquisas estão a demonstrar é o crescimento no número de desempregados, muitos dos quais expulsos da esfera da produção, mas que optam por permanecer no campo à espera do trabalho eventual e dos chamados biscates. Sua permanência é, muitas vezes, assegurada por familiares na condição de aposentado ou pensionista da seguridade social, os quais aportam os meios para o sustento dessas pessoas. Não fora assim, teriam fatalmente que migrar em busca da sobrevivência.

Outro dos que vimos chamando de “novos atores sociais” do campo brasileiro são os chamados agricultores pluriativos, quais sejam, os que, por conta dos inúmeros fatores mencionados (queda das rendas agrícolas, aumento dos custos de produção, instabilidade e incertezas dos mercados, seca, etc.), optam por conciliar a exploração agropecuária com o exercício de atividades não-agrícolas, realizadas dentro ou fora de seus estabelecimentos rurais. Não estamos falando apenas do agricultor dedicado ao turismo rural, artesanato ou a outra atividade geradora de renda, mas também do chamado colono-operário que altera o turno de trabalho como operário de empresa com a produção agrícola do estabelecimento familiar. Essa realidade é constatada principalmente no Vale do Itajaí-Mirim e Litoral Norte de Santa Catarina, bem como na

chamada Colônia Velha gaúcha e Vale do Rio dos Sinos. Nos mais distintos gêneros de atividade industrial (produção de calçados, motores elétricos, tecidos e confecções entre outros), essa situação se verifica há muitos anos em perfeita associação com um padrão de desenvolvimento industrial que se identifica plenamente com o modelo de terceirização existente no norte da Itália.⁵

Não poderíamos encerrar esse rápido balanço sem aludir a outros atores sociais em relação aos quais buscamos agora uma aproximação do ponto de vista das políticas públicas empreendidas, não apenas pela via das políticas de fomento agropecuário, mas sobretudo pela questão da preservação de nossa própria cultura. Referimo-nos aos remanescentes de quilombos, expressão viva da exclusão social e que, por força dos intrincados mecanismos da segregação e do des-caso, só agora começam a romper o véu da invisibilidade oficial, convertendo-se em objeto de políticas públicas específicas. Muito há que fazer em relação a essa categoria, não apenas no sentido de romper as amarras que obstaculizam a regularização das terras que precariamente os negros do campo ocupam como comunidades tradicionais, mas sobretudo no sentido de preservar uma forma de saber e certos valores fundamentais que conformam nossa multifacetada cultura nacional. Igualmente importantes são outras comunidades tradicionais formadas por indígenas, pescadores artesanais, grupos extrativistas que igualmente organizam-se com vistas à preservação de sua própria identidade e na defesa de seus interesses, os quais reivindicam um espaço de interlocução na agenda política nacional.

Mas o Brasil arcaico ainda permanece ativo e freqüentemente ressurgem nos noticiários de TV com denúncias de trabalho escravo, não apenas em zonas deprimidas do Norte e Nordeste, mas inclusive em outras partes do Sul e Sudeste brasileiros, no trabalho rudimentar de carvoarias, madeiras e empresas de extração mineral, apenas para citar alguns exemplos. Além desses aspectos, há que deixar claro que o meio rural cumpre hoje papéis, até então, impensados para os olhos de toda uma civilização, que associava desenvol-



vimento com urbanização. Essa visão vem sendo fortemente questionada. Não apenas nos países industrializados, mas inclusive no Brasil, há uma verdadeira revolução silenciosa na qual a população de zonas metropolitanas, fugindo da poluição, violência, do incremento no custo de vida, opta por residir em pequenas localidades e inclusive em sítios ou chácaras rurais. Desenvolvimento, para estas pessoas, rima com qualidade de vida e não exatamente com o que nos acostumamos a enaltecer como sinais inequívocos de modernidade (*shopping centers*, lazer e cultura em cinemas, teatros etc.).

Não são poucos os lugares do país em que favelas e bairros precários brotaram, como que da noite para o dia, em zonas eminentemente rurais. Há um processo desordenado de ocupação desses espaços que preocupa os estudiosos, na medida em que sinaliza para a emergência de novos conflitos no campo entre as famílias rurais que residem nas comunidades, há gerações, e essa nova classe de moradores. A presença destas famílias é motivo de preocupação devido, não apenas à forma de ocupação e da pressão adicional que exercem sobre recursos naturais, mas, fundamentalmente, à incapacidade da sociedade civil e do Estado em estabelecer procedimentos para disciplinar e normatizar essas situações, sob a ótica da regularização, do acesso aos equipamentos e serviços sociais básicos etc.

Em grandes traços, seriam estes alguns dos dilemas com que hodiernamente deparamo-nos ao refletir sobre a realidade agrária e rural do Brasil. Essas questões consagram o reconhecimento da enorme dívida a ser resgatada em relação a um setor da população para o qual o país renunciou ao compromisso de intervir, no sentido de assegurar condições sociais mínimas de vida e trabalho. Muitas das pessoas que abandonaram a vida no campo não o fizeram única e exclusivamente pela crise na agricultura, mas porque não havia uma escola decente, porque não havia um posto de saúde e, agora mais recentemente,

porque secaram muitos mananciais, por conta da seca, e não há água suficiente nem mesmo para as necessidades básicas. Quando se fala em política pública, no âmbito da saúde, habitação, abastecimento de água, sempre se lhe associa as necessidades de quem vive no perímetro urbano, como se as pessoas do campo não tivessem os mesmos problemas e carências.

Para exemplificar essa questão, não é preciso fazer muitos rodeios. O atual governo chegou a criar um ministério específico para implementar políticas dessa natureza, cujo nome, paradoxalmente, é Ministério das Cidades. Nesse sentido, não precisa ser experto no assunto para indagar: formam parte do público-alvo potencial dessas políticas tão somente as pessoas que vivem nos espaços urbanos? Essa distorção vem sendo constatada, há muito tempo, na forma de atuação do Estado, a qual é referida como sendo o chamado viés urbano na alocação de investimentos públicos.

Inúmeras razões conspiraram para que fosse forjada essa visão que associa desenvolvimento com urbanização. Mas o que mais chama a atenção é a forma através da qual vai sendo construída uma imagem que associa o rural ao atraso e à ausência de cidadania. Há, inexoravelmente, um vício de origem não apenas nas representações que foram sendo consolidadas acerca do rural através do tempo, mas fundamentalmente na própria metodologia de coleta dos dados levada a cabo pela principal agência geradora de dados e informações estatísticas do país. Nesse sentido, como alude Abramovay:

A definição do IBGE, para usar a feliz expressão de Elena Saraceno (1996/1999), é de natureza residual: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um nínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. (ABRAMOVAY, 2003a, p.19; destacado no original).

Quando se fala em política pública, no âmbito da saúde, habitação, abastecimento de água, sempre se lhe associa as necessidades de quem vive no perímetro urbano, como se as pessoas do campo não tivessem os mesmos problemas e carências.



Reorganização da classe trabalhadora

É particularmente no âmbito dos países europeus que ganha cada vez mais força a tese de que ruralidade é um conceito de caráter territorial e não setorial. Mas aqui no Brasil, não é preciso insistir muito no fato de que, ainda hoje, para muitas pessoas, rural e agrário representam as duas faces de uma mesma moeda. Com base nesse entendimento, falam de setor agrário e setor rural como se ambas as noções dissessem a mesma coisa. Diante disso, algumas ilações permitem desmontar essa simplificação e desvelar suas mais flagrantes contradições. Nesse contexto, se aceitamos o que nos dizem as estatísticas de ocupação da população, mormente as que aludem ao recorrente declínio na capacidade da agricultura de gerar emprego, não caberia outra solução senão assistir ao paulatino eclipse das áreas rurais. Ainda que admitamos como válida a afirmação de que a agricultura representa, para muitas regiões do país, a atividade produtiva mais importante, ela não pode ser tomada como se fora a única. As cidades não podem ser definidas pela presença de indústria ou do comércio, assim como o campo pela agricultura.

A experiência internacional demonstra a existência de três formas fundamentais de delimitação do rural, segundo aponta Abramovay⁶. A primeira delas, adotada no Brasil e em outros países latino-americanos, corresponde a uma delimitação meramente administrativa. A existência de alguns serviços públicos e de um certo aglomerado populacional converte esse espaço em urbano, ao arbítrio dos poderes públicos. A segunda forma tem como principal critério definidor o peso econômico da agricultura na ocupação da mão-de-obra. Esse tipo de conceito é adotado em países como Israel, o qual, em sendo aplicado no continente europeu, faria desaparecer, como num passe de mágica, o espaço rural da maior parte dos países. Nas nações desenvolvidas, cresce, cada vez mais, a importância do trabalho e das rendas não-agrícolas, no meio rural. A terceira forma de delimitação considera rurais as localidades abaixo de um determinado patamar populacional. Na França, por exemplo, são considerados rurais os adensamentos humanos

com população inferior a 2 mil habitantes. É importante mencionar que não seriam consideradas como tal as localidades situadas na periferia de metrópoles.

Todo e qualquer critério é sempre insatisfatório e limitado e a opção feita, no âmbito de cada país por uma ou outra forma, é fruto de uma série de fatores, particularmente os que derivam do processo de ocupação do espaço e de relações que vão sendo construídas através do tempo. Refletir sobre essas questões significa romper com os limites impostos por uma tradição normativa que segue hegemônica em nosso país, reproduzindo visões completamente equivocadas acerca da realidade.

Nesse contexto, os dados do último censo demográfico do IBGE (2000) indicam a existência de 5.561 municípios no Brasil. Destes, nada menos que 1.382 (24,8%) têm até 5.000 habitantes, reunindo, em seu interior, uma população equivalente a 4.617.749 pessoas ou cerca de 2,7% do total de habitantes de nosso país. Desse conjunto, fazem parte algumas localidades situadas em regiões metropolitanas, mas a esmagadora maioria corresponde a municipalidades eminentemente rurais onde uma ou duas ruas pavimentadas conformam o que chamam de perímetro urbano, e aí encontramos invariavelmente a igreja principal, a prefeitura, o posto de saúde municipal e alguma agência bancária. Trata-se de uma tênue aglomeração urbana, em relação à qual, indagamos se merece ser chamada como tal para fins de planejamento dos investimentos públicos em obras de saneamento e infra-estrutura.

No intervalo de zero a 10 mil habitantes, existe, segundo a mesma fonte, nada menos que 2.690 municípios que correspondem a 48,4% do total existente no Brasil. Nesse conjunto, vivem 13.964.029 pessoas que equivalem a 8,2% do total de habitantes de nosso país. Esse ponto de corte é tomado, em países como Itália ou Espanha, para definir o que consideram como população rural. Em outros países, como informa Abramovay (2003a, p.23), esse limite é ainda mais amplo, em termos numéricos, o qual, em sendo adotado em países como o Brasil, traria consigo alguns desdobramentos muito interes-



santes, do ponto de vista de sua expressão numérica. Segundo suas próprias palavras:

[...] caso se adotasse a classificação italiana ou espanhola (menos de 10 mil habitantes), mais de 2.200 municípios brasileiros passariam a ser rurais. A adoção do limite de 20 mil habitantes – parâmetro freqüente em organizações internacionais e proposta pelo sociólogo francês Henri Mendras (1995) – ampliaria de 22% para 33% a população rural brasileira. (ABRAMOVAY, 2003a, p.23).

Muitos poderiam perguntar-se sobre que importância pode ter o fato de estabelecer essa mudança do ponto de vista da forma de referência dessas localidades, para os destinos de nosso país. A questão é que isso significa romper com a visão dominante que associa o rural como algo desimportante e sinônimo de atraso e do não-desenvolvimento. Aceitar essa espúria associação significa ir na contramão da história e desconhecer o que de mais consistente foi recentemente produzido em termos de ordenamento territorial nos países mais desenvolvidos do planeta.

O rural e as políticas públicas: ainda há espaço para o controle?

A política social brasileira, deste começo de milênio, necessariamente há que encarar esses problemas com a seriedade e o compromisso que as circunstâncias exigem. Não é possível contornar os graves problemas estruturais com meras políticas compensatórias ou medidas de transferência direta de renda, como é o caso do Bolsa Família. Saudada por muitos estudiosos e *policy makers* como verdadeiro “ovo de Colombo” da intervenção estatal. A longo prazo, essa opção pode cobrar um preço muito alto na medida em que contribui para a formação de novos contingentes de pessoas que renunciam ao esforço de produzir para o próprio sustento, em troca de converterem-se em beneficiários dessa classe de programa. Em algumas localidades gaúchas, já foi detectada a presença crescente de famílias que saem do interior das comunidades para ficar mais perto da prefeitura e dos centros de decisão que

distribuem o bolsa-família, no município em que vivem. Um programa dessa natureza deve ser visto como medida emergencial, recomendável do ponto de vista de sua eficácia, sempre e quando estiver articulado com outros instrumentos orientados à geração de emprego e renda, a partir das condições em que vivem as pessoas. Em algum momento, esse tipo de iniciativa deve apontar para o modo através do qual essas pessoas deverão ser emancipadas, retomando o controle dos seus próprios destinos.

Houve, verdadeiramente, avanços notáveis nas condições sociais no Brasil, desde que foi promulgada a constituição. Cresceu o número de jovens matriculados nas escolas, a esperança de vida da população, o número de domicílios com energia elétrica, etc. Outrossim, sabemos nós que essa evolução não aconteceu no ritmo desejado e que, “pari passu” com estes avanços, aumentou também a concentração da renda, dos meios de produção e do número de pessoas desempregadas. Cresceu também a mobilização social e organização dos trabalhadores para fazer frente às mudanças de sociedades, cada vez mais, vulneráveis aos efeitos da globalização, assim como para encarar os fortes ventos que sopram do norte, em prol da revisão do texto constitucional, da retirada de direitos trabalhistas e da redução do papel do Estado. Esse cenário se identifica plenamente com a realidade brasileira atual.

Esses ventos podem mesmo, a qualquer tempo, fazer reverter o direito à aposentadoria especial por parte dos trabalhadores rurais, agricultoras e agricultores familiares, quando atingirem a idade mínima, independente do tempo de contribuição. Será a capacidade de mobilização a única forma capaz de preservar e aperfeiçoar essa que é considerada como a mais importante política social do Brasil republicano. Os que a condenam como privilégio da população rural, propositalmente esquecem de mencionar o fato de que 2,3% de tudo que é produzido por estas famílias, tem por destino o caixa da previdência ou o que antigamente era referido como Funrural.

Para Abramovay (2003b, p.57), a “profusão de conselhos gestores é a mais importante ino-



Reorganização da classe trabalhadora

vação institucional das políticas públicas no Brasil democrático”. Como “cogumelos depois da chuva”, proliferaram conselhos e comissões em todas as latitudes do território nacional, após 21 anos de ditadura militar, no âmbito de comunidades que tinham sede insaciável de democracia e de participação. Essa tendência se intensifica paralelamente à transferência de competências e recursos por parte do Estado às prefeituras municipais, bem como à própria dinâmica de programas que exigem sua existência para disciplinar a implantação, funcionamento e gestão de determinados programas.

Mas não são poucos os casos em que a ênfase na municipalização converteu-se no domínio da prefeiturização, correspondente, no último caso, a uma tendência na qual o poder público municipal torna-se soberano na tomada de decisões que deveriam ser concertadas com as chamadas “forças vivas” da comunidade. Mais ainda, é o prefeito de turno, que por haver sido ungido pelas urnas, tende a estabelecer uma dinâmica na qual os conselhos e comissões nada mais são do que apêndices da prefeitura ou instâncias meramente legitimadoras de decisões que entende como as mais adequadas para a municipalidade.

Como alude Abramovay, existiam, em 1999, quase 27 mil conselhos em todo território nacional, ou nada menos que 4,9 conselhos em cada município. São essenciais para o funcionamento da política educacional, de saúde, assistência e ação social. Programas como o Banco da Terra, hoje denominado Crédito Fundiário, só podem funcionar se existir um conselho municipal de desenvolvimento rural que estabeleça, entre outras coisas, quais os critérios a serem adotados na escolha dos beneficiários desta política pública, assim como a aprovação de operações envolvendo compra e venda de terra com financiamento público.

A questão é que muitos desses conselhos enfrentam dificuldades importantes que seriam difíceis de aqui reproduzir. Algumas delas devem-se aos filtros sociopolíticos que impedem a participação dos movimentos sociais de forma efetiva. Outro problema constatado parece ser o de que os agentes de desenvolvimento não se encontram de-

vidamente qualificados para o exercício de suas atribuições e não espelham, muitas das vezes, a visão do grupo social ou da categoria a que representam. Essa ênfase municipalista, por mais meritória que pareça, no contexto de um país acostumado à tomada de decisões “de arriba hacia abajo”, é também problemática na medida em que não contribui para a constituição de pactos territoriais. Municípios que poderiam atuar de forma consorciada no desenvolvimento de projetos regionais, acabam caindo na armadilha de disputar verbas públicas com seus vizinhos, renunciando à lógica da cooperação, convergência de interesses e otimização dos recursos. A busca por criar pólos de desenvolvimento e inovação não combina com a escala estritamente municipal, mas com a formação de redes institucionais e de organizações identificadas com um território que tem de suplantar as fronteiras do próprio município.

Mas enquanto essa visão moderna não for plenamente assimilada, não resta dúvida de que é melhor ter conselhos funcionando em situação precária do que não contar com os mesmos. No limite, estas experiências encerram um sentido pedagógico, no aprofundamento do exercício da cidadania. É essa classe de controle social que contribui para a formação de um ambiente institucional propício para alavancar projetos de desenvolvimento e inovação, centrados nas potencialidades do próprio território e na capacidade de mobilização dos atores locais envolvidos. Torna-se crucial investir na qualificação dos agentes de desenvolvimento, no sentido de romper com essa visão equivocada da realidade rural como algo desprovido de significado.

A agricultura perde, indiscutivelmente, importância do ponto de vista da geração de renda e de postos de trabalho, mas é fundamental recalcar no fato de que outros papéis são hoje atribuídos ao espaço rural, detentor, como é sabido, de um rico patrimônio paisagístico e referente fundamental de nossa biodiversidade. Não sem razão, os estudiosos começam a falar de ruralidades como forma de expressar um novo olhar que se reivindica em relação ao campo, não somente enquanto objeto da reflexão científica, mas in-



clusive sob a perspectiva do desenvolvimento humano, não apenas dos que vivem efetivamente nesses espaços, como por parte de uma crescente parcela da população que anseia restabelecer seus vínculos com o ambiente natural, com uma cultura e um estilo de vida peculiar. Coincidimos com Abramovay (2003a, p.51), ao afirmar que a ruralidade não pode ser vista como uma etapa do desenvolvimento social a ser superada, com o avanço do progresso e da urbanização, posto que ela é, e cada vez mais será, um valor para as sociedades contemporâneas.

NOTAS

¹ Até então só os homens tinham direito à aposentadoria ao atingirem 65 anos, no valor correspondente a meio salário-mínimo.

² Ver a propósito o estudo de França (2000).

³ Ver a propósito Sacco dos Anjos e Caldas (2005), Camarano e Abramovay (1998).

⁴ Kautsky coincide integralmente com Marx em seu estudo clássico “A Questão Agrária”, ao aludir aos reais objetivos pelos quais a mecanização é introduzida nos países centro-europeus. Trata-se de uma tendência aplicável a qualquer realidade em que dita produção ocorre, sob a égide de relações capitalistas de produção. De forma pragmática, afirma: “... sob o regime de produção capitalista a máquina não tem por função realizar economia de força de trabalho, mas de salário. Quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução de máquinas” (Kautsky, 1980, p.60).

⁵ Sobre esse assunto, ver Sacco dos Anjos (2003).

⁶ Op.cit., p.21.

⁷ Loc.cit.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**, in: O Futuro das Regiões Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2003a, p.17-56.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**, in: ABRAMOVAY, R., O Futuro das Regiões Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2003b, p.57-81.
- BALSADI, O. V. **O comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003**. In: Informações econômicas. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. 2005. (prelo)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. SADE – Banco de dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>> Acesso em 29 fev. 2004.
- CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos**. In: XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1998, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1998, 20 p.
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (editores) **O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste)**. Volume 4, Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- COSTA, M. R.C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: um estudo de caso no município de Morro Redondo**. 2006. 95 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/UFPEL, Pelotas.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP, Campinas.
- DELGADO, G.C. e CARDOSO JR, J.C. (org.) **Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.
- DELGADO, G.C. e CARDOSO JR, J.C. **O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- FRANÇA, A. S. **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**. 2ª ed. Brasília: ANFIP, 2000. 243p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J., **O Novo Rural Brasileiro**. Nova Economia, vol. 7, nº 1, Belo Horizonte, 1997, p. 43-81.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MELLO, M. A. de et al, **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**, in: Agricultura em São Paulo, São Paulo, v.50, nº 1, p.11-24, 2003.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 11ª Edição, 1978.
- OZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. **Estado y políticas estatales en América Latina: hacia estrategias de investigación**. Buenos Aires: BACERIS/G.E.CLACSO, 1976, nº 4, mar.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádya Velleda. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e desagrarização**, in: ENSAIOS FEE, Porto Alegre, v.26, nº1, p.661-694, 2005. 





Nova globalização polarizada e Europa financeira

Luciano Vasapollo

Professor da Faculdade de Ciências Estatísticas da Universidade ROMA "La Sapienza", em Roma e diretor Científico do Centro de Estudos CESTES e da revista *Proteo*

A atual situação econômica mundial está caracterizada pela globalização e por uma competição muito forte e dura, que, antes de tudo, a cada ano, tenta aumentar a produtividade e reduzir os custos. Hoje, são os aspectos financeiros que prevalecem sobre todo o sistema econômico. E são os salários, as contribuições sociais, em seu conjunto, que estão na mira. Da parte do capital, vê-se abandonado o Estado Social, com o compromisso de fazer prevalecer uma política monetária neoliberal, ou seja, uma política de puro mercado.

A nova globalização está polarizada, ou melhor, a moderna competição global põe em jogo não apenas o papel da empresa fordista e o processo produtivo a ela relacionado, mas também as disposições internacionais financeiras e bancárias, verdadeiro elemento de inovação do processo econômico mundial.

É por esse motivo que a Europa, de Maastrich, foi pensada como uma alternativa à globalização selvagem praticada pelos Estados Unidos, em uma espécie de contraponto polar. Mas, apesar de sua dimensão geopolítica, os Tratados de Maastricht e de Amsterdan carregam, em si, muitas

ambigüidades. A estrutura da União Européia está baseada nos elementos da moeda única; na política externa e seguridade comuns e na luta contra a criminalidade. A moeda única e a integração precisavam ser reciprocamente sustentadas. Mas o que acontece? O vínculo entre os critérios de convergência impostos em Maastricht tem um sentido político e geo-econômico: o de separar os países estáveis e confiáveis dos demais, criando problemas para as multinacionais da mesma Europa.

Trata-se, na verdade, de um modelo de desenvolvimento que está fundado no Liberalismo e que dirige seus investimentos financeiros sem considerar a evolução dos processos produtivos reais, ou seja, é um sistema exclusivamente voltado à lógica especulativa, atuando em caminhos que se contrapõem aos interesses da coletividade. Dessa maneira, foram determinadas as condições para a financeirização da economia, em um caminho negativo que subtrai os investimentos produtivos, provocando altos níveis de desemprego estrutural e incrementando os custos sociais.

Este é o verdadeiro sentido da globalização, ou seja, essa é uma fase particular de reestrutura-





Reorganização da classe trabalhadora

ção e de redefinição do modelo capitalista internacional, que também na Itália vê-se difundido, com as mudanças nas dinâmicas evolutivas do desenvolvimento social, político e econômico.

Em primeiro lugar, há que ser evidenciado que os processos decisórios para esses investimentos constituem-se em objeto fundamental e estratégico de acumulação para o *sistema-empresa* e, em seu conjunto, para o *sistema-país* e sua economia de mercado, já que o conjunto de tais decisões gera um planejamento estratégico dos processos de expansão e de acumulação de capital.

A gestão da crise fordista até agora adotada contém elementos de debilidade: por um lado, acentua a dicotomia do sistema Oeste-Novo Leste, além do Norte-Sul; por outro, produz efeitos sociais no interior do Ocidente, que vive um capitalismo avançado e que põe em discussão os modelos político-econômicos e, antes de tudo, as políticas sociais.

A nova fase pós-fordista, de características financeiras, leva ao predomínio de um ciclo fortemente especulativo, em que o dinheiro investido aumenta sem passar pelo processo produtivo. Na prática, não existe transformação de capital em meios de produção efetivos. Prevalece, ao contrário, cada vez mais, o investimento financeiro em detrimento do produtivo, desencadeando contextos de “bolha” especulativa.

Não faz muitos anos que os modelos decisórios das empresas eram fundamentados em processos de acumulação de capital de investimento material. Conseqüentemente, havia vantagem competitiva para as pequenas empresas. Hoje, entretanto, uma das atividades mais estratégicas, e que distingue o *management* da empresa pós-fordista, é o de conhecer e de acrescentar o valor através de acumulação flexível fundamentada nos recursos imateriais e da construção de caminhos administrativos eficazes, através de maiores condicionamentos que desencadeiam a concorrência desenfreada.

Essa mesma turbulência dos mercados e a desintegração dos velhos modelos de investimento e de acumulação levam as multinacionais a um novo exame das decisões estratégicas, chegando a influírem cada vez mais nos modelos que se re-

ferem à criação e preparação do valor das empresas, através do capital intangível ou imaterial.

Como conseqüência desse fenômeno, existe tanto o risco de derrocada da democracia do Ocidente, como assiste-se ainda à homologação das lógicas do lucro, em detrimento do social. Trata-se de uma espécie de “totalitarismo financeiro”, uma espécie de cultura da empresa, que se afirma na busca do lucro fácil – especulativo e não produtivo – desestabilizando regiões inteiras. Como exemplo, basta lembrar as crises do México, do Brasil, da Tailândia, da Coreia, Indonésia, Rússia e da Argentina.

Os acontecimentos dos últimos anos marcaram muito profundamente a economia e o desenvolvimento de todos os países europeus. A assinatura do Tratado de Maastricht e o nascimento do *Euro* condicionaram a política de todos os países membros da União Européia. A idéia de criar um novo pólo para se contrapor aos Estados Unidos e de ter poder de influência nos organismos internacionais – G8, FMI, Banco Mundial, etc. – que hoje têm nas mãos os destinos do Planeta, impôs, artificialmente, a existência de uma confederação, cuja finalidade de controle supera o domínio da Europa ocidental, estendendo-se até os países do Leste (ex-satélites de Moscou), através de uma lógica de pólo imperialista, com aspectos ambíguos e as incongruências derivadas do não desejo de serem solucionados os males sociais da Europa Ocidental.

O grande mercado continental garante, aos grupos econômico-financeiros das multinacionais, liberdade total de decisão, em relação à produção internacional, respondendo também às exigências das estratégias de diferenciação das ofertas e de fidelidade à clientela, propriamente de competição entre oligopólios, acarretando as já conhecidas precariedade e flexibilização do mercado de trabalho.

Esse tipo de política significa desemprego em massa e dismantelamento do Estado Social. E pouco adianta uma União Monetária sem uma convergência dos conteúdos da política econômica de caráter social (e nem esses critérios têm que ser apenas monetários). Faz falta, em geral,



uma política que enfrente ativamente os problemas relativos à ocupação e à proteção social. Sabe-se que o problema do desemprego existe em todas as partes da Europa e que não é fruto apenas da conjuntura econômica, mas trata-se de um problema estrutural, uma vez que, para estabilizar os fundamentos de Maastricht, torna-se necessário manter níveis altos de desemprego e uma estabilidade financeira que tende a destruir a Economia Real.

Há já dezenas de anos, vem sendo desenvolvido um processo de grandes movimentações financeiras no mundo inteiro, com um sistema interbancário que está apoiado em intermediários distribuídos pelos territórios. Os bancos universais assumem diretamente a maior parte das funções requeridas pelas empresas privadas de grande capacidade nos mercados interbancários e se interrelacionam com estabelecimentos bancários que estão localizados em outras praças financeiras.

Tudo isso funciona em um contexto de competição global, financeiro, onde o que mudou em relação ao velho conceito de globalização – prescindindo das tecnologias – foi a grande interconexão entre os fenômenos econômicos.

Nesse contexto, está sendo construída a Europa Monetária, na qual os problemas econômicos e sociais relacionados com esta construção coincidem com a crise asiática.

A economia internacional foi profundamente marcada pelos efeitos da grave crise financeira que aconteceu na Ásia Sul-Oriental. A turbulência dos mercados de câmbio, iniciada com a desvalorização do *bath*¹ tailandês, foi imediatamente transmitida às Filipinas, à Indonésia e à Malásia, com repercussões nas economias mais robustas daquela região, causando uma onda de desvalorizações, quedas das bolsas locais e crises bancárias.

A difusão da crise, desde a Tailândia até as outras economias da Região, deixou em evidência como os mercados financeiros, fortemente in-

Onde as empresas públicas foram sendo privatizadas, não apenas surge o fenômeno da flexibilização, da precarização do trabalho e da expulsão de mão-de-obra, mas também são alardeados, em todos os lugares, que já não há mais sentido em falar na defesa dos setores estratégicos de uma nação, no âmbito de um mercado global.

tegrados e reativos, se, por um lado, favorecem um destino eficiente dos recursos, por outro, aumentam os riscos de contágio entre os países que apresentam fatores comuns de desequilíbrio.

A experiência do Sudeste Asiático mostrou a estreita relação que existe entre as crises cambiais e bancárias e o processo de globalização financeira, no contexto pós-fordista, caracterizado por políticas monetárias restritivas, de alcance internacional e dominado por uma ruptura com os equilíbrios anteriores.

E tudo isso ocorre em um momento no qual a Europa se encontra frente a um incremento de produtividade, com os mais altos índices em re-

lação aos últimos anos. Mas o desemprego e a precariedade do trabalho e das condições de vida não têm sido substancialmente atacados. Ao contrário, a situação vem piorando e, no Sul da Itália, como em outras áreas da Europa, chegou a níveis altíssimos. Na verdade, a Europa que está sendo construída neste momento contribui para a debilitar a atuação político-social e o gasto social, em distintas maneiras.

Uma consideração muito clara vem à tona, quando da observação dos processos de privatização: onde as empresas públicas foram sendo privatizadas, não apenas surge o fenômeno da flexibilização, da precarização do trabalho e da expulsão de mão-de-obra, mas também são alardeados, em todos os lugares, que já não há mais sentido em falar na defesa dos setores estratégicos de uma nação, no âmbito de um mercado global. Entretanto, essa lógica vem gerando a destruição do capital humano. Assim, ali onde se combate o desemprego, vão-se aqueles trabalhadores e empregados que, com experiência de muitos anos, obtiveram níveis mais altos de pesquisa e de especialização.

Outro aspecto evidente tem a ver, no processo de privatização, com a introdução dos capitais estrangeiros que inicialmente se associam, atra-



Reorganização da classe trabalhadora

vés da aquisição de pequenas quotas de ações, tornando possível apropriar-se posteriormente de todo o capital de empresas que fizeram parte da história econômica dos países, processo que leva à impossibilidade de um saudável desenvolvimento empresarial nacional.

O capital-investimento há que ser pensado como uma unidade distinta e hierarquizada, que inclua o capital produtivo (também dos IDE²), o capital comercial e o capital-dinheiro (ou investimento financeiro). Ao mesmo tempo, há que refletir-se sobre o fato de que o fenômeno da internacionalização acontece através do comércio internacional e do investimento produtivo no estrangeiro (IDE), fato que permite às multinacionais adquirirem sucursais de produção em distintos países. Essa forma de investimento enfrenta distintas dificuldades, tais como:

a impossibilidade de produzir quantidades suficientes de produto no país de origem, em particular no que toca ao setor primário, causado pela escassez de recursos naturais;

a impossibilidade de vender quantidades suficientes nos países de destinação, em função das barreiras de proteção alfandegárias ;

a possibilidade de lucrar com as vantagens comparadas da macro-economia nos países de instalação, em particular, aqueles sub-desenvolvidos, que geralmente apresentam baixos níveis salariais³.

Merece, também, particular atenção, no contexto atual de competição global, mas ao mesmo tempo de crescente integração das estruturas industriais, a internacionalização das unidades que se ocupam da pesquisa e do desenvolvimento.

Pelos seus conteúdos extremamente estratégicos, essas atividades sempre existiram nas sedes das empresas multinacionais, desenvolvendo sistemas de produção mais flexíveis e tecnologicamente mais adiantados. Nos últimos anos, coincidindo com os processos de internacionalização

produtiva, as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento também têm sofrido a denominada deslocalização, por parte das multinacionais, juntamente com a construção, no exterior, de unidades e laboratórios organizados para melhorar a eficácia global da produção, excluindo as duplicações de atividades que estivessem acontecendo em outros países. As principais razões que levam à deslocalização das unidades de pesquisa e desenvolvimento estão baseadas na necessidade de as empresas alcançarem dos mercados externos,

com uma competitividade sempre maior, acercando-se dos clientes-chave e entrando em contato com as novas experiências tecnológicas sempre em evolução, e que podem ser encontradas nos centros que alcançam níveis excelentes de ensino científico. Amiúde, vem acontecendo a crescente dispersão geográfica dessas atividades de desenvolvimento tecnológico e, por isso, as multinacionais passaram a administrar processos de coordenação e de integração entre elas. Esse é o que vem sendo denominado de processo de integração em rede.

Dois fatores são determinantes em um processo de desenvolvimento como o descrito: a deslocalização das

atividades próximas às fontes e áreas de recursos imateriais (por exemplo, privilégios de invenção e know-how para gerar conhecimentos) e a atitude de integrar esses processos, otimizando os resultados. A vantagem principal é, pois, a de desfrutar melhor do progresso tecnológico, baixando os custos com administração, sobretudo em razão da redução de barreiras para a importação de novas tecnologias.

No presente, o efeito conjunto dos mercados internacionais solventes, da tecnologia atual e da internacionalização das unidades de pesquisa e de desenvolvimento, do novo regime jurídico para os intercâmbios internacionais e as movimentações de capital, são determinantes para os interesses dos rendimentos e, então, da escolha do

O efeito conjunto dos mercados internacionais solventes, da tecnologia atual e da internacionalização das unidades de pesquisa e de desenvolvimento, do novo regime jurídico para os intercâmbios internacionais e as movimentações de capital, são determinantes para os interesses dos rendimentos e, então, da escolha do local onde investir.



local onde investir. Os investimentos dirigidos ao estrangeiro são utilizados, na prática, por aquelas empresas que querem se estabelecer em outros países, através da criação de novos estabelecimentos produtivos, ou adquirir cotas de participação em sociedades que já existem. Ou seja, “*essa maneira de investir se dá pela aquisição do poder decisório em uma empresa estrangeira. Isso inclui novos estabelecimentos, fusões, compras habituais entre a sede da empresa e as filiais, além de uma parcela desses investimentos poder tomar a forma de aquisição de cotas do capital da sociedade*”⁴.

É dessa maneira que é possível fazer uso dos efetivos, para investimento financeiro, para ganhos mais fáceis e disponíveis de imediato como dinheiro potencial, capazes de gerar os processos desestabilizadores da economia.

Este tipo de mecanismo tomou força em finais dos anos 80, quando se pôde distinguir um sistema central mais largo e independente do Capitalismo dos anos 60 e 70, e sua função primeira é fazer progredir a estratégia concorrencial. Este modelo consegue seu intento através da organização da produção interior em países de capitalismo adiantado e com eficazes estratégias tecnológicas de produção e de capitalização, sobretudo graças à natureza e às formas dos contratos firmados com outras regiões de médio ou baixo progressos.

A relação entre capital transnacional e áreas de diferentes influências, para cada país, é determinada pela nova divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, pelo modo como se situa cada uma das economias nacionais, frente à dilatação e redefinição dos pólos geo-econômicos. Com efeito, os fenômenos de interconexão entre as economias de cada nação que atua por meio da exportação de capitais são uma realidade, há já um século. O que é novo é o papel dos investimentos financeiros, em particular daqueles de natureza comercial, e o crescimento desmesurado dos IDE, favorecido por uma forte liberalização do mercado mundial vinculado ao capital internacional. Tudo sob a tutela de um único projeto de planejamento centralizado. E esse planejamento estabelece uma espécie de monopólio do capital

que, se pode ser útil às grandes instituições do capitalismo financeiro, também provoca uma grande competitividade entre os oligopólios, sobretudo do capital industrial.

Neste cenário se encontra a Itália que, nos últimos anos, vive um tempo de grande crescimento econômico que vem permitindo às suas empresas cobrirem, ao menos em parte, o *gap* produzido, nos Anos Oitenta, por outras economias tais como as dos Estados Unidos e do Japão e por outros países europeus. Com a União Européia, a Itália participa da competição entre os Estados Unidos e a Europa, uma competição dura, que se dá, sobretudo, pelo domínio da Eurásia.

O resultado disso tudo é mesmo a já propagada competição global que há de ser entendida no contexto da mundialização, com instrumentos analíticos que permitam uma análise em variados níveis interconexos, mas diferenciados. O primeiro deles se refere à ordem dos capitais, ou seja, dos investimentos, porque são determinados e determinam a acumulação financeira como processo-entidade fundado na auto-valorização desse mesmo capital.

O aparente crescimento da economia mundial, aliado a formas de concorrência internacional cada vez menos escrupulosas, pode ser explicado por diferentes caminhos: o comércio exterior, a produção transnacional, a circulação de capitais. Nesses últimos anos, os investimentos diretos externos voltaram a obter valores notáveis, por serem investimentos de caráter produtivo e por se constituírem na principal manifestação das atividades das empresas fora de seus países e expressam a dinâmica da acumulação efetiva dos grandes pólos geo-econômicos internacionais.

Então, torna-se mais evidente o porque da dinamicidade geográfica registrada nos Anos 90, nos fluxos de IDE, representando o principal dogma da “estabilidade político-econômica global”, jogando no centro da iniciativa capitalista, ao menos, em parte, o investimento produtivo que, por sua vez, já não pode mais continuar totalmente sujeita às dinâmicas financeiras.

Na Europa, em particular, os investimentos diretos têm registrado altas desde meados dos



Reorganização da classe trabalhadora

Anos Oitenta, justamente pelo empuxo dado ao processo de integração econômica, com a criação do Mercado Único, com a intenção de competir com os Estados Unidos.

Em 1995, a Alemanha, a Grã Bretanha e os Países Baixos estavam entre os países mais presentes nas atividades de investimentos no exterior. A Itália se situava entre os principais investidores de nível médio e baixo e entre os últimos países com possibilidade de atrair circulação de capital.

Em 1996, os investimentos foram ligeiramente mais baixos do que aqueles registrados em 1995. Cresceram os investimentos *no equity*⁵, enquanto diminuíram todos os outros. O investimento *no equity* abrange mais de 60% dos investimentos de cinco países (Bélgica, França, Países Baixos, Grã Bretanha e Alemanha, em investimentos passivos) e os restantes 40% foram repartidos entre os outros dez países, entre eles, destacadamente, a Itália, a Espanha e a Suíça, referentes às entradas e saídas.

Em 1997, o fenômeno estava em plena expansão, reforçando todos os valores atingidos nos anos anteriores, com exceção do capital reinvestido do exterior que apresentaram uma queda em algumas unidades.

O total dos investimentos externos passou de 70.920 milhões de dólares em 1996, para 96.420 milhões de dólares, em 1997, subindo em 36%,

apenas em um ano. Os investimentos internos cresceram muito menos, alcançando o valor de 63.958 milhões de dólares, em 1997. Neste mesmo ano, os IDE superaram 420 milhões, chegando a atingir 11% do PIB. Além disso, é também interessante analisar as separações por atividade econômica.

Entre as categorias mais dinâmicas, pode ser observada a atividade manufatureira, e, como nos últimos anos, o setor dos serviços vem adquirindo muita importância, no âmbito da internacionalização produtiva, compreende-se que, em 1996, a cota de investimentos diretos nesse setor, tenha alcançado o percentual de 47%, na exportação, e de 48,9%, na importação. Essa importância se deve, em muito, às atividades financeiras que, nesses anos que estão sendo aqui analisados, alcançaram 29,2% do total de atividades e 61,4% do total de investimentos. Em relação ao passivo, os movimentos de capital, nas atividades financeiras, chegaram a representar 19,4%, do total geral, e 40%, do total do setor.

Na definição dos territórios de expansão, a Europa não aceita a tradicional dependência em relação aos Estados Unidos e, para tanto, vem se utilizando da nova fronteira dos mercados euro-asiáticos e do Mediterrâneo, assim como também o faz a própria Itália e os demais países europeus, ou seja, o Pólo da União Européia, com seus choques internos.



Por essa razão é que se pode considerar alguns dados referentes à presença multinacional na Itália⁶. Os mais exatos se referem a 1º de janeiro de 1998, quando 1031 grupos nacionais já estavam instalados no país.

No que diz respeito aos dados referentes aos últimos dez anos, há que ser assinalado que o número de empresas multinacionais instaladas no país teve um acréscimo de 29%; que o número de empresas, com participação no exterior, subiu 37% e o número de empregados, em 23%.

A dinâmica de longo prazo dos IDE italianos, por região geográfica, apresenta uma mudança na própria composição geográfica, explicando o forte interesse na América Latina, na Europa oriental e em algumas regiões da Ásia.

Com efeito, toda a hesitação da política externa diplomática e econômica da Itália, revelada nos primeiros anos da década de 90, com a guerra civil na Iugoslávia, que pôde ser percebida com a reconhecida submissão à hegemonia alemã e americana naquela ocasião, foi transformada, nesses últimos anos, até os dias de hoje, em caminho econômico firme, em ativismo diplomático, em presença militar.

Esses movimentos descrevem bem as estratégias que vêm sendo adotadas pelas multinacionais italianas, em relação à competição global. Com efeito, os anos 90, caracterizados pela competição global, pela forte tendência à ampliação da denominada Itália Multinacional, também interferem nas dinâmicas das agregações do comércio exterior.

Pelo lado setorial e da produção, os investimentos diretos no exterior têm sido adotados como maneira importante de proporcionar, às produções italianas, um contínuo desenvolvimento tecnológico. Os IDE têm favorecido o conhecimento e a utilização de novos métodos de produção como meio principal de transferência da tecnologia, que não exista no interior do país, e, também, o papel italiano na concorrência e na competição internacional.

Os anos oitenta assistiram às primeiras fases

de crescimento dos setores de elevado conteúdo tecnológico, em particular os setores das telecomunicações, da eletrônica e da informática. Mas esse processo foi ainda mais desencadeado nos anos 90 e, até o presente, vem sendo reforçado conjuntamente com a afirmação de todas as empresas que estão envolvidas no setor da *Information and Communication Technology*, mais conhecido como ICT. De qualquer modo, esse fenômeno atinge todos os setores produtivos nacionais e concorre para a modernização dos setores mais tradicionais do Terciário e daqueles onde o país se encontra mais atrasado, como, por exemplo, o Turismo, os Transportes e o Setor das grandes distribuidoras.

Hoje, o desemprego é a expressão da incapacidade deste Capitalismo atual de perseguir o pleno emprego. É, na verdade, um propósito político e social de manter o desemprego como forma de controlar, através dele, as dinâmicas salariais e a força de trabalho.

Na verdade, na tese euro-monetarista do vínculo externo, desde o Tratado de Maastricht, vem sendo imposta a única via da privatização, das políticas monetárias e das reformas estruturais do Welfare State. Exigem-se dos cidadãos grandes sacrifícios em nome dos vínculos externos, não em nome do interesse cidadão, nem do investimento no setor trabalho, no crédito ou na proteção social. O vínculo externo contamina a legitimidade e a autoridade política e econômica de cada país membro, justo porque, sendo a sede das decisões um lugar sem controle e escolhido de forma não democrática, torna-se sem

sentido a função de um Governo e de um Parlamento Europeu, nesse processo de busca de unidade europeia.

Por trás desse processo de privatização, apenas se vislumbra uma razão de ordem política: a redefinição dos modelos capitalistas, que carregam consigo, em um momento de grande debilidade por parte das organizações sindicais, um ataque frontal às conquistas do movimento operário e das leis trabalhistas.

Tem-se dito que, em todos os países da União Européia, o trabalho em tempo parcial imposto (e, no entanto, não escolhido pelo trabalhador) é uma das maneiras mais usuais de tornar flexível o mercado de trabalho. Os países que têm as



Reorganização da classe trabalhadora

mais altas taxas dessa modalidade de emprego são a Alemanha e o Reino Unido, enquanto aqueles onde menos é praticado são a Grécia e a Espanha. Também, nesse caso, prevalece a mulher como trabalhador mais atingido.

Em geral, portanto, o desemprego, já estrutural em toda a União Européia, vem acompanhado de mais exploração sobre os trabalhadores ativos que, por sua vez, se encontram em condições cada vez mais inadequadas e sem garantias.

Nem no período posterior à Segunda Guerra, a Europa conheceu fenômenos similares. O desemprego e a exclusão, as relações de trabalho nas áreas menos desenvolvidas, estavam todos relacionados à conjuntura econômica. Hoje, o desemprego é a expressão da incapacidade deste Capitalismo atual de perseguir o pleno emprego. É, na verdade, um propósito político e social de manter o desemprego como forma de controlar, através dele, as dinâmicas salariais e a força de trabalho. O aspecto que mais fica evidente, no entanto, é o da precarização do trabalho, como elemento constitutivo da nova divisão de trabalho. São exemplos nítidos os contratos de prestação de serviços, a competição mundial entre os trabalhadores e a desvalorização do trabalho assalariado.

Dessa forma, vai-se identificando o desenvolvimento de uma economia marginal, apresentando novas figuras sociais que, em detrimento daquelas que, até poucos anos, eram garantidas e funcionais ao desenvolvimento e que hoje estão excluídos ou mantidos em condições precárias, passando a compor aquela faixa de pobreza em expansão que esse novo modelo de economia vai reproduzindo. O enorme aumento de novos trabalhadores autônomos, os ditos novos empresários, não é outra coisa que o resultado da escolha do capital, em detrimento da mão-de-obra, da criação de um indulto de caráter terciário e mal distribuído, sem encargos sociais e com formas mais ou menos escusas de empreitadas corporativas de se contrapor à rigidez do trabalho, conver-

tendo tudo em flexibilização, compatível com a centralidade empresarial, adaptando todo o corpo social às funções do *Profit State*, às organizações da denominada fábrica social generalizada.

Na Europa, e no resto do mundo, existe um conflito muito grande entre as áreas de influência do Capitalismo. Tal conflito, aparentemente não armado, talvez seja de fato um conflito bélico porque é uma guerra de teor econômico-financeiro, que vem sendo travada na região asiática do *Yen* e nas regiões de influência do ex-marco alemão, atualmente do *euro* e do *dólar*. É no interior desse conflito que vão sendo redefinidas as regras capitalistas e seus modelos de empresa. Vê-se, em particular, que na Europa vem acontecendo apenas uma aparente unidade de caráter financeiro, mas que absolutamente não existe uma unidade política, nem muito menos econômica-estrutural. O *Euro*, na realidade, está inscrito, primeiramente, em uma lógica financeira, depois econômica, mas sempre em uma lógica de pólo econômico que tende a ser voz unívoca no seio do modelo capitalista europeu e que enfrenta realidades internas completamente diferentes.

Com efeito, o contexto das semanas que se sucederam ao atentado de 11 de setembro viu os Estados Unidos assumirem novamente o papel prioritário no plano político-militar, seja de forma autônoma, seja no próprio interior da OTAN (veja-se no artigo 5º, do seu regulamento, a via livre obtida pela comunidade internacional ocidental aos bombardeios e a uma “guerra permanente”, portanto, difundida, e por um longo prazo). No plano estritamente financeiro, assiste-se a grandes oscilações nos índices das bolsas dos Estados Unidos, Européias e, ainda mais fortemente, na Itália (aumentando significativamente os câmbios, os títulos de sociedades vinculadas direta ou indiretamente às indústrias bélicas e à economia de guerra).

Chega-se, então, bem mais além das simples diferenças aplicativas entre os pólos, a uma nova

Some-se o ataque aos salários diretos, indiretos, o salário social. Põem-se em discussão o serviço sanitário nacional, com violentos processos de privatização e a seguridade social, a saúde, a educação. Em definitivo, o conjunto que representa o Estado Social que havia sido uma conquista das lutas operárias até os Anos 70.



maneira de relançar os mecanismos de acumulação, hoje baseados, com certeza, em conotações financeiras e em investimentos em imobilizações imateriais, mas também na busca por novos caminhos para os investimentos produtivos funcionais ao paradigma da acumulação flexível e a uma acumulação ágil.

A esse processo, some-se o ataque aos salários diretos, indiretos, o salário social. Põem-se em discussão o serviço sanitário nacional, com violentos processos de privatização e a seguridade social, a saúde, a educação. Em definitivo, o conjunto que representa o Estado Social que havia sido uma conquista das lutas operárias até os Anos 70.

Tudo isso ocorre em uma fase em que a Europa se encontra frente a um incremento de produtividade entre os mais altos dos últimos anos, ao mesmo tempo em que o desemprego e a precariedade do trabalho e da vida não têm sido em absoluto, tratados, mas, ao contrário, só têm piorado, tanto no Sul da Itália, como em várias outras áreas da Europa, chegando a níveis insustentáveis.

Tudo em um contexto de Welfare, que destrói os espaços residuais do próprio Welfare, com a guerra pós-global permanente como único cenário possível para os processos de acumulação de capital.

Essas tendências devem ser interpretadas como um indício da maturação de um grande e novo sistema de acumulação mundial, flexível, cujo funcionamento está submetido às exigências e às prioridades do capital financeiro privado, altamente concentrador de rendas. Esse regime de acumulação que está sempre à busca de estabilidade político-econômica e de novas áreas de intervenção tem, de todas as maneiras, necessidade de gerar investimentos produtivos que sejam funcionais e tenham força no imperialismo de conotações fortemente militares, na economia de guerra, lançada pelos Estados Unidos e erguida também pela Itália. Esta última, por sua vez, busca sustentar a demanda através de gastos militares, fazendo crescer a produção de empresas bélicas e de todo o tipo de suporte vinculado à defesa, ao serviço de inteligência, à segurança, realçando os processos de acumulação, a partir do contexto da guerra permanente, de caráter econômico-estrutural.

Mas, certamente, esses acontecimentos não significam ruptura da política de conflitos, em relação aos pólos geo-econômicos, com contínuos atos de guerra econômica que assumem, cada vez mais, a forma de guerras reais, como afirmação de hierarquia. Com efeito, a solução da economia de guerra será sempre aquela aceita e levada adiante também pela União Européia e, portanto, pela Itália, porque a situação dos Estados Unidos tem e terá sempre repercussões recessivas na Europa. Entretanto, isso significa, ao menos pelo momento, botar em segundo plano os europeus, com a vontade dos americanos de atrasar o crescimento e a afirmação européia e, assim, buscar de todas as maneiras reduzir os objetivos hegemônicos e expansionistas da União Européia, com o intento de relançar as estratégias de globalização de um grande e único império, governado pelos Estados Unidos.

Os processos hoje conhecidos de instabilidade política, econômica e social são pelos motivos já declarados e com conseqüências que se fazem cada vez mais críticas e violentas, através do uso também das guerras étnicas, de fundamentalismos religiosos, de desagregação de unidades nacionais e com formas sempre e mais sofisticadas de uso da criminalidade. E tudo, de acordo com os paradigmas da Nova Ordem mundial.

Mas esta é uma fase de transição em uma época de transformação das modalidades de desenvolvimento. Uma fase na qual estão aparecendo velozmente, na cena econômico-social, os novos sujeitos das novas pobreza e, portanto, **as novas figuras a serem agregadas a um projeto de recomposição e organização da luta social.** É a partir desses novos sujeitos que pode ser possível a reorganização das unidades de interesse do mundo do trabalho, a solidariedade e a força que já existiram nos anos 60 e 70, entre a classe operária.

É no âmbito de um programa para os povos da Europa que se torna possível recuperar, em termos de redistribuição, os imensos incrementos de produtividade desses últimos decênios. E é justo reivindicar, seguida da redução generalizada da jornada de trabalho, a paridade do salário real.



Reorganização da classe trabalhadora

NOTAS

- ¹ BATH - Moeda Tailandesa.
- ² Investimentos Diretos Externos.
- ³ Ver sobre o assunto, LAFAY, G. *Capire la globalizzazione*. Bologna: il Mulino, 1996, Pag. 40- 41.
- ⁴ EUROSTAT. *L'Europa in cifre*. Terça edição, pag. 241.
- ⁵ Ações e participações.
- ⁶ Essas informações procedem do Banco de Dados RE-PRINT Politécnico de Milão São dados sobre a internacionalização da indústria italiana promovida pelo CNEL.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA M., *World Capitalism in the 1980s*, New Left Review 136 (Nov-Dec): 5-41, 1982
- ALVARO G., VASAPOLLO L., *Economia e Statistica Aziendale*, Cedam, Padova, 1999.
- AMIN S., *L'accumulazione su scala mondiale: critica della teoria del sottosviluppo*, Jaca Book, Milano, 1971.
- ANDREFF W., *Le multinazionali globali*, Asterios, Trieste, 2000.
- ARCELLI M., *Globalizzazione dei mercati e orizzonti del capitalismo*, Editori Laterza. Bari 1997.
- ARRIGHI G., *Il lungo XX secolo. Denaro, potere e le origini del nostro tempo*, Il Saggiatore, Milano, 1996.
- BANCA d'ITALIA, *Assemblea Generale Ordinaria dei Partecipanti*, vários anos.
- BARBA NOVERTI G., FALZONI A.M., TURRINI A., "Italian multinationals and de-localization of production"
- BARCELONA B. et al., *Contro Maastricht. Una nuova prospettiva per il vecchio continente*. Ed. Punto Rosso, 1996.
- BECHT M., *Corporate ownership and control: The european experience*. ECGN, Bruxelles 1997.
- BELLO W., *Dark Victory: United States, Structural Adjustment and Global Poverty*, London, 1994.
- BERBEROGLU B., *L'eredità dell'impero*, Vangelista edit., Milano 1995.
- BONVICINI G et al., *Italia senza Europa?* a cura dell'Istit. Affari Internazionali, F. Angeli, Milano, 1997.
- CARARO S., CASADIO M., MARTUFI R., VASAPOLLO L., VIOLA F. "No/Made Italy Eurobang/du: la multinazionale Italia e i lavoratori nella competizione globale", MEDIAPRINT- EDIZ. Roma, 2001.
- CARARO S., CASADIO M., MARTUFI R., VASAPOLLO L., VIOLA F. "La coscienza di Cipputi: EuroBang 3. Lavoro: soggetti e progetti", Mediaprint, Roma, 2002.
- CHESNAIS F., *La mondialisation du capital*, ed.riveduta, Syros, Paris, 1997
- CHIES L., TROMBETTA F., *Riduzione dell'orario di lavoro e disoccupazione: il dibattito tedesco*, in ECLAC, *Internacionalizacion y Regionalizacion de la economia mundial: sus consecuencias para America Latina*, Santiago de Chile: CEPAL, 1991 Economia&Lavoro Anno XXXI, n. 3-4, Saggi.
- De CECCO M., *L'oro di Europa. Monete, economia e politica nei nuovi scenari mondiali*, Nuova edizione accresciuta, Saggine/33, Donzelli, Roma, 1998.
- DELORS J., *Per l'Europa politica*, in "Europa-Europe", n. 3, 1998.
- DELENZE G., Guattari F., *Mille piani: capitalismo e schizofrenia*, 2 voll., Istit. Enciclopedia Italiana, Roma, 1987.
- DEMESTZ H., Lehn K., *The structure of corporate ownership: causes and consequences*. Journal of political economy, Vol. 93, N° 6, Dicembre 1985.
- EUROSTAT, *Annuari*, vários anos.
- FITOUSSI J.P., *Il dibattito proibito*, Il Mulino, Bologna, 1997.
- GORZ A., *Miseria del presente, ricchezza del possibile*, Manifestolibri, Roma, 1998.
- GRAZIANI A., NASSISI A.M. (a cura di), *L'economia mondiale in trasformazione*, Manifestolibri srl, Roma, 1998.
- HARDT M., NEGRI A., *Impero. Il nuovo ordine della globalizzazione*, Rizzoli, Milano, 2002
- HARLEY D., *La crisi della modernità*, Saggiatore, Milano, 1993.
- HAWLEY J. P. e WILLIAMS A.T. *United States patterns of ownership and control: the emergence of fiduciary capitalism*, 1996.
- HIRST P., Thomson G., *Capire la globalizzazione*, Editori Riuniti, 1996.



- HOBBSAWN E.J., *Intervista sul nuovo secolo*, Ed. Laterza, Bari, 1999.
- KRUGMAN P., *Il ritorno dell'economia della depressione*, Garzanti Libri, 1999.
- LAFAY G., *Comprendre la mondialisation*, Parigi, Economica, 1996.
- LENIN V.I., *L'imperialismo fase suprema del capitalismo*, a cura di V.Parlato, Ed. Riuniti, Roma, 1974.
- MARTUFI R., VASAPOLLO L., *Profit State, redistribuzione dell'accumulazione e reddito sociale minimo*, La città del Sole, Napoli, 1999.
- MARTUFI R., VASAPOLLO L., *Le Pensioni a Fondo*, Mediaprint, Roma, 2000.
- MARTUFI R., VASAPOLLO L., *La comunicazione deviante*, Mediaprint, Roma, 2000.
- MARTUFI R., VASAPOLLO L., *Eurobang. La sfida del polo europeo nella competizione globale. Inchiesta su lavoro e capitale*, Mediaprint, Roma, 2000.
- MARTUFI R., VASAPOLLO L., *Vizi privati...senza pubbliche virtù. Lo stato delle privatizzazioni e il Reddito Sociale Minimo*; Mediaprint, Roma, 2003
- MARX K., *Il Capitale*, Trad. ital. A cura di D.Cantinori, 3 voll., Ed Riuniti, Roma, 1989.
- MEIKSINS W. E. *Democracy Against Capitalism : Renewing Historical Materialism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MICHEL A., *Capitalismo contro capitalismo*. Il Mulino, Bologna, 1996.
- PETRAS J., *Imperialism and NGOS in Latin America*, Monthly Review, 49, 1997, p.10-27
- PETRAS J., HOWARD B. , *The Tyranny of Globalism*, IDS Workingpaper n. 85, Halifax, Saint Mary's University, 1985.
- PETRAS J., VELTMAYER H., *La globalizzazione smascherata. L'imperialismo nel XXI secolo*, Jaca Book, Milano, 2002.
- PROTEO, *Rivista a carattere scientifico di analisi delle dinamiche economiche-produttive e di politiche del lavoro; a cura del Centro Studi Trasformazioni Economico-Sociali (CESTES) -PROTEO e della Federazione delle Rappresentanze Sindacali di Base (RdB)*, numeri anni dal 1997 al 2003.
- SYLVERS M., *Gli Stati Uniti fra dominio e declino*, Ed. Riuniti, Roma, 1999.
- UNCTAD, *World Investment Report, New York and Geneva*, vários anos.
- VASAPOLLO L., *La Union Europea: entre polo geoeconomico y desarrollo desigual*, VIII Conferencia Internacional de Estudios Europeos, Ciudad de la Habana, Cuba 3/6 Outubro 2000.
- WORLD BANK, *World Development Report*, New York: Oxford University Press, vários anos.
- ZANFARINO A., *Mondialisation et culture historique européenne*, in "Commentaire", n. 82, estate 1998.
- ZORGBIBE C., *Histoire de la construction européenne*, Presses Universitaire de France, Paris, 1993. 





O que aconteceu com nossas democracias?*

Atilio A. Boron

Professor da Universidade de Buenos Aires e
Secretário Executivo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

** Tradução, a partir do original espanhol *¿Que ocurrió con nuestras democracias?**

Na América Latina, vivemos processos democratizadores há mais de um quarto de século. Conforme mostrado em nosso livro (BORON, 2001) e contrariando o otimismo do saber convencional das ciências sociais, estas “transições para a democracia” parecem nunca ter fim e apresentam uma lentidão exasperadora. Os cultivadores da “transitologia” que, nos finais dos anos setenta e durante toda a década de oitenta do século passado, prenunciavam para a região um futuro democrático tão rápido e iluminado como o da Espanha, nascido do Pacto de Moncloa, idealizando o que realmente ocorreu naquele país, tiveram que recolher-se a um reservado silêncio. Nem sequer o caso do Chile, admirado como “país modelo”, tanto pelos politólogos como pelos economistas cínicos do FMI e do Banco Mundial, ao longo de dezessete anos de “vida democrática”, se qualifica hoje como uma autêntica democracia. Os legados de Pinochet, tanto no aspecto constitucional como institucional e no regime eleitoral, são demasiadamente importantes para serem ignorados.

Assim como demonstramos em um trabalho

recente (BORON, 2006), um olhar rigoroso às incorretamente chamadas democracias latino-americanas, salvo raras exceções, quais sejam, Cuba, Venezuela e, agora, Bolívia e Equador, concluiria que o que temos nas restantes são plutocracias de rapina ocultas sob roupagens de democracia. São regimes oligárquicos porque fiéis à definição aristotélica, são “governos de poucos em benefício dos ricos”, que sempre são uma minoria. (BORON, 2006). O linguajar político contemporâneo, produto da dominação cultural e ideológica do imperialismo, pretende dissimular tamanha traição aos ideais democráticos mediante um exercício de prestidigitação graças ao qual uma democracia pode ser definida por sua “governança” sensata, eufemismo que designa as artes, artifícios e artimanhas do político “prudente e responsável” que governa em harmonia com os desejos dos mercados. Uma boa governança, portanto, é a de Lula que, com suas políticas tornou possível que o capital brasileiro obtivesse, nos últimos anos, as maiores taxas de rentabilidade de toda a história; a da *‘Concertación’* chilena, que deu continuidade e aprofundou a política





Reorganização da classe trabalhadora

econômica de Pinochet, convertendo o Chile em um dos países mais injustos da América Latina. Mau governo é, por outro lado, o de Chávez, que erradicou o analfabetismo; ou o de Evo Morales, que cumpriu sua promessa eleitoral de nacionalizar os hidrocarbonetos bolivianos.

Este trabalho pretende trazer alguns elementos em relação a uma pergunta fundamental: será que é possível “democratizar a democracia”, dentro do capitalismo, ou seja, sem que antes se produza a superação histórica de um regime social de produção cujas cicatrizes e injustiças congênicas são tão aparentes quanto irreparáveis? Esta pergunta não ignora que haja diferenças entre os capitalisms democráticos do Norte (Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão) e os do Sul, porém as deficiências democráticas estão presentes tanto aqui como lá. Surpreende o autor do presente texto a escassa repercussão que teve na Europa – se comparada com aquela de que desfrutaram monumentais tolices – o livro de Colin Crouch, sob sugestivo título de *Post-democracy*, no qual o autor britânico esboça um panorama pessimista sobre o funcionamento efetivo da democracia no mundo desenvolvido. A obra relata que nos capitalisms metropolitanos “tivemos o nosso momento democrático lá pelos meados do século vinte”, mas que hoje estamos vivendo uma época claramente “pós-democrática”. Como resultado, “o tédio, a frustração e a desilusão arraigaram-se após o momento democrático”. A que se deve tamanha regressão? A resposta: “poderosos interesses de uma minoria se tornaram muito mais ativos do que a massa de gente comum (...); as elites políticas aprenderam a controlar e manipular as demandas populares; (...) o povo tem que ser persuadido a votar em campanhas publicitárias vindas de cima“, e as empresas globalizadas viraram atores indisputáveis nos capitalisms democráticos (CROUCH, p. 7, 18-19).

Este trabalho pretende trazer alguns elementos em relação a uma pergunta fundamental: será que é possível “democratizar a democracia”, dentro do capitalismo, ou seja, sem que antes se produza a superação histórica de um regime social de produção cujas cicatrizes e injustiças congênicas são tão aparentes quanto irreparáveis?

Gianni Vattimo (2006) apresenta novos elementos, num livro recente, que vêm fortalecer essas conclusões. Vattimo defende uma linha de pensamento que denomina “catocomunismo”, uma combinação criativa e politicamente explosiva, ao menos em países como os nossos, entre um catolicismo radical e o comunismo que julga necessário recriar para sair do atoleiro em que se encontra a civilização contemporânea. Apurando os problemas que comprometem o funcionamento da democracia na Itália, a pergunta que faz é “que normalidade pode ter uma democracia como a italiana, onde, para apresentar a candidatura às eleições, tem-se que dispor de enormes capitais e/ou contar com o apoio de uma burocracia partidária que mantém afastada qualquer mudança que a ameace?” Pergunta esta que pode multiplicar-se, em proporção direta ao número de casos examinados dentro do universo dos capitalisms desenvolvidos, onde o peso do dinheiro e a riqueza continuam sendo fatores determinantes do processo de formação da vontade pública, que logo se expressa “livremente” nas urnas. Por isso, Vattimo conclui que “todo o sistema de democracia modelo, como a norte-americana, é uma evidência gritante da traição aos ideais democráticos, a favor da pura e simples plutocracia” (VATTIMO, 2006, p. 102).

A gravidade radical deste diagnóstico não é novidade para aqueles que, desde o marxismo, vimos observando os processos políticos do capitalismo avançado, bem como a intensificação de suas feições cada mais despóticas, por mais que se procurem ocultar tais novidades desagradáveis sob as formalidades, cada vez mais vazias de conteúdo, da democracia. No entanto, para as correntes dominantes no mundo das ciências sociais, tal constatação surge como uma surpresa, e como um categórico desmentido das imagens cor-de-rosa difundidas por seus acadêmicos.

Daí a pergunta que surge como um corolário:



para “democratizar a democracia”, não seria necessário que se faça primeiro uma revolução? Isto poderia ser dito em outros termos para evitar a confusão que o palavrão “revolução” produz no mundinho dos “intelectuais bem-pensantes” que abundam, em especial, na América Latina e cujo cinismo incomparável foi retratado com tanta sutileza por Alfonso Sastre (2005). Poder-se-ia dizer, então, à maneira de Esopo, como lembrava Lenin: será que não chegou a hora de falar de uma mudança sistêmica, da chegada imprescindível de uma sociedade pós-capitalista, como condição necessária para tentar deter esta regressão autoritária em direção a uma pós-democracia e inventar uma democracia pós-liberal?

Para acalmar a “esquerda light”, excessivamente propensa a se escandalizar com este argumento, convém lembrar que, assim como foi estabelecido pela obra de um eminente catedrático de Harvard, Barrington Morre Jr., não foi instaurado nenhum capitalismo democrático sem que se tenha produzido, antes, o que este brilhante teórico denominou, com todo acerto, “uma ruptura violenta com o passado.” Essa ruptura, por certo, não era outra coisa senão uma revolução (MOORE, 1966). Moore examinou cuidadosamente os rumos, em direção ao mundo moderno do capitalismo e à democracia liberal, tomados em um conjunto de países, e chegou à seguinte conclusão: se esta última foi estabelecida e se fixou em países como a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, foi justamente porque neles houve uma revolução bem-sucedida que assentou as bases para este sucesso. Exatamente este, e não outro, é o significado da “Revolução Gloriosa” da Inglaterra, no final do século dezessete, que consagrou a hegemonia do Parlamento sobre a Coroa, da Revolução Francesa, que, ao terminar o século dezoito, demoliu impiedosamente cada um dos baluartes do antigo regime e o da Guerra Civil dos Estados Unidos, onde,

Daí a pergunta que surge como um corolário: para “democratizar a democracia”, não seria necessário que se faça primeiro uma revolução? Isto poderia ser dito em outros termos para evitar a confusão que o palavrão “revolução” produz no mundinho dos “intelectuais bem-pensantes” que abundam, em especial, na América Latina

num verdadeiro banho de sangue, o sul escravista foi derrotado, abrindo passagem para a cautelosa democratização da vida política promovida pela burguesia do Nordeste. E onde não foram reproduzidas tais rupturas revolucionárias, como na Alemanha ou Itália, o resultado foi o fascismo.

Portanto, há poucas razões para que se tranquilizem aqueles que sonham que uma democracia digna deste nome poderia ser o resultado de uma evolução pacífica, desde as entranhas de uma sociedade como o capitalismo neoliberal. Se de algo podemos estar certos, é que um avanço democrático, por mais modesto que seja, está fora de cogitação à margem de uma oposição intransigente à lógica sistêmica do capitalismo; esta,

sem sombra de dúvida, despertará as violentas reações do bloco dominante, para quem mesmo a desvalorizada democracia, que o capitalismo permita, representa uma ameaça intolerável. Tal como advertia Hayek, nas suas incursões sobre o Chile de Pinochet, um bom liberal sempre tem que estar disposto a sacrificar a democracia – afinal de contas uma conveniência – no altar do mercado, uma necessidade.

Vários autores: Boaventura de Sousa Santos, Hilary Wainwright, Fernández Liria y Alegre Zahonero, conscientes do precedente, expuseram a necessidade de fundar um novo modelo democrático. Um dos convites mais persuasivos neste sentido, considerando seu vasto e profundo desenvolvimento, encontra-se na obra de Boaventura de Sousa Santos (2002; 2006). Não podemos, no presente trabalho, fazer justiça e examinar com todo o cuidado que merecem estas diferentes contribuições, todas elas frutos de cuidadosas investigações sobre diferentes modelos de construção democrática, rotineiramente ignorados ou desprezados pelo saber convencional das ciências sociais. Gostaríamos, porém, de nos deter num ponto comum a todos os autores mencionados: a reinvenção da democracia, ou a



Reorganização da classe trabalhadora

“democratização da democracia”, como enfaticamente está proposto na obra de Boaventura de Sousa Santos. Esta convocação compartilha o diagnóstico radical sobre a frustração do projeto democrático no capitalismo. Nas palavras de Sousa Santos, “a tensão entre capitalismo e democracia desapareceu, porque a democracia começou a ser um regime que, ao invés de produzir redistribuição social a destrói [...] Uma democracia sem redistribuição social não tem nenhum problema com o capitalismo; pelo contrário, é o outro lado do capitalismo, é a forma mais legítima de um Estado fraco” (SANTOS, 2006, p. 75). Esta citação estabelece, de maneira convincente, o motivo fundamental pelo qual o capitalismo – que combateu a democracia desde suas próprias origens, na Renascença italiana- acabou aceitando-a. A democracia pagou um preço muito alto pela sua respeitabilidade: teve que abandonar suas bandeiras igualitárias e libertadoras e converter-se em uma forma inócua de organização política que, longe de tentar transformar a distribuição existente do poder e da riqueza em função de um projeto emancipador, não só a reproduz mas também a fortalece, dando-lhe uma nova legitimidade.

Pois bem, a superação de um modelo democrático tão defeituoso estabelece desafios práticos nada simples de resolver, especialmente se lembrarmos que, tal como foi esboçado mais de uma vez por Aníbal Quijano, a democracia no capitalismo é o pacto pelo qual as classes subalternas renunciam à revolução em troca de negociações sobre as condições de sua própria exploração.

A democracia pagou um preço muito alto pela sua respeitabilidade: teve que abandonar suas bandeiras igualitárias e libertadoras e converter-se em uma forma inócua de organização política que, longe de tentar transformar a distribuição existente do poder e da riqueza em função de um projeto emancipador, não só a reproduz mas também a fortalece, dando-lhe uma nova legitimidade.

Apoiado em um enorme esforço de pesquisa comparada sobre o funcionamento de experiências “contra-hegemônicas” de gestão democrática ao nível local e regional, Boaventura conclui sobre a necessidade de promover a democracia participativa a partir do fortalecimento de três eixos: a) a “demodiversidade”, isto é, o reconhecimento e a potencialização das formas múltiplas que o ideal democrático pode assumir historicamente; b) a articulação contra-hegemônica entre o local e o global, indispensável para enfrentar os perigos do isolamento localista ou os ricos de um internacionalismo abstrato e sem conseqüências práticas; e c) a ampliação do chamado “experimentalismo democrático” e da participação dos mais diversos grupos, definidos em termos étnicos, culturais, de gênero e de qualquer outro tipo (SANTOS, 2002, p. 77-78).

O problema que subsiste a esta proposta sugestiva é o de que o tema crucial dos limites impostos pelo capitalismo a qualquer processo democrático – e não apenas àquele pautado conforme o modelo da democracia liberal anglo-saxônica - fica embaçado pela consideração de um conjunto de experiências inovadoras e fecundas, mas que, mesmo assim, não conseguem transcender além das rígidas fronteiras impostas pelo capitalismo a toda forma de soberania popular. Em outras palavras, até que ponto é realista conceber a existência – e postular a necessidade- de uma democracia de “alta intensidade”, protagônica ou radicalmente participativa, sem estabelecer as condições requeridas para sua materialização efetiva no espaço –até hoje estratégico e insubstituível- do estado nacional? Porque, como o confirma a experiência brasileira, a tão celebrada democracia participativa de Porto Alegre foi discretamente arquivada por um de seus mais ardentes propagandistas do passado, o Presidente Lula, que não fez nenhuma tentativa de pô-la em prática no âmbito nacional.



E isso apesar de, na experiência gaúcha, o caráter participativo dessa democracia tivesse sido exercido exclusivamente no campo orçamentário e, além disso, sobre uma pequena fração deste que, em nenhum caso, superava 15% do total do estabelecido (WAINWRIGTH, 2005, p.101). O acima exposto, convém esclarecer, não retira da novidade iniciada em Porto Alegre o mérito de ser uma contribuição importante na busca por uma democratização radical do estado e da política, cuja idéia, porém, transcende claramente a discussão democrática sobre uma fração minoritária do orçamento. Uma democratização radical não pode ficar nisso, mas precisa avançar, como foi estabelecido claramente por Gramsci, seguindo os passos de Marx, para o “auto-governo dos produtores”. No entanto, para a burguesia, a aceitação de um modelo participativo, com possibilidades para dispor democraticamente de uma fração do orçamento, demonstrou ser apenas tolerável (e isso com grandes resistências, como prova a experiência de Porto Alegre) no plano local.

Convém perguntar: qual seria a classe dominante da América Latina disposta a admitir pacificamente a introdução de um modelo democrático pós-liberal que promova o protagonismo da cidadania que seja participativo, ao invés de representativo e delegativo; e que garanta a soberania popular e a primazia do interesse público sobre as conveniências e interesses dos poderosos atores privados? Os ensinamentos da história confirmam indiscutivelmente que não existem exemplos históricos que possam justificar expectativas tão ingênuas. Em nossos países, o preço que se paga pela ousadia de tentar reformar, mesmo que modicamente, a realidade social é o terror preventivo da direita ou o terror reativo da contra-revolução. A experiência do MST brasileiro fornece provas contundentes a respeito (BORON, 2004).

Essa apreciação, tachada, pelos “bem-pensantes” da época, de pessimista ou ingenuamente

radical, acha-se lamentavelmente confirmada pelos fatos. A análise prolixa do assunto, feita num texto recente de Fernández Liria e Alegre Zahonero, revela indiscutivelmente que as tentativas de instaurar uma democracia que se aproximasse desse ideal, custaram um milhão de mortos na Espanha republicana e quarenta anos de ditadura fascista; mais de 200.000, na Guatemala e 50.000 desaparecidos, conforme relatório da Comissão de Esclarecimento Histórico daquele país; 30.000 desaparecidos, na Argentina; 3.200 desaparecidos, no Chile, e milhares de torturados e exilados; 75.000 mortos e desaparecidos durante a Guerra Civil, em El Salvador, na década de oitenta; 88.000 mortos e desaparecidos, na Nicarágua; outros 200.000, no Haiti, e um banho de sangue interminável, na Colômbia, com mais de 20.000 mortos por ano desde meados dos anos sessenta, 5.000 dirigentes da legalizada União Patriótica assassinados em menos de dez anos, e 3.500.000 camponeses deslocados por causa da guerra. Se a democracia significa que a sociedade está disposta a ensaiar o que nas décadas de sessenta e setenta era conhecido como uma “via não capitalista”, um banho de sangue é a resposta disciplinadora mais provável (LIRIA e ZAHONERO, p. 50-59; RICO, 2006 p. 13-17). “Democratizar a democracia” poderá ser considerado

um projeto muito razoável, sensato e gradual pelas classes subalternas, seus intelectuais e suas organizações sociais e políticas. Já para a direita, principalmente a “nossa” direita, na América Latina, um projeto deste tipo é, sem dúvida alguma, subversivo e deve ser cortado pela raiz. Se levarmos em consideração, ainda, a estreita articulação entre esta direita e as classes dominantes do império, com representantes políticos como os “falcões” republicanos, é fácil de se concluir que qualquer iniciativa de aprofundamento democrático irá desencadear um leque de todo tipo de respostas repressivas.

Como confirma a experiência brasileira, a tão celebrada democracia participativa de Porto Alegre foi discretamente arquivada por um de seus mais ardentes propagandistas do passado, o Presidente Lula, que não fez nenhuma tentativa de pô-la em prática no âmbito nacional.



Reorganização da classe trabalhadora

A época dos movimentos sociais?

As conhecidas e lamentáveis limitações das democracias latino-americanas e a crise que, em quase todos os países da região, atravessam os partidos e os sistemas partidários, explicam, em boa parte, o crescente papel desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos da área. A deslegitimação da política, a satanização do estado e a discussão, permanente, contrária aos partidos, objetivos estes longamente acariciados pelo projeto neoliberal, tiveram, porém, um efeito inesperado, ao abrir um espaço ao indesejável protagonismo da “rua” – metáfora ameaçadora que, nas democracias liberais, é utilizada para designar o povo mobilizado. Esta presença imprevista das massas –um fato que, convém lembrar, tinha sido valorizado por Maquiavel como uma vigorosa amostra de saúde republicana – reflete a incapacidade dos dispositivos legais e institucionais das “democracias” latino-americanas para responder às reclamações da cidadania e resolver as crises sociopolíticas dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente. Ressurge assim o fantasma de um “país real” divorciado do “país legal”, não só alheio ao primeiro, mas incapaz de, sequer, incluir suas reivindicações mais elementares. Devido a esta cisão, a vida política latino-americana se move numa esfera ambígua, onde as fronteiras do legal e do ilegal ficam perigosamente diluídas. Por exemplo, nos processos de tomada de decisão sobre importantes questões econômicas, a atração dos “lobbies” e dos grupos de pressão das diferentes frações das classes dominantes ou dos representantes do império transformam as instituições da “democracia representativa”, e principalmente todo o parlamento, em um ornamento anódino do estado, completamente carente de eficácia para proteger o interesse público. Isto é ilegal, e, no entanto, a mídia do

Nos processos de tomada de decisão sobre importantes questões econômicas, a atração dos “lobbies” e dos grupos de pressão das diferentes frações das classes dominantes ou dos representantes do império transformam as instituições da “democracia representativa”, e principalmente todo o parlamento, em um ornamento anódino do estado, completamente carente de eficácia para proteger o interesse público.

establishment o considera uma saudável amostra de “sensatez” de todo governo, interessado em garantir a “governabilidade” da economia e da política. Mas, a tolerada ilegalidade dos que estão em cima se torna uma afronta intolerável quando são as massas as que saem às ruas para defender seus interesses, à margem das instituições, indevidamente chamadas “representativas”. Neste caso, agravos não são poupados para as “turbas insubordinadas”, enquanto que a frágil e antidemocrática legalidade das instituições se derrete ao calor da crise política permanente e do protagonismo das massas.

Foi por causa desta situação que revoltas populares derrotaram governos reacionários, no Equador, em 1997, 2000 e 2005; e que, na Bolívia, rebeliões de grandes massas de camponeses, indígenas e pobres urbanos depuseram governos direitistas, em 2003 e 2005, abrindo passagem para a tremenda vitória eleitoral de Evo Morales, em fins de 2005. A ditadura “constitucional” de Alberto Fujimori, no Peru, foi derrotada por uma mobilização impressionante de massas, durante 2000, e, no ano seguinte, o presidente da suposta “centro-esquerda” da Argentina, Fernando de la Rúa, que tinha traído suas promessas eleitorais de abandonar as políticas neoliberais, foi tirado do poder por uma rebelião popular sem precedentes. Ainda ontem, os jovens estudantes dos liceus chilenos, os “pingüins”, puseram em cheque o governo da *Concertación*, exigindo mudanças

radicais na legislação herdada do regime de Pinochet, que os sucessivos governos “democráticos” do Chile não se atreveram a derrubar.

Bem além da fragilidade do engodo institucional, o que estas rebeliões populares –além de outras, das quais não demos conta aqui – comprovam é que este longo período de governos neoliberais, com toda sua bagagem de tensões,



rupturas, exclusões e níveis crescentes de exploração e degradação social, criou as condições objetivas para a mobilização política de grandes setores das sociedades latino-americanas. Uma olhada sóbria para a história do período que se abriu em princípios dos anos oitenta, revela que não há nada acidental na crescente mobilização das classes populares, nem no fim tumultuado de tantos governos, supostamente democráticos, da região. É por isto que pelo menos dezesseis presidentes – quase todos clientes obedientes de Washington – tiveram que afastar-se do poder antes do término de seus mandatos legais, depostos por esmagadoras rebeliões populares. Como se o precedente não bastasse, os plebiscitos, convocados para legalizar a privatização de empresas estatais ou de serviços públicos, invariavelmente frustraram as expectativas neoliberais: foi este o caso do Uruguai (obras sanitárias e estruturas portuárias) e dos editais para resolver a questão do abastecimento de água, na Bolívia e no Peru. Também houve grandes mobilizações populares, em diversos países, em oposição à ALCA ou contra a assinatura de TLCs; para pedir a nacionalização do petróleo e do gás na Bolívia; opondo-se às políticas de privatização – do petróleo, no Equador, da empresa telefônica, na Costa Rica, e dos sistemas de saúde, em vários países; pelo fim dos saques praticados pelos bancos, principalmente os estrangeiros, como na Argentina; e para acabar com os programas de erradicação da coca, na Bolívia e Peru. Em outras palavras: todas estas mobilizações tinham uma sinalização semelhante. Esta tendência é coerente com os resultados que são apresentados pelas pesquisas de opinião pública, na América Latina, que demonstram que apenas um terço da população se manifesta satisfeita com o funcionamento da economia de mercado.

Retomando questões esquecidas: a problemática da organização, da consciência, da estratégia e tática das forças sociais emergentes

Há várias lições que se depreendem deste abrupto renascer das insurgências populares, na América Latina. Em primeiro lugar, a necessida-

de que têm os partidos políticos, levados pela sã vontade de pôr em prática um projeto de emancipação, de conceber e implementar uma estratégia que possa transcender os estreitos limites da mecânica eleitoral. A evidência destes anos, e não só na América Latina, ensina que não se pode pretender transformar radicalmente uma ordem social estruturalmente injusta e predatória apenas com as armas disponíveis na cena eleitoral. Não será com panos quentes nem com as políticas mornas da auto-promovida “centro-esquerda” de Lula, Bachelet, Kirchner e companhia –na verdade seria mais apropriadamente chamada de “pseudo-esquerda”!- que se resolverá esta situação.

A burguesia, por outro lado, jamais atua com tanta ingenuidade e nunca exhibe uma estratégia única e, acima de tudo, num único cenário de luta, como o eleitoral. Pelo contrário, sua presença neste terreno é combinada com outras iniciativas articuladas em diferentes âmbitos institucionais: greves de investimentos, evasão de capitais, lock-outs, pressões sobre os dirigentes estaduais, articulação com aliados internacionais que reforçam a sua atração local, controle dos meios de comunicação e, mais freqüentemente, dos “aparelhos ideológicos”, mediante os quais “campanhas de terror” efetivas podem ser lançadas para intimidar ou atemorizar eleitores, fazer alianças com as forças armadas, cooptar dirigentes populares, corromper funcionários públicos e legisladores e acionar lobbies de diferentes tipos, o que, no todo, caracteriza uma estratégia integral de acumulação e conservação do poder que, nem de longe, é circunscrito, como acontece com os partidos populares, ao que possa acontecer na arena eleitoral. Se os partidos de esquerda quiserem mudar o mundo, e não apenas dar um triste testemunho de sua injustiça e perversão, terão que demonstrar que são capazes de conceber e aplicar estratégias mais integrais, que combinem, juntamente com a eleitoral, outras formas e estratégias de luta.

Esse é justamente o terreno em que os movimentos sociais têm demonstrado uma criatividade superior à exibida pelas organizações políticas. Os acontecimentos dos últimos anos, na região, ensinam que aqueles adquiriram uma capa-



Reorganização da classe trabalhadora

cidade inédita de desalojar do poder governos anti-populares, despistando os mecanismos estabelecidos constitucionalmente que, não por acaso, se caracterizam por seu forte preconceito elitista e por um *ethos* fortemente “demofóbico”, ou seja, caracterizando uma intensa fobia pelo povo. Para a cultura política dominante nas assim chamadas democracias latino-americanas, a política é um assunto de elites e de instituições, não de povos mobilizados e de pessoas nas ruas, e a cidadania não deve imiscuir-se nas transações e composições realizadas pelos cavaleiros que detêm o governo em suas mãos.

Há, porém, uma segunda lição que também é preciso levar em conta e que nos ensina que esta ativação saudável das massas fracassou na hora de construir uma alternativa política que conduza à inauguração de uma etapa pós-neoliberal. A insurgência das classes subalternas foi afetada por um calcanhar de Aquiles fatal, como resultado da convergência de três fenômenos fortemente inter-relacionados: (a) a fragilidade organizativa; (b) a imaturidade da consciência política e, (c) o predomínio absoluto do espontaneísmo, como forma normal de intervenção política. Vejamos isso com mais detalhes.

(a) Na verdade, a indiferença suicida perante os problemas da organização popular, da consciência e da estratégia e tática de luta levanta muitas interrogações. Para os clássicos do marxismo – especialmente Lenin e Rosa Luxemburg – a questão da organização era um assunto político de extraordinária importância para o movimento popular. O primeiro escreveu, mais de uma vez, que a organização “é a única arma de que dispõe o proletariado”. Cabe, então, perguntar: quais seriam as formas organizativas mais apropriadas, que a luta popular exige, no contexto do capitalismo contemporâneo e na conjuntura particular de cada um de nossos países? Como se articulam estas formas entre si, para potencializar a eficácia dos projetos de emancipação? Qual é o papel que cabe aos partidos, aos sindicatos, à grande diversidade de movimentos sociais, assembleias populares, piquetes, “juntas de bom go-

verno” zapatistas ou outras formas pré-colombianas de organização – importantes em países como Bolívia, Equador e Peru – como as que ainda existem no mundo andino? Como garantir que as reivindicações canalizadas por estas diferentes estruturas organizativas se sintetizem, como aconselhava Gramsci, em um projeto global que lhes confira coerência e eficácia? Pode subestimar-se a importância da organização em um terreno globalizado da luta de classes, onde a burguesia mundial aperfeiçoou até o limite sua organização e coerência – veja-se se o conclave anual em Davos não significa exatamente isso – enquanto a esquerda e, de modo geral, os movimentos da alter-globalização, discutem ainda se devemos ou não nos organizar para enfrentar, com algumas chances de êxito, um inimigo deste calibre?

Obviamente, é impossível oferecer uma resposta positiva a partir da teoria. O que se pode dizer, porém, é que o “culto à ação espontânea” verificado em algumas situações nacionais, como na Argentina das jornadas de Dezembro de 2001, e sua ordem “Que vão todos!” demonstrou ser de uma esterilidade tão previsível como lamentável. Pouco depois da fulminante irrupção das massas, com um custo de trinta e sete vidas humanas ceifadas pela repressão, “as coisas voltaram ao seu lugar”: o sistema de dominação se restabeleceu. A classe política, enterrada nas catacumbas durante os sucessos de Dezembro, começou a ensaiar um cauteloso, porém irreversível, retorno nos meses posteriores; e a política econômica neoliberal prosseguiu em seu curso, com leves modificações. O resultado mais duradouro da insurgência popular foi uma remodelação do sistema de partidos, em que a União Cívica Radical deixou de ser uma força nacional; o Frepaso, que, por intermédio de Carlos “Chacho” Alvarez, havia sido o principal artífice da Aliança, desapareceu do cenário político, sem deixar rastros, e o peronismo se converteu em uma confederação flexível de caudilhos regionais, mas que, frente à desagregação que impera, prevalece sem contrapesos na política nacional.



Se a revolta popular ameaçou, por momentos, fazer saltar pelos ares o modelo neoliberal, com o passar do tempo, essa expectativa demonstrou ser totalmente ilusória. Aqui vale a clássica observação de Lampedusa, em *O Gatopardo*: “algo tinha que mudar para que tudo permanecesse igual”.

(b) Com relação ao tema da consciência radical e emancipatória, para não dizer revolucionária, o problema que se coloca é o de como fazer com que os movimentos desenvolvam um tipo de consciência que lhes permita transcender os limites que lhes impõe o imediatismo espontaneísta. Não é demais lembrar, mais uma vez, a vigência do dito clássico de Lenin, quando alerta que “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária.” Pode parecer iluminista demais, mas não importa: na ausência de tal teorização – não esqueçamos que uma teoria fornece um mapa de navegação, e uma boa teoria é indispensável para chegar ao porto seguro da sociedade comunista – poderá haver protestos e explosões de raiva, porém dificilmente práticas emancipatórias ou revolucionárias de massas.

Obviamente, tampouco aqui existem respostas categóricas. Se, como se costuma dizer, o modelo kautskiano da consciência radical introduzida “desde afora” por intelectuais revolucionários fracassou, poderia afirmar-se que a estratégia gramsciana de construção da contra-hegemonia, a partir das próprias trincheiras da sociedade civil, triunfou? Trata-se, como se pode ver, mais do que de certezas, de preocupações abertas e de grandes interrogações, cujo tratamento é imprescindível na hora de encarar um projeto de refundação democrática. Este dificilmente poderá triunfar se, antes, não se prevalecer naquilo que, seguindo Martí, Fidel costuma chamar de “a batalha de idéias”. No crepúsculo de sua breve vida, o primeiro havia dito que “de pensamento é a guerra que nos livra. Ganhemos-la à força do pensamen-

to.” Toda a concepção gramsciana da construção da contra-hegemonia guarda uma notável semelhança com as primeiras intuições de Martí. Com efeito, como fazer com que as massas populares se lancem à conquista do poder estatal sem estar previamente convencidas de que tal empreendimento não apenas é possível, mas também de importância estratégica? Apesar do ressonante fracasso das fórmulas econômicas do neoliberalismo, que somente serviram para enriquecer ainda mais os ricos, a persistência do neoliberalismo encontra um de seus fatores explicativos na fenomenal vitória ideológica, obtida nos anos oitenta e parte dos noventa do século passado, cujo impulso chega até os nossos dias. Vitória na “batalha de idéias” que instalou, no imaginário popular, a convicção de que o estado é fonte de todo tipo de ineficiências e pequenas corrupções, que a grande empresa privada é um modelo de virtudes técnicas e morais, e que a melhor maneira de garantir o progresso econômico era desmantelar o primeiro por intermédio da via das privatizações, da desregulamentação, da abertura comercial, da redução do tamanho e das funções de estado e fortalecer, em contrapartida, as forças do mercado, depositárias privilegiadas da racionalidade econômica e repartidoras honestas e imparciais dos ganhos e perdas. O papel dos grandes meios de comunicação – na realidade, meios de “confusão de massas” –, controlados quase que absolutamente pelos blocos dominantes de nossos países, foi de fundamental importância para consolidar a credibilidade do dogma neoliberal. Se a ele se acrescenta a desorientação existente nas fileiras da esquerda, algumas de cujas mais respeitáveis figuras, como John Holloway, nos aconselham a “não tomar o poder”, ao passo que outras, nada respeitáveis, dada sua cumplicidade com a “centro-esquerda” latino-americana – como Michael Hardt, Antonio Negri e Giuseppe Cocco – pregam incansavelmente que o período do imperialismo terminou e que as lutas,

O papel dos grandes meios de comunicação – na realidade, meios de “confusão de massas” –, controlados quase que absolutamente pelos blocos dominantes de nossos países, foi de fundamental importância para consolidar a credibilidade do dogma neoliberal.



Reorganização da classe trabalhadora

no marco dos estados nacionais, de nada mais servem, os resultados dificilmente poderiam ter sido melhores (Holloway, 2002; Hardt e Negri, 2000; Cocco e Negri, 2006).

(c) Por último, com relação à questão da estratégia e tática, digamos que apesar da reconfiguração dos sujeitos, a adoção de uma estratégia e uma tática adequadas continuam sendo um assunto de importância primordial. Esta divergência entre o ocorrido “aos de cima” e “aos de baixo” pode ser sintetizada, de forma muito esquemática, na contraposição entre o Fórum Social Mundial (FMS), nascido em Porto Alegre, e o Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos.

Enquanto o primeiro exhibe toda a riqueza das “diferenças” – de nacionalidades, gênero, etnias, línguas, ocupações e profissões, religiões, educação, ideologias políticas, formatos organizacionais etc. –, que constituem a riqueza do conglomerado popular mundial, a reunião na pequena cidade dos Alpes suíços faz da uniformidade de posições e da coerência de perspectivas um culto cuidadosamente preservado. E, enquanto, em 2003, o FSM, por exemplo, foi incapaz de pronunciar-se sobre algo tão elementar como a iminente agressão imperialista que os Estados Unidos desencadeariam sobre o Iraque, o Cume de Davos seguia convocando governantes do mundo todo para “lhes outorgar regas” e mostrar que os grandes monopólios ali reunidos esperavam, por sua parte, a continuação e o aprofundamento das políticas do Consenso de Washington. Por último, enquanto o Fórum Social Mundial rechaçava explicitamente qualquer tentativa de sequer pensar em um modelo de organização flexível que potencializasse a atração dos movimentos populares no cenário internacional, o Fórum Econômico Mundial de Davos aperfeiçoava seus diagramas organizacionais para

reforçar ainda mais a atração de seus interesses em todo o planeta.

Em outras palavras, no campo dos movimentos sociais, as questões da estratégia e da tática não desfrutam de grande prestígio atualmente, porque são erroneamente tomadas como assuntos que apenas se revestem de interesse para algo que, de acordo com eles, é tão anacrônico quanto os partidos políticos. Isto é observado, com toda nitidez, no plano teórico, na obra de Hardt e Negri, *Empire*, na qual os movimentos sociais são concebidos como expressões infinitas da multidão e esta, por seu caráter descentralizado,

Faz-se um culto à suposta rebeldia das multidões nômades e abandona-se por completo toda preocupação pela organização, pela estratégia e pelas táticas de luta, com os resultados previsíveis. Este tipo de delírio é altamente funcional para o imperialismo, pois contribui para adiar a constituição do sujeito plural, porém integrado e coerente, chamado para por fim à dominação burguesa.

desterritorializado, molecular e nômade, é radicalmente incompatível com o estabelecimento de qualquer estratégia e tática. Para Hardt e Negri, tais preocupações correspondem a uma forma de atuação política que pertence a uma época – a dos estados nacionais e do imperialismo – historicamente superada. Portanto, faz-se um culto à suposta rebeldia das multidões nômades e abandona-se por completo toda preocupação pela organização, pela estratégia e pelas táticas de luta, com os resultados previsíveis. Este tipo de delírio é altamente funcional para o imperialismo, pois contribui para adiar a constituição do sujeito plural, porém integrado e coerente, chamado para por fim à dominação burguesa. O mesmo ocorre com a obra de John Holloway, que, além disso, nos incentiva a deixar de lado

toda pretensão de conquistar o poder, e da qual se deeprende a inutilidade de qualquer discussão sobre estratégia e tática, que seja encaminhada para este fim. Temos criticado, em outros lugares, estas versões contemporâneas do romantismo político –que desemboca na impotência política, na resignação e na claudicação – de modo que não insistiremos nisso aqui (BORON, 2001 e 2002). Digamos simplesmente que, contrariamente a essas teorias da moda, o problema da



estratégia e tática das classes subalternas está unido, de forma indissolúvel, às perspectivas de sua própria emancipação. Esta não ocorrerá por uma casualidade histórica, ou como uma concessão graciosa das classes dominantes. A vitória ideológica do neoliberalismo, que também é sentida nas fileiras da intelectualidade de esquerda, tem suprimido todas estas questões da agenda dos partidos e dos movimentos interessados na emancipação social, dando origem a uma série interminável de frustrações. O MST brasileiro constitui, sem dúvida, a mais brilhante exceção neste panorama, por sua ênfase rigorosa em matéria de organização, trabalho ideológico e desenho de estratégias e táticas efetivas de luta, qualidades estas que se converteram no principal obstáculo ao avanço do neoliberalismo no Brasil.

Conclusão: insuficiências das duas vias

Em síntese: os grandes movimentos sociais que cortaram as ruas de algumas cidades da América Latina cumpriram somente uma parte da tarefa que a história lhes havia ordenado. Mediante o caminho da insurreição, derrubaram vários governos neoliberais, porém somente para serem substituídos por outros, muito parecidos. Contudo, há duas exceções, dignas de serem sublinhadas: Bolívia e Equador. Em ambos os países, os movimentos conseguiram revestir-se de uma organização política, por elementar que tenha sido, e traçaram uma estratégia de poder que potencializava, no terreno eleitoral, o impulso que haviam adquirido nas ruas. O resultado foi que, nos dois países, esses movimentos chegaram ao governo e têm boas possibilidades de começar a mudar um cenário que parecia condenado infalivelmente à imobilidade ou a um ciclo improdutivo de explosões populares inorgânicas, seguidas de uma astuta recomposição do domínio burguês. Porém, na maioria dos casos, a imponente mobi-

Os grandes movimentos sociais que cortaram as ruas de algumas cidades da América Latina cumpriram somente uma parte da tarefa que a história lhes havia ordenado. Mediante o caminho da insurreição, derrubaram vários governos neoliberais, porém somente para serem substituídos por outros, muito parecidos.

lização popular se dispersou no ar pouco depois de se consumir o afastamento do governo e sem ter sido capaz de modelar um novo sujeito político, com os atributos necessários para consolidar a correlação de forças existentes e evitar a recaída para situações anteriores.

Não obstante, se os movimentos sociais fracassaram na formação de uma alternativa, nada de diferente ocorreu com os governos surgidos pela outra via, a rota institucional das eleições. Lula no Brasil, Kirchner na Argentina, Bachelet, no Chile e Vázquez, no Uruguai, mostram claramente a impotência das classes subalternas para impor uma agenda pós-neoliberal em governos eleitos por grandes majorias populares e especificamente para tal finalidade. Se, durante as situações de turbulência de insurreição, as massas derubaram os governos neoliberais, para logo se

desmobilizarem e recolherem-se, nos casos de substituição constitucional, a lógica política foi surpreendentemente similar: as massas votaram e depois retornaram a suas casas. Está claro, porém, que há uma diferença importante: a façanha dos movimentos deixou profundos (e dolorosos) ensinamentos para as classes populares, e as fez pressentir as potencialidades transformadoras contidas em seu protagonismo. Aprenderam que, se a isso se propuserem, podem se desfazer de governos reacionários, o que não é pouca coisa. E os políticos de direita também aprenderam a lição, abandonando a impunidade com que se moviam

anos atrás. Como aconteceu com a burguesia brasileira, logo depois das jornadas de dezembro de 2001, na Argentina, o terror, que a possibilidade de uma explosão semelhante no Brasil despertou, fez com que vissem com outros olhos a candidatura de Lula, abrindo-lhe as portas para a sua chegada ao Planalto. Resumindo: das experiências de mudanças eleitorais sobrou para as massas apenas o sabor amargo de um novo engano e uma nova frustração.



Reorganização da classe trabalhadora

A capacidade, sem precedentes, das classes e camadas populares para derrubar governos de direita foi introduzida no cenário político como um fator novo. Antes de sua insurgência, os únicos sujeitos das “transações democráticas” eram os partidos. Agora não mais. A importância de seu papel ficou claramente demonstrada nos casos mais interessantes e promissores da política sul-americana: a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Na Venezuela, tornando possível, com sua mobilização, a derrota do golpe de estado fascista e aprofundando, logo depois, a radicalização da Revolução Bolivariana. Na Bolívia e no Equador, demonstrando a excepcional produtividade que os movimentos podem ter, quando, sem deixar de o serem, são, ao mesmo tempo, capazes de seguirem uma estratégia político-institucional que combine a luta nas ruas com as urnas. Os quatro únicos governos de esquerda existentes na América Latina: Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador (por ordem de aparição) enfrentam desafios formidáveis. A hostilização, aberta ou encoberta, dos Estados Unidos, os atentados golpistas, a criminalização internacional, a sabotagem econômica, a manipulação midiática e as “campanhas do terror” se combinam com os “condicionantes” das instituições financeiras internacionais para tratar de afogar, em seu berço, qualquer processo de emancipação. É preciso não ter nenhuma ilusão no sentido de que os beneficiários internos e externos de um *status quo*, tão injusto como o atual, permanecerão de braços cruzados perante os ventos de mudança que hoje varrem a cena latino-americana. É provável que o progresso de um processo genuíno de democratização, não o simulacro que temos hoje, desate a ferocidade repressiva que sofremos durante tanto tempo na região. Nossa história mostra que mesmo os projetos de reforma mais tímidos desencadearam contra-revoluções raivosas. E nada permite pensar que desta vez será diferente.

REFERÊNCIAS

- BORON, Atilio Alberto. **A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo**. Petrópolis: Vozes/Clacso, 2001. 421 p. Título original: Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo.
- _____. “La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo”, en México: Chiapas nº 12, 2001.
- _____. “Poder, ‘contrapoder’ e ‘antipoder’: notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico contemporâneo”. In: Denis de Moraes, organizador. *Combates e utopias. Os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **Império & imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri**. São Paulo: CLACSO, 2003. Título original: Imperio & Imperialismo. Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri.
- _____. “Actualidad del ¿Qué hacer?” In: Vladimir I. Lenin ¿ Qué hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento. Buenos Aires: Luxemburg, 2004.
- _____. “Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina. Notas para una discusión” Revista del OSAL, Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, año VII, nº 20, 2006.
- COCCO, Giuseppe y NEGRI, Antonio. **Biopoder y luchas en una América Latina globalizada**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HOLLOWAY, John . **Cómo cambiar el mundo sin tomar el poder**. Buenos Aires: Herramienta, 2002.
- LIRIA, Carlos Fernández; ZAHONERO, Luis Alegre. **Comprender Venezuela, pensar la democracia**. El colapso moral de los intelectuales occidentales. Hondarribia: Hiru, 2006.
- MACPHERSON, C.B. “Post-liberal Democracy”, en *Democratic theory: essays in retrieval*. Oxford: Clarendon Press, 1973.
- MOORE, Barrington Jr. **Social Origins of Dictatorship and Democracy**. Boston: Beacon Press, 1966.
- RICO, Santiago Alba. “Prólogo”, en Fernández Liria, Carlos y Alegre Zahonero, Luis: **Comprender Venezuela, pensar la democracia**. El colapso moral de los intelectuales occidentales. Hondarribia: Hiru, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**. Encuentros en Buenos Aires. Buenos Aires: CLACSO / Instituto Gino Germani, 2006.
- _____. “Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva” en Santos, Boaventura de Sousa (compilador). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SASTRE, Alfonso. **La batalla de los intelectuales**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- VATTIMO, Gianni. **Ecce comu**. La Habana: Ciencias Sociales, 2006.
- WAINWRIGHT, Hilary. **Cómo ocupar el Estado**. Experiencias de democracia participativa. Barcelona: Icaria, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. Renovando el materialismo histórico. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1999.



A fala do Sindicato



Paulo Rizzo



Luiz Henrique Schuch

As conseqüências do processo de transformação do mundo do trabalho ocorrido nas duas últimas décadas, o neoliberalismo implantado no Brasil a partir dos anos 90 e a atuação do governo Lula são três dos fatores que levaram parte da classe trabalhadora brasileira a buscar um processo de reorganização, ainda em curso, e do qual o ANDES-SN é um dos protagonistas.

Após amadurecido debate, fruto de reflexões fomentadas por seminários e outros eventos, o ANDES-SN filiou-se à Conlutas em seu 26º Congresso, realizado em Campina Grande, em começos de abril de 2007. Esta entidade, para cuja construção o ANDES-SN contribuiu de forma importante, tem escopo bem mais amplo do que o de uma Central Sindical nos moldes



José Vitorio Zago

tradicionais, já que se propõe a englobar também trabalhadores excluídos do emprego formal e movimentos sociais. Haviam decorrido dois anos, a partir da resolução do 24º Congresso, realizado em Curitiba-PR, em fevereiro de 2005, que votou pela desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a consolidação da Conlutas como pólo aglutinador de forças contrárias ao neoliberalismo estava encaminhada a partir de dois momentos importantes— o encontro de Luziânia, realizado em 2004, e o CONAT (Congresso Nacional de Trabalhadores), realizado entre 5 e 7 de maio de 2006 em Sumaré-SP.

Um dos objetivos atualmente em pauta é o enraizamento da Conlutas na base do nosso sindicato, especialmente importante após a desfiliação da CUT, Central esta que vinha se burocratizando, progressivamente, e cuja submissão aos ditames do executivo federal tornou-se escandalosa logo no início do governo Lula, no episódio da Reforma da Previdência.

A transcrição, abaixo, da entrevista conjunta, feita pela jornalista do ANDES-SN, Elizângela Araújo, dá conta da visão que os três diretores cuja fala representa o nosso Sindicato têm sobre este processo, recente e ainda em andamento. Na gestão 2006–2008 da Diretoria do ANDES-SN, estes papéis estão a cargo de, respectivamente, Paulo Rizzo, Presidente, Luiz Henrique Schuch, Secretário Geral e José Vitório Zago, Primeiro Tesoureiro, o nosso “triumvirato”.

Paulo Rizzo, 54, é professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1982 e o atual Presidente do ANDES-SN. No Sindicato Nacional exerceu diversas funções nas gestões 1990/92, 1992/94 e 2004/06, na qual ocupou o cargo de 1º Vice-Presidente. Foi Presidente da APUFSC Seção Sindical por duas gestões, 2000/02 e 2002/04. Em sua atividade profissional tem trabalhado com movi-

mentos sociais urbanos relacionados à moradia e ao meio ambiente. Atua no movimento sindical desde a década de 70, tendo participado do processo que levou à criação da CUT, da qual foi dirigente estadual e presidente do Departamento Nacional de Educação.

Luiz Henrique Schuch, 54, é Secretário Geral e Encarregado do Jurídico do ANDES-SN. Professor do Departamento de Patologia Animal da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) desde 1975, exerceu a presidência da Associação dos Docentes da UFPEL (ADUFPEL), entre 1983 e 1985, e do ANDES-SN, no biênio 1994–1996, como tal, foi vice-presidente da Confederação de Educadores Americanos, com sede na Cidade do México, e foi membro da delegação brasileira na Conferência Operária Independente, realizada na Eslováquia, em 1995. Em janeiro de 1999, foi nomeado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, coordenador do Gabinete da Metade Sul e Secretário de Estado da Coordenação e Planejamento, em substituição. Também é membro do Conselho Editorial da revista **Universidade e Sociedade**.

José Vitório Zago, 62, é o 1º Tesoureiro do ANDES-SN e Encarregado de Relações Sindicais. É professor aposentado do Departamento de Matemática Aplicada do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Formou-se Engenheiro Mecânico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1968, e doutorou-se em Ciências da Computação pela University of Wisconsin-Madison-USA, em 1976. Foi fundador e primeiro presidente da Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp), em 1977, além de fundador e membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, de 1991 a 2000. Foi delegado ao congresso de fundação da CUT, em 1983, e ao CONAT que formalizou a CONLUTAS, em 2006.

Entrevista

US - Gostaria que vocês começassem com uma reflexão sobre o papel do ANDES-SN na atual conjuntura.

Luiz Henrique Schuch – A ascensão do governo Lula produziu uma intrincada confusão de papéis na atuação das instituições sociais, desvendando o processo avançado de burocratização que muitas organizações sindicais brasileiras vinham sofrendo. A mistura pragmática dos interesses governamentais e partidários imediatos, no espaço próprio sindical e popular, serviu para tornar visível que muitas cúpulas sindicais já se orientavam crescentemente por um tipo de atuação avessa aos interesses estratégicos dos trabalhadores, que deveriam representar. Por suas características de autonomia e democracia interna, pela experiência histórica que o constitui, o ANDES-SN cresceu nessa crise. A capacidade de análise e de articulação desenvolvida pelo Sindicato Nacional, sem discriminações ou sectarismo, mas sem transigir às tentativas de cooptação, tem se constituído em referência e alavanca para a retomada das alianças autênticas, em um quadro de reorganização da classe trabalhadora. A respeitabilidade para negociar se amplifica, e não o contrário, pela disposição de enfrentar os ataques que vêm sendo desferidos contra os direitos dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos, e às políticas públicas.

Paulo Rizzo - Bom, estamos num momento importante da vida sindical, em que os trabalhadores estão tendo que enfrentar ataques dos mais diversos. O ministro Paulo Bernardo [Planejamento] deixou claro, durante uma audiência pública da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, realizada em meados de junho, que o governo, efetivamente, se move para regulamentar o direito de greve, porque a única coisa que ele apresenta para os trabalhadores é arrocho salarial e vai manter a desvinculação das receitas da União e o superávit primário. Além disso, acena com o cerceamento da liberdade de organização e de reivindicação dos trabalhadores. E é também o momento em que os trabalhadores estão buscando se reorganizar, num processo com o qual

estamos bastante envolvidos, buscando construir uma alternativa de enfrentamento.

José Vitório Zago - Veja bem, por que o governo está ansioso para regulamentar, na verdade restringir, o direito de greve do servidor público? É isso que o Paulo Rizzo colocou: há um projeto do governo no PAC, chamado PLP 01, que congela os salários dos servidores por dez anos. Portanto, o governo coloca o PLP 01 e o PAC em função, não mais do superávit primário, e sim, do déficit nominal zero, que é a proposta do Delfim Neto, e sabe que vai haver resistência, se não neste ano, nos próximos. Por isso essa urgência em regulamentar - para nós, restringir - o direito de greve. E está indo, evidentemente, contra o movimento sindical. Paulo Bernardo foi dirigente sindical, diz que fez greve, e pela posição na mesa de negociação e pela declaração do próprio ministro, a CUT é a favor dessa regulamentação do direito de greve. Qual é a posição do ANDES-SN em relação a isso? Durante todo esse tempo, antes mesmo da Constituição de 88, e depois, nos mais diversos governos, sempre fizemos greves que ajudaram a universidade pública a não estar, em pior situação, porque, de uma certa forma garantiram recursos, concursos e o mínimo de reajustes salariais. Com o governo Lula, a posição do ANDES-SN é particularmente difícil, mas temos, como o Paulo Rizzo falou, participado muito, na verdade somos um dos impulsionadores dessa reorganização do movimento sindical e popular. Não é à toa, que esta reorganização começou em 2004, em Luziânia, no Encontro, do qual o ANDES-SN foi um dos convocadores, contra as reformas sindical e trabalhista e a regulamentação do direito de greve.

Paulo Rizzo - Eu gostaria de ressaltar a importância desse processo no qual estamos inseridos. Esse processo de ataque aos trabalhadores é sentido diretamente pelos professores, sobretudo pela precarização do trabalho docente. Por que o ANDES-SN está sempre lutando contra as propostas de reforma universitária? Por duas razões: porque vão reduzir a qualidade da educação e

impõem a precarização do trabalho docente, como os projetos REUNI, Professor-equivalente etc., que copiam o que o setor privado faz: tentar aumentar a produtividade do trabalho sem aumentar recursos. E como os professores estão sofrendo na pele este processo, temos que enfrentar essa situação num movimento de conjunto e acho que é isso que há de mais importante na decisão do 26º Congresso do ANDES-SN de se filiar à *Conlutas*. Como o Zago falou, é um processo que vinha desde o Encontro de Luziânia e que se aprofundou com a decisão do 26º Congresso do ANDES-SN, pois agora somos filiados à *Conlutas*, buscando construir este projeto de luta que é necessário para os professores. Eu diria que não há alternativa para nós, senão buscar a reorganização da classe trabalhadora.

US - Qual a análise vocês fazem desse curto período de pós-filiação à *Conlutas*?

José Vitório Zago - A *Conlutas*, como eu falei, começou com o Encontro contra a reforma sindical e trabalhista, que não prosperou, um pouco pelo começo da resistência dos trabalhadores e depois pela crise política de corrupção pela qual o governo passou durante todo o ano de 2005, mas se formalizou em 2006, durante o CONAT, realizado em Sumaré-SP. O ANDES-SN se filia em 2007. O CONAT discutiu um plano de lutas e a necessidade da *Conlutas* ser também um aglutinador de outros setores que, no momento, ainda não viam uma necessidade de aderir à *Conlutas*, e para isso o CONAT votou que, no primeiro semestre, em meados de março, seria realizado um Encontro mais amplo de todos os setores que estivessem dispostos a lutar contra as reformas neoliberais do governo Lula. Esse Encontro foi preparado, não sem dificuldades, mas a *Conlutas* insistiu, abriu mão de muitas coisas, negociou com outras entidades e conseguiu realizar um Encontro muito expressivo, com a participação da *Intersindical* e de alguns outros setores do movimento popular e estudantil. Foi um Encontro com seis mil pessoas, com a participação de delegações da *Corrente Sindical Classista*, do *MST*, algumas representações internacionais, como os

companheiros da COB (Central Operária Boliviana) e da Batay Ouvryè, do Haiti. Neste Encontro, foi votado um calendário de atividades, uma das quais seria uma manifestação em maio, que se realizou, ampliada com outros setores. O *MST* teve uma participação destacada nesse 23 de maio. A CUT, de uma certa maneira, rompeu a unidade porque assinou o manifesto do 1º de maio e depois praticamente deu ênfase apenas à questão da Emenda 3. O ANDES-SN foi partícipe de tudo isso. A filiação do ANDES à *Conlutas* mostrou o acerto da política. O primeiro semestre de 2007 vai ser lembrado como uma das primeiras manifestações, nos últimos quinze anos, que abarcou o país todo, envolvendo milhões de trabalhadores protestando contra as políticas neoliberais do governo Lula.

Paulo Rizzo - Eu vejo com uma satisfação muito grande nossa experiência na *Conlutas*, a partir da decisão do 26º Congresso. A discussão ocorreu, por mais de um ano, dentro do ANDES-SN e era polêmica. Alguns achavam que deveríamos nos filiar, outros, que não. E, até hoje, há quem defenda que não, e há os que querem voltar à Central Única dos Trabalhadores. Isso é inerente à democracia, e somos um sindicato democrático, formado por posições diversas. Alguns segmentos tinham a preocupação de que nos filiando à *Conlutas* poderíamos nos isolar, e a experiência que estamos mostrando, e com a qual estamos muito felizes, é o contrário disso, porque se não existisse a *Conlutas*, dificilmente teríamos esse processo de aglutinação, reorganização, que estamos vivendo. O dia 23 de maio não teria ocorrido, porque se você não tem um pólo que se disponha a lutar e se disponha a reunir e a unificar todos que estão dispostos a lutar, não vai sair luta. Nós viemos de um processo de fazer a ruptura com a Central Única dos Trabalhadores. Foi importante para reiniciar, ou para iniciar, um processo de reorganização. Saímos do 26º Congresso, no dia 4 de março, e no dia 25 de março estávamos reunidos em São Paulo, num Encontro de grande representatividade, que foi onde se conseguiu costurar esse conjunto de organiza-

Entrevista

ções para iniciar essa jornada de lutas que vai prosseguir no segundo semestre. Estamos bastante satisfeitos e estamos acreditando nesse processo. E ainda acrescento o seguinte: é um processo de reorganização não só dos trabalhadores, dos sindicatos, mas dos movimentos sociais, e um destaque para o movimento estudantil, que está vivendo um processo de romper com as amarras da UNE, como nós rompemos com as da CUT, e está desenvolvendo um amplo processo de luta com as ocupações das reitorias e a sua própria retomada.

José Vitorio Zago - O que o Paulo Rizzo coloca é importante. Uma polêmica como essa, no movimento sindical. Se referia ao caráter da *Conlutas*. Bem antes da existência da *Conlutas*, falávamos sobre ampliar o espaço, nos preocupávamos em não ficar só no espaço sindical, enfim, com a necessidade de promover a interlocução com os movimentos sociais. Felizmente, a *Conlutas* incorporou isto no seu estatuto, suponho que um pouco por influência do ANDES-SN. Então, a *Conlutas* é mais do que uma Central de sindicatos, mas uma Central de movimentos, e não apenas de trabalhadores, e isso permitiu essa aglutinação com o movimento estudantil. Além do Encontro, do dia 25 de março, em São Paulo, participamos também do Encontro Nacional dos estudantes, no dia 26, quando, de certa maneira, o movimento estudantil tomou as primeiras medidas dessas sublevações que houve no primeiro semestre, como o método das ocupações, que vem causando furor nos setores mais conservadores da sociedade, que acham isso uma violência. Mas, o movimento estudantil vem demonstrando uma maturidade muito grande, porque muitas das mobilizações são motivadas por problemas locais que, rapidamente, se generalizam para defesa da universidade e em defesa da educação e que têm sido feitas de maneira ordeira. Quer dizer, o patrimônio público está sendo preservado, para o desespero dos setores reacionários, que gostariam que houvesse depredações para desqualificar ainda mais esses movimentos. O ANDES-SN também tem sido um dos protagonistas, junto com os estudantes, na luta contra a reforma universitária do governo Lula.

US - Qual a importância da inserção do ANDES-SN nesse contexto?

Paulo Rizzo - A inserção dos trabalhadores no mundo tem passado por mudanças muito grandes e uma delas é a precarização do trabalho. Portanto, a inserção dos trabalhadores se dá de forma cada vez mais diferenciada. Com o aumento da informalidade no mercado de trabalho, os sindicatos não conseguem abarcar esta parcela dos trabalhadores que vivem na informalidade e é urgente que essa classe trabalhadora, para poder se organizar, consiga reunir todos os componentes da classe, articulados. Então, a *Conlutas* é importante para nós, professores, não só na luta contra a precarização do trabalho docente, mas na defesa do direito à educação, num momento em que a sociedade vem perdendo cada vez mais direitos - e essas jornadas de lutas vêm sendo contra a perda de direitos. Um dos direitos é a educação, por isso temos a responsabilidade de estar junto com todos esses movimentos na defesa da educação, enquanto direito. A educação não é mercadoria, mas também não é uma dádiva do governo para os trabalhadores; é um dos setores que mais se prestam como exemplo de como a classe trabalhadora vem perdendo direitos. O Brasil é, hoje, o país que menos investe na educação. Então, para defender a educação pública, é importante que estejamos juntos com os demais movimentos.

US - Como o ANDES-SN trabalhou a idéia da filiação à *Conlutas* com a base?

Luiz Henrique Schuch - O ANDES-SN, juntamente com outras organizações, gerou a aglutinação que veio a se chamar *Conlutas* quando os dirigentes da CUT escancararam o abandono da perspectiva classista, no início do governo Lula, atuando na Central como membros do governo e, em particular, passando a apoiar a reforma da Previdência. A *Conlutas* nasceu como uma frente contra a reforma da Previdência (e a reforma sindical e trabalhista) e nunca foi estranha ou externa ao ANDES-SN, pois nosso sindicato esteve lá desde o primeiro chamamento. Houve, sim, um processo bem mais elaborado na discussão

interna quanto ao status que esta aglutinação passou a assumir por avaliação das categorias que a constituíram, no curso dos embates que foram exigidos diante do crescente conjunto de ameaças aos interesses dos trabalhadores e diante do comportamento dos vários atores sociais neste processo, entre eles, aqueles que se apresentavam como representantes dos trabalhadores. O tema prioritário de debate passou a ser a reorganização da classe trabalhadora e o papel do ANDES-SN, neste processo. Foram dois anos de elaboração teórica, debates de norte a sul do país, chamando toda a base docente, publicações, debates em assembléias de base e nos fóruns nacionais do sindicato. Participamos como observadores do primeiro Congresso Nacional da CONLUTAS, por decisão congressual. A decisão de filiação formal à *Conlutas*, como uma nova entidade de aglutinação classista, de trabalhadores e movimentos sociais, ocorreu de forma madura e por ampla maioria dos delegados de base.

José Vitério Zago - A partir do Encontro de Luziânia-GO, em 2004, o ANDES-SN participou das várias atividades da *Conlutas* e, em 2006, o Congresso de Cuiabá votou a participação do ANDES-SN, no CONAT, na condição de observador. O sucesso do CONAT teve um impacto muito grande e isso se refletiu no Sindicato Nacional, pois na posse da nova diretoria, uma proposta da diretoria anterior que foi encampada pela que assumiu, colocava a *Conlutas* como a principal alternativa de reorganização da classe, mas veio uma proposta da base, colocando um calendário de discussão e propondo que o próximo congresso deliberasse sobre a filiação à *Conlutas*. A diretoria compatibilizou, no CONAD de Juiz de Fora, essas duas propostas e saiu daí um calendário que foi cumprido a contento. Muitas Regionais fizeram seus seminários; muitas Seções Sindicais fizeram os seus debates; nós fizemos um seminário nacional muito bem sucedido aqui em Brasília. Algumas Seções Sindicais fizeram, depois desse seminário, ainda mais debates. Eu mesmo, Paulo Rizzo, Schuch, vários outros companheiros participamos desses debates. Muitas

Seções Sindicais votaram favoravelmente à filiação nas suas assembléias. Eu acho que o resultado, no Congresso, foi positivo. Na realidade, fazendo as contas, a gente teve votação proporcional maior pela filiação à *Conlutas* do que pela desfiliação da CUT, porque teve um fenômeno das abstenções. Não que um setor do Congresso fosse contra, mas não queria decidir já, como perdeu a votação inicial, na segunda, se absteve. Então, aí a diferença é a abstenção, mas se você contar somente os votos a favor e contra, foi melhor na filiação à *Conlutas* do que na desfiliação da CUT. Mas todos os processos, apesar da não unanimidade, foram democráticos e os resultados foram muito bons, no 26º Congresso. Agora, a tarefa de filiação não está cumprida, porque há Seções Sindicais que ainda dizem que são filiadas à CUT. O processo de filiação à *Conlutas* ainda deve ser consolidado, e isso é uma das tarefas do nosso próximo CONAD: tomar algumas medidas, no sentido de cumprir a decisão do Congresso, de enraizamento da *Conlutas* na base do ANDES-SN.

US - Vocês poderiam fazer um resgate dos fatos mais marcantes da história do ANDES-SN, enquanto filiado à CUT, e traçar a conjuntura que levou à desfiliação?

Luiz Henrique Schuch - O ANDES-SN teve participação na CUT, mesmo antes de formalizar sua filiação. Aliás, a própria concepção do ANDES-SN, quanto aos valores e estrutura de organização sindical que expressa, foram formulados no caldo de cultura que gerou a CUT. É aquilo que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo Brasileiro. Foi nessa efervescência dos movimentos sociais, cuja maior referência na época era a Central Única dos Trabalhadores, que o ANDES-SN participou ativamente das campanhas pelas liberdades democráticas do país, da anistia, da constituinte, “das diretas já” e do “fora Collor”, sempre pautando: a defesa do ensino público como direito de todos e dever do Estado; o espaço público para a produção de ciência genuína, inovadora e emancipatória para nosso povo e a nação; além da defesa dos interesses da ca-

Entrevista

tegoria docente. Ao final dos anos oitenta, inícios dos anos noventa, no entanto, foram significativos os fatos que demarcavam divergências cada vez mais profundas. Não por mudanças de curso do ANDES-SN, mas da CUT. A virada dos anos oitenta para os noventa se deu com mudanças conceituais, organizativas e de práticas sindicais da CUT que logo foram apontadas nas avaliações, feitas pelo ANDES-SN, e levadas ao debate no seio da Central. O pragmatismo da direção e as novas alianças, que eram articuladas para manter intocada a hegemonia no âmbito da Central, passaram a romper com os fundamentos do Novo Sindicalismo, inspiração original da própria CUT. Houve a absorção crescente do velho sistema confederativo, autoritário e atrelado ao Estado, a convivência com o imposto sindical compulsório, que sempre sustentou os pelegos, a formação de uma elite interna diretiva, cada vez mais apegada à burocracia e auto-valorizada pela gestão de polpudas verbas do FAT (e seguida ávida por assumir a gestão dos fabulosos fundos de pensão). O mais grave dessa inflexão foi o abandono de uma pauta verdadeiramente classista e a condução da Central, como entidade, para uma conduta de adaptação passiva à ordem do capital. A principal mudança qualitativa impingida pela direção da CUT à entidade, com o advento do governo Lula, foi passar de uma posição de adaptação passiva à ordem do capital, para uma atuação hiperativa de contribuição com essa ordem. O maior exemplo disto foi a conduta adotada na Reforma da Previdência. De toda esta história, eu digo que, o momento que mais marcou a incompatibilidade do ANDES-SN com a CUT não foi a deliberação do nosso Congresso de Curitiba, mas a seqüência de fatos ocorridos em 1995 e 1996, quando o grupo que detinha o controle da direção da CUT determinou o extermínio das estruturas horizontais originais, os departamentos, compatíveis com a concepção original da CUT, mas que passaram a representar uma pedra no caminho para os novos acordos, que agora passavam a assimilar a verticalização hierarquizada do sistema confederativo. Neste período, o ANDES-SN e outros agrupamentos

sindicais do setor da educação foram violentamente fustigados dentro do Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação-DNTE que, juntamente com o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, eram os últimos dois departamentos remanescentes. Logo, em acordo com a CONTAG, em seu Congresso de filiação à CUT, realizado em Brasília, foi extinto o Departamento de Rurais. O DNTE passou a ser estrangulado intencionalmente pela direção, até ser desativado. Este foi o fato mais marcante quando, na verdade, o grupo que detinha hegemonia na direção da CUT renegou a perspectiva sindical geradora da Central e, assim, disse não ao ANDES-SN, que sempre insistiu e insiste em mantê-la.

US - O que difere o ANDES-SN filiado à CUT do ANDES-SN filiado à *Conlutas*?

Luiz Henrique Schuch - Dentro da CUT, o papel do ANDES-SN, juntamente com outras representações que resistiram à burocratização e a cooptação, que foi o de revolver a entidade pela base para buscar um retorno ao seu papel classista, se esgotou. O controle burocrático da direção sobre a entidade e os pactos antagônicos aos interesses estratégicos dos trabalhadores demonstraram afastar definitivamente a possibilidade de protagonismos daqueles que se distinguem do núcleo hegemônico. Nem mesmo um Departamento de Trabalhadores em Educação existe para que as divergências possam ser debatidas. Não é a primeira vez, na história da luta dos trabalhadores, que as organizações por eles construídas são revertidas em contrário aos seus interesses, pela apropriação paulatina de castas burocráticas. Embora um grande número de trabalhadores brasileiros se organizem em sindicatos que permanecem filiados à CUT, sinalizações claras do esgotamento e até da traição desta Central aos seus interesses, neste momento, cumprem um papel decisivo na reorganização da classe. O ANDES-SN é protagonista da construção da *Conlutas*, que se amplia e protagoniza um novo momento na construção de alternativas para que se desenhem as relações sociais e políticas

em nosso país.

José Vitório Zago - O processo de constituição do ANDES-SN e de fundação da CUT foram paralelos. O mesmo processo que gerou a indignação contra a ditadura militar, as primeiras greves no ABC paulista, a grande onda de constituição de associações de docentes, entre 1977 e 1980, por exemplo, quando houve um crescimento espantoso de associações, com a criação da ADUNICAMP, entre outras. Então, o movimento docente, nessa fase de ebulição, funda a ANDES, em 1981, em Campinas-SP. O processo de construção da CUT foi parecido. Começou com as oposições sindicais, Encontros de oposições sindicais, as primeiras greves de metalúrgicos no ABC, a luta contra o arrocho do Delfim Neto. Foram problemas locais, mais próximos da classe, mas que rapidamente se transformaram em movimento por liberdades democráticas, queda da ditadura e assim por diante. Acontecem dois congressos de trabalhadores, os CONCLAT, e aí há uma divisão do movimento. Alguns queriam a manutenção do esquema getulista, de sindicatos, federações e confederações, e outro setor preferiu fundar a CUT, e o ANDES-SN foi partícipe de todo esse processo, como foi partícipe da fundação da *Conlutas*. Se bem que a CUT nasceu como uma Central Sindical muito democrática, com uma carta de princípios toda pautada no socialismo, na independência de classe e assim por diante. O problema é que rapidamente a CUT se burocratiza, se degenera, tanto que, em 1988, já há as primeiras mudanças estatutárias no sentido de centralizar o poder na direção e diminuir o poder da base, o que reflete uma adaptação da CUT ao sistema vigente. Não nos filiamos imediatamente à CUT, houve todo um processo de discussão e somente, em 1989, a base decidiu, no 8º Congresso, realizado em São Paulo. Nesta época, a Central já estava começando a dar sinais de burocratização. Nossa participação na Central, depois disso, não foi muito grande, tanto em termos de Seções Sindicais quanto de participação na direção. Participávamos do congresso, mas não participávamos da direção, porque a direção da CUT, ao contrário da *Conlutas*, é eleita em

congressos, baseada em tendências políticas. Eu não tenho lembrança de nenhum docente universitário participando da Executiva da CUT, por exemplo. Posso estar enganado nisso, mas nossa participação foi pequena, era só nos congressos, mesmo, às vezes, nos regionais, que acabaram logo, a partir de 1991, na participação das Seções Sindicais nos congressos estaduais, com algumas restrições, pois tinha o problema do pagamento de mensalidades, e nos congressos nacionais, de três em três anos. Então, era uma participação esporádica e sempre com resistência, porque a CUT logo, a partir de 1988, quis acabar com os departamentos, que eram chamados de setores horizontais. Tivemos uma batalha dura. O último departamento que foi extinto foi o Departamento Nacional de Trabalhadores da Educação, o DNTE, o que mostra a adaptação da CUT à estrutura oficial. Eu acho que a participação do ANDES-SN na *Conlutas* é de outra qualidade, porque a *Conlutas* é uma coordenação das entidades filiadas, portanto, nossa participação é mais no dia-a-dia, ainda não tanto como gostaríamos, mas estamos levando à frente o processo de enraizamento da *Conlutas* na nossa base, como definiu o 26º Congresso. É preciso que as Seções Sindicais se incorporem às *Conlutas* regionais, que façam seus repasses, que participem da vida da *Conlutas*, e não só de congresso em congresso, como era na CUT.

US - E como está esse processo de enraizamento da *Conlutas* na base do ANDES-SN?

José Vitório Zago - Nosso entendimento é de que, a partir da filiação do ANDES-SN à *Conlutas*, as Seções Sindicais estão filiadas, mas, para se integrarem efetivamente, muitas delas têm que fazer, por exemplo, assembleias ou reuniões de conselho de representantes que autorizem o pagamento de mensalidades, para ter direito a voto, nas instâncias da *Conlutas*. Algumas Seções Sindicais já estão começando a contribuir. Não interferimos na autonomia, pois têm seus regimentos próprios, e como há uma resolução de congresso, achamos que não há necessidade de ratificar a filiação das Seções Sindicais, mas de tomar medidas

Entrevista

para concretizar essa filiação, na prática.

US - A desfiliação da CUT foi inevitável?

Paulo Rizzo - A estrutura sindical criada no Brasil por Getúlio Vargas, durante sua ditadura nos anos 30, que passou pelo período pós-guerra, pelo populismo dos anos 60, a ditadura militar, e que ninguém mexia, porque ela realmente cumpria sua função de controlar os trabalhadores sob uma estrutura burocrática, na qual o estado tinha a capacidade de intervir, e uma estrutura pelega, no sentido de ter uma burocracia sindical que vivia de privilégios, e o principal deles é o imposto sindical, que joga dinheiro na máquina sindical sem mobilizar ninguém, representa, para nós, o ponto de ruptura. O processo que vai ocorrer a partir dos anos 70, sobretudo a partir da segunda metade da década, que vai gerar a CUT, a Associação Nacional dos Docentes, foi um processo de ruptura com essa estrutura. Agora, os processos de ruptura não necessariamente são completos, então, o que aconteceu efetivamente é que essa velha estrutura, contra a qual parte importante do movimento sindical, dos anos 70 e dos anos 80, reagiu, permanece. Muitos dos vícios permaneceram, inclusive nos sindicatos que fazem parte da Central Única dos Trabalhadores, que nunca conseguiu enfrentar o fim do imposto sindical, fala numa generalidade que é a liberdade e autonomia sindical, mas mantém essa estrutura. A CUT faz disputas no terreno judicial e iniciou – o que considero mais grave, pois ela não rompe com a velha estrutura – a construção de uma nova estrutura também controlada, vinculada ao governo, que mais recentemente se desenvolveu através do Fórum Nacional do Trabalho. O Fórum retrata a idéia de retirar dos trabalhadores na base o direito de decidir. O que essa estrutura traz de novidade é a idéia de uma negociação coletiva, feita pelas cúpulas. Então, tira o velho, ou não tira integralmente o velho, para construir uma coisa que tem todos os vícios do velho. Diante de todo esse histórico, a desfiliação da CUT era inevitável e, se não acontecesse naquele momento, aconteceria em outro. A situação evoluiu a um ponto que começou a ficar insustentável estar na CUT, principalmente a

partir do primeiro mandato de Lula, porque ela passou a ser uma peça de sustentação do governo, ao ponto em que o presidente da CUT vai ser o ministro do Trabalho, outro dirigente vai ser ministro da Previdência para fazer a Reforma. Essa estrutura, chamada CUT, com a autoridade histórica que tinha, passou, para além do discurso, a ser usada na prática para o processo de retirada de direitos dos trabalhadores. A experiência que os trabalhadores tiveram na Reforma da Previdência foi decisiva para a nossa desfiliação, porque, enquanto lutávamos para que a reforma não fosse aprovada, a CUT defendia uma maquiagem para garantir o essencial que ela continua defendendo, que são os fundos de pensão e o atrelamento do sindicato à administração desses fundos. E, é bom lembrar: os empréstimos consignados para os aposentados e o pessoal da ativa. Começou a haver uma associação entre o governo, a CUT e o sistema financeiro; então, o único caminho que tínhamos era romper com isso, pois o papel do sindicato não é participar dessa sustentação para atender às demandas do capital.

José Vitório Zago - Olha, se não fosse a desfiliação, naquele momento, em 2005, seria agora. Mas a desfiliação também foi consequência do Encontro de Luziânia, em 2004, porque o ANDES-SN sempre teve a preocupação de não ficar isolado. Agora, se não tivesse a reorganização, se não tivesse a iniciativa de convocar o Encontro de Luziânia, o ANDES-SN talvez ficasse mais tempo sem pagar a CUT, talvez participando dos congressos, fazendo alianças à esquerda, mas não ia se desfiliar. O decisivo aí, além do governo Lula, da vitória da Frente Popular, na eleição, foi o começo da reação, iniciada, em 2004, com o Encontro de Luziânia, que abriu uma perspectiva de reorganização. Por que ficar com o velho, se a gente pode construir o novo, em novas bases? Esse processo da CUT, na prática, representa essa adaptação, essa dependência da burocracia, que não existe só por uma questão de ideologia, mas por interesse material, isto é, imposto sindical, postos para petistas, e isso, depois de um certo

tempo, começa a refletir nas políticas. No primeiro momento, a CUT era financiada pela igreja, pela social-democracia alemã, vinha dinheiro de fora. Era também financiada pela militância de todo mundo, pelo ANDES-SN, pelas oposições sindicais, pela juventude que queria derrubar a ditadura. A partir de 1988, a central começa a depender cada vez mais do imposto sindical, de verbas do FAT, e isso vai se refletindo na ideologia da CUT, ela começa a dizer: “nós somos só negativistas, dizemos sempre não, não, e precisamos ser propositivistas”. E este discurso vem junto com a reestruturação produtivista, a precarização, como o Paulo Rizzo falou, mas a CUT não tem uma política de enfrentar isto e passa a adotar a política de aceitação do banco de horas, da tentativa das câmaras setoriais, do pacto social e assim em diante. Depois, vem a greve dos petroleiros, que a CUT abandonou, no começo do governo FHC, a questão do Leste Europeu, a derrubada dos estados europeus do leste da União Soviética. E aí ganha espaço a ideologia de que tem que se fazer desenvolvimento com distribuição de renda – desenvolvimento entre aspas, porque é um desenvolvimento capitalista – que tem que se fazer uma inserção soberana no mercado mundial que, como é impossível num mercado mundial dominado pelo imperialismo, passa a ser uma inserção subordinada, com todas as conseqüências. E a reforma trabalhista é para quê? É para responder à inserção subordinada do Brasil, no mercado internacional. O imperialismo novamente dá ao Brasil o papel de produtor de produtos primários, de commodities, que é o álcool, minério e assim por diante. E tudo isso é racionalizado. Evidentemente, houve resistência na CUT durante todo esse tempo, nos congressos. No congresso anterior ao de 2003, os setores à esquerda conseguiram constituir 25% da direção da CUT, mas no congresso seguinte, com a formação da *Conlutas* e a saída de vários sindicatos da CUT, a esquerda não teve mais tanta representatividade dentro da Central. Parte se aliou ao PC do B para fazer uma chapa. Outra parte constituiu a *Intersindical*, muitos deles sem romper com a CUT ainda. Durante a reforma da Pre-

vidência, vinha o Vicentinho dizer que tempo de contribuição era o mesmo que tempo de serviço e muita gente está pagando isso agora, porque não é; isso foi no governo FHC, mas a CUT pressionada pelos servidores públicos e pelo próprio PT acabou pressionando e a reforma não saiu como o Banco Mundial queria. Por ironia da história, a reforma da Previdência do FMI e do Banco Mundial saiu no governo Lula e vai se aprofundar agora com a terceira fase, que atacará os trabalhadores do setor privado, como o problema da idade mínima, que não conseguiu passar na reforma de 1998.

US - Os grupos de oposição sempre se valem da dicotomia propositivismo x negativismo para justificar ou mesmo criticar o movimento sindical de esquerda, pautado em princípios socialistas e, portanto, combativo da política neoliberal que o governo Lula vem aprofundando no Brasil. Como vocês vêem este discurso?

José Vítório Zago - Para construir o novo, muitas vezes, você tem que destruir o velho, ou pelo menos suas bases, e aproveitar alguma coisa. Basicamente, isso responde a uma posição política geral de como se desenvolve a luta na sociedade. Somos daqueles que ainda têm claro que a sociedade se divide em classes e que a posição dos grupos frente à propriedade dos meios de produção, de transporte, de creches etc, é decisiva. A sociedade não é igual. O discurso de que todos são iguais não funciona. As pessoas são diferentes, no sentido de que pertencem a classes sociais diferentes. Um é proprietário dos meios de produção, enquanto outros não têm nada e têm que vender sua força de trabalho para sobreviver. E isso é uma contradição que só será resolvida com a revolução socialista. Portanto, não tem porque você achar que o estado é neutro, pois ele está a serviço de uma dessas classes, é só ver o nosso Congresso Nacional, a justiça, como funcionam. Evidentemente, não se pode fazer parcerias, acordos - claro, muitas vezes, você tem que fazer acordos, principalmente do ponto de vista do movimento sindical, mas também nas questões gerais-, você tem que denunciar primeiro, negar

Entrevista

o que o Estado tenta fazer, negar o que os patrões tentam fazer, portanto, nessa situação, o papel de denúncia é fundamental. Não nos negamos a construir acordos, desde que isso seja discutido com a base. Para nós, a prioridade é a luta, não o acordo. E esses outros têm a prioridade deles, então, não dá pra fazer parceria, não dá pra avançar a luta dos trabalhadores fazendo pacto social, fazendo câmara setorial. Bom, então, sempre fomos minoria, os negativistas... Quem ganhou na CUT e no PT sempre foram os que propuseram que o caminho era o do acordo sem luta, evidentemente. No que deu? Por exemplo, no setor fundamental da Articulação, que era o setor da CUT que propunha isso, no ABC Paulista, que era o problema da câmara setorial, da redução de impostos para criar empregos etc. Todas as empresas automobilísticas estão produzindo três vezes mais carros, com um terço da força de trabalho. O setor bancário, quando o Berzoini era presidente do sindicato, em São Paulo, estava preocupado com menino de rua, fazendo parceria com o Banco de Boston para recolher menino de rua. Ninguém tem nada contra retirar o menino da rua e oferecer educação etc., mas não é função do sindicato. A função do sindicato é exigir do Estado que faça isso. Enquanto isso, a patronal bancária demitia trabalhadores. Tanto é que a categoria diminuiu, enquanto os bancos têm lucros fabulosos. Claro que houve a reestruturação de máquinas, informática etc., mas a categoria diminuiu drasticamente, em São Paulo, e era um sindicato grande, que deu grandes quadros para o PT: Gushiken, Berzoini... Claro que grandes nos termos da política deles. Mas, na verdade, deu com os burros n'água com essa política de conciliação e de propositivismo. E isso continua hoje, com a CUT, que tenta fazer essa política de conciliação, sem combater o PLP 01/2007, aceitando a discussão do direito de greve. Então, a realidade nos mostrou quem estava certo e quem não estava.

Paulo Rizzo - Em primeiro lugar, temos que enfatizar que é responsabilidade do sindicato defender todos os direitos dos trabalhadores, e um

desses direitos é dizer não. É não aceitar as coisas que oprimem e retiram direitos. E o Sindicato Nacional vai defender isso sempre. Isto não quer dizer que só dizemos não. Também podemos dizer sim para o que atenda às nossas reivindicações. O que acontece, na maior parte das vezes, em que se chama algum debate? Porque chamam, não para debater a essência das coisas, mas para mantê-la e dar uma impressão de que há um debate com a sociedade e retocar alguns elementos. Um exemplo disso, que o Zago já mencionou, é o governo chamando para discutir negociação coletiva e o direito de greve: ele deixa claro que vai regulamentar, ou seja, restringir, o direito de greve. Para discutirmos a negociação coletiva com o governo, ele precisa retirar as espadas que estão sobre as cabeças dos trabalhadores, no caso, o projeto de lei complementar que congela as despesas com pessoal por dez anos. Mas ele não retira porque não pode, pois as duas estão casadas e para congelar salários tem que restringir o direito de greve. A reforma da Previdência, cuja segunda fase foi feita no primeiro mandato deste governo, não foi discutida com ninguém. Hoje, ele tem que discutir, aí cria um Fórum da Previdência, a exemplo do Fórum Nacional do Trabalho. É um jogo de cena da participação e quem se recusa a participar desse processo, ou quem o nega, é chamado de negativista, não propositivista. Então, é uma farsa do debate. Nós sempre fizemos propostas e vamos continuar fazendo, mas queremos discutir a essência das coisas. Acho que temos uma responsabilidade. Temos que entender a negação como um direito. Vamos continuar lutando, no público e no privado, contra a farsa da participação, que só tem um sentido: aprisionar ainda mais os trabalhadores.

US - Quais as expectativas possíveis com relação a esse processo de reorganização da classe trabalhadora e como vocês vêem a fusão da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), SDS (Social Democracia Sindical) e a CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores), que pretendem formar a União Geral dos Trabalhadores?

Paulo Rizzo - Olha, não temos como prever no

que vai dar, mas, temos confiança na classe trabalhadora. Existe um processo de reorganização e acreditamos que os trabalhadores vão romper com as organizações que aceitam aprisioná-los na ordem estabelecida, mantê-los desmobilizados, para retirar direitos. Acreditamos no processo de reorganização da classe e estamos envolvidos com ele, agora, é um processo que tem muitas contradições. Nada se dá pela nossa simples vontade. É uma batalha, uma luta. Uma coisa positiva da *Conlutas* é que ela não se auto-proclama uma central. Começou seus primeiros passos e tem perspectivas de se fortalecer, de crescer, e isso vem acontecendo em todas as entidades, cada uma no seu ritmo, com suas disputas. Em umas, é um processo mais democrático. Em outras, menos, como a eleição do sindicato dos previdenciários da Bahia, que entre todas as coisas que fizeram para tentar intimidar a oposição, distribuíram armas para os cabos eleitorais da chapa apoiada pela maioria da CUT. Então, é um momento de disputa, tanto nos sindicatos como nos movimentos sociais. Mas é um processo que segue e tem perspectivas positivas.

José Vitório Zago - Existe um fato positivo. A gente sempre defendeu que as Centrais Sindicais fossem legalizadas, pois sempre estavam à margem da estrutura sindical. Elas são reconhecidas de fato, mas não de direito. Então, é positivo que haja esse reconhecimento. E, como o governo acenou para isso, já que interessa a ele que as centrais sejam reconhecidas, reconhecendo a disputa que Paulo Rizzo colocou, em particular, a CUT quer fazer os chamados acordos nacionais. Nada contra, em princípio, a esses acordos; o problema é que são decididos na cúpula e as entidades de base vão perder sua soberania, sua autonomia. Isso está se refletindo hoje na CNESF. A discussão da CUT, que não reconhece a plenária dos servidores, com delegados eleitos pela base para deliberar quando necessário, sempre se coloca, porque eles acham que a CUT representa o setor cutista e vai negociar com o governo, independente do que a base quer. As outras Centrais também estão nessa, e vai haver a fusão dessas

Centrais, exatamente para se prevenirem, porque ninguém sabe quais vão ser os critérios que o governo vai propor para legalizar as Centrais. Segundo os critérios que estão aí, a *Conlutas* poderia ser legalizada, mas nada impede que estes sejam enrijecidos, que o governo faça as contas para chegar exatamente onde que ele quer, com as Centrais que ele quer. Tanto a Força Sindical quanto a CUT estão perdendo sindicatos. Tem sindicato que não está contente nem com a Força Sindical nem com a CUT, porque, nesse processo de centralização, começa a sobrar menos para os sindicalistas mais de base. A própria Articulação tem problema, e eles tiveram problemas no Fórum Nacional do Trabalho quando apresentaram aquela proposta de reforma sindical e trabalhista. Então, existem problemas nas Centrais, a CUT está perdendo muito. A Força Sindical foi criada com dinheiro da burguesia, no governo de Fernando Collor. E, hoje, querem apenas dividir o butim. Outro problema é que está difícil, diferentemente da época do getulismo, que era uma ditadura, depois teve o período da guerra, que permitiu um certo desenvolvimento capitalista brasileiro, porque as grandes potências estavam interessadas na batalha no Pacífico e na Europa, e isso permitiu uma certa prosperidade que poderia ser dividida. Isso aconteceu na Argentina, que foi uma grande distribuidora de carne e de produtos como trigo para o esforço de guerra, e permitiu o fenômeno do Peronismo. Naquela época tinha, realmente, alguma coisa para oferecer aos trabalhadores. Hoje, com a crise do capitalismo, em nível mundial, há um ataque aos trabalhadores, inclusive nos países ricos. O que os patrões, a não ser em alguns nichos, têm a conceder é pouco. Então, a tendência de separações da CUT e da Força Sindical é grande. E tem sindicatos que já se desfiliam. A ASSIBGE já se desfilou, mas ainda não sabe para onde vai. Na FENASPS e na Fasubra, já se desfilaram alguns sindicatos de base. Da CONDSEF, alguns já se desfilaram, como o caso do principal deles, que é o SINTRA-SEF, do Rio de Janeiro. O SEPE, do Rio de Janeiro, que é um grande sindicato de professores,

Entrevista

também se desfilou da CUT. Há sempre um sindicato se desfilando da CUT. No que vai dar isso, só o futuro vai dizer. O ANDES-SN já tem, em suas resoluções de congresso, um objetivo, que é construir e fortalecer a *Conlutas*.

Luiz Henrique Schuch - Este ano de 2007, já demonstrou o resultado do papel do ANDES-SN e do significado do potencial de articulação com outras categorias de lutadores. A onda neoliberal não pode ser enfrentada por setores, mas também não se fará sem a articulação dos interesses próprios dos diversos segmentos da classe trabalhadora. Pela primeira vez, em muitos anos, se reconstitui uma pauta classista e uma jornada articulada de lutas, envolvendo amplos setores dos movimentos sindicais e populares deste país. O Encontro realizado, em São Paulo, no dia 25 de março, se constitui num marco histórico da política brasileira. Nessa pauta e nesta jornada de lutas, a defesa das políticas públicas, em particular a educação pública, está articulada com outras bandeiras gerais, e abre uma agenda de lutas para a categoria docente. Colocam-se diante da categoria a clara possibilidade e os passos concretos para isso, de retomar um patamar de recuperação de perdas, de novas conquistas. Não só aquelas relativas às condições de trabalho e salário, mas em relação à função social que exercem. E essa perspectiva é decisiva para neutralizar certa inércia ou dispersão ocorrida nos últimos anos.

US - É realmente possível construir a unidade da luta dos trabalhadores?

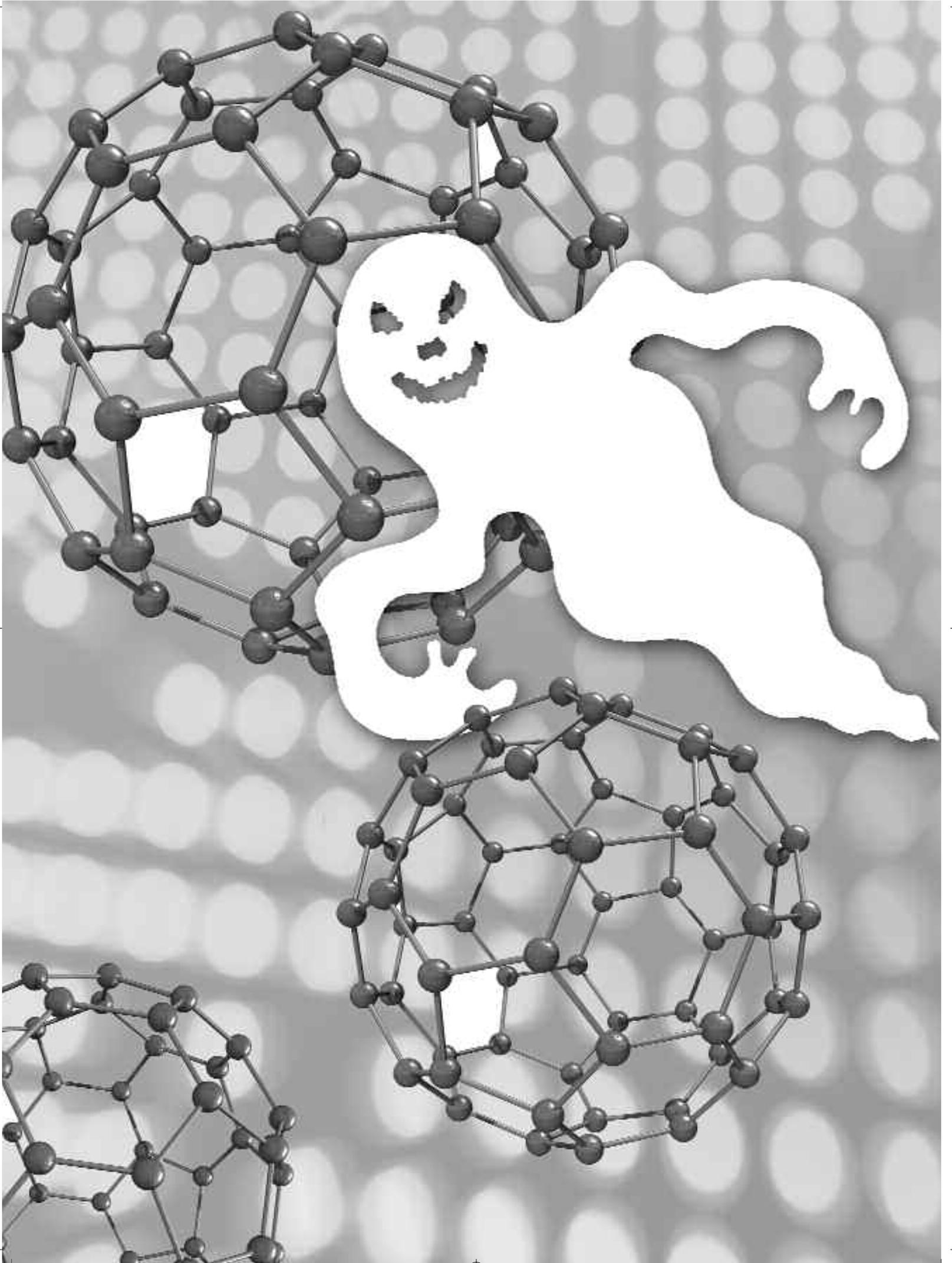
José Vitorio Zago - Não é só possível, é necessário construir a unidade dos trabalhadores para enfrentar um inimigo, que, de certa maneira, com diferenças pontuais, geográficas, é o inimigo único, em nível mundial, que é o imperialismo. Há contradições, mas todas as burguesias estão subordinadas a isso, no Brasil é a mesma coisa. Agora, unidade a gente faz com base em princípios, em propostas, não dá pra fazer unidade, pela unidade. Eu acho que o interessante desse último processo, é que nós tivemos a unidade em cima de pontos de esquerda, de pontos indepen-

dente de classes, de combate às propostas de reforma do governo. Foi tão grande o impacto que obrigou a CUT a vir para o campo da unidade, não sem diferenças dentro dela, mas acabou assinando. Se, na prática, a Central realizou seus atos do dia 23, com a bandeira única de manutenção do veto presidencial à Emenda 3, a *Conlutas* também assumiu a luta contra a Emenda, mas na prática da manutenção do veto do Presidente da República, portanto, tem um componente de apoio ao governo, por isso que a CUT engoliu. Mas foi bem sucedido, foi difícil, mas toda unidade com diferença é isso mesmo, se fôssemos iguais não precisava fazer unidade, já era unido, estava na mesma organização. Unidade tem que se fazer com diferenças. Mesmo dentro da *Conlutas*, não há unidade sobre todos os aspectos. Então, fazemos o debate e, quando ele amadurece, tomamos a decisão votando. Evidentemente, ninguém vai sair da *Conlutas* porque há uma decisão ou outra. O ANDES-SN tomou posição contra cotas, na prática, mas a *Conlutas* é favorável às cotas, nem por isso nós saímos, o debate segue. O importante é que, no sentido geral, haja concordância na política. Não precisamos fazer unidade de organizações.

Paulo Rizzo - Uma das críticas que sempre fizemos à estrutura sindical é que ela se baseou no princípio da unicidade sindical e não no da liberdade de organização sindical. Apesar das lutas que tivemos nos anos 80, a Constituinte reafirmou esse princípio da unicidade sindical como um grande princípio de organização dos trabalhadores. Nossa luta sempre foi para tentar demonstrar que a unidade não é uma coisa que possa ser imposta aos trabalhadores. Uma lei do Estado define como ele se organiza, esse é o princípio da unicidade, só pode ter um sindicato e ponto final. Os trabalhadores têm que ter o direito de se organizar como eles melhor considerarem que deva ser. A unidade é um processo, e ela precisa estar respaldada na necessidade que os trabalhadores têm, e ela é uma necessidade para ação, não é a necessidade para manter as coisas do jeito que estão, isso é que é a unicidade sin-

dical. Com a CUT, aconteceu um processo interessante, porque ela defendia a liberdade de autonomia sindical, era contra o princípio da unicidade, mas veio cada vez mais tentando chamar a unidade para ter os sindicatos sob sua tutela, e, nos últimos anos, sob o manto do governo. A idéia é de que agora a Central está junto ao governo e deve fazer a unidade com ele, até o ponto em que, em nome da unidade, se amordaça os trabalhadores e se tenta impedir que eles possam livremente lutar e se organizar. Portanto, a nossa compreensão da unidade é que ela é, ao mesmo tempo, um processo de disputa política; é preciso lutar para ter unidade na construção da luta, não a unidade onde podemos sentar todos numa mesa para brindar a unidade da paralisia, essa unidade não nos interessa. Estamos tendo experiências na Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais, CNESF. Praticamente, a CUT e direções que estão ligadas a ela não querem mais a Plenária, porque aquela unidade não lhes interessa, é uma unidade que cobra posição, cobra ação. Tiveram, como pretexto para romper com a unidade, o fato de que a Plenária ia votar um posicionamento sobre o PAC, e para eles isso

é um problema porque, como apóiam o governo, não podem dizer que o PAC é negativo, ruim para os trabalhadores. Então, o movimento vai ser sempre assim, porque as disputas levam a tensões, fragmentações, rompimentos. E nós não podemos ceder em nome da unidade, ao ponto de ou não ter mais lutas ou não ter nem as bandeiras pelas quais lutamos: nossos eixos de luta. A experiência que tivemos no Encontro do dia 25 de março, do dia 23 de maio e que continuamos tendo para construir a jornada nacional de lutas, no próximo semestre, demonstra que não é fácil, mas há um campo muito grande para trabalharmos. Vamos continuar trabalhando e entendendo que a unidade é uma necessidade, até mesmo dentro do movimento docente, dentro do sindicato. Não é fácil fazer isto dentro do sindicato. Ele também vive suas contradições. O que me garante a unidade dentro do ANDES-SN? Só uma coisa: a democracia. Se não tiver democracia, não tem unidade. Nós falamos com muito orgulho que o ANDES-SN não tem unidade através do processo de imposição, de burocratização, mas, sim, da participação da base. 





A tecnociência financeirizada: dilemas e riscos da nanotecnologia

Paulo Roberto Martins* e Ruy Braga**

* Pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT).

** Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

Em março de 2006, um produto de limpeza que prometia proteger banheiros da proliferação de bactérias por até seis meses foi colocado à venda na Alemanha. Batizado de *Magic Nano*, o produto tornou-se um imediato sucesso. Contudo, apenas três dias depois do lançamento comercial, teve de ser recolhido por causa de sérias reclamações. Muitos afirmaram que o *Magic Nano* provocou problemas respiratórios, levando alguns consumidores, inclusive, à internação hospitalar (The Economist, 2006).

E foi por meio deste conturbado episódio que a nanotecnologia apresentou-se ao grande público alemão: forte expectativa seguida por uma não menos acentuada apreensão. Naturalmente, muitos associaram o problema ocorrido com o *Magic Nano* aos riscos inerentes à nanotecnologia. Contudo, trata-se de um ponto de partida problemático, pois, neste caso, a caracterização desta nova tecnologia aconteceu de maneira espetacular e superficial, mediada, em grande parte, por estratégias publicitárias e não pelo debate público. Afinal de contas, quando falamos em nanotecnologia estamos nos referindo a quê mesmo?

Nano... O quê?

A nanotecnologia pode ser apresentada de duas formas. Em primeiro lugar, refere-se ao prefixo nano: um indicador de medida. Um nanômetro corresponde à bilionésima parte de um metro. Conseqüentemente, a nanotecnologia remete à escala e não especificamente a objetos ou conteúdos, como, por exemplo, a biotecnologia, cujo prefixo “bios” significa vida. Em segundo lugar, a nanotecnologia corresponde a uma série de técnicas utilizadas para manipular a matéria na escala dos átomos e das moléculas, cuja observação requer microscópios especiais (Grupo ETC, 2005a).

Para alguns, o ano de referência para o nascimento da nanotecnologia é o de 1959, ano em que o físico Richard Feynman proferiu na Reunião Anual da *American Physical Society*, a palestra *Há mais espaços lá embaixo*¹. Nesta oportunidade, o mais notável físico estadunidense de toda a história anunciava ser possível condensar, na cabeça de um alfinete, as páginas dos 24 volumes da Enciclopédia Britânica para, desse modo, afirmar que muitas descobertas se fariam com a fabricação de materiais em escala atômica e molecular (FEYNMAN, 2002).



Debates Contemporâneos

Ainda no terreno das definições gerais, é importante saber diferenciar a nanotecnologia da chamada nanociência. Esta pode ser definida como o estudo dos princípios fundamentais de moléculas e estruturas com uma dimensão entre 1 a 100 nm (nanômetros). A nanotecnologia corresponderia, então, à organização destas moléculas e nanoestruturas em dispositivos nanométricos.

Os materiais nanoestruturados podem ser classificados em quatro classes principais:

a) *os materiais à base de carvão*, que se apresentam com formas esféricas, elipsoidais ou tubulares. Os fullerenos esféricos são às vezes denominados *buckyballs*, enquanto que os cilindro-tubulares são conhecidos como nanotubos. Suas propriedades fundamentais são seu peso reduzido, sua maior durabilidade, elasticidade e condutibilidade elétrica, entre outras;

b) *os materiais de base metálica*, que podem ser *quantum dots* (pontos quânticos ou transistores de um só elétron) ou nanopartículas de ouro, prata ou de metais reativos como o dióxido de titânio, entre outras;

c) *os dendrímeros* que são polímeros nanométricos construídos em estrutura de árvore em que as ramificações crescem a partir de outras e assim sucessivamente. As terminações de cada cadeia de ramificações são desenhadas para executar funções químicas específicas o que constitui uma propriedade útil para os processos catalíticos. Além disso, dado que haja cavidades internas, seu uso médico para a “entrega de droga” é factível (o mesmo acontece com o caso de algumas estruturas de carvão e estruturas metálicas);

d) *os composites* que combinam certas nanopartículas com outras ou com matérias de maior dimensão. O caso de argilas nanoestruturadas é um exemplo de uso estendido para a fabricação de diversos produtos.

As partículas nano, ainda que sendo de um mesmo elemento químico, usualmente comportam-se de forma distinta das partículas maiores, tanto em termos de cores e propriedades termodinâmicas, quanto em termos de condutividade elétrica e outras características. A prata, por exemplo, inerte em escala macro torna-se instável

e explosiva em escala atômica. O tamanho da partícula, nesse sentido, é muito importante, pois pode transformar a característica das interações das forças entre as moléculas, alterando assim a relação de processos ou produtos manipulados nesta escala com o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores (Grupo ETC, 2005b).

Como é possível imaginar, existem poderosos interesses por detrás da nanotecnologia. Mais de 1.200 grupos corporativos no mundo se dedicam a desenvolver aplicações de nanotecnologia. Há desde velhos conhecidos, como 3M, Du Pont, General Electric, Johnson & Johnson, HP, IBM e Intel, até competidores superespecializados, como NanoInk, Veeco, FEL, Arryx, Luxtera e Nanosys. Os investimentos feitos pelos países desenvolvidos e por parte das 500 maiores empresas existentes no planeta em nanotecnologia são enormes. Segundo a Comissão Européia, apenas em 2004, o montante de investimentos financeiros globais foi da ordem de oito bilhões de euros, dos quais os grandes grupos corporativos foram responsáveis por aproximadamente metade deste valor.

É importante ressaltar que, atualmente, em termos de investimentos governamentais, a Europa (20%) e os Estados Unidos (26%) encontram-se próximos. Contudo, em termos de investimentos privados eles estão muito distantes, pois o setor privado estadunidense é responsável por 40% dos investimentos totais, enquanto que a Europa respondeu por apenas 14% dos capitais privados investidos no ano de 2004.

A Tabela 1, abaixo, detalha a evolução dos investimentos públicos feitos recentemente em pesquisa e desenvolvimento na área, por algumas potências mundiais, ao longo de meia década.

Tabela 1

GASTOS GOVERNAMENTAIS EM P&D DE NANOTECNOLOGIA ENTRE 1999 E 2003 (em US\$ milhões)					
Ano/Países	1999	2000	2001	2002	2003
Europa Ocidental	179	200	225	400	600
Japão	157	245	550	700	810
Estados Unidos	255	270	422	653	774
Outros países	96	110	380	550	750
Total	687	825	1.577	2.303	2.934

Fonte: Mikhail C. Roco e NanoinvestorNews.com.

Outro dado interessante que marca o processo de desenvolvimento da nanotecnologia em escala mundial é que apenas três países ou blocos regionais (Estados Unidos, União Européia e Japão) são responsáveis por 91% dos capitais privados e por 74% dos capitais públicos investidos. Este tipo de concentração de investimentos certamente acarretará vários impactos econômicos, tanto nos países líderes do processo, como naqueles que se encontram participando de forma periférica das pesquisas nanotecnológicas (Grupo ETC, 2005a). Este é o caso do Brasil. Não há possibilidade de comparação entre os investimentos feitos pela Europa, Estados Unidos ou Japão, com os recursos destinados à nanotecnologia no Brasil.

A nanotecnologia na semiperiferia capitalista

Segundo a Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), as iniciativas do governo brasileiro orientadas para o desenvolvimento da nanotecnologia iniciaram-se em 2001, quando foram criadas quatro redes de pesquisa. Entre 2002 e 2005, as redes de pesquisa nanotecnológica envolveram perto de 300 pesquisadores, 77 instituições de ensino e pesquisa, 13 empresas, além de publicar mais de 2000 artigos científicos e depositar mais de 90 patentes. Neste período, as redes existentes receberam cerca de três milhões de reais (MCT, 2007). De forma desagregada, a Tabela 2, abaixo, indica os resultados obtidos por cada uma das redes:

Tabela 2

DADOS GERAIS DAS REDES DE PESQUISA NANOTECNOLÓGICA NO BRASIL.					
Rede	Pesquisadores	Instituições	Empresas	Artigos	
Patentes					
Nanobiotecnologia	92	19	9	674	25
Nanosemimat	55	18	1	970	15
Nanoestruturados	150	23	*	225	*
Renami	61	17	3	450	57
Total	258	77	13	2319	97

* Não forneceu

Apesar de relativamente escassos, os recursos brasileiros para investimento em pesquisas nanotecnológicas tendem a aumentar, envolvendo, ca-

da dia mais, as principais instituições tecnocientíficas presentes no país. Duas delas têm se destacado no tocante aos progressos das pesquisas nanotecnológicas: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O LNLS é um laboratório mantido com recursos financeiros do MCT, cuja infra-estrutura inclui as linhas de luz com estações experimentais instaladas na fonte de luz síncrotron, microscópios eletrônicos de alta resolução, microscópios de varredura de ponta e espectrômetros de ressonância magnética nuclear. Em suas instalações ocorrem importantes experiências micro e nanotecnológicas².

A Embrapa, por sua vez, destaca-se por promover pesquisas nanotecnológicas em um dos mais expressivos setores econômicos brasileiros: o agronegócio (responsável por 30% do PIB do país). O crescente investimento em pesquisa nanotecnológica da empresa garantiu a produção de diversas patentes, especialmente na área de nanosensores, e a criação do Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio (LNNA) - sediado em São Carlos e em fase final de instalação. Outra importantíssima empresa brasileira que tem projetos em nanotecnologia é a Petrobrás (MARTINS, 2005 e 2006).

O pós-humano entre as promessas da nanotecnologia

As possíveis aplicações das nanotecnologias são imensas: medicina e saúde, tecnologia de informação, produção e armazenagem de energia,

ciência dos materiais, alimento, água e meio ambiente, instrumentos, fármacos, células-combustível de hidrogênio, exploração espacial... Será difícil encontrar

um setor econômico que, no futuro próximo, permaneça alheio aos avanços nanotecnológicos³.



Debates Contemporâneos

Em decorrência disto, e como freqüentemente acontece com as revoluções tecnológicas, também a nanotecnologia surge acompanhada por muitas esperanças (FOLADORI e INVERNIZZI, 2006): da cura de doenças à despoluição dos mares, do fim da pobreza à renovação das fontes energéticas do planeta... Uma parte da comunidade científica acredita que o processo de convergência das chamadas tecnologias BANG (*Bi-tes, Atomic, Neuro e Genetic*) esconde a chave para, inclusive, a vida eterna. Ou, conforme a expressão consagrada pela literatura, a chave para alcançarmos a condição pós-humana (LE-COURT, 2003).

Por um lado, as nanotecnologias contêm a fascinante promessa de minúsculos robôs replicantes, os *nanobots*, que poderiam navegar ve-lozmente pelos vasos sanguíneos como se fossem mecânicos da saúde para eliminar e destruir, por exemplo, coágulos de sangue e células cancerígenas, prolongando indeterminadamente a vida humana. E, por outro, a nanotecnologia poderia oferecer a base para o desenvolvimento de uma engenharia de computação atômica que utilizasse moléculas isoladas para fazer funcionar os circuitos informacionais, aumentando, assim, indefinidamente o desempenho dos computadores e tornando viável a possibilidade de transferir o espírito humano para um suporte inorgânico formado por nanocircuitos.

Como bem nos lembra o sociólogo francês André Gorz em sua última obra, intitulada *O Imaterial*:

A crença na possibilidade de transferir o espírito humano para um suporte inorgânico de micro-circuitos se desenvolveu, de fato, como um subproduto da pesquisa militar. (...) A idéia, não mais da assistência do intelecto pelo computador, mas da transferência do intelecto para ele, atingiu sua fantasmagórica maturidade com Hans Moravec, que desenvolveu robôs avançados para a NASA. Em *Mind Children*, e depois em *Robot: Mere Machine to Transcendent Mind*, ele vislumbra a possibilidade de ‘transplantar’ o espírito ligando feixes neurais do cérebro aos cabos de um computador que

permitiria, escreve ele, ‘ao espírito, ser salvo das limitações de um corpo mortal’, ou seja, ser estocado num computador, copiado num número ilimitado de exemplares, e ressuscitado à vontade. (...) Apresentados por membros de universidades de elite, líderes incontestados de suas disciplinas, os projetos que ligavam a inteligência artificial e a vida artificial, engenharia genética e nanotecnologias foram apresentados como o último estágio do projeto fundamental da ciência: emancipar o espírito da natureza e da condição humana (GORZ, 2005, p. 91, 94).

Num certo sentido, o projeto pós-humano busca emancipar o “espírito” da condição humana, por meio da criação de uma supercivilização robótica capaz de superar a humanidade e moldar o universo à imagem e semelhança do capital. Naturalmente, trata-se de um projeto – ao menos por enquanto – irreal, polêmico e que esbarra hoje em extraordinários limites políticos, culturais e tecnológicos⁴. Contudo, a simples existência idealizada de um tal projeto pós-humano já indica a magnitude das esperanças trazidas ou ampliadas pela nanotecnologia. Em parte, são estas mesmas promessas e enormes expectativas que tornam mais difícil o reconhecimento da existência de riscos sócio-ambientais, associados à produção industrial de nanoestruturas e de nanopartículas.

Mundialização financeira: dilemas e riscos da nanotecnologia

Por um lado, por exemplo, existe uma forte crença no meio científico de que a nanotecnologia não é perigosa por que a humanidade já convive, há séculos, com as nanoestruturas e nanopartículas que são formadas naturalmente, sem nunca ter ocorrido nenhum problema maior. Ao forjarem e temperarem espadas samurais e saracenas, os artesãos armeiros japoneses e árabes produziam, inadvertidamente, nanotubos de carbono, responsáveis pela excepcional qualidade das armas, e a formação de íons – átomos que por um motivo qualquer perderam ou ganharam elétrons – ocorre naturalmente na atmosfera, por meio de colisões e movimentos dos átomos.



Esta crença, contudo, obscurece o fato de que a produção de nanopartículas ou materiais nanoestruturados em escala industrial traz consigo desdobramentos imprevisíveis, quando comparados aos conhecidos ciclos, naturais ou tradicionais, de produção das mesmas. E isso sem mencionar o objetivo, alardeado amplamente por determinadas instituições de pesquisa vinculadas a grandes grupos corporativos multinacionais, de fabricar máquinas replicáveis em tamanho atômico. Trata-se de uma questão de escala: uma certa quantidade de água é absolutamente indispensável para a conservação da vida, mas água em excesso pode afogar e matar alguém.

Por outro lado, desde que o processo de mundialização do capital foi acelerado, no início dos anos de 1980, o moderno campo tecnocientífico atravessa um período de transformações agudas em sua relação com o campo econômico (CHESNAIS, 1996 e CHESNAIS e SAUVIAT, 2005), particularmente, naquilo que diz respeito à relação entre o ciclo da inovação tecnocientífica e o ciclo do investimento em novos meios de produção decorrentes destas inovações. Todos sabemos que há aproximadamente dois séculos os progressos tecnocientíficos constituem os principais instrumentos de aumento dos lucros das empresas. Entretanto, existia uma nítida separação entre o ciclo de inovação e o ciclo de comercialização da inovação.

Em meados dos anos de 1970, e em resposta à crise econômica e social do antigo modelo de desenvolvimento fordista, diferentes países industrializados, tendo os Estados Unidos à frente, decidiram liberalizar seus mercados financeiros e, assim, multiplicar as possibilidades de investimento de capital. Com isso, e apoiado pelo rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (computadores, satélites...), uma massa enorme de capitais, sob a forma financeira, passou a percorrer o mundo em busca de oportunidades de valorização (CHESNAIS, 1996 e BRAGA, 2003).

Nos Estados Unidos, tais oportunidades apareceram sob a forma de ciclos de negócios, permanentemente renovados pelo desenvolvi-

mento de novas tecnologias. As décadas de 1970 e de 1980 conheceram o incremento da automação microeletrônica e um ciclo tecnológico amplamente sustentado pelo pesado investimento estatal no setor bélico: o programa “Guerra nas Estrelas”. A década de 1990 viveu o *boom* do setor de produção de TI (tecnologias de informação) e, posteriormente, a difusão da internet e dos negócios “ponto com” mundializados. O novo milênio surge apoiado na onda de investimentos em biotecnologias e em engenharia genética. E, agora, experimentamos o início da “Revolução Invisível” representada pela nanotecnologia e pela nanociência.

Em apenas três décadas experimentamos várias “revoluções tecnológicas” com suas promessas e seus encantos: a microeletrônica, as telecomunicações, a computação, a internet, a biotecnologia e a engenharia genética... Mas também passamos por várias decepções. O colapso das sociedades de tipo soviético e o fim da Guerra Fria acenderam a esperança de que o investimento em armamentos cedesse seu lugar a uma ciência voltada para o bem-estar e para a melhoria das condições de existência humanas. A primeira Guerra do Golfo acabou rapidamente com essa esperança.

O ciclo especulativo do início dos anos 1990, que tornou viável o *boom* de crescimento patrimonial centrado no “conhecimento” proporcionado pela internet, fracassou no início de 2000, levando consigo alguns trilhões de dólares (HUSSON, 2007). Não existe solução tecnológica para as contradições do capitalismo e a esperança de enriquecimento amplamente acessível para todos aqueles que soubessem empregar sua criatividade nos negócios “ponto com” também caiu por terra.

O frenesi em torno das biotecnologias e da engenharia genética, por sua vez, foi acalmado pelo escândalo da falsificação de resultados da pesquisa genética com células-tronco, precursora da clonagem terapêutica, pelo cientista coreano Hwang Woo-suk. O caso teve repercussão mundial e serviu para ilustrar como a competição exacerbada por resultados espetaculares, que ocorre atualmente no campo científico, tem raízes em



Debates Contemporâneos

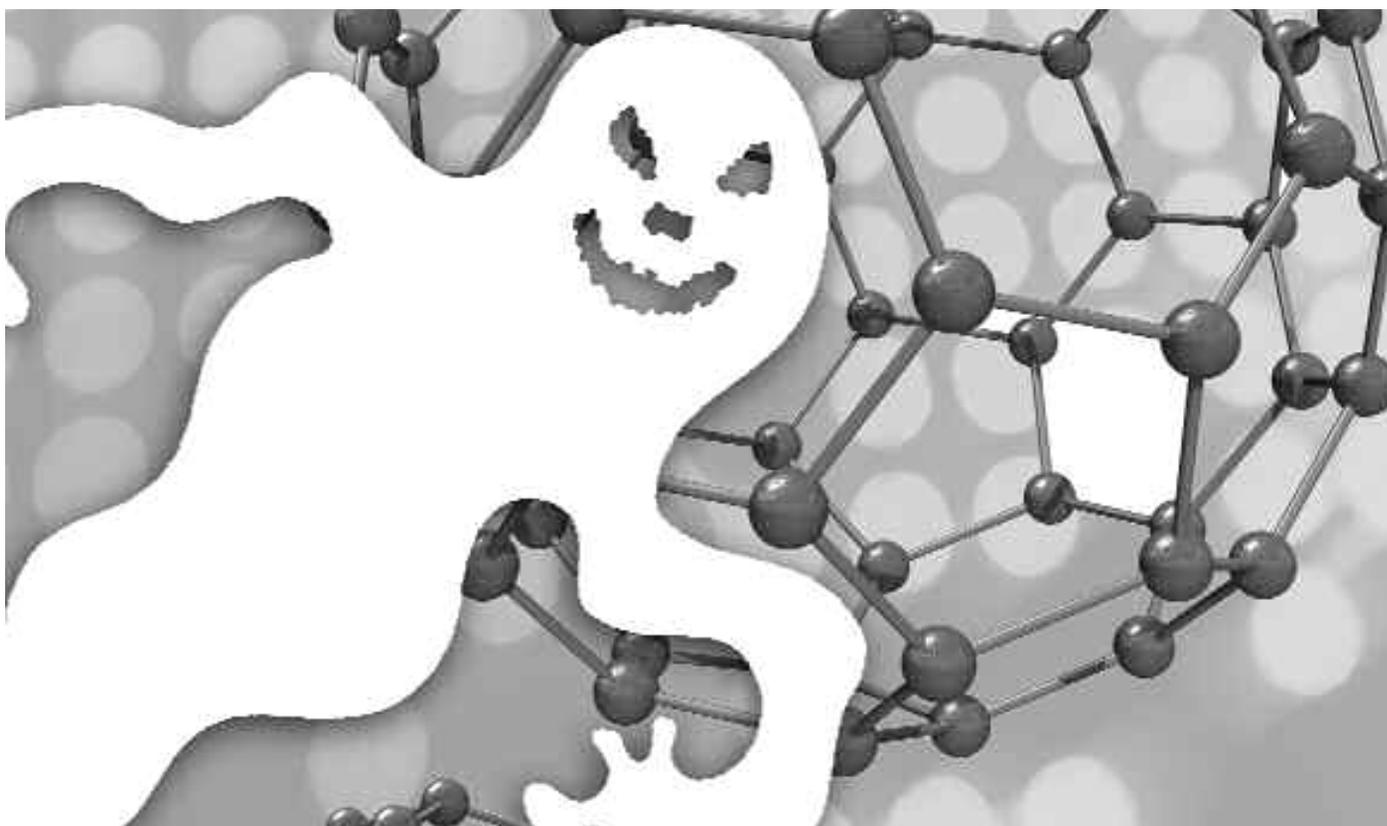
outro campo: o econômico.

As antecipações de lucros futuros, muito comuns nos mercados financeiros, têm pressionado instituições – universidades e empresas de pesquisa tecnocientífica – do campo científico para apresentar resultados mercadologicamente atraentes, e em ritmo acelerado. Vivemos, atualmente, uma espécie de financeirização da ciência com o ciclo comercial passando à frente do ciclo de inovação e exigindo do campo científico resultados de curtíssimo prazo cada vez mais espetaculares, no intuito de sustentar a agitação dos mercados financeiros:

O deslocamento do financiamento público (da inovação) para o privado e do controle gerencial para o controle de mercado implica mudanças no nível, nos objetivos, nas prioridades e no horizonte de tempo do investimento relacionado à inovação. A essência desse deslocamento pode ser resumida na transição de arranjos institucionais nos quais o capital financeiro apóia a indústria pra arranjos nos quais a indústria é obrigada a apoiar o capital financeiro. Obviamente, uma grande parcela desse deslo-

camento é atribuível à globalização financeira provocada por ondas sucessivas de liberalização e desregulamentação governamental e pela inovação financeira privada (CHESNAIS e SAUVIAT, 2005, p. 167).

Com isso, o campo científico tende a sacrificar a precaução e o compromisso com os resultados, inerentes ao ofício do pesquisador, e ceder às pressões das instituições de financiamento da ciência. Naturalmente, os riscos para a saúde dos trabalhadores ou para a preservação do meio ambiente, decorrentes da produção tecnocientífica aumentam exponencialmente⁵. As implicações ao meio ambiente, com relação à toxicidade e à biodegradabilidade das nanopartículas e os efeitos delas para a saúde de diversas espécies (incluindo a humana), tanto a curto prazo como a médio prazo, são consideráveis, uma vez que estima-se que poderiam interferir nas funções vitais. A bioacumulação e persistência das nanopartículas ao longo da cadeia alimentícia são também um fator a observar de forma atenta.



Considerações finais

As nanopartículas e nanoestruturas devem ser avaliadas neste contexto e não de acordo com a crença presente no campo científico de que não há motivos para preocupação, já que a sociedade convive há séculos com estas substâncias. A verdade é que ainda sabemos pouquíssimo – ou quase nada – a respeito do comportamento das nanopartículas industriais já despejadas no meio ambiente (Grupo ETC, 2005a). O que realmente sabemos sobre o movimento destas partículas em contato com o meio ambiente? Onde elas vão se depositar? Qual seu potencial poluente? Da mesma forma, sabemos muito pouco sobre procedimentos de segurança na manipulação e produção destas partículas pelos trabalhadores. Que fazer para garantir a segurança dos mesmos? Quais instrumentos serão necessários? Quais serão suficientes?

Apesar disso, os grandes grupos corporativos internacionais continuam envolvidos em uma desatinada corrida na direção de produzir e despejar, o mais rapidamente possível, produtos nanotecnológicos nos mercados mundializados e, conseqüentemente, nos mais diferentes ecossistemas (Grupo ETC, 2005b). Protetores solares, geladeiras, roupas, materiais desinfetantes, aerossóis, adesivos... Vários produtos já contêm nanopartículas, produzidas industrialmente e comercializadas mundialmente, sem apresentar nenhum tipo alerta ao consumidor.

Alguns autores, como David Berube, por exemplo, minimizam os riscos e ponderam, até certo ponto de maneira acertada, que:

Uma falsa crença decorrente dos estudos de risco imagina que as conseqüências futuras terão que ser examinadas imediatamente em relação às capacidades atuais para minimizar o grau de perigo. Para tanto, enquanto a nanotecnologia no ano de 2250 poderia incluir *nanobots* replicantes, também incluiria meios avançados para aliviar os impactos que isso poderia gerar” (BERUBE, 2005, p. 278).

Contudo, trata-se de uma posição que beira perigosamente o otimismo tecnológico e que

poderia resultar em uma postura política incapaz de refletir sobre os riscos das aplicações nanotecnológicas de longo prazo⁶. Além disso, não necessariamente esta posição estaria correta, pois, num futuro próximo haveria também a possibilidade de serem revelados fortes limites tecnocientíficos capazes de restringir as soluções tecnológicas mencionadas e, então, muitas conseqüências da difusão nanotecnológica já poderiam ser irreversíveis.

Estamos diante, uma vez mais, do paradoxo do progresso tecnocientífico e, como sempre, devemos evitar tanto o catastrofismo quanto o *otimismo tecnológico* inocente. Não se trata de ser “contra” ou “a favor” da nanotecnologia. Esta apresenta potencial para se tornar um poderoso instrumento a serviço do bem-estar dos trabalhadores. Afinal, quem não gostaria de poder contar com transportadores moleculares capazes de levar medicamentos exatamente para o interior das células doentes, por exemplo? Ou não gostaria de poder contar com aparelhos de diagnóstico hiperprecisos?

Entretanto, como bem sabemos, o uso capitalista da nanotecnologia privilegia o lucro. E, nas condições sociais da financeirização neocapitalista contemporânea, um tipo de lucro de curtíssimo prazo. Avançar no debate a respeito da nanotecnologia implica reconhecer a realidade da contradição existente entre as necessidades humanas e a acumulação do capital⁷. E, uma tal compreensão deve necessariamente partir da relação de dominância da ciência pelo capital, ou seja, da imposição dos objetivos da valorização financeira sobre os da ciência.

É exatamente por meio desta heteronomia que a tecnociência substitui a rotina empírica transformando-se em força produtiva para o capital. E é por meio desse reconhecimento que poderemos superar algumas das principais características dos valores neoliberais, incorporados pela problemática nanotecnológica em curso, ou seja, o desprezo pelo debate público e a ênfase no empreendedorismo individual, como meio privilegiado da inovação.



NOTAS

¹ No entanto, alguns pesquisadores preferem associar o surgimento da nanotecnologia a uma outra conferência clássica, ministrada por John von Neumann, em 1948, durante colóquio organizado pela Fundação Hixon, no Califórnia Institute of Technology (CalTech). Ver, para mais detalhes, Dupuy (2000 e 2006).

² Para saber mais sobre o LNLS, ver: Burgos, 1999.

³ No momento, quase todas as aplicações vêm girando em torno do aperfeiçoamento dos materiais existentes e da inovação em novos materiais. Eles estão sendo utilizados em produtos de luxo como raquetes de tênis, bolas de golfe ou boliche (de modo a reduzir o número de voltas que as mesmas dão); nanopartículas de zinco para a fabricação de pneus de alto rendimento; fibras para a fabricação de telas com propriedades antimanchas ou anti-rugas; nanopartículas para cosméticos, farmacêuticos e novos tratamentos terapêuticos; filtros/membranas de água nanoestruturados e “remédios” meio-ambientais; melhora dos processos produtivos, mediante a introdução de materiais mais resistentes e eficientes; ou o desenho de novos materiais para usos que vão desde a eletrônica, a aeronáutica e toda a indústria de transporte, até para seu uso em armas mais sofisticadas e de novo caráter (explosivos, balística, materiais antibala e *stealth* etc).

⁴ A preocupação política já tocou profundamente alguém como Francis Fukuyama, por exemplo. Inscrevendo os direitos humanos e a propriedade privada como parte da natureza humana, o conhecido e polêmico liberal estadunidense lança, diante do projeto pós-humano, a seguinte questão: o que acontecerá com os direitos políticos caso a “igualdade humana natural” seja modificada? Para ele: “A igualdade política cultuada pela Declaração da Independência repousa no fato empírico da igualdade humana natural. Diferimos enormemente como indivíduos e por cultura, mas partilhamos de uma humanidade comum que permite a todo ser humano se comunicar potencialmente com todos os demais seres humanos no planeta e entrar numa relação com eles. A questão fundamental suscitada pela biotecnologia é: o que acontecerá com os direitos políticos quando formos efetivamente capazes de engendrar algumas pessoas com selas nas costas e outras com botas e esporas?” (Fukuyama, 2003, p. 23).

⁵ Em relação à saúde dos trabalhadores, estudos sobre a reatividade das nanopartículas serão cada vez mais necessários, não apenas as tradicionais análises toxicológicas (exposição imediata), como também investigações sobre

potenciais implicações à longo prazo (potenciais modificações genéticas hereditárias, etc).

⁶ “A incerteza da nanotecnologia e o custo dos acidentes que eventualmente poderiam – ou não – acontecer terão de ser levados em consideração, mas evitando as soluções otimistas e tomando nota das particularidades vistas em toda sua amplitude multidimensional. Com esse tipo de exercício de reflexão pode-se visualizar melhor os possíveis custos das decisões tomadas hoje” (Ramos, 2006, p. 51).

⁷ Seguindo a indicação de Marx em sua obra maior: “As forças intelectuais da produção (no período manufatureiro) só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples em que o capitalista representa diante do trabalhador isolado a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital” (1984, p. 413-4).

REFERÊNCIAS

- BERUBE, D. **Nano-Hype**. Nova Iorque: Prometheus Books, 2005.
- BRAGA, R. **A nostalgia do fordismo**. São Paulo: Xamã, 2003.
- BURGOS, M. B. **Ciência na periferia: a luz síncrotron brasileira**. Juiz de Fora: EdUFJF, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- ____ e SAUVIAT, C. **O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro**. In: LASTRES, H. M. M. e CASSIOLATO, J. E. e ARROIO, A. Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2005.
- DUPUY, J.-P. **The mechanization of the mind**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- ____ **Os desafios éticos das nanotecnologias**. In: IIEP. Nanotecnologia e os trabalhadores. São Paulo: IIEP, 2006.





- THE ECONOMIST. **Health worries over nanotechnology**, The Economist, 12 de abril de 2006.
- FEYNMAN, R. **Há mais espaços lá embaixo: um convite para penetrar em um novo campo da física**. Com Ciência, n. 37, nov. 2002.
- FOLADORI, G. e INVERNIZZI, N. **As nanotecnologias como solução à pobreza?** Inclusão Social, v. 1, n. 2, 2006.
- FUKUYAMA, F. **Nosso futuro pós-humano: Consequências da revolução da biotecnologia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- LACEY, H. **A controvérsia sobre os transgênicos**. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.
- GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Annablume: São Paulo, 2005.
- GRUPO ETC. **Nanotecnologia: os riscos da tecnologia do futuro**. Porto Alegre: L&PM, 2005a.
- _____. **Tecnologia atômica: a nova frente das multinacionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
- HUSSON, M. **Mitos da mundialização: Prodígios e mistérios da “nova economia”**. São Paulo: Xamã, 2007 (no prelo).
- LECOURT, D. **Humano pós-humano**. Edições 70: Lisboa, 2003.
- MARTINS, P. R. (org.) **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Humanitas, 2005.
- _____. **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente: trabalhos apresentados no Segundo Seminário Internacional**. São Paulo: Xamã, 2006.
- Ministério da Ciência e Tecnologia. **Nanotecnologia, resultados e demandas**. Brasília: MCT, junho de 2006, p.3. Disponível no URL: http://www.mct.gov.br/-upd_blob/8075.pdf Capturado em 11/01/07.
- MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1984.
- RAMOS, G. C. **Nanotecnologia y médio ambiente**. In: IIEP. **Nanotecnologia e os trabalhadores**. São Paulo: IIEP, 2006. 





A importância da perspectiva ontológico-social de Marx n' *O Capital* para o entendimento do capitalismo na atualidade

Josiane Soares Santos* e Lúcia Aranha**

* Professora assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

** Doutora em Educação, professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Introdução

O objetivo deste trabalho é tecer algumas considerações acerca do Livro I, d' *O Capital* (MARX, 2001), tendo em vista apreender a lógica de apresentação do texto, no sentido de evidenciar o método utilizado por Marx para estudar a sociedade capitalista e sua atualidade. Para tanto, nossa atenção estará voltada para a fundação ontológico-social deste método, e, por conseguinte, do pensamento marxiano como um todo. Considerando tal questão, a leitura d' *O Capital* evidencia a justeza da formulação lukacsiana, cujo mérito principal foi apontar pioneiramente a centralidade dos “princípios ontológicos fundamentais de Marx” numa quadra histórica dominada pelo marxismo vulgar. Segundo NETTO, “somente quando elucidou a ontologia do ser social, Marx pôde apreender o concreto movimento do capital na ordem societária que ele comanda” (1994, p. 34). Muito mais que uma

pesquisa sobre “o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação” (MARX, 2001, p. 16), *O Capital* é uma abordagem das particularidades do gênero humano em sua gênese e desenvolvimento históricos. Em razão disso ultrapassa o sentido estrito da economia, expressando a unidade com os aspectos que LUKÁCS (1979) denominou de extra-econômicos.

Muito mais que uma pesquisa sobre “o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação”, *O Capital* é uma abordagem das particularidades do gênero humano em sua gênese e desenvolvimento históricos.

Tal unidade aparece teoricamente porque existe na realidade e é captada pelo pensamento marxiano devido à orientação ontológica, radicalidade histórica e perspectiva de totalidade de seu método. Precisamente aí reside a necessidade de enfatizar a dimensão ontológica das reflexões presentes n' *O Capital*: contrapor-se aos lugares comuns que as interpretam como se fossem resultantes de um pensamento econômico enquadrado no conceito moderno de ciência e sua divisão que desistoriciza as relações sociais.

Debates Contemporâneos

Para além desta preocupação, é importante contrapor-se também a um enquadramento epistemologista do método marxiano e derivações sociológicas de sua interpretação. Suas categorias não se prestam a este tipo de esquematização, a não ser sob pena de um brutal empobrecimento de sua complexidade que assim o é em face da complexidade da objetividade social a que necessariamente é referido.

Assim sendo é que o percurso das considerações aqui contidas principia por uma elucidação do caráter social da ontologia marxiana, diferenciando-a das ontologias idealistas predominantes na história da filosofia. Em seguida, demonstra, a partir fundamentalmente das referências presentes em Lukács, alguns aspectos d' *O Capital* em que a postura onto-metodológica marxiana é decisiva para a aproximação concreta em relação à ordem burguesa, mesmo no Livro I, onde, segundo advertências do próprio Marx, as reflexões estariam ainda num grande nível de abstração.

O caráter social da ontologia marxiana

Dizer simplesmente que a dialética marxiana possui uma dimensão ontológica não possibilita a inteira compreensão das conseqüências disto para os resultados a que Marx chegou. Mais que isso, pode levar inclusive a interpretações equivocadas em razão do significado que a palavra “ontologia” carrega ao longo da história da filosofia.

Tendo seu sentido literal conformado pelo “conhecimento do ser”, a ontologia desenvolveu-se predominantemente no pensamento filosófico clássico sob as bases do idealismo. Grosso modo, pode-se dizer que no idealismo se postula o primado ontológico da consciência sobre a matéria ou o ser, e, no que diz respeito às suas elaborações, redundava sempre que o sentido das “coisas que são”, do ser, é dado pela consciência do sujeito cognoscente. Ademais, neste sentido específico da ontologia, as realidades existentes – sejam elas naturais ou sociais – são indiferenciadas na medida em que ambas se constituem enquanto produtos da idéia. Bastante diverso deste significado é o que porta a ontologia marxiana que, para além de ser uma ontologia, tem um ad-

jetivo que a qualifica: é uma ontologia *social*.

A primeira interrogação que se põe, portanto, é *o que estamos entendendo como perspectiva ontológico-social de Marx*. Nesta direção, cabe lembrar que devemos superar o marxismo como

uma mera epistemologia [...], um paradigma teórico-metodológico a mais das ciências sociais, dependente da escolha arbitrária do pesquisador [...] [para entendê-lo como] um ponto de vista [que compreende] que a obra marxiana é fundada numa ontologia, densa de conteúdo histórico por tratar da constituição do ser social nos marcos do capitalismo e das formas de sociabilidade que lhe são inerentes (IAMAMOTO, 1998, p. 187-8).

Com isso, queremos afirmar, utilizando as palavras do próprio Marx, que “não é a consciência dos homens que define o seu ser; é o seu ser que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 1983, p. 24). Isto não significa que a consciência¹ não caiba um papel decisivo na concepção marxiana, muito pelo contrário, mas o que está em questão aqui é a atribuição da *prioridade ontológica* que é dada ao ser, à existência, enfim, à objetividade do ser social. Em outros termos:

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo o materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento algo que é (LUKÁCS, 1979, p. 40).

Dizer que o pensamento marxiano é ontológico é fundamental, embora insuficiente, posto que a virada conservadora do capitalismo após 1848 provocou significativos impactos no pensamento social. O processo denominado por Lukács como “decadência ideológica” da burguesia,

tendo determinantes radicados no processo histórico de consolidação da ordem burguesa (*Apud* COUTINHO, 1972) e acirramento das lutas de classe foi comandado pela necessidade de obscurecer o caráter transitório deste modo de produção, atingindo em cheio a razão moderna, cujo desenvolvimento havia sido protagonizado por esta mesma burguesia, no embate com o regime feudal. Tratava-se de manter a dominação e, para tanto, a razão deveria ser equalizada à lógica (miséria da razão)² ou abandonada (irracionalismo), impossibilitando que o pensamento social chegasse à totalidade contraditória das relações sociais. Em outras palavras, põe-se em desuso a razão dialética diante do seu ameaçador potencial emancipatório.

Nesse contexto, surgem as ciências sociais particulares e a ontologia também será “arquivada”, vez que, *de acordo com a miséria da razão, o que importava era a preocupação com as formas de conhecer e não com a essência das coisas em si*. Passando a teoria do conhecimento à esfera máxima de alcance da razão, toda ontologia que assim se reivindicasse tinha-lhe atribuído um caráter idealista. Portanto, quando reafirmamos a importância do pensamento marxiano como uma ontologia, queremos referir-nos à distinção fundamental que lhe foi possível retomar, a partir de um caráter ontológico, entre fenômeno e essência, em meio a esse processo de abandono das preocupações com as “causas primeiras das coisas” (GUERRA, 1995).

Essa possibilidade de um desenvolvimento materialista da ontologia esteve posta, de acordo com Netto (1994), quando, na quarta década do século XIX, o pensamento marxiano encontra condições histórico-sociais e teórico-culturais para constituí-la. Ou seja, somente com o desenvolvimento das forças produtivas, levado a cabo pelo capitalismo é possível a Marx a descoberta da prioridade ontológica da economia (LUKÁCS, 1979) e, a partir dela, da possibilidade de uma nova ontologia materialista, cujo epicentro é

a razão dialética. Nas palavras de Marx, seu

método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para [Marx], ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2001, p. 28).

Não bastasse ser uma ontologia materialista, o pensamento marxiano é ainda uma *ontologia social*. Isso significa dizer que ela *está referida* não a todos os seres, mas *ao ser social*. Esta afirmativa aparentemente simples, tem as maiores conseqüências do ponto de vista metodológico.

A primeira delas é a interdição da transposição empiricista, tão a gosto da “miséria da razão”, da racionalidade de outros tipos de ser para o ser social. Isso acontece, como é amplamente sabido, especialmente, em relação aos métodos de conhecimento das ciências exatas e naturais para as ciências sociais. Assim sendo, esta racionalidade centra-se na objetividade, engessando, no plano do pensamento, o movimento do real, ao querer separar o que é uma unidade. Trata-se do avesso do idealismo, que, no entanto, porta o mesmo tipo de problema: ignora a particularidade do ser social.

Distinguir a particularidade do objeto é suposto central de um pensamento de cunho ontomaterialista, uma vez que a lógica teórica é tributária da lógica do objeto, do movimento de constituição da sua essência. Desta forma, “a determinação central da ontologia marxiana como especificamente referida ao ser social está na sua categoria fundante, a categoria de práxis, cuja pertinência é exclusiva aos indivíduos pertencentes ao gênero humano” (NETTO, 1994, p. 34). Estando a práxis no centro das reflexões, interdita-se também o movimento inverso de transposição da lógica do ser social para outros tipos de ser.

Dizer que o pensamento marxiano é ontológico é fundamental, embora insuficiente, posto que a virada conservadora do capitalismo após 1848 provocou significativos impactos no pensamento social.



Debates Contemporâneos

Mesmo correndo o risco da redundância, devemos assinalar que é o caráter social da ontologia marxiana que possibilita a apreensão da realidade social como totalidade diferenciada da realidade natural, embora a ela ineliminavelmente vinculada, cabendo ao trabalho a centralidade na construção e desenvolvimento da sociabilidade humana. Como salienta Marx, desde *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, o homem se constitui como tal, quando, no seu intercâmbio com a natureza, muda a sua relação imediata com a mesma e, através da mediação do trabalho, por ele considerado como o primeiro modelo de práxis, a transforma para dar respostas às suas necessidades. Ao transformar a natureza, os homens transformam a si próprios, deixando de ser apenas um ser a mais da natureza, para transformar-se em animal humano, isto é, em um ser que, sem perder a sua objetividade natural, torna-se um ser social, cuja essência, para o autor, reside no conjunto de suas relações sociais.

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2001, p. 211).

Tendo em vista a concepção historicamente dominante de objetividade científica e suas derivações metodológicas deveras conhecidas, trata-se de demarcar que, nas ciências humanas e sociais, o objeto é o ser social. Sendo este ser diferente de outros seres orgânicos e inorgânicos existentes na natureza, conforme já referido, tanto os instrumentos para conhecê-lo, como as conclusões a que se chega a partir destes, reclamam particularidades, demarcadas pela práxis. Ou seja, a

objetividade que envolve a teoria social é diferente da que envolve a reflexão sobre a natureza, devido à sua indissociável relação com a subjetividade. Trata-se, portanto, de fomentar também a crítica a um padrão de reflexão teórica que autonomiza a subjetividade e proclama toda a relativização da verdade, posto que vai para o outro extremo da questão e desconsidera qualquer objetividade posta na realidade social.

Com as considerações acima, *queremos destacar que somente entendendo a perspectiva ontológico-social inerente às formulações de Marx é possível defender a sua atualidade*, independente dos resultados a que chegou ao analisar o capitalismo do século XIX, em que o real se apresentava a partir de determinações próprias daquele contexto. *O fato é que o capitalismo, seu objeto de estudo, apesar de intensas mudanças ao longo do tempo, continua vivo, continua real, cabendo às categorias da razão a enorme tarefa de apreender suas determinantes na contemporaneidade e reproduzi-las no plano do pensamento, no plano teórico, enquanto real pensado* (KOSIK, 1980). Esta concepção é patente em toda a sua obra, e é a partir dela que Marx procura entender a sociabilidade capitalista.

A lógica d'O *Capital* como a lógica da sociedade capitalista

Sabemos que Marx, ao analisar o trabalho no capitalismo, destaca seu duplo caráter. O trabalho em sua dimensão histórico-social genérica, como trabalho concreto voltado para a criação de valores de uso, como práxis positiva, que afirma a humanidade do ser social; e como trabalho abstrato, voltado para a criação de valores de troca, práxis que nega o homem, alienando-o e condenando-o a viver em função apenas do reino da necessidade, enfim, trabalho como processo de valorização capitalista. Diz Marx:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abs-

Devemos assinalar que é o caráter social da ontologia marxiana que possibilita a apreensão da realidade social como totalidade diferenciada da realidade natural, embora a ela ineliminavelmente vinculada, cabendo ao trabalho a centralidade na construção e desenvolvimento da sociabilidade humana.



trato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 2001, p. 63).

Lukács, contrapondo-se à idéia de Althusser, para quem haveria um jovem Marx, filósofo, e um Marx maduro, cientista, assevera que a presença da filosofia nas reflexões econômicas de Marx sistematizadas n’*O Capital* é incontestavelmente fundante da fecundidade dos resultados ali postos. Segundo Lukács, Marx tem a tendência básica de

desenvolver as generalizações filosóficas a partir dos fatos verificados pela investigação e pelo método científico, ou seja, a constante fundação ontológica das formulações tanto científicas quanto filosóficas. É essa união entre faticidade solidamente fundada e corajosa generalização filosófica que cria, na obra que estamos analisando, sua atmosfera específica de *proximidade à vida* (LUKÁCS, 1979, p. 56).

Do ponto de vista metodológico, que é objeto da presente tematização, a filosofia constitutiva d’*O Capital* é o epicentro da capacidade crítica, cujo significado para Marx indica uma superação que decifra e incorpora as interlocuções para as quais está dirigida. Tal presença é fundamental para realçar a dimensão ontológica do referido método. Conforme Lukács,

cabe à filosofia ‘tão somente’ operar um controle e uma crítica contínuos, a partir de um ponto de vista ontológico, bem como - aqui e ali - fazer generalizações no sentido de uma ampliação e um aprofundamento. Essa função da generalização filosófica não diminui a exatidão científica das análises teórico-econômicas singulares, mas ‘simplesmente’ as insere em concatenações que são indispensáveis para compreender adequadamente o ser social em sua totalidade (LUKÁCS, 1979, p. 50-1).

Aprender o ser social enquanto totalidade implica ter em conta sua constituição “como a constituição de *complexos de complexos*: a realidade so-

cial é uma *totalidade concreta composta por totalidades concretas de menor complexidade*” (NETTO, 1994, p. 37 – grifos originais). Dessa forma, é importante ressaltar que, sendo cada categoria uma “*forma de ser*”, cada uma delas é sempre um complexo – e não uma “parte” que possa ser encarada como “simples” em relação ao todo – exatamente pelo caráter complexo do ser social que a produz por meio da práxis³. No entanto, há que se iniciar a abordagem desta totalidade complexa por algum lugar e, precisamente aí, é necessário lembrar da diferenciação feita por Marx entre o método de investigação e o de exposição.

Tal diferenciação expressa uma unidade de diversos: a investigação antecede cronologicamente a exposição, pois é na primeira que se dão a pesquisa e a apreensão do objeto, cujos resultados serão tematizados na segunda, mas ambas estão indissociavelmente relacionadas. Para além da diferença na natureza da atividade levada a cabo no momento de investigação (que é de perquirir as legalidades do objeto) e de exposição (que é de explicar tais legalidades), este último momento supõe o enfoque privilegiado das categorias determinantes e fundantes que aparecem no percurso que vai do abstrato ao concreto pensado; já a investigação parte do todo caótico – neste sentido, da realidade como um concreto simples – num processo de abstração com o objetivo de buscar as categorias mais “simples” que serão enfatizadas na exposição pelo papel decisivo desempenhado na gênese e desenvolvimento do objeto em questão. Mas, seja no método de investigação, seja no de exposição, outro fator importante de sua unidade diz respeito ao *papel da abstração para o conhecimento e análise do ser social*. Segundo Marx, “na análise de formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (MARX, 2001, p. 16).

A abstração econômica da qual se serve Marx para a análise do processo de produção do capital é a de que as mercadorias são compradas e vendidas pelo seu valor. Essa abstração possibilita, de acordo com o autor, a observação do “fenômeno em sua pureza, pressupondo sua



Debates Contemporâneos

ocorrência normal” (MARX, 2001, p. 135). Ilumina, assim, a gênese da categoria em questão (o valor). Sobre isso Lukács assinala:

É certo que se trata de uma abstração *sui generis*: em sua base, temos a efetiva lei fundamental da circulação das mercadorias, uma lei que em última instância se afirma sempre na realidade econômica, apesar de todas as oscilações dos preços, numa totalidade que funcione normalmente. Por isso, ela não opera como uma abstração quando se trata de

revelar tanto as conexões econômicas puras quanto suas inter-relações com os fatos e tendências extra-econômicos do ser social; e por isso todo o Livro I se apresenta como uma reprodução da realidade e não como um experimento ideal abstrativo. A razão reside, mais uma vez, no caráter ontológico dessa abstração [...]. Com isso, novamente se revela o ponto essencial do novo método: o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e ainda menos lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (LUKÁCS, 1979, p. 56-7).

Ressaltar, portanto, que a abstração é o recurso metodológico fundamental de Marx no processo de investigação, *é destacar que a lógica subjacente a tal procedimento emana do objeto e não de um conjunto de regras ou procedimentos elaborados pelo sujeito/pesquisador para ser aplicado na realidade*. Por outro lado, possibilita também entender que, muito embora a lógica do objeto “social” não seja uma “criação” do sujeito/pesquisador, para que ela seja captada, a atividade deste é fundamental enquanto atividade consciente e dirigida à obtenção de um determinado resultado. Dito de outra forma, *o processo de abstração é o recurso metodológico central de Marx, posto que é, no plano da produção de conhecimentos, o correspondente à particularidade*

A abstração é o recurso metodológico fundamental de Marx no processo de investigação, é destacar que a lógica subjacente a tal procedimento emana do objeto e não de um conjunto de regras ou procedimentos elaborados pelo sujeito/pesquisador para ser aplicado na realidade.

do ser social: o pôr teleológico.

Ainda sobre as abstrações e a importância das categorias mais simples no entendimento do objeto enquanto totalidade complexa, Lukács sinaliza que:

É preciso começar a investigação com “elementos” de importância central. Com efeito, o caminho que Marx pretende percorrer – do abstrato até a totalidade concreta e finalmente tornada completamente visível – não pode partir de uma abstração qualquer. [...] O ponto de partida, ao contrário, deve ser uma categoria objetivamente central no pla-

no ontológico. Não é por acaso que Marx, em *O Capital*, examinou como categoria inicial, como “elemento” primário, o valor. E, em particular, examinou-o tal como ele se apresenta em sua gênese [...] [que] ilumina plenamente o que de mais importante existe na estrutura do ser social, ou seja, o caráter social da produção. [...] Essa centralidade da categoria do valor é um fato ontológico e não um “axioma” que sirva de ponto de partida segundo motivações puramente teóricas ou mesmo lógicas [...]. A análise teórica mostra imediatamente que ela é o ponto focal das mais importantes tendências de toda a realidade social [...]. Antes de mais nada, aparece no valor, enquanto categoria social, a base elementar do ser social: o trabalho. A ligação deste com as funções sociais do valor revela os princípios estruturadores fundamentais do ser social, que derivam do ser natural do homem e, ao mesmo tempo, do seu intercâmbio orgânico com a natureza, um processo no qual cada momento [...] revela tratar-se de um processo que culmina em categorias que, como é o caso do próprio valor, já se separaram inteiramente da materialidade natural (LUKÁCS, 1979, p. 46-8).

É, portanto, ao sentido ontológico das abstrações marxianas que está hipotecado o fato de *O Capital* se diferenciar fundamente das obras da economia política vulgar. Nele, as categorias eco-



nômicas são categorias centrais, como é o caso do valor⁴, pela sua centralidade no processo de humanização do homem e, neste sentido, a economia em Marx está longe de poder ser pensada como uma esfera autônoma da vida social. É também Lukács que chama atenção para o caráter peculiar e, segundo ele, raramente compreendido da dialética marxiana, em que:

O econômico e o extra-econômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa ineliminável relação recíproca, da qual porém não deriva, [...] nem um desenvolvimento histórico privado de leis e irrepetível, nem uma dominação mecânica “imposta por lei” do econômico abstrato e puro. Deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas a função de momento predominante (Id. Ibid., p. 44).

Isso significa dizer que, sem entender o momento predominante da economia, da produção, o conhecimento do ser social pode alcançar apenas fenomenicamente as mediações que lhe são constitutivas, mas de modo algum restringe o ser social às leis da economia. O conceito de “momento predominante” está referido à sua função de fundamento que, sem a referência à ontologia social marxiana, descamba nas incompreensões economicistas, ainda hoje, fartamente presentes no pensamento social. A unidade entre os aspectos econômicos e extra-econômicos, só é possível no plano do pensamento pela sua existência efetiva na realidade; por isso, “a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a ‘existência social’ delas” (MARX, 2001, p. 88).

Mas não é só a descoberta da categoria mais elementar da estrutura do objeto, pela via do processo de abstração, que caracteriza a ontologia marxiana. O momento da exposição também expressa o movimento do objeto, isto é, expressa sua crescente complexidade e vai conduzindo o leitor a ela, na medida em que insere paulatinamente novas mediações categoriais. Nas palavras de Lukács, na estrutura d’*O Capital* “são colo-

radas experimentalmente conexões legais puras, homogêneas em sua abstratividade, mas também a ação exercida sobre elas [...] por componentes mais amplos, mais próximos da realidade, inseridos subseqüentemente, para se chegar finalmente à totalidade concreta do ser social” (LUKÁCS, 1979, p. 45).

Assim é que, ao longo de todo o tomo I, a seqüência dos capítulos, cujo ponto de partida é a mercadoria, vai agregando densidade histórica, aproximando-se das “múltiplas determinações” da sociedade burguesa. Neste processo, transita Marx pelo dinheiro, o processo de trabalho, a divisão do trabalho, os diferentes graus de produtividade e exploração da força de trabalho, o salário, enfim, transita pelo movimento dos diferentes modos de produção e vai reconstituindo a trajetória do modo de produção especificamente capitalista.

Tal movimento nada mais é que a constituição do ser social e sua distinção em relação aos demais seres orgânicos e inorgânicos: as mediações postas na sua relação com a natureza são produto do pôr teleológico humano como resposta às suas necessidades e, portanto, cada vez mais, sociais e não naturais. Ao contrário, pois, do que querem os economistas vulgares, a sociedade burguesa é socialmente construída. Neste trajeto, importa dizer que as mediações vão revelando os traços do modo de produção como formas historicamente determinadas de reprodução do ser social e, por isso, as observações, acima, referidas à unidade entre os aspectos econômicos e extra-econômicos revestem-se da maior importância: trata-se de assinalar a unidade entre produção e reprodução sociais, tantas vezes cindida por grande parte da tradição marxista, bem como por seus críticos.

Esta unidade dialética, e por isso contraditória, entre produção e reprodução aparece, muitas outras vezes, ao longo d’*O Capital* no tratamento de outras categorias e merece destaque pelo papel que cumpre na lógica de exposição: ela (a unidade dialética) traduz o movimento das categorias que nada mais é que a mudança de suas formas, ajudando a distinguir aparência e essência, sua gênese e desenvolvimento. No processo



Debates Contemporâneos

de trabalho, por exemplo, Marx assinala que “a matéria-prima constitui a substância do produto, mas muda sua forma. Matéria-prima e materiais acessórios perdem a figura com que entram no processo de trabalho como valores-de-uso” (MARX, 2001, p. 238). Outro exemplo de um par categorial central neste sentido está na relação entre valor de uso e valor:

Nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil [...] se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista da grandeza do valor só interessa quantitativamente e depois de ser convertido em trabalho humano, puro e simples. No primeiro caso, importa saber como é e o que é o trabalho; no segundo, sua quantidade, a duração de seu tempo (Id. Ibid., p. 63 e 67).

Aí aparece com nitidez não apenas a unidade de diversos, mas, sobretudo, o dinamismo que a contradição imprime a tal relação, sem eliminar a dependência recíproca de uma categoria mais complexa em relação à menos complexa. Continuemos observando como Marx reproduz teoricamente a mudança de forma das categorias, a partir ainda do par categorial valor de uso/valor, agora tendo como objetivo chegar ao dinheiro e o que seria a sua essência:

Todo mundo sabe, mesmo os que nada mais saibam, que as mercadorias possuem forma comum de valor, que contrasta com a flagrante heterogeneidade das formas corpóreas de seus valores-de-uso. Esta forma comum é a forma dinheiro do valor. Importa realizar o que jamais tentou fazer a economia burguesa, isto é, elucidar a gênese da forma dinheiro. Para isso, é mister acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor existente entre as mercadorias, partindo da manifestação mais simples e mais apagada até chegar à esplendente forma dinheiro. Assim, desaparecerá o véu misterioso que envolve o dinheiro (MARX, 2001, p. 70).

O próximo passo então, neste acompanhamento das expressões do valor, é a constituição das formas simples (relativa, equivalente), exten-

siva, geral e, enfim, a forma dinheiro. Somente depois de percorrer este caminho lógico, que vai se mostrando, ao mesmo tempo, histórico, é que Marx reúne os elementos capazes de explicitar o fetiche da mercadoria:

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social de seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho [...]. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...] a forma dinheiro é apenas o reflexo, que adere a uma única mercadoria, das relações existentes entre todas as mercadorias (Id. Ibid., p. 94 e 114).

Neste processo, Marx analisa também a mudança da forma dinheiro a depender da função que cumpre no processo de circulação das mercadorias (meio de entesouramento, meio de pagamento, dinheiro universal). Mas dinheiro não é capital e para explicá-lo, parte novamente da aparência, ou seja, a crença de que o lucro advém da venda das mercadorias por um preço mais elevado que o seu custo. Parte, portanto, da circulação e, adensando mais mediações, vai mostrar que o ponto de partida do capital é, e não é, a circulação⁵. Temos aí um outro exemplo de como a abstração marxiana capta a unidade contraditória das categorias.

Isto porque é na esfera da circulação que o capitalista vai comprar a força de trabalho por um determinado tempo. Acontece que é na esfera da produção que o trabalhador realiza o seu valor de troca e aliena o seu valor de uso, em função do que gera a mais-valia, pois, ao ser consumida, a força de trabalho gera não só valor, mas



valor excedente, trabalho não-pago. Nesse sentido, nega-se a circulação como origem do capital e afirma-se a produção. Entretanto, tal negatividade é inclusiva – e por isso, dialética – pois é na circulação que, além de ser encontrada a mercadoria força de trabalho, a mais-valia por esta gerada se realiza.

Por fim, gostaríamos de concluir estas breves notas, enfatizando o sentido histórico assumido pelo conceito de “desenvolvimento” em Marx, em relação ao que chamamos, no início desta seção, de “lógica da sociedade capitalista”. Expliquemos: quando iniciamos esta seção, a intencionalidade era de mostrar que a lógica d’ *O Capital* era a lógica da sociedade capitalista e, por isso, é que vimos ressaltando o movimento das categorias captado por Marx enquanto “formas de ser”, e não meras construções reflexivas (PONTES, 1995).

Mas, este movimento tem uma direção: ele vai complexificando, de forma inclusiva, a sociabilidade e isto, para Marx, é *desenvolvimento*. Nas palavras de Lukács,

Marx simplesmente integra o quadro do desenvolvimento das forças produtivas, que na economia é apresentado de modo apenas factual, no quadro igualmente objetivo (em sua substância) dos efeitos exercidos por esse desenvolvimento econômico sobre os homens nele envolvidos (os quais o produziram praticamente). E quando destaca a contradição (também objetivamente existente) expressa no fato de que esse crescimento cultural do gênero humano só se pode realizar em detrimento de inteiras classes de homens, continua sempre no terreno de uma ontologia do ser social; descobre nesse âmbito um processo ontológico, ainda que contraditório, no qual resulta claro que a essência do desenvolvimento ontológico reside no progresso econômico (que envolve, em última instância, o destino do gênero humano) e que as contradi-

Uma vez postas na realidade, as mediações do desenvolvimento das forças produtivas incidem não apenas na vida econômica, lembrando novamente aquela unidade entre esta e os aspectos “extra-econômicos”, mas também, decisivamente, na subjetividade humana, de forma que não é possível retroceder na história.

ções são formas fenomênicas – ontologicamente necessárias e objetivas – desse progresso (LUKÁCS, 1979, p.55-6).

Ou seja, uma vez postas na realidade, as mediações do desenvolvimento das forças produtivas incidem não apenas na vida econômica, lembrando novamente aquela unidade entre esta e os aspectos “extra-econômicos”, mas também, decisivamente, na subjetividade humana, de forma que não é possível retroceder na história. Sem a efetiva compreensão da unidade dialética de diversos, constitutiva do desenvolvimento histórico, é inevitável a unilateralidade analítica que empobrece radicalmente a crítica da economia política marxiana, derivando numa crítica moralista do capi-

talismo, não raras vezes, presente também na tradição marxista.

Considerações finais

Inscrita no largo universo do legado da Modernidade, a obra marxiana possui todas as características que acompanham esta tradição. Entre essas, cabe destacar duas que possuem centralidade para efeito das reflexões aqui empreendidas. A primeira característica que gostaríamos de salientar é o fato de Marx ser um autor de pensamento sistemático. Isto significa dizer que suas preocupações teóricas, determinadas pelos problemas do seu tempo, colocam-se num *horizonte marcado pela totalidade*. Sua teoria preocupa-se com recuperar as relações entre sujeito e estrutura, nos marcos da dialética entre singularidade, universalidade e particularidade, diferenciando-se sobremaneira de outros pensadores modernos que, embora sistemáticos – a exemplo de Durkheim e Weber – acabam minimizando um dos pólos da relação (o sujeito ou a estrutura). Como consequência disso, muito embora tais pensadores possam contribuir com os resultados de suas pesquisas para iluminar aspectos da realidade, seu pensamento não alcança *a verdade* do obje-



Debates Contemporâneos

to, pois não são capazes de apreendê-la sob o prisma da totalidade.

A segunda característica que merece atenção é o fato do *pensamento social de Marx ter como epicentro a razão*, “na intercorrência e na síntese orgânica de três de suas categorias nucleares: o *humanismo*, o *historicismo* e a *razão dialética*” (NETTO, 1994, p. 27 – grifos originais). Chamar a atenção de tais características importa para o debate ontológico central deste texto, uma vez que é a recuperação e o desenvolvimento da razão dialética e da totalidade que vão responder pelos traços mais fecundos do método marxiano, no enfrentamento com polêmicas contemporâneas que há muito grassam e se atualizam no pensamento social.

Em relação à *razão dialética*, cabe salientar, conforme dito anteriormente, que sendo um dos pilares da razão moderna, a mesma “*refere, simultaneamente, uma determinada racionalidade objetiva imanente ao processo da realidade e um sistema categorial capaz de reconstruir (ideal e subjetivamente) esta processualidade*” (NETTO, 1994, p. 27 – grifos nossos). Assim sendo, ela é mais que a operação do intelecto para apreensão do real; ela é o próprio real, tem dimensões objetivas e, neste sentido, é ontológica. A redução da racionalidade moderna aos processos da razão analítica, da inteligência, é um fenômeno próprio da sociedade burguesa que procura – a partir da já mencionada “decadência ideológica” – interditar o conhecimento de suas possibilidades “desantropomorfizadoras” (NETTO, 1994) e da validade historicamente limitada de sua existência.

No mesmo sentido, vem a observação sobre a *totalidade* como categoria ontológica e a importância de sua retomada pela teoria social de Marx: ela é também “abandonada” pela tradição filosófica burguesa pós-1848, juntamente com a razão dialética e as preocupações ontoló-

gicas da filosofia clássica da qual Hegel foi o último representante (COUTINHO, 1972).

Supondo desnecessária a repetição neste momento de aspectos já abordados no início do presente trabalho, interessa-nos aqui, tão somente pontuar alguns dos equívocos derivados da impostação epistemológica dirigida aos aspectos metodológicos da teoria social de Marx, diante da (mal) chamada crise de paradigmas nas ciências sociais. Falamos especialmente da solução apontada por muitos pesquisadores dessa área, que é a do *pluralismo metodológico*.

Tal solução só pode mesmo subsistir na base de uma inteira ignorância dos supostos ontológico-sociais subjacentes às categorias do método marxiano, especialmente da razão dialética e da totalidade. Com a razão moderna equalizada à razão analítica, o ponto de vista dominante acaba sendo o do sujeito; “o conhecimento é o produto de uma subjetividade autônoma que estabelece as regras e os procedimentos necessários para uma tal empreitada. [...] o objeto do conhecimento não é o objeto real, mas um *objeto construído pela razão*” (TONET, 1995, p. 47 – grifos do autor). A relação com a totalidade, ou melhor, com a ausência dela, é evidente: ao privilegiar o método como constructo do sujeito, ignora-se a relação dialética entre subjetividade e objetividade. Como resultado disso, “subjetividades diferentes poderão construir métodos diferentes sem que haja um referencial objetivo para decidir da sua maior ou menor validade” (Idem, p. 48). O referido processo deságua, inevitavelmente, no *obscurcimento da totalidade* que, no caso do conhecimento científico, poderia ser compreendida como a busca pela verdade do objeto, ou se quisermos, em termos marxianos, “uma aproximação sucessiva das múltiplas determinações” deste.

Não é possível entender a “pobreza” analítica desse discurso celebrado

O pensamento social de Marx tem como epicentro a razão, “na intercorrência e na síntese orgânica de três de suas categorias nucleares: o humanismo, o historicismo e a razão dialética”. Chamar a atenção de tais características importa para o debate ontológico central deste texto, uma vez que é a recuperação e o desenvolvimento da razão dialética e da totalidade que vão responder pelos traços mais fecundos do método marxiano, no enfrentamento com polêmicas contemporâneas que há muito grassam e se atualizam no pensamento social.



como a última grande descoberta nas ciências sociais e seu sucesso em outras áreas do conhecimento, sem entender o momento de crise pelo qual passa o capitalismo atual. Tal como no momento da “decaência ideológica”, os ideólogos do capital hoje se esforçam por aprofundar o já alarmante nível de pauperização da subjetividade humana. Isso significa dizer da busca pela diminuição dos índices de apropriação de objetivações humanas, acirrando a já mencionada contradição entre os aspectos progressistas da sociedade burguesa e a restrição do acesso a esses.

Em termos de teoria social, este hiato tende a crescer, na medida em que o relativismo das “verdades à escolha na prateleira” se difunde como sendo o caminho mais fecundo para enfrentar os “desafios contemporâneos à imaginação sociológica”, como quer o celebrado Santos (1996) e outros tantos teóricos “da moda”, amplamente citados em produções recentes. Diante deste quadro, há que se fazer muitas perguntas, mas prosseguir com uma certeza: se *O Capital* não é mais suficiente para entender a sociedade capitalista atual, sem ele e, principalmente, sem a sua imposterização onto-metodológica, é impossível fazê-lo.

NOTAS

¹ Para Lukács, essa posição de Marx, muitas vezes identificada com o velho materialismo, “foi interpretada, de diferentes modos, segundo o velho espírito; quando isso ocorreu, teve-se a falsa idéia de que Marx subestimava a importância da consciência com relação ao ser material”. Sobre esse equívoco, diz o autor: “Aqui nos interessa apenas estabelecer que Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. [...] O produto tardio não é jamais necessariamente de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 3). A esse respeito, a obra de Marx não deixa margem a dúvidas, na medida em que para ele a atividade do homem supõe uma teleologia, um “pôr teleológico”, pois “no fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto

que conscientemente tinha em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade” (MARX, 2001, p. 211).

² A respeito dessa questão, ver Coutinho, 1972.

³ Tal complexidade está referida ao fato de que “para Marx, o gênero humano resulta de um salto na dinâmica da natureza (inorgânica e orgânica), que sofreu uma inflexão substantivo-estrutural quando se instaurou o ser social: este foi colocado pelo processo de trabalho [...]. Com o trabalho, que é uma atividade desconhecida no nível da natureza, posto que especificado pela teleologia [...] um determinado gênero de ser vivo destacou-se da legalidade natural e desenvolveu-se segundo legalidades peculiares” (NETTO, 1994, p. 35).

⁴ “A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria” (MARX, 2001, p. 16).

⁵ “Capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação” (MARX, 2001, p.138).

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez; 1995.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **As bases ontológicas da atividade humana**. Temas nº 4. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 18ª edição, 2001.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 24.
- NETTO, J. P. **Razão, ontologia e práxis**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 44. São Paulo: Cortez, 1994.
- PONTES, R. P. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**; 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- TONET, I. **O Pluralismo metodológico: um falso caminho**. Revista Serviço Social e Sociedade nº48. São Paulo: Cortez, 1995. 



Francisco Villa: Bandido ou Herói?

Waldir José Rampinelli

Doutor em Ciências Sociais-Política pela PUC/SP - Departamento de História UFSC

O México se prepara para comemorar o centenário de sua Revolução, considerada por vários historiadores daquele país não apenas um evento nacional, mas de alcance latino-americano. Alguns líderes do processo revolucionário, como Emiliano Zapata e Venustiano Carranza,¹ se referiam em seus discursos e escritos à influência regional desta primeira revolução social da América Latina, no século XX.

A historiografia mexicana sempre dedicou um grande espaço à Revolução, mas a partir das décadas de 1960 e 1970 começam a surgir novas interpretações deste evento, assim como o resgate de alguns de seus personagens, até então marginalizados e tratados de forma preconceituosa. O livro do historiador Adolfo Gilly (1971), por exemplo, mostra não apenas como o processo revolucionário é o resultado de um extraordinário avanço de um capitalismo primário-exportador, que aprofundou a dependência do país em relação aos centros desenvolvidos, agudizando uma guerra de classes, mas também a periodização completa do ciclo revolucionário de 1910 a 1920 e sua correlação com a conjuntura mundial. Para

Gilly, a *curva da revolução* ocorreu em dezembro de 1914, quando as forças camponesas tomam a capital do país, e não em fevereiro de 1917, com a nova constituição. Se, para a história oficial, a Revolução Mexicana termina em 1917, para outros, ela vai até 1920, com a retirada de Villa² e o assassinato de Zapata, um ano antes.

O historiador mexicano Paco Ignacio Taibo II³ acaba de lançar o livro *Pancho Villa – una biografía narrativa* (TAIBO, 2006), no qual desconstrói toda uma carga de preconceitos contra este personagem, alimentada e estimulada durante décadas. Enquanto as estátuas de Zapata proliferaram pelo sul pobre do México, as de Villa sofreram todo tipo de resistência no norte desenvolvido. Quando se construiu uma em sua cidade natal, Chihuahua (1956), o escultor, por ordem do governador, mudou o bigode e a testa. Na inauguração, as autoridades não só omitiram o seu nome nos discursos, como também na placa de bronze. Falou-se apenas do “combatente da Divisão do Norte”, cabendo ao povo que assistia gritar: *Viva Villa, cabrones!*

Na Cidade do México, só em 1969 apareceu



Debates Contemporâneos

o primeiro monumento ao *Centauro do Norte*⁴. Em setembro do mesmo ano, houve uma longa discussão na Câmara dos Deputados, com ampla repercussão na imprensa, sobre se o nome de Francisco Villa poderia ser escrito com letras de ouro naquele recinto, tal como dezenas de outros líderes e heróis. Somente no mês de novembro, se chegou à permissão, passando a história oficial a aceitar mais um mito popular.

Paco Ignacio, em seu trabalho, mostra as várias etapas pelas quais passou Villa, ao longo do processo revolucionário. Na primeira (1911-1912), Pancho se alia a Francisco I. Madero, filho de um oligarca do norte, que levanta o país contra o ditador Porfírio Díaz⁵, sob o lema *sufrágio efetivo, não reeleição*. Villa não apenas ajuda a mobilizar o estado de Chihuahua, mas também convence o líder sobre a radicalidade da Revolução. “Pois se é assim”, disse Madero, “vamos fazer”. Mais tarde, quando Madero já estava na presidência e Villa na prisão, este não deixou de ser fiel àquele, inclusive chamando-lhe a atenção para o golpe de Estado que se avizinhava⁶.

Assassinado Madero, o prófugo Villa começa a sua segunda etapa de revolucionário (1913-1915), a mais importante, por sua definição política, ideológica e social. Ele não apenas se alia a Álvaro Obregon, vindo da burguesia agrária, e a Venustiano Carranza, rico fazendeiro do norte, para derrotar o novo ditador Victoriano Huerta, reconhecido por ambos como o grande estrategista do exército irregular da Divisão do Norte. Villa busca apoio na população do país, prometendo uma mudança em sua estrutura política, agrária e social. A expropriação das grandes fazendas, a cobrança de impostos forçados das companhias mineiras estadunidenses e a pressão sobre os banqueiros visam ao financiamento de seu exército, mas também à distribuição de bens e víveres a toda uma população faminta. Para Villa, diz Paco Ignacio, “é chegada a hora dos pobres, que agora a revolta terá que enfrentar, sem titubeios, os grandes fazendeiros e os militares” (TAIBO, 2006, p.177).

O decreto de 12 de dezembro de 1913, expropriando a oligarquia nortenha, apresenta as seguintes justificativas: por sua cumplicidade nos

complôs, golpes de Estado e quarteladas; por seu caráter de defraudadores do erário público e dominadores da sociedade durante 50 anos através do engano e da força, “É chegada a hora de prestar contas” e como “a posse de seus bens somente serviu para comprar traidores e assassinar presidentes”, decidimos “cortar o mal pela raiz” (TAIBO, 2006, p. 251). Villa, então, lista as famílias e seus bens a serem tomados. Mais tarde seria decidido o destino das expropriações. De imediato, uma parte da terra seria doada para as viúvas e órfãos da Revolução; outra, para os combatentes; e uma terceira seria devolvida aos legítimos proprietários, já que a mesma fora roubada pelos latifundiários. Isso era a Revolução... Na medida em que ela avança, Villa vai deixando atrás de si grandes conquistas sociais, como a construção de escolas e hospitais, o controle dos preços de alimentos e as pensões para as viúvas e os órfãos.

Quando a Revolução, de ativa, se transforma em passiva, pactuada por uma nova burguesia agrária consubstanciada na aliança Obregón-Carranza com o apoio da classe operária, Villa entra em sua terceira etapa (1916-1920), com a guerra de guerrilha, passando a ser um *fora da lei*, perseguido pelos poderes constituídos mexicanos e pelo governo de Washington. O *Centauro do Norte*, então, radicaliza ainda mais suas ações para não perder o apoio social dos camponeses. Conhecido como o novo Robin Hood, não apenas tira dos ricos para dar aos pobres, mas também procura mobilizá-los. Em 1918, na região de Chihuahua, tem-se um verdadeiro poder dual: o do governador e o de Pancho Villa. As tropas do exército mexicano perseguiram os *rebeldes* e os camponeses que os apoiavam. Grande parte deles foi levada à força para as cidades grandes, vindo a morrer de fome, minando assim as bases de apoio a Villa.

Pancho Villa, perseguido pelo governo mexicano e boicotado pelo estadunidense, que não mais lhe permite a venda de armas, aposta na conquista do apoio popular. Quando prende camponeses que lutam ao lado do governo, poupa-lhes a vida, fazendo-lhes ver que, por serem *gente de abajo*, estão do lado errado; outras vezes, fuzila-os, não admitindo que um peão de fazenda lutasse pelo seu



patrão. O general Felipe Ángeles, seu grande amigo, reunia as pessoas nos povoados, falando-lhes de luta de classes, de sua condição de explorados, do capitalismo, da necessidade de humanizar a guerra e respeitar a vida dos prisioneiros.

Villa pensava em um país onde todos vivessem bem. Quando governou Chihuahua, adotou como lema *fechar cantinas e abrir escolas*. O historiador Friedrich Katz⁷ chegou a chamá-lo de governador revolucionário, já que, em apenas um mês, abriu cinquenta escolas em uma cidade com apenas 40 mil habitantes. Embora não tivesse um plano de reforma agrária, como o defendido por Zapata, pensava nas *colônias militares*, onde os camponeses vivessem juntos, trabalhassem juntos e desfrutassem juntos de uma vida melhor. O socialismo para Villa não consistia em uma sociedade sem classes, mas em uma maior igualdade entre as pessoas. “É justo que todos aspiremos a ser mais”, dizia ele, “porém, também que todos possamos valer pelos nossos feitos” (TAIBO, 2006, p.793).

No calor das batalhas de Celaya⁸, em maio de 1915, o governo villista emitirá vários decretos, assinados por Pancho e Escudero, constituindo um programa social avançado. Obrigam, por exemplo, que em todas as minas do país, sob o controle villista, seja pago um salário em prata, ouro ou dólar. Estabelece-se o cambio oficial do dólar em relação ao peso em dois por um; proíbem-se as famosas *tiendas de raya*, ou seja, as vendas de produtos alimentícios aos camponeses pelo próprio fazendeiro; decreta-se o salário mínimo de um peso diário e defende-se a liberdade de culto e o fim da perseguição religiosa. Villa, no entanto, detestava o clero, pois foram os grandes apoiadores ideológicos da ditadura porfiriana. Quando tomava as cidades não os matava, mas expulsava. Depois da tomada de Zacatecas, prendeu um grande número de padres professores lassallistas, tendo o cônsul francês intercedido por eles. Alguns dias depois, recebeu o diplomata um oficial villista muito educado que lhe comunicava que os curas poderiam continuar a trabalhar na cidade, conquanto que, ao invés de aulas de religião, passassem a ensinar as Leis da Reforma⁹ e trocassem as missas por atos cívicos. Diante da

negativa dos padres, Villa cobrou um resgate de 100 mil pesos, metendo-os em um carro de carga ferroviária e enviando-os aos Estados Unidos. O escritor Gregório López y Fuentes (2004) descreve em detalhes a visita de um *curita* a uma fazenda do Estado de Morelos, por volta de 1910. Sem dúvida, a aliança entre o dono das almas e o dono das terras mantinha uma ditadura quase que perfeita.

Quando Villa assina um acordo de paz com o governo, em 28 de julho de 1920, que alguns chamam de rendição, recebe a fazenda de Canutillo para morar, transformando-a em uma casa de todos os villistas. Além de uma escola diurna com 400 alunos, havia uma noturna para alfabetizar os adultos. Os salários dos trabalhadores eram os mais altos da região, participando muitos deles dos lucros das vendas dos produtos.

O Manifesto de San Andrés Villa (1916) foi, possivelmente, o documento mais genuinamente de Pancho. Sem a ajuda de intelectuais, tendo apenas um secretário à sua disposição, tratou de política interna e externa. Defende eleições livres no México, com pena de morte para os que fraudarem o voto do povo; que os caudilhos – e ele incluído – não poderão se candidatar, pois dispõem de grupos armados, tornando ilegítimas as eleições; que deputados e senadores que usarem de seus cargos para fazer negócios duvidosos “que redundem em proveito próprio com prejuízo da coletividade” serão passados pelas armas; e propõe a volta das Leis da Reforma do juarismo, uma bandeira dos intelectuais villistas.

No entanto, o mais importante do manifesto é o seu programa antiimperialista: abolição da dívida pública e proibição aos estrangeiros de serem proprietários de terras, no México; nacionalização das minas estrangeiras e das ferrovias, e o fechamento da fronteira com os Estados Unidos para promover a indústria nacional; supressão do telégrafo a 18 léguas da fronteira. Chega a falar, mais tarde, em uma entrevista para o *New York World*, sobre a abertura de um fosso entre os dois países, “tão largo e profundo que nenhum americano poderia jamais vir a roubar terra mexicana, ouro ou petróleo”. (TAIBO, 2006, p.675).

Debates Contemporâneos

Quando Lázaro Cárdenas nacionalizou o petróleo, em 1938, por certo, haverá de ter se lembrado das palavras de Villa sobre a proteção das riquezas do país diante do vizinho voraz.

O antiimperialismo de Villa se tornou público, quando Washington reconhece o governo de Carranza, proíbe a venda de armas à Divisão do Norte (até então as empresas estadunidenses haviam auferido grandes lucros, com a venda de armas e alimentos) e permite a passagem de tropas mexicanas por território estadunidense para combater as de Villa, na cidade fronteiriça de Agua Prieta. Daí a famosa invasão a Columbus, nos Estados Unidos, que motivou a entrada de uma expedição punitiva no México de tropas do exército vizinho, as quais fortaleceram ainda mais a guerra de guerrilhas de Villa, agora não mais contra o ditador Carranza, mas também contra as forças do general Pershing. Villa tornara-se o inimigo comum dos invasores estrangeiros e do governo constitucionalista, mas, caso o exército de ocupação não saísse do México, Pancho poderia converter-se em herói nacional em vida.

Villa calculava ter participado de aproximadamente 1.300 batalhas, algumas delas famosas, como a conquista de Ciudad Juárez, conhecida como o *trem de Tróia*. As tropas villistas, depois de assaltarem uma locomotiva carregada de carvão, obrigaram o telegrafista a se reportar à cidade de origem, dizendo que os revolucionários haviam bloqueado o caminho. Recebeu ordens o maquinista de pôr imediatamente a locomotiva em marcha à ré, não sabendo a estação central que os vagões de carga já transportavam o exército de Pancho. Em cada povoado que passava, o telegrafista local era forçado a dizer a Ciudad Juárez por que estava o trem regressando. Uma vez passada a mensagem, o telégrafo era cortado. Assim, o *trem de Tróia* meteu no coração da cidade o exército completo da Divisão do Norte. Mais tarde Villa diria que, na Ciudad Juarez, ele não teria entrado de trem, mas que ela lhe havia caído do céu. Juárez tornou-se a Meca do villismo.

Ramón Puente, um de seus colaboradores, assim definiu Villa: “Coragem até a temeridade; desprendimento até a ganância; ódio até a cegueira;

raiva até o crime; amor até a ternura; crueldade até a barbárie; tudo isso é Villa em um dia, em um momento, em todos os momentos da vida” (TAIBO, 2006, p. 564). Paco Ignacio diz que “Villa era o produto das forças mais obscuras da sociedade porfiriana, porém não daquelas superficiais, mas destas mais profundas que faziam de um camponês pobre um condenado a uma vida de presídio, carne de troca nas grandes fazendas, carne de canhão do exército, operário faminto das novas minas e das indústrias” (TAIBO, 2006, p. 44).

O livro de Paco Ignacio Taibo II sobre Villa, e conseqüentemente sobre o villismo e a Revolução Mexicana, desfaz preconceitos, corrige equívocos históricos e mostra como a ala radical do movimento armado foi vencida por uma burguesia agrária nascente, que teve o apoio decisivo dos Estados Unidos.

NOTAS

¹ Enquanto Emiliano Zapata liderava os camponeses do Estado de Morelos, sul da Cidade do México, na luta pela reforma agrária, Venustiano Carranza, rico fazendeiro do norte, tentava derrotar as alas radicais do processo revolucionário comandadas pelo próprio Zapata e por Villa. Carranza toma o poder em 1915 logrando golpear o movimento camponês de Morelos com o assassinato de Zapata, em 1919. Um ano mais tarde, Carranza também é morto abrindo caminho para a liderança do general Álvaro Obregón.

² Refere-se ao Acordo de Paz que Villa assina com o governo, recebendo em troca a fazenda de Canutillo, localizada ao norte do Estado de Durango.

³ Paco Ignacio Taibo II é escritor e historiador, nascido nas Astúrias (Espanha), em 1949. Autor de uma biografia de Che Guevara, a qual foi publicada em vinte e oito países. Tem mais de quarenta obras em diversos gêneros literários. Recebeu três vezes o Prêmio Internacional Dashiell Hammett com o melhor romance policial.

⁴ Nome como Villa também era conhecido.

⁵ Ditador mexicano que se mantém no poder de 1876 a 1911, com uma breve interrupção entre 1880 e 1884. Adotou uma política econômica que trouxe o progresso para a região norte do país, mas não o desenvolvimento para o México. Ao contrário, manteve um padrão de acumulação baseado na exportação de produtos primários,

acelerou a dependência da economia e governou com o apoio da oligarquia, dos científicos (seguidores do positivismo de Augusto Comte e do darwinismo social de Herbert Spencer), dos guardas rurais, do exército e do capital externo. O *porfiriato*, como é conhecido este período, adotou o lema de *pouca política e muita administração*.

⁶ O general Victoriano Huerta dá um golpe de Estado, prendendo o presidente eleito Francisco I. Madero e seu vice José Maria Pino Suárez, matando-os logo em seguida. Implanta uma feroz ditadura no país, de fevereiro de 1913 a julho de 1914, com o apoio do exército, da oligarquia, da hierarquia eclesiástica e do capital externo. Com Huerta no poder, reaparecem algumas das principais características do *porfiriato*, intensificadas e exacerbadas.

⁷ Friedrich Katz, historiador austríaco, estudou e pesquisou a Villa e, principalmente, o villismo.

⁸ Villa, conhecido como um grande estrategista militar, enfrenta a Obregón, em Celaya, norte do país. São três

batalhas seguidas, sendo que nas duas primeiras o exército de Villa sai debilitado e, na terceira, derrotado.

⁹ As Leis da Reforma criadas pelo presidente Benito Juárez, em julho de 1959, consistem na perda dos privilégios da Igreja Católica. Ela, por exemplo, nacionaliza os bens eclesiásticos, fecha os conventos, estabelece o registro e o casamento civis, seculariza os cemitérios e suprime muitas festas religiosas.

REFERÊNCIAS

GILLY, Adolfo. **La revolución interrumpida**. México: El Caballito, 1971.

LÓPEZ Y FUENTES, Gregorio. **Tierra: la revolución agrária en México**. México: Factoria Ediciones, 2004.

TAIBO, Paco Ignácio. **Pancho Villa – uma biografia narrativa**. 1ª ed. México: Planeta, 2006 



ERIC HOBSBAWM – militante histórico

Ruy Belém de Araújo

Professor de História Econômica e História Contemporânea, do Departamento de História, da Universidade Federal de Sergipe.

No final do século XX, dois processos marcaram a história contemporânea mundial: a falência dos regimes stalinistas do leste europeu e a hegemonização do pensamento neoliberal. Estes acontecimentos contribuíram para a construção de um ambiente de negação às reflexões críticas dirigidas ao capitalismo e, em especial, aos filiados ao pensamento baseado nos trabalhos de Karl Marx e Frederic Engels, mas não impediram que um historiador formado nas teses do materialismo histórico, Eric Hobsbawm, se tornasse um dos intelectuais mais convidados pela mídia e por fóruns acadêmicos para opinar sobre questões do mundo contemporâneo, sendo um dos historiadores mais lido na atualidade, principalmente após a publicação do livro “Era dos Extremos: o breve século XX – 1914/1991”.

Referindo-se ao reconhecimento de Eric Hobsbawm como o mais importante historiador marxista em atividade, o estudioso Harvey J. Kaye destaca que: “*Esto se debe, sin duda al enorme conjunto de temas sobre los que há realizado contribuciones destacadas, en particular, la historia de la clase obrera, los estudios sobre la clase campesina y la historia mundial*” (KAYE, 1989).

Emir Sader, sociólogo brasileiro, escreveu um artigo sobre o historiador inglês, afirmando que ele, Hobsbawm, foi responsável pela preservação da corrente historiográfica mais importan-

te do século XX, a “Escola marxista inglesa”, iniciada por Maurice Dobb e que inclui historiadores do quilate de Edward Carr, Christopher Hill, Edward Thompson, Rodnei Hilton (SADER, 2000).

Emir Sader, ainda em seu comentário, fez alusão à vasta obra realizada pelo historiador inglês. Reflexões que vão da Revolução Francesa ao declínio do estado soviético (1789 – 1991), que podemos acompanhar através das obras: “A era das revoluções”; “A era do capital”; “A era do império” e a “Era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991”.

Juntam-se aos trabalhos de Hobsbawm, citados acima, as reflexões que discutem teoria da História, o nacionalismo, organização dos trabalhadores urbanos e camponeses, jazz, entre outros. Mas seríamos faltosos se não aliássemos a obra do historiador inglês à sua militância política em prol de uma sociedade socialista, pois o próprio chegou a afirmar, em entrevista¹ dada ao jornalista Robert Magniori, correspondente londrino do jornal francês “La Liberation”, em 1999, que seu engajamento político possui um forte peso sobre a sua biografia e sobre o seu trabalho historiográfico.

Eric Hobsbawm nasceu na cidade egípcia de Alexandria, em 9 de junho de 1917², filho de pai inglês de origem judaica e mãe austríaca. Encerada a primeira Guerra Mundial, em 1919, con-



flito que colocou de lados opostos a Inglaterra e a Áustria, a família de Hobsbawm transferiu-se para Viena, cidade em que o historiador deu início à sua formação educacional.

Com a morte dos pais, em 1931, passou a residir com sua irmã em Berlim, onde vivenciaram o fim da República de Weimar, a Grande Depressão e o embate pelo poder entre os comunistas e os partidários do nacional-socialismo (partido nazista) liderados por Hitler.

O cenário de agitação política que dominou Berlim, durante os anos 30, tornou impossível para o jovem Hobsbawm, com quatorze anos, ficar alheio à política, tanto que ele iniciou, por conta própria, a leitura do Manifesto do Partido Comunista e se engajou na militância política, filiando-se, em 1932, a uma pequena organização comunista, formada por estudantes secundaristas de Berlim – Sozialistischer Schülerbund, SSB. A organização comunista tinha como sua “inspiradora” a militância de Olga Benário³.

A vitória do nazismo determinou a saída da família – Eric Hobsbawm e sua irmã – em 1933, da Alemanha; transferiram-se para Londres, onde fixaram residência. Na capital do império britânico, Hobsbawm concluiu o curso secundário, na St Marylebone Grammar School, e o curso superior na famosa Universidade de Cambridge.

Na Inglaterra, ainda acadêmico, Eric Hobsbawm filiou-se ao Partido Comunista Britânico, em 1936, e se aproximou do grupo de historiadores marxistas ingleses. Grupo que adotou como “ferramentas teórico-metodológicas” três fontes: a primeira seria as cartas trocadas entre Marx e Engels que tratavam das “*questões relativas ao papel da ação humana no processo histórico diante ou do peso das estruturas,...*”; em segundo lugar, seria o trabalho historiográfico produzido pelos historiadores liberais – radicais ingleses, dos quais se consideravam seguidores; por último, a outra vertente teórico-metodológica viria dos debates realizados no partido comunista inglês sobre crítica literária (THOMPSON, 2001).

Segundo Hobsbawm, a base teórico-metodológica assumida pelos historiadores marxistas ingleses possibilitou desenvolver, no seio do gru-

po, uma história social que se afastou da concepção de história dominada pelo determinismo econômico, responsável por uma leitura vulgarizada do materialismo histórico.

O tripé teórico-metodológico articulado à sua concepção de mundo impeliu o historiador Hobsbawm a aprofundar sua ação de militância, tanto ao nível de seus trabalhos acadêmicos quanto em nível da política partidária e em relação ao movimento revolucionário internacional.

A importância da militância política partidária é apontada, pelo próprio historiador Hobsbawm, como um aspecto fundamental dos historiadores ingleses, formados entre os anos de 1946 a 1956. E, ao fazer sua avaliação política, o historiador, em questão, se considera um militante disciplinado e extremamente dedicado às causas do partido. Revelação que fica clara na afirmação que faz, ao escrever a sua autobiografia, de que “...*, o partido era minha paixão primordial*” (HOBSBAWN, 2002a, p. 133). É interessante ressaltar que uma das premissas fundamentais para o movimento comunista internacional era a construção da revolução mundial que poria fim à sociedade capitalista.

A expectativa da possibilidade de materialização da revolução comunista, internacionalmente, tornou-se, para a geração do historiador, iminente após a revolução soviética sagrar-se vitoriosa. A crença na superação da sociedade capitalista, para Hobsbawm, era tão forte que, apesar de o stalinismo ter-se tornado hegemônico entre as fileiras dos PC's, ele continuou filiado ao PC inglês, sendo o último dos historiadores marxistas ingleses de sua geração a se desligar do movimento comunista.

A derrota da revolução comunista internacional, causada pelos atos de Stalin e seguidores, contribuiu para que Eric Hobsbawm assumisse um posicionamento de desencanto em relação ao movimento comunista. Esse desencanto pode ser observado nesta sua sentença:

A causa a que votei boa parte de minha vida não prosperou. Espero que isto me tenha transformado em um historiador melhor, já que a melhor história é escrita por aqueles que



Memória militante

perderam algo. Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente, e esta é uma questão muito mais relevante (HOBSBAWN, 2002b).

Apesar de se considerar derrotado quanto ao projeto de construção de uma sociedade socialista, dentro de uma visão internacionalista, causa que ocupou maior parte de sua vida, Eric Hobsbawm mantém a sua postura de um historiador determinado a lutar pela construção de um mundo diferente do atual, criticando o desenvolvimento capitalista e o “socialismo existente”, fazendo observações contundentes sobre o possível futuro da humanidade, se as coisas continuarem no mesmo diapasão do incremento econômico que não leva em consideração a continuidade da vida do ser humano e da natureza, pois, como afirmou:

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e porquê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para a mudança da sociedade é a escuridão (HOBSBAWN, 1995).

A despeito da afirmação pessimista do historiador reproduzida na citação acima, ele não abdica de sua esperança em mudar o futuro, colocando o devir histórico na responsabilidade do ser humano, incitando a humanidade a não aceitar o discurso que pretende ser único, na interpretação do caminho a ser percorrido pela sociedade mundial, na medida em que esse discurso dominante tenta inculcar nas pessoas a compreensão de que só existe uma trajetória para a sociedade mundial, que é a de seguir, de maneira indubitável, a lógica do mercado e do desenvolvimento pelo desenvolvimento, conclamando todos a não abandonarem a luta por um mundo novo, pautado na democracia e na justiça social, pois “... *A injustiça social ainda precisa ser de-*

nunciada e combatida. O mundo não vai melhorar sozinho” (HOBSBAWN, 2002a, p. 455).

A persistência na esperança da construção de uma sociedade mundial diferente da que vivemos hoje, demonstrada pelo historiador Eric J. Hobsbawm, nos leva a continuar acreditando que a prática militante dos atores sociais é de fundamental importância para a construção de uma história que vá em direção à instituição de uma sociedade mundial embasada nos princípios da solidariedade, da democracia e da harmonia com a natureza. Enfim, uma sociedade socialista.

NOTAS

- ¹ Jornal Folha de São Paulo, Cadernos Mais, 19/ 12/ 1999.
- ² Este ano Eric Hobsbawm completa 90 anos de vida e militância.
- ³ Judia alemã de nome Maria Bergner, conhecida politicamente por Olga Benário, nasceu em Munique, no ano de 1908. Inicia sua militância comunista junto a uma organização estudantil secundarista, em 1923. No ano de 1926, filia-se ao Partido Comunista Alemão. Em 1935, chega ao Brasil com o objetivo de auxiliar Luís Carlos Prestes na articulação da revolução comunista no Brasil. No ano de 1936, foi capturada juntamente com o seu marido Carlos Prestes pela polícia de Getúlio Vargas e, logo depois, foi entregue à Gestapo, que levou para um campo de concentração, na Alemanha, onde foi executada, em 1942, pelos nazistas.

REFERÊNCIAS

- HOBSBAWM, Eric. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a. p. 133.
- _____. citação retirada da contracapa da obra “**Pessoas Extraordinárias – Resistência, Rebelião e Jazz**”. São Paulo: Comp. das Letras, 2002b.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Comp. das Letras, 1995. p. 562.
- KAYE, Harvey J. **Los Historiadores Marxistas Britânicos: un análisis introductorio**. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989, 121.
- SADER, Emir. **Hobsbawm dialoga com o século 21**. Jornal Estado de S. Paulo, Caderno 2, 25 jun. 2000.
- THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. p. 29. 





Conto



PIANO AO MODO DE ADELINA

Para Amy

A incerteza não cabia no piano.

Ela repousava.

Aliviava a vida nas teclas brancas e pretas, arredondando as mãos, acontecendo, fazendo escalas musicais enquanto respirava com suavidade.

No princípio das minhas aulas de piano, o medo de errar fazia com que, numa fração de segundos, o polegar deslizasse para a tecla inadequada e, logo, tudo soasse estranho dentro de mim.

Aterrizando no ré, às vezes, com o pulso pesado, outras vezes, na leveza apreendida em olhar os pássaros da chácara que pousavam nos galhos contorcidos da laranjeira. Copos-de-leite e Mozart diluídos no café-da-manhã.



A minha decisão pelo piano não era estranha.

Com o passar dos dias, eu imaginava que o meu esforço para memorizar as partituras seria sempre em vão, eu nunca conseguiria reproduzi-las de memória. Mas um dia qualquer, quando já esquecida que a vida continuava, eu me sentava ao piano e tudo ia pelos dedos.

Olhava meus dedos, tocava por eles, pressionava as teclas com imenso prazer, assim como fazia com algumas certezas da vida.

Já não prendia a respiração ao tocar para professora Dona Linda, que vestida de rosa claro analisava rigorosamente a leitura das notas e a postura de minhas mãos.

Quando finalmente aprendi a colocar meu ego no piano, era adulta, minhas mãos longas e os anéis de prata deixados ao lado do teclado feminino me faziam lembrar minha mãe. A sensação de maternidade viera como as notas, me engravidara de Chopin.

Desde a infância, a música que minha mãe tocava fazia com que eu imaginasse sentimentos e fizesse do piano uma estrada concreta, carinhosa, talvez por isso, anos mais tarde, ao enfrentar um delicado piano espanhol, ouvi dizer que eu mimava as teclas ao tocar.

Aos poucos, o cotidiano alcançava o piano, e, apenas por uma nota, eu ia vencendo o medo de errar na vida, embora, só a música era mais perfeita depois de cada erro.

Para a música, seria necessário transformar mentalmente, fisicamente e emocionalmente cada erro. Desprovida de erro, a música viria espontânea como se nem tivesse sido fruto de tamanha persistência e, logo, se desmanchava cheia de alma e dedos esquecidos.

- Hoje é dia comum ou são dias raros?

- O que há entre as páginas?

A doença não demonstra o vazio, ela põe tudo à mostra, ela é o presente, preenche nossos espaços, não nos permite viver de passados. Vinham as vírgulas nas flores: eram da razão, prelúdios, noturnos, valsas, estudos.

Estendida sobre nós se desenvolvia uma lucidez seca.

O sentido de tudo permeado pelo grotesco ainda cercado de impressões do mundo alheio que nada nos poupava e que nada sabia.

O piano se reproduzia fazendo das notas bem elaboradas uma palavra cômoda.

Não sei mais o tamanho da dor, sei que o filtro do tempo precisa da alegria para mover-se. Nem mesmo o piano poderia ficar ali parado na dor impossível.

Mesmo sem causa e com destino, nunca as nossas páginas seriam de incerteza porque foram feitas de partituras interpretadas com o caráter deslumbrante e amoroso de Adelina.

Miriam Coutinho de Faria Alves